

Série SABOR METRÓPOLE | Volume 12

CoRpUs pLurAis

GÊNERO, REPRODUÇÃO
E COMENSALIDADES

Organizadores

ELIANE PORTES VARGAS

LUCIANE DA COSTA MOÁS

FRANCISCO ROMÃO FERREIRA

SHIRLEY DONIZETE PRADO



EDUFBA

CoRpUs **pLurAiS**

GÊNERO, REPRODUÇÃO
E COMENSALIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

A **Série Sabor Metrópole** é organizada por

LACON Laboratório de Comunicação,
Cidade e Consumo
Faculdade de Comunicação Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Esta coletânea foi organizada por

REDE NAUS

Rede Ibero-americana de Pesquisa
Qualitativa em Alimentação e Sociedade

Em parceria com

CORPUS

Estudos Socioculturais sobre Corpo,
Gênero e Reprodução
Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

LADIG'E

Laboratório Digital de Educação Alimentar
Instituto de Nutrição Josué de Castro
Universidade do Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

NECTAR

Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação
Instituto de Nutrição
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil



Rede Ibero Americana de
Pesquisa Qualitativa em
Alimentação e Sociedade



CORPUS
estudos socioculturais
sobre corpo, gênero,
reprodução e sexualidade

LADIG'E
Laboratório Digital de Educação Alimentar
e Humanidades - INUCE/URJ



Eliane Portes Vargas
Luciane da Costa Moás
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado

Organizadores

CoRpUs pLurAiS

GÊNERO, REPRODUÇÃO
E COMENSALIDADES

Série Sabor Metrópole

Volume 12

Salvador
EDUFBA
2020

2020, autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico da capa
Gustavo Bastos Monteiro

Projeto gráfico do miolo
Rodrigo Oyarzábal Schlabitz

Revisão
Camila D'Apolônio

Normalização
Emmanoella Ferreira

Sistema de Bibliotecas SIBI/UFBA

Corpus plurais : gênero, reprodução e comensalidades / organizadores,
Eliane Portes Vargas... [et. al.]. – Salvador : EDUFBA, 2020.
329 p. – (Série Sabor Metrópole ; v. 12)

Contém biografia.
ISBN: 978-65-5630-104-4

1. Mulheres – Saúde e higiene. 2. Identidade social. 3. Identidade de gênero.
4. Nutrição. 5. Alimentos – Consumo. 6. Hábitos alimentares. I. Vargas, Eliane Portes.

CDD – 305.4

Elaborada por Jamilli Quaresma / CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia | Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Povoal de Ensino Superior (Capes), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pelo apoio financeiro nas modalidades Auxílio e Bolsa aos projeto “Consumo alimentar como problema complexo: reflexões conceituais e proposição de educação alimentar e nutricional em escolas a partir do cinema” e “Gênero e reprodução: cotejando experiências sociais e políticas públicas em mapeamento de serviços de reprodução assistida no Estado do Rio de Janeiro”.

SUMÁRIO

- 11 **NAS TESSITURAS DA COMENSALIDADE**
SUBJETIVIDADES, IDENTIDADES DISSONANTES E GÊNERO
Eliane Portes Vargas
Luciane da Costa Moás
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado
- PARTE I - Reprodução, gênero e identidades**
- 25 **A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO**
AMAS DE LEITE ESCRAVAS
Almir Chaiban El-Kareh
- 57 **GÊNERO, ALIMENTAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL**
CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO FEMININO E CUIDADO ALIMENTAR
Gabriela Brito de Lima Silva
Virgínia Campos Machado
Lígia Amparo-Santos
- 77 **VIVÊNCIAS CORPÓREAS**
ANÁLISIS ETNOGRÁFICO DEL PARENTESCO DE LECHE EN
LA COMUNIDAD AFROURUGUAYA
Valentina Brena

- 99 **PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E MODELAÇÃO DOS CORPOS**
ABORDAGENS SOB AS PERSPECTIVAS SÓCIO-CULTURAL E JURÍDICA
Aline Farage Sahione
Érica de Aquino Paes
Luciane da Costa Moás
- 127 **O TEMPO DO CUIDADO NO CICLO DA VIDA**
CONSTRUÇÃO E CONTINUIDADE DO CORPO GUARANI
Rubia Carla Formighieri Giordani
- 149 **ALIMENTAÇÃO E JULGAMENTOS MORAIS ENTRE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**
ACUSAÇÕES, VIGILÂNCIAS E VULNERABILIDADES
Viviane Mattar
Rogerio Lopes Azize
Rodrigo de Araújo Monteiro
- 173 **COMENSALIDADE E DISPOSIÇÕES CORPÓREAS NO CONSUMO DE CERVEJA**
Renato Augusto da Silva Monteiro

PARTE II - Corpos em cenários de controle

- 199 **CORPO E CONTROLE**
TRANSTORNOS ALIMENTARES NO MUNDO CONECTADO
Carolina de Oliveira Coutinho
Shirley Donizete Prado
Cristiane Marques Seixas

225 **CORPOS PLURAIS, IDENTIDADES DESVIANTES
E AFIRMAÇÃO DE GÊNERO**
TENSÕES EM CENAS DE COMENSALIDADE

Jeimis Nogueira de Castro
Eliane Portes Vargas
Shirley Donizete Prado
Francisco Romão Ferreira

255 **UM CORPO JOVEM E OS BENS NECESSÁRIOS
PARA SE TORNAR ADULTO**

Juliana Milczanowski Fernandes
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Daniela Menezes Neiva Barcellos
Fabiana Bom Kraemer

275 **MÃES EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**
ENTRE O NATURAL E O CULTURAL

Taís Fontoura de Almeida
Helene Nara Henriques Blanc
Milena Batista Carneiro
Larissa Escarce Bento Wollz

297 **REPRESENTACIONES Y EXPERIENCIAS
SOBRE LA GORDURA**
(DES)ENCUENTROS ENTRE MÉDICOS Y PACIENTES

Mabel Gracia-Arnaiz

323 **SOBRE OS AUTORES**

NAS TESSITURAS DA COMENSALIDADE

SUBJETIVIDADES, IDENTIDADES DISSONANTES E GÊNERO

Eliane Portes Vargas
Luciane da Costa Moás
Francisco Romão Ferreira
Shirley Donizete Prado

Corpus plurais nasce de inquietações cultivadas em específicos campos do saber que o antecede. Muitas delas foram fomentadas pelo debate já consolidado sobre o corpo, subjetividade e identidade na perspectiva das Ciências Sociais e de pesquisas que articulam esta temática às relações de gênero e à reprodução às quais participamos. Muitas outras foram suscitadas por interesse na observação do corpo, da identidade e do gênero como categorias relevantes na análise da vida social e, mais recentemente, incorporadas em estudos que concernem a cenas de comensalidade como fenômeno complexo, como é o caso daqueles semeados no campo da Alimentação e Cultura, o qual também integramos. Neste vasto cardápio, muitas ideias e intenções foram compartilhadas em diferentes momentos de interação – um feliz encontro! – vividos

nestes últimos anos por nós pesquisadoras, docentes e discentes de nossos programas de pós-graduação e graduação vinculados à universidades e centros de pesquisa no Brasil. Foram – e têm sido – momentos muito fecundos que nos instigam a trilhar o caminho aqui percorrido: o de nos lançar sobre temas afeitos ao campo da alimentação naquilo que nos permite vislumbrar o entrelaçamento de narrativas, subjetividades, afetividades, memórias e discursos sociais que constituem-se como produtos e produtores de vivências do cotidiano, inclusivos ou excludentes, seja em espaços público ou privado. Pensamos em direcionar um convite aos pesquisadores destes campos, originalmente distintos em sua constituição, por nos sentirmos instigados a conhecer as iniciativas dos que se dispunham a focalizar suas pesquisas às diferentes expressões do cotidiano e contextos da cena contemporânea, os indícios dos nexos entre gênero, reprodução e comensalidade.

Nesta ampla seara, nos propusemos a reunir e estimular discussões que nos dessem a entrever as bordas sombreadas da constituição das Identidades Sociais, do Corpo e das Subjetividades em suas conexões com a Alimentação e Cultura como construções sociais com muitas áreas enfumaçadas e cercadas de invisibilidades. Esta compreensão nem sempre se torna acessível com as ferramentas de que dispomos visto o quão impregnados estamos pela certeza da metodologia que nos levará ao alcance dos objetivos e resultados da pesquisa. Esta ideia à qual aderimos de modo prenante no fazer científico deixa pouco espaço para os imponderáveis da vida e do percurso da pesquisa. O objetivo, portanto, foi congrega estudos que trouxessem para a cena acadêmica a centralidade do corpo como produtor de diferenças e dissonâncias que articuladas se imbricam no tema da alimentação, estimulando pesquisadores a se debruçarem – ou a se reconhecerem e se nomearem como dedicados ao tema – sobre estas temáticas como objeto de pesquisa. Isto não significa dizer que desconsideramos haver pesquisadores dos campos em tela já dedicados em considerar o gênero em suas análises sobre Alimentação, inclusive fomos agraciados com a sua participação aqui conosco. Como resultado destas reflexões, nos propusemos a realizar um movimento aglutinador destas iniciativas ambicionando compor um corpus plural nesta coletânea. Fomos impulsionados pela necessidade de descrever achados em pesquisas conduzidas por nós que, por sobreposição às experiências subjetivas, se apresentam aos nossos olhos como algo tão evidente que dispensam

maiores explicações. Este é o caso de uma cena da vida cotidiana quando um garçom à frente de um casal à mesa de um restaurante invariavelmente se dirige ao homem para provar o vinho que será servido e este fato ser percebido como esperado, portanto, natural. A quem o garçom se dirigirá caso se depare com um casal de homens ou de mulheres em uma situação similar? E o que dizer de cenas como essa em relação às demais pessoas de diversa expressão de gêneros e sexualidades, como travestis e transgêneros? Como pensar o lugar tradicional, socialmente e historicamente construído da “mãe” como uma figura ligada ao preparo das refeições na família, quando estamos diante de um casal formado por dois homens com filhos? Ainda que seja o par conjugal constituído por um homem e uma mulher, como interpretar uma maior aceitação da dedicação dos homens à cozinha quando convocados a “ajudar” nas tarefas domésticas, sendo eles pertencentes às camadas médias da sociedade? Observaríamos um maior estranhamento de tal prática no contexto das camadas populares? Pensando em outras composições de conjugalidade incluir a cor/raça como um ingrediente adicional maior complexidade a esta configuração de modo a afetar a interpretação dos resultados da pesquisa? Quais os significados atribuídos ao corpo em relação à amamentação em contexto da homoparentalidade feminina? O que dizer dos rituais e práticas comensais em torno da mesa envolvendo as interações familiares nesta diversidade de contextos? Estas cenas que retratam os novos costumes em nossa sociedade podem despertar alguma curiosidade no plano das experiências vividas no nosso cotidiano, mas como pensar cenas como estas no contexto de pesquisas visando a análise social da comensalidade?

Se optarmos por excluir essas observações, ou não as validar como parte do objeto de nossas pesquisas, arriscamos, dispensando qualquer tipo de explicação sobre como os lugares das identidades sociais são instituídos, assumir uma prática, como dizemos no jargão antropológico, naturalizada. Já se sabe, no entanto, que as observações e as descrições que nós, pesquisadores, fazemos acerca dos eventos corporais – ou o silêncio sobre eles – em sua variabilidade se traduzem em mais uma “interpretação” dentre tantas outras possíveis, como quer Geertz (1989). São eventos, portanto, em nada inequívocos, mas, passíveis de explicação, o que desafia nossa posição do pesquisador, já que esta somente pode ser realizada com o corpo que temos, em sua manifestação possível. Neste tipo de abordagem, o corpo se traduz como

realidade simbólica como nos propõe Birman (1991, p. 21) ao apontar para os eventos relativos ao adoecer humano, que no campo da Saúde se manifesta como uma imensa escritura de representações e de enunciados exigindo do pesquisador um trabalho sistemático de interpretação. O corpo simbólico, como um conceito que ganhou força em um passado recente da saúde coletiva no Brasil, destaca-se como pressuposto fundamental à compreensão dos eventos corporais e irreduzível ao conceito de corpo biológico. (BIRMAN, 1991, p. 17) No entanto, é forçoso admitir haver uma distância interposta entre a formulação de discursos sobre o tema e seus desdobramentos no interior de processos de trabalho em Saúde, incluindo a Nutrição, envolvendo as coletividades visto que parece prevalecer um ponto de vista biomédico nas intervenções nos problemas de saúde – obesidade, dentre tantas outras – dos sujeitos neste campo.

Tendo em vista estas premissas, que falam a favor da impossibilidade de neutralidade na produção deste tipo de conhecimento e modo de fazer ciência, apontamos qual o caminho aqui assumido neste movimento aglutinador de ideias. Cabe reconhecer que nos move, nesta mesma direção, o olhar de sujeito posicionado socialmente – ainda que a identidade como um sistema classificatório possa ser combatida pelo estabelecimento de lugares fixos –, sendo que nos escritos não há lugar para uma tradução inequívoca do corpo e da subjetividade, mas a admissão de um possível reflexo de si, uma autoimagem, que estará sempre por se refazer na relação com o outro. Subjetividades essas, no plural, que não se traduzem como interioridade, individualidade ou vida psíquica interna. São amplos debates que dão sentido a cada termo. O que nos interessa aqui reter é que insistir em uma via única de interpretação dos fenômenos sociais nos parece estabelecer um monólogo estéril e ameaçador que nos leva a suprimir, no outro, aquilo que nos parece diferente. O que é tido como “o certo” e a única via explicativa existente irá desembocar, inexoravelmente, no entendimento de haver um único caminho viável para a solução de problemas de natureza subjetiva/sociais e, não menos importante, de pesquisa, distintos por sua própria natureza dos problemas anteriores. Estas reflexões estão no horizonte quando nos deparamos com as assimetrias constitutivas das relações entre os diferentes campos do saber tencionados por disputas de sentidos. Os problemas relacionados à obesidade, à anorexia, às prescrições dietéticas – só para citar alguns dos mais visíveis e de interesse

nos campos da Alimentação e da Saúde –, mas também à amamentação, à gestação, à reprodução assistida, ao cuidado das crianças e dos velhos, que concernem à dimensão reprodutiva do corpo, são exemplos das diferentes respostas que podemos encontrar a depender do olhar com o qual nos debruçamos sobre os fenômenos em análise.

A abordagem do corpo como uma construção e fenômeno social (LE BRETON, 2011; MAUSS, 2003) e revelador de identidades culturais (GOFFMAN, 2011; LAQUEUR, 2001) nos possibilita abordá-lo enquanto fenômeno de comunicação, em sentido amplo. Ao disseminarem discursos, ideias e valores sociais, subjaz aos eventos corporais uma ideia de processo baseado no caráter eminentemente social, político e histórico e nos sentidos a eles atribuídos por meio de representações que se alteram ao sabor dos movimentos da sociedade. A identidade, que ganha contornos e significados particulares no tempo, como questão, é antiga e uma das mais centrais no surgimento da metafísica clássica. Etimologicamente tem suas origens no latim *identias*, de *idem*: o mesmo. Grosso modo, no pensamento clássico, a busca da explicação do mesmo e do outro, do igual e do diferente, oscilou entre a busca de um elemento único, a essência, o ser, que explique a totalidade do real e uma visão plural do real como reino da diferença, da mudança, do conflito. (JAPIASSU, 1990, p. 127)

O ressurgimento da ênfase na diferença no vocabulário político e filosófico contemporâneo se manifesta como parte das transformações discursivas, sociais, econômicas, políticas e culturais que tomaram impulso a partir da segunda metade do século XX. Trata-se, portanto, de conceber corpo e identidade como reflexo da sociedade, expressão de discursos e de significados sociais que, quando tomados como textos, apresentam-se passíveis de leituras e de diferentes análises. Apontam, deste modo, para determinadas características inerentes aos fenômenos sociais, reveladoras das relações sociais assimétricas a partir de um ponto de vista hegemônico. Para Paul Ricoeur (1990), o texto é o paradigma do distanciamento da comunicação onde o diálogo inter-humano constitui-se em caso particular. Essa noção inclui uma dimensão a partir da compreensão de que a subjetividade do leitor “[...] prolonga o caráter fundamental de todo discurso ser dirigido a alguém” (RICOEUR, 1990, p. 57) e, por essa via, o texto se apresenta como a mediação pela qual compreendemos a nós mesmos. Os discursos religiosos, científicos, jurídicos, artísticos, publicitários, literários ou pedagógicos podem servir tanto como força coercitiva

ou libertadora, compreendidos como textos que tanto podem moralizar os corpos e condenar as dissonâncias, como propor novos modos de existir e pensar. Os atores sociais em cena apropriam-se da linguagem e instituem verdades, formas estruturantes de pensar, sistemas de saber que produzem reformulações, exclusões, transformações ou interditos, traduzindo, estratégias de dominação ou resistência. Neste jogo social a narrativa está intrinsecamente ligada àquele que a pronuncia, o que é dito não somente é de sua responsabilidade como também ganha peso, respeitabilidade, de acordo com aquele que fala, da posição de quem fala, ou da instituição que fala através dos sujeitos que a representam. Para Bourdieu (ORTIZ, 1983), a comunicação entre os agentes se dá de maneira “socialmente estruturada”, sendo que a comunicação entre os atores em cena, como um caso particular de comunicação mencionado por Ricoeur (1990, p. 13), ocorre num campo de confronto com o outro numa relação de poder que não deve ser negligenciada: “aqueles que escutam compõem os elementos complementares da comunicação, mas na medida em que a interação implica uma relação de poder, eles representam o polo dominado, pois não possuem direito à palavra”.

Tais posições teóricas convergem com os esforços em dirigir o olhar para o corpo e a maneira por meio da qual o indivíduo interpreta o discurso de um outro constituído culturalmente, de modo a não se proceder à exclusão da subjetividade. Trata-se da colocação em primeiro plano de uma reflexão sobre a singularidade do corpo e de suas histórias a um só tempo social e cultural. Compreendendo, como já assinalado, corpo e identidade como suporte de significados e como construções sociais que perpassam a experiência de vida cotidiana, cabe considerar ainda, e ao mesmo tempo, que estas categorias se encontram relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico nos diferentes campos do saber bem como às artes. Afinal, no que tange às artes, como evocou Ricoeur (1990), “contrariamente à tradição do cogito e à pretensão do sujeito de conhecer-se a si mesmo por intuição imediata, devemos dizer que só nos compreendemos pelo grande atalho dos sinais da humanidade depositados nas obras culturais. O que saberíamos do amor e do ódio, dos sentimentos éticos e, em geral, de tudo o que chamamos de o si, caso isso não fosse referido à linguagem e articulado pela literatura?”. (RICOEUR, 1990, p. 58)

A constituição dos campos do conhecimento e do saber e da ciência moderna operou uma dicotomia entre cérebro e espírito, razão e emoção, através

de sua fragmentação em áreas e disciplinas do conhecimento que conhecemos hoje. Este saber universalizante apoia uma concepção de indivíduo neutro e universal, que se constitui em marca da cultura ocidental moderna, que tem sido reiteradamente questionado ao longo do tempo. Historicamente, inúmeros movimentos reivindicatórios no plano dos direitos civis envolvendo as classificações identitárias irromperam em nosso passado recente com denúncias de uma razão legitimada para falar pelos “outros”. Os princípios de igualdade e autonomia, forjados pelos valores modernos, são considerados por Vaitzman (1994, p. 8) como eixos axiológicos da modernidade ocidental e relacionados estritamente os processos de construção identitária. No cerne desta crítica está a desconstrução da imagem de um indivíduo neutro e unitário, baseado na figura masculina, e a proposição de reformulação da concepção de indivíduo que viesse a incorporar a identidade de gênero. Tendo em vista uma concepção de identidade social e sua vasta produção de repertórios simbólicos, como um conjunto de marcas sociais que posicionam um sujeito em um determinado mundo social (HEILBORN, 2004), o pressuposto é que em variadas sociedades humanas as relações de gênero se constituem como um eixo primordial de estruturação das relações sociais.

Gênero como um conceito das ciências sociais representou um avanço que permitiu reconsiderar a definição mais tradicional de papéis sexuais. Encontramos similaridades no campo da Alimentação com o conceito de comensalidade, que propõe distinguir-se do ato fisiológico de comer. Gênero, grosso modo, se refere em suas formulações seminais à construção social do sexo, o que significa dizer que a palavra “sexo” designa a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita, como indicado por Heilborn (1994). Neste intenso debate esteve presente um enorme esforço de nomeação que envolve não só o uso desta categoria no senso comum no contexto das práticas, como também as disputas em torno de seu sentido e precisão que compõem uma estratégia de recorte teórico e definição de uma dimensão da realidade humana e social aparentemente esquecida, ou ao menos não considerada como relevante, na constituição da ciência moderna. Portanto, ainda acompanhando a autora, trata-se de distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Neste tipo de proposição encontra-se a ideia de que machos

e fêmeas não se confundem com a qualidade de ser homem e ser mulher, cuja condição é realizada pela cultura. A noção de cultura, que se encontra no cerne desta definição, aponta que o tempo, o espaço ou a diferença entre os sexos são sancionados socialmente por meio de um sistema de representações. Em Scott (1991) encontramos no núcleo essencial da definição de gênero uma conexão integral entre duas proposições: na primeira, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; na segunda, o termo se constitui em uma forma primeira de significar as relações de poder. Este é um debate de longa data que se atualiza; muito se discute desde então. (TAMANINI, 2020) O reconhecimento de que o gênero, a raça e a classe social são social e historicamente construídos foi um inegável avanço arduamente conquistado, como nos lembra Haraway (2009). No entanto, o ato de nomear, segundo a autora, pode produzir exclusões já que arrisca abrigar elementos distintos da realidade que não nos autoriza formar uma unidade em termos identitários. Há muitas controvérsias e polêmicas sobre o tema pensado nestas formulações teóricas a partir da influência da ciência e da tecnologia sobre as relações sociais quando as fronteiras entre humano e não humano, físico e não-físico mostram-se fluidas. Os inegáveis avanços deste debate são inspiradores em muitas direções. Donna Haraway (2009), para quem as identidades são percebidas como contraditórias, parciais e estratégicas, aqui, provisoriamente, nos provoca.

Mediante tais referências, tomamos o corpo como um campo de batalha em relação ao qual o controle e as tentativas de criação de discursos dissonantes tornam-se objetos centrais de disputa simbólica. Afirmar a pluralidade dos corpos se constitui, então, como uma espécie de guerrilha, uma maneira de agir contra a moralização das condutas, contra os saberes hegemônicos que mercantilizam os corpos e naturalizam sua reprodução social, com toda a carga de dominação ideológica que se apresenta na ideia de “liberdade individual” – como se esta suposta liberdade não fosse um atalho para o empobrecimento da vida, mais uma estratégia de normatização e controle das pessoas que recusa fronteiras e dos discursos que persistem em seguir por caminhos divergentes.

Dentro dessa perspectiva, este novo volume da Série Sabor Metrópole constituiu-se a partir de iniciativa do grupo de pesquisa Estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero e Reprodução (Corpus), liderado por pesquisadoras do

Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em parceria com o Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e com o Laboratório Digital de Educação Alimentar (Ladig'e), do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade do Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Corresponde à terceira publicação internacional da Rede Ibero-americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus), que vem se consolidando como uma via por onde fluem conhecimentos, construindo cooperação acadêmica e firmando a liberdade para criação no campo das Ciências Humanas e Sociais em Alimentação.

O propósito da obra é lançar luzes sobre aspectos presentes na abordagem do corpo ligada aos temas correntes do campo que se convencionou chamar Alimentação e Nutrição, este configurado por diferentes matrizes teóricas e conceituais que modulam as práticas, tanto profissionais quanto do senso comum. Neste caminho e percebendo como discursos normativos oriundos de diferentes circuitos naturalizam as ações cotidianas de controle dos corpos e dos cuidados com a saúde, a chamada internacional para publicação de textos desta nova coletânea visou estimular reflexões acerca de aspectos dos corpos em variadas direções.

Apontamos, assim, para o estímulo à apresentação de trabalhos derivados de estudos que valorizassem a dimensão das identidades sociais dissonantes e das subjetividades desviantes construídas em diversos contextos da comensalidade contemporânea e contemplados em diferentes cenários de pesquisa, incluindo a produção midiática, cinematográfica e as artes, tendo o corpo como campo de tensões e disputas, como lugar preferencial onde a cultura modela as práticas, onde a eficácia simbólica dos discursos transforma e delinea os cuidados de si. Por esta via, almejamos alcançar uma contribuição que viesse a nos proporcionar – a nós mesmos – uma reconversão do olhar sobre a realidade cotidiana, envolvendo a alimentação que não se reduz, ao nosso ver, aos aspectos biomédicos *tout court*, ainda que a temática em questão esteja bastante impregnada por esta concepção nos dias atuais. Compreendemos que tal realidade é atravessada por relações de poder e hierarquias produtoras de jogos de verdade como construções sociais potentes que perpassam a experiência de vida cotidiana e as práticas sociais,

ao mesmo tempo em que se encontram relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico nos diferentes campos do saber.

Vários temas oferecem uma miríade de questões a serem problematizadas como as que foram divulgadas na chamada para composição da coletânea, embora nem todos aqui contemplados, a saber: concepções e práticas alimentares como expressão de estigma e/ou preconceito com referência aos corpos – idealizações do corpo, identidades dissidentes relativas à sexualidade, gênero, relações raciais, pertencimento de classe, relações afetivas-amorosas-sexuais, conjugais e familiares –; aspectos simbólicos do comer na produção de novas identidades – estilos de vida, tipos de alimentação, dietas da moda –; identidades regionais e/ou nacionais – territórios, espaços, ambientes, lugares –; identidades em trânsito – comensalidades em contexto migratório, fluxos e circulação da comida –; práticas religiosas, processos de trabalho e modos de produzir a alimentação – individualidades e coletividades, segurança alimentar, agricultura familiar –; intervenções, prescrições e medicalização do corpo em múltiplas dimensões; corpo, uso de tecnologias e relações natureza-cultura – reprodução assistida, cirurgias, intervenções, reconstrução de imagens –; aproximações com o campo da alimentação; cuidado e alimentação como expressão das relações sociais – desafios teóricos e práticos –; legislações/normativas, políticas/institucionalizações e suas repercussões nas experiências subjetivas; consumo alimentar em múltiplas interfaces; comunicação e alimentação – fenômenos comunicativos envolvendo a comida; meios e mediações culturais –; questões epistemológicas de interesse para o campo da Alimentação e Cultura; aspectos socioantropológicos de processos educativos e formativos; perspectivas teóricas e práticas; redes e tecnologias sociais; atuação profissional; identidades, cenários e práticas contemporâneas. Portanto, na iniciativa que ora apresentamos e que conjuga variados temas de pesquisa como os elencados acima, procuramos valorizar a comunicação textual destes conteúdos não somente como uma etapa trivial no interior do processo da pesquisa, mas como lugar de negociação de sentidos que inclui a subjetividade do pesquisador e sua incursão nas diferentes matizes que modelam o campo do conhecimento.

O convite para acolher trabalhos construídos em base de tais matizes e pressupostos orientadores, lançado como garrafas ao mar, obteve grande resposta. Recebemos 64 proposições de análises interessadas no caráter social,

cultural e simbólico da alimentação em termos de normatizações, regulações e/ou naturalizações do corpo e das identidades sociais dissidentes em diferentes cenários da comensalidade. A grande variedade dos textos deste volume aponta para a significativa diversidade de sentidos, para a pluralidade de perspectivas e para a riqueza dos discursos que circulam no campo e traduzem as lutas, os conflitos simbólicos e as disputas de poder, sempre dissimuladas e naturalizadas no cotidiano. São discutidos, nesses estudos, discursos que aparecem como “verdadeiros”, que se impõem ou tentam se impor, transformando-se em ferramenta de poder que traduz uma “vontade de verdade”, criando um suporte institucional para reforçar e conduzir as práticas, as ações e os processos cognitivos, definindo formas de aplicação e distribuição do saber, estabelecendo como ele é valorizado.

O olhar sobre a alimentação nesta proposta voltou-se, portanto, para como as relações sociais são percebidas nas entrelinhas dos discursos que apresentam os diferentes modos de controle dos corpos, seja por meio dos cuidados com a alimentação, com a mercantilização dos cuidados de si, seja nos discursos de moralização da gordura, nos processos de construção identitária dos corpos na gravidez, na amamentação, nas diversas formas de comensalidade – considerando aspectos éticos, estéticos e políticos –, como também, nos sentidos atribuídos à alimentação e ao corpo feminino, sempre marcados pela normatização e pela reprodução social. Os discursos sobre os corpos ou sobre a alimentação, então, nunca são neutros ou inocentes, eles incorporam sentidos e traduzem conflitos não visíveis a olho nu, mimetizando-se no cotidiano e escondendo sua origem institucional. As narrativas, portanto, denunciam os sujeitos que falam, situam os sujeitos no campo de batalha. E ao fazermos um livro que traz os corpos como campos tensionados em disputas de sentido, que dá vida e lugar a identidades dissonantes, já definimos nossa posição que vê na comensalidade um lugar de defesa da pluralidade. Na nossa compreensão, parece oportuno somar esforços que visem promover uma visão compartilhada e crítica da ciência e do fazer científico, adotando a pesquisa qualitativa na perspectiva das Ciências Sociais e Humanas, incluindo as Artes como eixo na produção e articulação de saberes comprometidos, dentre outros, com um mundo mais justo, mais respeitoso para com as diferenças e menos desigual. Com isso oferecemos ao leitor um olhar interessado sobre *corpus* e comensalidades *plurais*.

REFERÊNCIAS

- BIRMAN, J. A representação na Saúde Coletiva. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-22, 1991.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY D.; KUNZRU, H.; SILVA, T. T. (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? *Sexualidade Gênero e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 6-8, 1994.
- HEILBORN, M. L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.
- LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. [tradução do inglês de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Àvila, Gender: A Useful Category of Historical Analyses. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989]. Recife: SOS Corpo, 1991.
- TAMANINI, M. Feminismos, Intercionalidades e Estudos decoloniais. In: SOUZA, H. da C. A. de; JUNQUEIRA, S. R. A. (org.). *Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero: olhares in(ter)disciplinares*. Curitiba: IBDSEX, 2020.
- VAITSMAN, J. Hierarquia de Gênero e Iniquidade em Saúde. *Physis - Revista de Saúde Coletiva - Gênero, prática médica e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1994.

PARTE I

**REPRODUÇÃO, GÊNERO E
IDENTIDADES**

A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO

AMAS DE LEITE ESCRAVAS

Almir Chaiban El-Kareh

A ECONOMIA DOMÉSTICA ESCRAVISTA

Já estamos acostumados, nos meios acadêmicos, a ouvir dizer, às vezes até a saciedade, que a alimentação é um ato cultural. Vamos demonstrar com o exemplo das amas de leite na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, que o comer se trata, antes de tudo, de um ato social e econômico, historicamente determinado, e, como tal, ele reflete a organização socioeconômica na qual está inserido. Para tanto, começaremos por esboçar, rapidamente, como estava organizada a economia doméstica das famílias livres cariocas desde o início dos anos 1800.

O domus escravista urbano, bem como o domus escravista rural, estava constituído basicamente pelos membros livres da família, o senhor, a senhora e seus filhos, e por seus escravos domésticos, e produzia praticamente tudo o que era necessário para a alimentação e vestuário da família e dos seus fâmulos. O domus urbano produzia, ainda, um excedente que era comercializado.

Este excedente podia ser em produtos voltados para a alimentação, o vestuário e a roupa de cama e mesa. Mas podia tomar igualmente a forma de

prestação de certos serviços, como receber roupa para lavar e passar ou tomar uma criança para amamentar, bem como o aluguel de escravos para outras famílias que deles necessitassem, momentaneamente ou por longos períodos, fosse para os labores domésticos cotidianos, fosse para obras particulares ou públicas ou, ainda, para o comércio ambulante de rua. Eis um exemplo de economia doméstica mercantil escravista: *"Aluga-se uma preta para o serviço de uma casa, sabendo lavar e cozinhar. Também se toma roupa para lavar e engomar; na Rua de São Diogo nº 17 acharão com quem tratar, na mesma casa toma-se uma criança para se criar de leite"*. (JORNAL DO COMMERCIO, 12 jan. 1850, Anúncios, p. 4)

Daí a necessidade de formar os escravos e escravas profissionalmente, qualificando-os. Algumas senhoras se especializaram na formação de mucamas, enquanto os diferentes artesãos recebiam jovens escravos como aprendizes de seus ofícios. Alguns exemplos: *"O Sr. mestre cozinheiro que quiser tomar conta de dois moleques escravos, para ensinar-lhes a cozinhar à italiana, assar de forno, fazer massas etc.; procure na Rua detrás do Hospício nº 114 ou no armazém nº 130 da Rua do Rosário"* (JORNAL DO COMMERCIO, 8 abr. 1830, Notícias particulares, p. 3), *"Um francês precisa de um moleque de 12 para 13 anos a fim de aprender o ofício de funileiro. Quem o tiver anuncie por esta folha ou dirija-se à rua do Cano nº 89"* (JORNAL DO COMMERCIO, 5 set. 1843, Anúncios, p. 4) e *"Tomam-se, como pensionistas a 12\$ mensais, raparigas escravas, para ensinar-se a coser, marcar, engomar de tuyauté etc.; em Niterói, rua Diamantina nº 33"*. (JORNAL DO COMMERCIO, 10 jan. 1870, Anúncios, p. 6)

Por isso mesmo, a economia doméstica mercantil escravista não se restringia ao âmbito da casa, ela invadia a rua, não só quando a escrava com seu tabuleiro era enviada diariamente "ao ganho" para vender alimentos, mas também quando a renda auferida pelos senhores e pelas senhoras se realizava à custa da venda de escravos qualificados, bem como do seu aluguel como empregados domésticos ou como artífices de outros senhores.

O contrato dos escravos de "aluguel", ou seja, alugados como empregados domésticos, em obras particulares e públicas ou em fábricas, se realizava diretamente entre proprietários e locatários que estabeleciam o valor e as condições do aluguel. Eis um bom exemplo de aluguel diário de artífices segundo suas capacidades, com ou sem comida: *"Precisa-se de canteiros, pedreiros e calceteiros para fazer calçada, jornal a 2\$800, bons a 3\$000, dando-se*

comida a 2\$000 e 2\$200; para tratar, na rua de São Pedro da Cidade Nova, Hotel Caboclo, nº 2". (JORNAL DO COMMERCIO, 20 abr., 1868, Anúncios, p. 4)

No caso dos escravos "ao ganho" ou "de ganho", sua exploração se estabelecia na relação imediata com seus proprietários ou locatários a quem deviam prestar contas de somas fixas diárias, previamente ajustadas, ou, então, semanalmente ou mensalmente, quando não moravam sob o mesmo teto de seus senhores e viviam por sua própria conta, comprando sua comida e pagando aluguel em algum cortiço. O escravo que não cumprisse com o determinado era punido severamente. A seguir, um exemplo de escravo "de ganho" que se perdeu com o seu carroto:

A pessoa que, no domingo 28 de fevereiro passado, deu a um preto de ganho para carregar uma porção de enxofre e outras mais drogas, pode dirigir-se à Rua da Quitanda nº 215 que, dando os sinais certos, se lhe entregará, porque o preto tendo-se pedido de quem lhe deu o carroto foi entregar tudo em casa de seu senhor. (JORNAL DO COMMERCIO, 6 mar., 1830, Achados, p. 3)

Era, portanto, a economia doméstica mercantil escravista que fazia a escravidão urbana ser tão distinta da escravidão rural – com seus escravos espalhados pela roça durante o dia e confinados em senzalas durante a noite – e que explicava a grande quantidade de escravos circulando livremente pelas ruas do Rio de Janeiro, em muito maior número do que o de pessoas livres, especialmente na primeira metade do século XIX.

O pequeno excedente da produção doméstica atendia às necessidades do também pequeno e muito rudimentar mercado consumidor urbano, pois a população carioca livre tinha hábitos muito rústicos e frugais, e os escravos comiam o que havia de mais barato e se vestiam pobremente, quando não andavam miseravelmente esmolambados, quase nus. Por isso mesmo, o comércio varejista era feito praticamente por mercadores ambulantes, os mascates, que iam de porta em porta vender suas mercadorias, como este que procurava um ajudante escravo: "*Precisa-se de um preto forte que sirva para carregar caixa de miudezas em companhia de um mascate; trata-se na Rua do Hospício nº 34". (JORNAL DO COMMERCIO, 12 ago., 1868, Anúncios, p. 4)* As

mulheres livres pouco saíam de casa a não ser para ir à missa, a uma procissão ou a uma reunião familiar. As lojas que havia na cidade eram, na verdade, em sua maioria, grandes depósitos que estocavam os produtos para exportação. Outras, em menor número, não passavam de armazéns de gêneros importados, cujas mercadorias, mal distribuídas e expostas, se viam cobertas de espessa camada de poeira, tal era a pouca procura por elas.

O modo de produção doméstico escravista urbano, como todo pequeno modo de produção, estava subordinado ao modo de produção dominante na sociedade brasileira, que era o escravista rural exportador. Mas, na medida em que a produção escravista de exportação se incorporou ao mercado mundial capitalista, a partir de 1808, com a instalação no Rio de Janeiro da família real portuguesa e seu séquito e o fim do exclusivo comercial português com a abertura dos portos, tudo mudou. A súbita vinda de numerosos ricos comerciantes europeus, particularmente, ingleses e alemães, bem como de diplomatas estrangeiros, para a nova capital do império português criou uma demanda inédita de produtos de luxo e serviços sofisticados que o modo de produção doméstico escravista carioca não podia atender.

Foi esta demanda não satisfeita que atraiu um contingente cada vez maior de pequenos comerciantes e artesãos europeus, como o confeitiro italiano Antônio Francioni que, aproveitando-se da vinda de numerosos aristocratas europeus para os festejos da coroação de D. João VI, em 1818, inaugurou um hotel e restaurante na Ponte do Caju, cais de embarcações próximo do palácio real em São Cristóvão, e, mais tarde, sempre apostando numa clientela de alto poder aquisitivo, se mudou para a central e comerciante Rua Direita, muito perto do Palácio do Paço, onde anunciava:

Na Confeitaria do Hotel do Norte, Rua Direita nº 17, acaba-se de receber um grande sortimento de doces de Lisboa, a saber: ginja, peras e pêsegos, assim como chocolate fino, marmelada branca e ameixas secas; na mesma Confeitaria se apronta toda a qualidade de doce seco e de calda, doces para chá, bandejas, pudins, pastéis, empadas, fiambres etc.; também existe um bom sortimento de vinhos e licores, conservas, cogumelos e outros muitos gêneros, tudo muito em conta. (JORNAL DO COMMERCIO, 12 nov. 1830, Vendas, p. 3)

Esta imigração não só satisfazia esta nova demanda como a reproduzia e aumentava. Em suma, o enriquecimento da sociedade carioca com a exportação, sobretudo do café, não só aumentou numericamente a população da cidade e elevou o seu poder aquisitivo, como modificou a sua composição social, especialmente com o surgimento de uma burguesia formada por pequenos e médios comerciantes e uma muito numerosa classe social de trabalhadores europeus constituída de empregados do comércio e de artesãos, em geral pobres e moradores dos cortiços e das casas de cômodos, e de empregadas domésticas livres, as criadas, que dormiam no emprego e estavam sob o controle direto de seus patrões.

A consequência imediata deste contato da economia doméstica mercantil escravista com as atividades burguesas capitalistas foi o seu enxugamento. A dona de casa que vivia, em parte, da venda ambulante de seus rústicos produtos caseiros, viu seu negócio vantajosamente concorrido por sofisticados restaurantes, padarias e confeitarias. Suas mucamas, perfeitas na arte de cozinhar, costurar e pentear, se viram substituídas por exímios confeitheiros, costureiras e cabeleireiros europeus.

A autossuficiência do domus escravista ruiu diante das novas formas de consumir da mulher carioca. Ela seguia a moda de Paris, preferia fazer compras no numeroso e diversificado comércio varejista de pequenas lojas que tomara conta do centro da cidade e fazer seus vestidos com costureiras, em sua maioria estrangeiras. Quanto aos homens, preferiam a frequência dos cafés e confeitarias, bem como dos teatros, especialmente os de revista. Assim, para sobreviver, o modo de produção doméstico mercantil escravista urbano se viu na contingência de se adaptar ao modo de produção capitalista e suas formas de consumo burguês, mais públicas do que caseiras, que se apoderaram impetuosamente do mercado carioca.

Muitas mulheres procuraram organizar sua economia doméstica em função deste novo mercado híbrido que se constituía, misto de escravismo com capitalismo, e cujas demandas mais urgentes se faziam nos ramos da alimentação e da moradia, ambos da alçada do saber-fazer da dona de casa e que não exigiam grande aporte de capital inicial: "*Aluga-se no beco do Bragança nº 10 uma sala com alcova e na mesma casa se aprontam comidas para casas particulares, com todo o asseio*". (JORNAL DO COMMERCIO, 31 dez. 1843, Anúncios, p. 4) Esta ambivalência sobressaía na coexistência de atividades típicas da economia

doméstica escravista com as mais recentes, capitalistas, do ramo da hotelaria e da restauração. Eis uns casos: *“Na Rua da Alfândega, entre as dos Ourives e da Vala, nº 178, há uma senhora que se incumbem de fazer comida para fora, com todo o asseio necessário, por preço cômodo; na mesma recebem-se pretos ou pretas para se lhes ensinar a cozinhar”* (JORNAL DO COMMERCIO, 30 jul. 1834, Anúncios, p. 4), *“Alugam-se quartos mobiliados com muito asseio e limpeza e pretos para o serviço dos mesmos, por preço muito cômodo; na Rua do Ouvidor nº 68”*. (JORNAL DO COMMERCIO, 22 jan. 1842, Anúncios, p. 3)

Estas “empresárias domésticas”, que empregavam tanto a mão-de-obra escrava como a livre, estavam espalhadas por todo o centro comercial da cidade e exerciam uma acirrada concorrência aos restaurantes, reduto de trabalho masculino, que também forneciam “comida para fora”. (EL-KAREH, 2008, p. 101-112)

O aleitamento infantil

A economia doméstica sempre foi apanágio da dona de casa. No domus escravista urbano, a senhora não só supervisionava e dirigia os trabalhos propriamente domésticos, como também os ditos produtivos, porque geravam uma renda. E como a escravidão se exercia pelo terror e pelo medo permanentes, cabia à senhora, no âmbito da casa, o controle e a punição severa, frequentemente desproporcional, de todo delito, por pequeno que fosse, através de golpes de palmatória e de chicote. Essas sessões de tortura eram quase que diárias e os gritos das vítimas faziam parte da sonoridade da cidade.

A dona de casa era, pois, uma empresária que não só administrava com mãos de ferro o seu lar, como também organizava a produção mercantil doméstica que gerava a renda necessária para complementar a renda de seu marido, ou gerar a sua própria renda quando se tratava de viúvas ou de mulheres sós e independentes. Elas estavam constante e permanentemente ocupadas com a organização e o controle da economia doméstica. O aleitamento, dia e noite, de seus inúmeros bebês, que durava ao menos dois anos, e os cuidados permanentes que eles exigiam nos anos subsequentes ao desmame prejudicavam a realização de suas tarefas. Ela optou por transferir o aleitamento de seus filhos a mulheres recém-paridas, algumas

livres, mas na maioria das vezes escravas, próprias ou alugadas, e o seu cuidado, depois de desmamados, a amas-secas, livres ou cativas, próprias ou alugadas. Havia, também, o recurso a famílias de adoção que, em troca de remuneração, se encarregavam não só de sua criação, como também de sua instrução. Eis alguns anúncios esclarecedores: *"Precisa-se de quem tome conta de uma criança de dois anos, para acabar de criar e educar, em casa de família capaz, pagando-se o que se ajustar; quem estiver nestas condições dirija-se à Rua do Ouvidor nº 26, em carta fechada com as iniciais F. F. indicando sua morada"* (JORNAL DO COMMERCIO, 10 mar. 1868, Anúncios, p. 4), *"Uma família honesta, incumbem-se da educação e tratamento de duas meninas, com todo o desvelo e carinho; para informações, na rua do Lavradio n. 17. Na mesma casa lava-se e engoma-se com perfeição"* (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, Universal, 03 ago. 1856, Anúncios, p. 3) e *"A senhora que quiser ter em sua companhia uma menina de oito anos, a fim de lhe prestar os cuidados de mãe, sendo honesta, deixe carta nesta tipografia a Z. A., que se pagará a despesa da instrução"*. (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 29 jun. 1856, Anúncios, p. 3)

E mesmo mulheres ricas, "de tratamento", entregavam os cuidados de seus filhos a estranhas: *"Se alguma pessoa quiser dar a criar de leite uma criança branca e de tratamento em casa de família capaz, cuja criança será muito bem tratada, dirija-se à rua Formosa em frente à da Princesa que se dirá quem é"*. (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 31 ago., 1856, Anúncios, p. 3) Sabia-se, contudo, que a criança afastada de sua família sempre corria algum risco, desde um tratamento inadequado, como a substituição do leite materno por mamadeira ou comida, e a ingestão de cachaça para fazê-la dormir e parar de chorar, até mesmo o de ser levada, em toda confiança, por uma pessoa desconhecida que sequer deixara seu endereço, como neste caso: *"Atenção. A pessoa que foi ao Beco do Cairú nº 3, na noite do 3 do corrente, buscar uma menina branca para criar, haja, no prazo de 24 horas, ir à mesma casa entregá-la, na certeza de que, não o fazendo assim, se recorrerá à proteção da polícia"*. (JORNAL DO COMMERCIO, 5 abr. 1850, Anúncios, p. 4)

Este sistema de transferência dos cuidados das crianças para terceiros libertou de vez a senhora-escravista deste pesado encargo, dando-lhe uma autonomia e uma independência que espantavam as estrangeiras que aqui

chegavam. Foi o caso da austríaca Ida Pfeiffer que passou pelo Rio de Janeiro, em 1842, e se pasmou com o caráter empresarial da mulher carioca, *“este amor extraordinário pelo lucro”*, que era favorecido pelo costume generalizado de receber do marido, *“segundo suas posses, um ou mais escravos machos ou fêmeas”* a quem ela ensinava ou *“mandava ensinar a cozinhar, costurar e bordar, ou mesmo alguns ofícios, e depois alugava, por dia, por semana ou por mês”* (PFEIFFER, 1859, p. 45), servindo-se desta renda à sua vontade. E seu espanto era tanto maior porque, na Europa, as mulheres dependiam de seus maridos para seus gastos mais supérfluos. Exemplo dessa prática empresarial feminina pode ser confirmada no seguinte anúncio: *“Vendem-se, de casa de família e pela primeira vez, três negrinhas de 11, 12 e 13 anos de idade, de bons costumes, sabendo fazer os serviços domésticos, muito bonitas e o melhor que se pode encontrar para um presente; informa-se na Rua Direita nº 26, botica”*. (JORNAL DO COMMERCIO, 8 fev. 1868, Anúncios, p. 4)

Havia, sem embargo, outras razões para uma mulher livre abdicar da amamentação de seu próprio filho. Muitas eram aquelas que tinham os mamilos invertidos, ou os tinham machucados, quando não dilacerados, pela mamada de seus bebês, tornando impossível o seu aleitamento pelas dores atrozes provocadas pela sucção. Prova disso é o anúncio, publicado em 1831, de bicos artificiais, com a ajuda dos quais *“a mãe pode dar de mamar a uma criança, ainda que o peito esteja dilacerado, inflamado ou doloroso; serve esta invenção também para criar um bico no peito de uma mulher que não o tem”*. O mesmo anúncio aconselhava o uso das *“garrafinhas artificiais”*, as mamadeiras, que substituíam *“o peito com muita vantagem, até para uma criança recém-nascida, e evita tudo que pode suceder de mal à saúde de uma criança nutrida por amas estranhas”*. (CORREIO MERCANTIL, 8 fev. 1831, Notícias particulares, p. 4)

Outra forma, bastante corrente, de substituir o seio era fazer o bebê mamar diretamente num animal. Até os seis meses, o leite da jumenta era o mais recomendado. Mas as cabras, por sua índole dócil e se deixarem facilmente mamar, e pela maior facilidade de serem criadas na cidade, eram as preferidas. Eis alguns anúncios: *“Quem tiver uma jumenta que tenha leite, queira anunciar por este diário para ser procurado, ou dirigir-se à Rua da Princesa nº 116”* (JORNAL DO COMMERCIO, 19 ago., 1828, Notícias particulares, p. 3), *“Em Niterói, rua da Rainha nº 43, loja, vende-se uma cabrita de boa qualidade, com abundância de*

leite e é criadeira de crianças e muito mansa" (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 19 out., 1856, Anúncios, p. 3) e "*Vende-se uma cabra com muita abundância de leite, acostumada a dar de mamar a crianças; na Praça de Pedro I nº 102, em São Cristóvão*". (JORNAL DO COMMERCIO, 28 set., 1868, Anúncios, p. 6)

Sem embargo, como os termos "cabra" e "cabrita" designavam, também, toda escrava parda escura, para evitar qualquer confusão, o mais comum era que o anunciante deixasse bem claro qual a mercadoria que estava negociando: "*Vende-se uma cabra (bicho) com um filho há poucos dias nascido, é grande e de boa casta, muito mansa até para criar qualquer criança, e dá bastante leite; quem a quiser a procure na rua de São José nº 103, também se vende um bode bonito*". (JORNAL DO COMMERCIO, 23 dez., 1828, Vendas, p. 3)

De fato, no século XIX, a gravidez era vista como uma enfermidade, um período de muitos incômodos que, por esta razão, vulgarmente se chamava "*doença de nove meses*". (BERTHON, 1830, p. 2) E o parto não só era muito longo, podendo durar dias e ser doloroso e de muito risco, tanto para a vida do feto como para a sobrevivência da parturiente, como o dilatado período de aleitamento que se seguia era uma tarefa dura, absorvente e penosa. Para o médico francês Jules Rouvier, referindo-se às francesas, "*o verdadeiro motivo do abandono do aleitamento materno, nas classes médias ou altas da sociedade, era, muito frequentemente, que ele não se tornasse uma servidão*". E aos argumentos de que a amamentação prejudicava a beleza da mulher, ele arguiu que eram simples pretextos "*para se livrar de um dever tão incômodo*". (ROUVIER, 1889, p. 345-346)

O comércio de leite materno

Apesar do tamanho relativamente pequeno da cidade do Rio de Janeiro e de sua população nas primeiras décadas do século XIX, o recurso aos anúncios em jornais para o aluguel ou venda de escravas recém-paridas se fez desde muito cedo na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os primeiros foram publicados em 1813 e foram crescendo em número ao longo do século. O que prova que o ato da mulher livre de abdicar da amamentação era sistêmico e só pode ser explicado por razões estruturais e não puramente culturais, como o desejo de manter a beleza do colo e os seios erguidos, quando se sabe que para isso

usavam de outros artifícios como os espartilhos montados com arame e recheados com muito, muito algodão.

Da leitura desses anúncios, num período de mais de cem anos, pode-se deduzir que o aluguel de amas para o aleitamento de crianças durante o período da escravidão, que só foi abolida em 1888, foi sem dúvida uma das atividades econômicas do modo de produção doméstico escravista urbano que não só perduraram por mais tempo, como foi uma das mais prósperas e lucrativas. Além de ter sido, seguramente, de todas a mais cruel porque, normalmente, separava as mães escravas de forma definitiva de seus filhos, sem que elas soubessem a sorte que lhes era dada. Esta separação se explicava porque se obtinham preços mais elevados por seu aluguel quando não eram acompanhadas de sua “cria” que, para os locatários, representava um estorvo com o qual teriam, ainda por cima, que dividir o leite da ama.

Na medida que o mercado capitalista crescia, o número de mulheres empresárias aumentava. Eram costureiras e chapeleiras donas de “*lojas de modas*”, ou seja, de fazendas, luvas, perfumes e artigos femininos em geral, as “*novidades de Paris*”, ou de fábricas de espartilhos, muitas francesas. Eram proprietárias de casas de cômodos, pensões de família e pensões de comida, muitas estrangeiras, mas a maioria brasileira. Eram todas elas mulheres muito ocupadas que preferiam abdicar da amamentação e do cuidado de seus filhos, entregando-os a terceiros que se incumbiam de criá-los no peito até o desmame ou mesmo de educá-los até os seus sete anos de idade, ou mais, ensinando-lhes a ler, escrever e contar. Esse costume perdurou até os anos 40 do século XX, como se pode ver neste anúncio: “*Precisa-se de uma ama de leite que tome conta de uma criança para criar. Paga-se bem, Rua do Lavradio 108, das 10-13*” (JORNAL DO BRASIL, 19 mar., 1940, Anúncios, p. 1)

A ama de leite, assim como a ama seca, podia contar com a ajuda de um menino ou menina, escravo ou livre, para distrair a criança sob seus cuidados, liberando-a para os demais serviços domésticos para os quais estava qualificada. Essa personagem, a quem o pintor Jean-Baptiste Debret (1835, tome II, p. 31), em sua pintura intitulada “*Um empregado do governo saindo de casa com sua família*”, chamou figurativa e ironicamente de “*escrava da ama de leite*”, era comprada ou alugada para “andar”, “brincar”, ou “lidar com crianças”, segundo fossem de colo ou já caminhassem. (EL-KAREH, 2004, p. 19-20) Eis um anúncio publicado por uma costureira que se propunha a dar formação

profissional a uma menina escrava como parte do seu aluguel: *“Precisa-se alugar uma negrinha de 8 a 9 anos de idade e que seu aluguel não exceda de 6\$ mensais para andar com uma criança recém-nascida, ensinando-se a coser, marcar e dando-se de vestir, quem a tiver dirija-se à rua do Cano nº 31”*. (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO, E UNIVERSAL, 10 jan. 1857, Anúncios, p. 3)

Era comum ver amas de leite transferir aos filhos de suas ricas senhoras o amor maternal que lhes havia sido negado. Eram elas que os amamentavam desde o seu primeiro dia e que, depois de desmamá-los, seguiam cuidando deles até ir para o colégio. E, com muita razão, foram elas, e não as mães das crianças, que foram fixadas nas telas dos pintores e dos fotógrafos da época. Segundo o médico Joaquim dos Remédios Monteiro, muitas delas se tornavam, *“pelos cuidados que despendem, pelos sacrifícios que fazem, verdadeiras mães”*. (MONTEIRO, 1868, p. 28) No entanto, afirmava, apesar de toda esta entrega e abnegação, só algumas eram recompensadas com a liberdade.

Este mesmo médico que, como era costume nos meios acadêmicos brasileiros, acompanhava a opinião de seus colegas franceses e não levava muito em conta as características próprias do mercado de leite materno brasileiro, aconselhava como melhores as amas que tivessem entre 20 e 30 anos de idade, com alguma experiência na arte de cuidar de recém-nascidos. Entretanto, as senhoras cariocas sempre preferiram as amas de leite muito jovens, do primeiro parto ou, como se dizia, de *“primeira barriga”*, com pouco tempo de parida e sem filho: *“Quem quiser comprar uma ama de leite ainda rapariga, sem cria e da primeira barriga, que sabe ensaboar, engomar liso e cozinhar o ordinário, vá à Rua das Violas, pegado à sacristia de Santa Rita, nº 63”* (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 10 jul., 1813, Avisos, p. 4) e *“Quem quiser alugar ou comprar uma preta com leite, terá 14 anos de idade e é de primeira barriga, morreu-lhe o filho, vá à Rua de São Pedro nº 12”* (JORNAL DO COMMERCIO, 6 out., 1828, Vendas, p. 2)

O aleitamento das crianças livres por amas escravas e livres se generalizou de tal forma que surgiu, nos meios acadêmicos e governamentais, um movimento para controlar o emprego delas baseando-se no fato de que podiam transmitir doenças aos bebês ou mesmo lhes inocular, através do leite, vícios herdados ou adquiridos. As propostas de controle sanitário das amas de leite se sucederam desde os anos 1840, mas nunca foram postas em prática, ainda que algumas poucas famílias o exigissem, particularmente com a difusão da sífilis na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 1860, como esta

que procurava por uma ama “preta”, ou seja, escrava, ou “de cor”, que queria dizer, negra ou parda, mas livre: *“Precisa-se de uma boa ama de leite para uma menina de 10 meses, que tenha leite pouco mais ou menos da mesma idade, e que seja carinhosa, sadia e sujeite-se ao exame do médico, pode ser preta ou de cor; quem estiver nestas condições, dirija-se à Rua da Alfândega nº 21”*. (JORNAL DO COMMERCIO, 7 jan. 1868, Anúncios, p. 4)

Na prática, a palavra da parteira sobre as boas condições de saúde da ama de leite que havia parido sob seus cuidados valia como garantia. Do que resultou uma espécie de conluio entre proprietários e proprietárias de escravas com um grande número de parteiras, inclusive das mais renomadas, que improvisavam maternidades em suas próprias casas, ganhando com o parto e a internação da parturiente, além de receber uma comissão pelo aluguel ou venda da escrava recém-parida, agindo como casa de comissão, ou seja, de locação e venda de escravas amas de leite. Provas evidentes disso são os inúmeros anúncios publicados nos periódicos da cidade, como este: *“A parteira Mme. Meunier, moradora na Rua da Ajuda nº 98, tem para alugar uma ama de leite, parida de um mês, a qual afiança as suas boas qualidades, e também recebe qualquer em sua casa para ter sua cria e depois alugar ou vender, tratando de seus ajustes, tudo por preços cômodos”*. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 9 jul., 1840, Notícias particulares, p. 4) Ou o da anunciante que parecia viver exclusivamente deste negócio: *“Amas com bom leite, perfeitamente sadias e de boa conduta. Quem precisar pode dirigir-se à parteira Julia Strombach, Rua do Bourbon nº 15, em Petrópolis”*. (JORNAL DO COMMÉRCIO, 12 out., 1870, Anúncios, p. 5)

Quanto às crianças que eram retiradas à força de suas mães, nenhum comentário, não se sabendo nunca o seu verdadeiro paradeiro.

O DESTINO DADO AOS ESCRAVOS RECÉM-NASCIDOS

Os jornais da época, seja através de seus anúncios, seja em sua coluna policial ou na de fatos diversos, bem como através de seus artigos, filtravam informações sobre o destino dado aos escravos recém-nascidos que eram separados de suas mães, quando não denunciavam as atrocidades de que eram vítimas.

O destino dos escravos recém-nascidos dependeu, em grande parte, do valor de mercado do escravo em geral. Durante a primeira metade do século XIX, antes da abolição do tráfico negreiro africano pela Lei Euzébio de

Queiroz de 1850, o preço do escravo era relativamente barato, pois chegava em abundância e sua reposição era fácil. Por isso mesmo, não era um bom negócio investir na criação de bebês escravos que só começariam a ser produtivos a partir dos sete anos de idade, quando principiavam o aprendizado de um ofício doméstico ou artesanal.

Daí a falta de interesse do senhor e da senhora pelos nascituros escravos. Eles faleciam na casa de seus senhores por falta de cuidados convenientes ou na Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia para onde eram enviados em grande número e onde às vezes chegavam já moribundos ou mortos, quando não eram, muito simplesmente, abandonados em logradouros públicos ou nas praias, onde, se não eram recolhidos a tempo à roda da Casa dos Expostos, morriam à míngua ou devorados por cães e porcos famintos que vagavam pelas ruas.

Na primeira metade do século XIX, o índice de mortalidade das crianças escravas foi, pois, muito elevado. Mas, o fim do tráfico africano e o consequente aumento do preço do escravo, agora obtido através do tráfico interprovincial, mudaram drasticamente este cenário e a criação das crianças escravas se tornou vantajosa. O relatório do Presidente da Junta Central de Higiene Pública, referente ao ano de 1868 (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1869, p. A-H-40-42), demonstrava, estatisticamente, que tanto a população escrava aumentara rapidamente nos anos de 1847, 1848 e 1849 por causa das grandes importações de negros africanos que antecederam a lei de 1850, quanto os nascimentos de escravos subiram nesses mesmos anos e nos subsequentes, até 1853, a elevadas cifras, aproximando-se das dos livres.

Esta revalorização das crianças cativas, que haviam adquirido valor comercial diante da escassez dos escravos, se refletiu no melhor trato que lhes era dispensado, mesmo as recém-nascidas que eram separadas de suas mães e que, agora, podiam ter um destino mais humano, sendo entregues a famílias de adoção. Avisos, como os seguintes, eram uma prova desta mudança: *"Dá-se uma criança preta para se criar de leite, na rua da Pedreira da Glória nº 60."* (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 9 out., 1856, Anúncios, p. 3), *"A pessoa que anunciou precisar de quem tome conta de uma negrinha de 8 meses para acabar de criar, pode mandar entregá-la na praia da Gamboa, esquina da rua da Harmonia, sobrado n. 4 C.C."* (JORNAL DO COMMERCIO, 28 fev. 1857, Anúncios, p. 4) e *"Precisa-se tomar para criar, uma*

criança, livre ou escrava, que será tratada com os carinhos de mãe; na rua do Cassiano n. 4B, venda". (JORNAL DO COMMERCIO, 23 nov. 1871, Anúncios, p. 1)

A procura por amas de leite escravas era tal que, nos anos 1860, fosse pela diminuição do número de escravas, fosse pelo aumento relativo e absoluto da população livre que delas fazia uso, o seu preço aumentou muito. Ao mesmo tempo, suas prendas domésticas se apagavam dando lugar às suas qualidades de ama. Assim, se nos anos 1840 podia-se alugar uma boa ama de leite por 18 mil réis, nos anos 1850, o aluguel mensal de uma ama de leite podia chegar a custar 40 mil réis; na década de 1860, 50 mil réis; na de 1870, 60 mil réis e, na seguinte, 65 mil réis, constituindo-se na mão-de-obra doméstica escrava mais cara. Eis alguns anúncios que são disso uma prova: *"Aluga-se, por 18\$ mensais, uma boa e vistosa ama de leite, parida há poucos dias, a qual sabe todo o serviço interno de uma casa; na travessa do Paço nº 5"* (JORNAL DO COMMERCIO C, 02 jul., 1842, Vendas, p. 4), *"Aluga-se para ama-de-leite, uma parda escrava, de 20 anos, muito sadia, com ótimo e abundante leite, prenda-da e carinhosa para crianças, na rua Formosa n. 83; seu preço 40\$"* (CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL Universal, 12 out., 1856, p. 3), *"Aluga-se uma excelente ama, com muito bom leite e carinhosa para crianças, quem vê-la não duvidará aceitá-la; seu aluguel com o filho é 40\$ e sem ele 50\$; na ladeira de São Lourenço nº 213 A"* (JORNAL DO COMMERCIO, 18 jun., 1868, p. 4), *"Ama de leite. Aluga-se uma carinhosa pardinha, sem vício algum, de 18 anos de idade, primeiro parto há um mês, com abundante e succulento leite; no Campo da Aclamação nº 55, lado da rua do Conde. Seu preço é de 60\$ pagos adiantados"* (JORNAL DO COMMERCIO, 26 jun., 1873, Anúncios, p. 6) e *"Precisa-se de uma ama de leite até 65\$ (...); na Rua do Espírito Santo nº 31"*. (JORNAL DO COMMERCIO, 12 dez. 1888, Anúncios, p. 5)

Para se ter ideia do valor relativo de uma ama de leite, basta confrontar o último anúncio acima com o do aluguel de uma casa situada no centro comercial da cidade, com loja, quatro quartos, três salas, cozinha e banheiro com chuveiro, gás e água encanada em seu interior, que era anunciada, no mesmo dia e no mesmo periódico, por 60 mil réis. (JORNAL DO COMMERCIO, 12 dez., 1888, Anúncios, p. 6)

O mercado de leite materno continuou aquecido até o início do século XX, quando seu preço disparou, como se pode ver neste anúncio: *"Aluga-se por 100\$ uma ama de leite sem filho, nova, sadia e afiançada; na Rua do General*

Câmara nº 124, sobrado". (JORNAL DO COMMERCIO, 1 jan., 1909, Serviço doméstico, p. 1)

Como havia uma rejeição generalizada em se alugar amas de leite com filho, elas eram alugadas "em conta", ou seja, a preços mais baixos, em geral para famílias pouco abastadas que não tinham como pagar os altos preços alcançados: "*Aluga-se muito em conta uma parda de 18 anos para ama, por levar uma filha de 6 meses; na Rua de São Carlos nº 27*". (JORNAL DO COMMERCIO, 17 dez., 1879, Anúncios, p. 6)

Ao mesmo tempo que aumentava a procura por amas de leite sem filho, subia o número de óbitos de recém-nascidos, ou ainda por nascer, escravos, especialmente depois da Lei do Ventre Livre de 1871. E a própria estatística da Casa dos Expostos, com relação à cor das crianças, em geral pardas e negras, que ali eram recolhidas, confirmava que se tratava de filhos de escravas.

Este aumento da mortalidade de crianças escravas era o resultado ora de tentativas feitas pelas próprias escravas para provocar o aborto na intenção de livrar os filhos do cativeiro, ora das privações que sofriam durante a gravidez. Era, igualmente, consequência da subnutrição resultante do bárbaro costume que tinham algumas senhoras de obrigar uma escrava a amamentar, além de seu próprio filho, uma ou mais crianças filhas de outras escravas que, por sua vez, eram alugadas como amas de leite; sem contar os recém-nascidos que eram separados de suas mães e entregues a amas que os alimentavam com mamadeiras mal higienizadas ou com comidas inadequadas, causando-lhes a morte.

A superexploração das amas de leite escravas e o destino dado aos "ingênuos"

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, determinava que, a partir daquela data, as crianças nascidas de escravas eram livres, devendo permanecer com suas mães até os oito anos de idade. Tornavam-se, assim, um estorvo para os senhores e senhoras que deviam, a contragosto, criá-las e tratá-las. Em contrapartida, eles já não investiam em sua formação profissional, mesmo se quisessem se utilizar de seus serviços até a idade de 21 anos completos, quando atingiam a maioridade, como garantia a lei.

A parceria dos senhores e senhoras de escravas, cada vez mais empenhados na sua lucrativa “indústria” de amas de leite, com as parteiras proprietárias de maternidades clandestinas recrudesciu. A procura por leite novo, por ser considerado mais nutritivo, fazia com que as escravas parissem mais vezes, e desde mais cedo, recolocando a cada parto o problema do destino que deveria ser dado a seus filhos, chamados de “ingênuos”, porque nascidos livres, e como tais com os mesmos e respeitáveis direitos dos filhos dos próprios senhores.

Daí que, em 1881, o presidente da Junta Central de Higiene Pública, para pôr um paradeiro “ao criminoso abuso cometido por muitas parteiras desta cidade, que se encarregam, mediante ajuste prévio, de dar destino aos recém-nascidos” (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1881, p. A-H-41-42), intimou a todas as parteiras que tinham maternidades em suas casas para que, no fim de cada mês, comunicassem à mesma Junta quais as parturientes que haviam entrado para o estabelecimento, seus nomes e residências, e os nomes e residências de seus senhores, se fossem escravas, o dia do parto, se havia sido natural ou laborioso, e, neste caso, qual o cirurgião ou médico parteiro que o havia auxiliado, o sexo e estado de saúde do recém-nascido, e o dia em que mãe e filho haviam deixado a maternidade.

Em 1885, a mesma Junta Central encarregou uma comissão de elaborar um relatório sobre “*As maternidades do Rio de Janeiro e o modo pelo qual as parteiras exercem a sua profissão*”. O resultado deste trabalho foi publicado pela imprensa. (O PAIZ, 27 out., 1885, Editorial, p. 1) Tratava-se de uma denúncia dos horrores da escravidão, mas não passava de uma constatação do que todos já sabiam, ou seja, que muitas das parteiras que clinicavam na capital do Império tinham em suas casas leitos onde recebiam mulheres grávidas, geralmente escravas, para darem à luz. E que, de modo algum, estas casas podiam ser consideradas como maternidades, pois ali as escravas eram recebidas com a condição de fazerem desaparecer as crianças, já nascidas livres.

À pergunta: O que era feito dessas crianças? As parteiras interrogadas pela comissão respondiam que as levavam à roda dos enjeitados. O que era duvidoso, mas não competia à comissão investigar, pois era um caso de polícia, podendo só afirmar que, segundo as declarações das mesmas parteiras, as crianças nunca acompanhavam suas mães, o que contrariava a lei. Eis porque essas maternidades clandestinas não tinham livro de registro algum, nem o

menor cuidado com o asseio e a distribuição dos aposentos das parturientes, situados em locais úmidos, escuros e sem ventilação.

Este relatório era uma prova cabal de que as medidas de controle contra estas maternidades clandestinas, tomadas quatro anos antes pela Junta de Higiene Pública, não surtiram o efeito esperado. Mas, de qualquer modo, por causa de sua exposição e das investidas intempestivas a que eram sujeitas por fiscais desta Junta, elas começaram a ser preteridas. E este serviço passou a ser, quase todo, feito por curiosas, chamadas de “comadres”, nas casas dos próprios donos e donas das escravas parturientes e totalmente fora das vistas das autoridades. Os cadáveres das crianças eram enterrados nos jardins das casas destes senhores ou em terrenos a eles pertencentes. O infanticídio se generalizou.

Um das formas de infanticídio praticadas por estas parteiras, diplomadas ou simples curiosas, era o de sufocar o recém-nascido. O francês Etienne Pelissier, ao acusar, talvez falsamente, sua mulher, também francesa, a parteira diplomada Elisabeth Pelissier, de infanticídio, descreveu um suposto caso: *“Viu sua mulher sufocar uma criança recém-nascida, apertando-a entre as coxas, depois de a ter recebido nos seu avental de parteira”*. E chegou a ver *“o inocente agitar os braços com desespero e morrer asfixiado!”*. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31 jan., 1882, Cenas de sangue, p. 2)

Não era, pois, sem razão que o Chefe de Polícia, em seu relatório de 1883, referindo-se às maternidades clandestinas, afirmava:

[...] tais casas, sem exageração, podiam ser consideradas estabelecimentos de indústrias perigosas, pois abusos e mesmo crimes podiam ser cometidos, sem que deixassem os mais leves vestígios, nem suscitassem suspeitas, desde que interessassem às próprias parturientes ou aos seus proprietários. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1883, p. A-G-12)

Parecia, pois, averiguado que todas as pacientes escravas, levadas às maternidades clandestinas, eram aceitas com a condição, imposta por seus proprietários, da eliminação dos recém-nascidos, sobretudo depois que a

condução abusiva de crianças para a roda dos expostos foi dificultada pelas autoridades.

No artigo de número III, da série publicada no mês de outubro de 1885 pelo periódico *O Paiz* (27 out., 1885, Editorial, p. 1) com o título Casas de Maternidade, o editorialista comentava que o edifício onde se achava a Casa dos Expostos, para onde eram levadas as crianças abandonadas, ficava quase contíguo ao quartel da força policial, numa rua estreita. E que esta simples vizinhança já era uma causa de constrangimento, sobretudo, sabendo-se que, devido ao aumento abusivo do abandono de recém-nascidos, o simples fato de conduzir um à roda dos expostos era suspeito de delito e sujeitava o portador ou a portadora à prisão temporária e a indagações policiais.

Essa situação, por si só inibidora, era agravada pelo fato de se postar, nas proximidades do asilo, um policial, como de sentinela à roda em que eram colocados os expostos, contrariando, na prática, o efeito desta humanitária instituição que recolhia, criava e educava a criança, fazendo um duplo benefício porque transformava, automaticamente, toda criança escrava a ela entregue em indivíduo livre, e porque talvez estivesse impedindo um infanticídio.

Ora, a mulher livre que entregava uma criança à Casa dos Expostos, instigada por algum dos vários motivos que a poderiam coagir, cometia sem dúvida uma falta pela qual, entretanto, a sociedade não lhe movia ação criminal, reconhecendo-lhe, pois, certa dose de direito. Porém, desde que o Estado demonstrava perseguir aqueles que recorriam a essa instituição para lhe confiar crianças abandonadas, era claro que incitava e facilitava o crime, tornando o infanticídio um recurso necessário para evitar o constrangimento e o vexame pessoal. No entanto, dizia o editorialista, não se sabia até que ponto esse direito podia se estender aos senhores de escravas que as separavam à força de seus filhos, principalmente depois da Lei do Ventre Livre.

Outra constatação a que chegava o jornalista, era a de que o número das parturientes livres que se achavam internadas nas maternidades, nas enfermarias dos hospitais e nas casas das parteiras, era insignificante. Demonstrando que mesmo as mulheres pobres, por razões financeiras, raramente recorriam a essas casas, preferindo dar à luz em seus domicílios ou nas casas de seus patrões ou de pessoas amigas. Quanto às escravas, eram, em sua maioria, partejadas por “comadres” ou parteiras imperitas que se comprometiam, em troca de boas retribuições pecuniárias, a livrar os senhores dos infelizes

“ingênuos”. O mais triste, lamentava o articulista, era que havia médicos que se prestavam a passar atestados de óbitos por simples informações orais e sem a inspeção visual dos falecidos.

Esta atitude antiética, senão ilícita, dos médicos não era mais do que a confirmação de que, eles também, haviam sido amamentados e criados por escravas e, muitos deles, se haviam acostumado ao espetáculo pungente e imoral de sua exploração como algo natural. Aliás, o suíço Charles Pradez, que viveu no Brasil de 1843 a 1868, fez o seguinte comentário a propósito do cotidiano da escravidão: *“A pessoa se habitua a tudo, até mesmo a ver sofrer e fazer sofrer seu semelhante”*. (PRADEZ, 1872, p. 108) E, referindo-se especialmente às mulheres, afirmava que a cidade do Rio de Janeiro estava cheia de megeras sem piedade, sem generosidade, mesquinhas que colocavam os bebês escravos *“na Roda dos Enjeitados para especular com o leite de suas negras!”*. (PRADEZ, 1872, p. 194)

No entanto, o que não se podia negar, e as estatísticas oficiais confirmavam, era o fato de que, progressivamente, desde o ano de 1868, vinha crescendo de modo inexplicável o número das crianças que nasciam mortas, e semelhante fenômeno não podia ser atribuído a causas naturais.

AS MAMADEIRAS E OS ALIMENTOS COMPLEMENTARES

A escassez e o alto preço das amas de leite escravas tornaram indispensável o uso da mamadeira para amamentar os bebês escravos e os filhos de mulheres pobres e de mães solteiras que se alugavam como amas de leite, bem como os numerosos expostos da Santa Casa que, assim, resolvia o difícil problema de dispor sempre de um número adequado de amas de leite remuneradas.

Apesar dos primeiros anúncios de mamadeiras aparecerem no início da década de 1830, o seu uso só se intensificou com o aumento do preço das amas de leite nos anos 1860 e a possibilidade de serem substituídas por amas secas, muito mais baratas. Muito frequentemente, as mamadeiras apareciam em anúncios de material cirúrgico, juntamente com bicos de peito, aparelhos tira-leite e desmamadeiras, que eram pequenas trouxinhas de pano, embebidas numa substância amarga, que se davam às crianças para lhes fazer perder o desejo de mamar.

Inicialmente, muito simples, as mamadeiras consistiam numa garrafa de vidro tendo no seu gargalo um rolinho de tecido que servia, ao mesmo tempo, de rolha e de bico, através do qual passava o leite. Aos poucos foram sendo aperfeiçoadas, podiam ser de borracha ou vidro. Elas eram, desde o início dos anos 1840, em sua maioria, importadas de Londres e, na década seguinte, dos Estados Unidos. Em 1856, Eduardo Gaquerel, proprietário da “*fábrica de instrumentos de cirurgia e de dentista à moda americana*”, anunciava mamadeiras de vidro e de borracha, bem como a “*de bomba para chupar leite*”. (JORNAL DO COMMERCIO, 24 jun., 1856, Anúncios, p. 4) As de borracha, pelo mau gosto que desprendiam, foram finalmente abandonadas e trocadas pelas de vidro.

A partir de meados de 1850, se deram as inovações mais importantes na fabricação das mamadeiras: as de tubo e as de válvula ou “de bomba”, que controlavam a entrada do ar, facilitando a sucção, sem deixar que o líquido escapasse. Concebidas de modo que o leite pudesse fluir sem esforço suplementar da sucção e sem inclinar a garrafa, derramando leite, elas facilitavam a vida de um grande número “*de amas que podiam deixar o bebê mamar sozinho*”. (DELAHAYE, 2003, p. 50)

As mamadeiras inglesas, ditas de “um sistema novo”, de tubo, mais cômodas, de vidro branco e cápsula de porcelana reforçada, foram anunciadas pela primeira vez, em 1872, pela casa importadora *Aux Deux Océans*, que reforçava a propaganda afirmando que “*nunca foi oferecido ao público uma mamadeira mais simples e higiênica*”. (JORNAL DO COMMERCIO, 17 maio 1872, Anúncios, p. 6) Elas custavam 2 mil réis. Sua grande vantagem estava na sua comodidade. Ela era colocada no berço do bebê, com o seu longo tubo de borracha, que se prolongava pelo interior da garrafa por um outro de vidro, e terminava por um bico em forma de chupeta na boca da criança que, assim, tomava sozinha sua mamadeira.

Em 1876, neste mesmo periódico, a “mamadeira-bomba” da marca francesa Monchovaut, também de tubo, se propunha a preencher “*com perfeição as funções da mama natural*”. A sucção era suprimida, pois a simples pressão dos lábios pelo lactente bastava para fazer jorrar o leite. Segundo o fabricante, era a única mamadeira “*com válvula em que nunca o leite torna a descer*”. (JORNAL DO COMMERCIO, 30 dez., 1876, Anúncios, p. 6) Ainda que mais barata, custando 1,500 réis, seu mecanismo complicado, que dificultava a sua limpeza, a tornava menos competitiva em relação à sua concorrente inglesa.

Contudo, conceituados médicos franceses condenavam, por razões higiênicas, ambos os modelos de mamadeira de tubo. O modelo francês por seu mecanismo complicado e difícil de ser limpo e o inglês porque a criança acabava bebendo um leite frio e fermentado. E concluíam que a mamadeira mais simples, de vidro transparente, *"com um lado achatado e um buraco para a passagem do ar no lado convexo, e uma chupeta de borracha no seu gargalo"*, era a melhor porque era a mais fácil de ser higienizada, *"bastando enchê-la de água quente depois de cada mamada e lavar a chupeta com água fria"*. (ROCHARD, 1897, p. 51)

No Rio de Janeiro, durante todo o século XIX, a mamadeira foi, preferencialmente, preparada com leite de vaca, mais barato, por ser um produto local e de fácil acesso. Ele era ministrado cru, misturado com água fervida.

O uso da mamadeira foi estimulado pelos produtores de complementos nutritivos, quando não de *"substitutivos do próprio leite materno"*, que dependiam dela para o consumo de seus produtos. Em 1862, o restaurativo Revalenta Árábica Barry du Barry, que se compunha de diversas farinhas e de sal marinho, se propunha a nutrir as crianças *"sem ama nem leite"*, servindo-se apenas de uma mamadeira ordinária. Assim, bastavam *"duas colheres de sopa deste alimento fervido num quartilho de água até obter a consistência de leite natural para sustentar durante um dia inteiro uma criança recém-nascida até três ou quatro meses, graduando-se a dose conforme a idade"*. (JORNAL DO COMMERCIO, 06 out., 1862, Anúncios, p. 4)

Neste mesmo periódico, em 1866, o Leite condensado de Borden se apresentava como sendo *"o leite puro, depois de haver evaporado quase toda a água, preparado com açúcar refinado"*, e afirmava que os primeiros médicos o recomendavam para as crianças, *"como preferível ao leite tirado de vacas que viviam sempre nas estrebarias sem respirar o ar livre dos campos"*. (JORNAL DO COMMERCIO, 25 mar., 1866, Anúncios, p. 3)

Em 1886, Zullig & C. se anunciavam como *"agentes da primeira empresa suíça do leite dos Alpes Suíços, inventora do leite condensado sem açúcar, muito recomendado pela ilustrada Junta de Higiene"*. (ALMANAK LAEMMERT, 1886, p. 2069)

Em geral, os leites condensados, por não se alterarem, eram indicados para a amamentação de bebês em longas viagens e tinham que ser diluídos em água para serem ministrados em mamadeiras.

A Farinha Láctea, invenção suíça, começou a se insinuar neste mercado de “alimentos artificiais” a partir dos anos 1870. Em seu anúncio, astutamente intitulado “*Ama de Leite*”, esta farinha se apresentava como “*um dos prodígios da invenção humana e o mais eficaz substitutivo do leite da mãe, e que contribui para a nutrição assaz perfeita e saudável das crianças*” e dizia contar “*com a opinião valiosa dos mais abalizados médicos e, com particularidade, da Junta de Higiene do Brasil*”. (JORNAL DO COMMERCIO, 15 out., 1875, Anúncios, p. 6) Alguns dias depois, talvez levando em conta o ferrenho apego das senhoras cariocas à amamentação com leite materno, ainda que alheio, em outro anúncio com o mesmo título, esta farinha se propunha a ser apenas um complemento excelente à amamentação e, muito sagazmente, começava assim:

A escassez das amas sadias e boas, e seu preço elevado tem tornado a introdução da farinha láctea de Nestlé um verdadeiro benefício para o Brasil. Hoje uma mãe pode ter a satisfação de criar seu filho com o leite que tiver, pouco ou muito, sem risco de enfraquecer nem de sofrer na sua saúde (JORNAL DO COMMERCIO, 19 out., 1875, Anúncios, p. 6)

Desta forma, segundo o anunciante, com uma despesa mensal que não chegava a dez mil réis, podia-se nutrir uma criança de peito nas melhores condições possíveis. No entanto, ele não considerava o preço da mamadeira e da ama seca, nem tampouco, e mais que tudo, a resistência das mulheres abastadas, únicas capazes de arcar com estes custos, mas que continuavam preferindo o leite materno. Paradoxalmente, em 1883, a propaganda deste produto suíço não mudou essencialmente e continuava a se apresentar como um substitutivo do leite materno, voltado para as mães de média e alta rendas. Seu anúncio se intitulava “*Criancinhas de peito. Farinha Láctea Nestlé*” e era muito sutil e insinuante, resumindo-se a duas muito simples receitas, uma de leite e outra de mingau, que se completavam:

Leite – Uma colherada de sopa de farinha Nestlé, com dez colheradas de água, produz um leite de um gosto e composição perfeita e fácil a fazê-lo beber por uma

mamadeira. Esse leite é o que convém às crianças de um a dois meses de idade.

Mingau – Uma colherada de sopa de farinha Nestlé, com cinco colheradas de água, faz um mingau para crianças de três a quatro meses. Tomando este mingau à tardinha, a criança dormirá quase toda a noite e consentirá à mãe o descanso necessário. (JORNAL DO COMMERCIO, 01 fev., 1883, Anúncios, p. 8)

Sem embargo, até o final do século XIX, tantos os médicos europeus quanto os brasileiros, que os seguiam, defendiam o uso do leite materno, em primeiro lugar, seguido pelo leite animal, na seguinte ordem: o de jumenta, o de cabra e o de vaca. E eram contrários ao aleitamento artificial com mamadeira, só recomendado em casos especiais. Assim, o conselheiro Carlos Frederico, num discurso pronunciado na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, ao se ocupar do aleitamento artificial, o condenou de maneira geral pelos inconvenientes frequentes que acarretava, e protestou “*contra o uso do leite condensado, da farinha láctea e outras preparações congêneres que não suprem o leite e cujos perigos demonstram as estatísticas de Beaugrand et Rochard*”. (JORNAL DO COMMERCIO, 10 dez., 1888, Gazetilha, p. 2)

A mamadeira e as amas secas livres

A escassez, bem como o aumento do preço das amas de leite escravas, abriu espaço para a entrada no mercado de trabalho de um número cada vez maior de mulheres livres e pobres, muitas imigrantes, que se alugavam como amas secas. Neste anúncio, a pobreza da anunciante estava estampada em seu próprio endereço, um cortiço: “*Aluga-se uma senhora portuguesa de meia idade, com prática de criar crianças com mamadeira, dando conhecimento de sua conduta; na Rua do Visconde de Itaúna nº 87, estalagem, casa nº 73*”. (JORNAL DO COMMERCIO, 3 fev., 1886, Anúncios, p. 4)

Com a expansão da aceitação e uso da mamadeira na amamentação das crianças, especialmente das pobres e das escravas, cujas mães se alugavam ou eram alugadas como amas de leite, bem como no aleitamento de todas aquelas que eram abandonadas e levadas à Casa dos Expostos, este trabalho

podia ser feito por amas secas livres. Mais baratas, seu preço cabia no bolso de setores menos abastados da sociedade, formados por artesãos e imigrantes europeus, brancos, como ficava implícito neste anúncio: *“Criança. Dá-se uma branca para criar com mamadeira. Perdeu a mãe com seis meses. Informa-se na Rua Barão de Mesquita nº 34, Andara”* (JORNAL DO COMMERCIO, 18 abr., 1886, Anúncios, p. 6) ou neste outro: *“Dá-se a criar com mamadeira uma menina de cinco meses; quem quiser dirija-se à Rua da Ajuda nº 83, carpinteiro”*. (JORNAL DO COMMERCIO, 22 jun., 1887, Anúncios, p. 8)

Por certos avisos, como no que se segue abaixo, ficava evidente que o modo de produção doméstico urbano se adaptava às novas condições do mercado, incorporando a tarefa da amamentação com mamadeira às suas atividades mercantis, às vezes como um item apenas complementar: *“Toma-se roupa para lavar e engomar, e bem assim uma criança para criar com mamadeira ou para desmamar; na Rua do Conde d’Eu nº 250”* (JORNAL DO COMMERCIO, 21 set., 1878, Anúncios, p. 5)

Do que se infere que a introdução da mamadeira nos hábitos da alimentação infantil nas camadas menos abastadas da sociedade permitiu que, na economia doméstica mercantil urbana, se inserissem muitas famílias, ou mesmo mulheres sós, como amas secas livres, acelerando o processo de substituição do trabalho escravo pelo livre e concorrendo francamente com o modo de produção doméstico escravista.

Amas de leite espoliadas

No mesmo número III da série *Casas de Maternidade*, o articulista, se referindo à prática generalizada, ainda que ilegal, de se separar os “ingênuos” de suas mães, dizia inflamado:

Mas em honra dos sentimentos maternais da nossa raça e daquela própria que assimilamos, embora no regime infame da escravidão, podemos declarar, pelo testemunho das próprias parteiras, que é sempre com lágrimas e no meio da mais cruel aflição que as míseras mães veem desaparecer dos seus olhos os frutos das suas entranhas, unindo a dor moral da separação à dor, muito mais suportável, do penoso trabalho a

que a natureza as condena. (O PAIZ, 27 out., 1885, Editorial, p. 1)

Este fora, sem dúvida, o caso de Maria Norberta, veiculado pela imprensa em 1890, portanto, menos de dois anos depois da abolição da escravidão, sob a epígrafe *O Crime das Parteiras* (O PAIZ, 28 jan., 1890, Noticiário, p. 1), mas para a repressão dos quais o poder público republicano, instalado desde novembro de 1889, vinha sendo da mais condenável indiferença.

Mulher de cor parda, Maria Norberta se apresentou à 3ª Delegacia de Polícia ainda na esperança de reaver seu filho que lhe fora tirado em 1883, quatro dias após o seu nascimento. Ali, ela narrou que, em julho daquele ano, quando ainda era cativa, fora mandada por seu ex-senhor para a casa de uma parteira, de cujo nome ainda se lembrava, onde deu à luz um menino que lhe foi arrancado e cujo destino ignorava.

Chamada à polícia, a parteira acusada confirmou a declaração de Maria Norberta, acrescentando ter mandado, por ordem do senhor da então escrava, lançar a criança à roda da Casa dos Expostos. Entrando em contato com este estabelecimento por meio de um ofício, o delegado obteve a informação de que, com efeito, a 24 de julho de 1883, dera entrada ali uma criança que consigo trazia um bilhete assim escrito: "*Esta criança é do sexo masculino, nasceu a 20 de abril do corrente ano e ainda não foi batizada. Dentro de pouco tempo se a virá procurar*".

Maria Norberta, pela descrição da roupa que vestia o recém-nascido e que constava do ofício da Casa dos Expostos, reconheceu ser a criança a mesma que lhe haviam arrebatado dos seios e que já devia ter quase sete anos de idade. Porém, a sua esperança se desfez com a leitura das linhas finais daquele documento: o seu filho faleceu no mesmo dia em que ali fora recebido.

O drama vivido por Maria Norberta era o mesmo experimentado por centenas de ex-escravas amas de leite que tiveram seus filhos roubados e nunca mais voltaram a vê-los, mesmo com o fim da escravidão.

O caso da pardinha Inocência que teve um epílogo mais feliz, mas que nem por isso foi menos dramático, era um exemplo muito esclarecedor dos ardis empregados pelos senhores para burlar as leis abolicionistas.

Em março de 1888, o engenheiro Sabino Eloy Alvim Pessoa estava à procura de uma ama de leite. Num anúncio, encontrou o aviso de uma pardinha

de 17 anos, cujo aluguel mensal era de 60 mil réis. Cara, mas com as qualidades que desejava, menos uma: ela tinha uma filhinha. Ele se recusou, terminantemente, a aceitá-la acompanhada. O proprietário da pardinha, não querendo deixar escapar a oportunidade de receber um aluguel tão elevado, cedeu e a entregou desacompanhada. A filhinha de Inocência foi entregue a uma outra ama de leite pelo preço de 30 mil réis mensais, segundo o seu dono, o senador do Império, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, Visconde de São Luís do Maranhão, em quem não era possível confiar plenamente dada a sua avareza e sede por lucros e também porque era possível se alugar uma por muito menos. Ainda segundo ele, Inocência costumava receber, poucas vezes e por alguns instantes, a visita de sua filhinha, para poder acariciá-la.

Tudo transcorria normalmente quando foi promulgada, em 13 de maio daquele ano, a abolição da escravidão. O engenheiro Alvim Pessoa consultou, então, o advogado F. A. Pessoa de Barros sobre o destino que devia ser dado ao aluguel de Inocência, agora livre, e foi aconselhado a interromper o pagamento, ficando os aluguéis à disposição do Juiz de Órfãos que decidiria quem deveria recebê-los: se a liberta ou o seu ex-proprietário.

O advogado Pessoa de Barros, por sua vez, decidiu aceitar benevolmente a causa de Inocência que queria reaver sua filha e poder viver com ela. Ele requereu, em 22 de maio, uma intimação ao senador para que restituísse a filha de Inocência. Foi quando, para a sua surpresa, descobriu que no dia 15, dois dias depois da Lei Áurea, havia sido lavrado, num só termo, sob a tutela do senador, todos os oito menores, libertos e ingênuos, que viviam em sua casa, dentre os quais Inocência e sua irmã. E mais, descobriu que, no dia 23 de março de 1881, quando tinha dez anos de idade, Inocência havia sido liberta, gratuitamente, sob a condição de permanecer em companhia da família do senador "*até completar a sua maioridade, para aí receber a conveniente educação e prestar os pequenos serviços compatíveis com o seu sexo e idade*". (JORNAL DO COMMERCIO, 26-27 dez., 1888, Publicações a pedido, p. 4)

Mas, Inocência, que não tinha conhecimento de sua carta de liberdade, fora ilicitamente alugada como empregada doméstica a terceiros e continuava, de fato, em verdadeiro e perfeito cativeiro. Foi assim que, no início de 1887, tendo ido trabalhar para uma família em Santa Teresa, foi seduzida por um filho da casa, ficou grávida e deu à luz. O senador, sob o pretexto de não

querer que ela voltasse para a sua casa “a fim de não contaminar com o seu mau exemplo as outras libertas e ingênuas que aí se achavam”, a destinou para servir como ama de leite em casa de família “onde não pudesse ter facilidades para prosseguir na vida desonesta que havia encetado”. (JORNAL DO COMMERCIO, 25 dez.,1888, Publicações a pedido, p. 4)

A par destes novos fatos, o advogado concluiu que não devia requerer apenas a entrega da filha, mas também a destituição do tutor e a restituição de todas as quantias por ele recebidas ilegalmente. O caso ganhou a coluna *Publicações a pedido do Jornal do Commercio* e fez escândalo. O senador, vendo a sua reputação manchada, desistiu da tutela de todos os seus protegidos. Inocência, que havia fugido e estava escondida desde o dia dez de dezembro, certamente com a cumplicidade de seu patrão, o engenheiro Alvim Pessoa, pôde enfim recuperar a sua filha, os seus salários acumulados e retomar o seu emprego, mas, seguramente, auferindo um aluguel mais “em conta”, por estar acompanhada.

O entrelaçamento da vida

O rápido desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX e o aumento inusitado de sua população livre aceleraram o processo de expansão e diversificação do comércio de importação e, particularmente, o varejista. O domus escravista se adaptou a essas acelerações econômicas e sociais fosse aumentando a parte de sua produção doméstica mercantil em detrimento da produção de consumo propriamente familiar, fosse se especializando em alguns ramos não só da produção e do comércio urbanos, como também do setor de serviços.

Na economia doméstica escravista, a ama de leite escrava que surgiu como uma necessidade da senhora de se desobrigar do pesado encargo da amamentação, se tornou uma peça fundamental de sua engrenagem: o comércio de leite materno.

A abolição do tráfico africano, em 1850, provocou não só a elevação do preço do escravo, como também o aumento de seu emprego produtivo como uma forma de avolumar a renda dos senhores e senhoras de escravos para repor o capital investido na compra dos cativos nacionais, cada vez mais escassos e mais caros.

A mudança nos hábitos de consumo da família carioca, com a introdução de costumes europeus e seus produtos importados e caros, elevou os seus gastos e atuou poderosamente no sentido de aumentar a exploração do escravo urbano, inclusive na esfera doméstica. Seguindo a tendência geral de transferir os escravos propriamente domésticos para os trabalhos produtivos, urbanos e sobretudo rurais, e substituí-los por empregados livres mais baratos, o número de escravos domésticos diminuiu. Nas casas de “pequena família”, ou seja, pouco numerosas, o emprego de uma só empregada doméstica, escrava ou livre, “para todo o serviço” se generalizou e a sua exploração aumentou.

A dona de casa, por seu lado, se achava cada vez mais ocupada com as suas atividades mercantis voltadas para a crescente demanda do mercado capitalista, burguês, que se instalava na capital do Império. Ela dependia cada vez mais do apoio de amas de leite para a amamentação de seus filhos e de amas secas para a sua criação. A demanda por este tipo de serviço cresceu tanto que, nos anos 1860, o preço do aluguel de amas de leite atingiu níveis tão elevados que a sua exploração se tornou um dos negócios escravistas urbanos mais rentáveis, além de constituir um dos poucos nichos em que o modo de produção doméstico escravista podia ainda se abrigar, se resguardando da ameaça representada pelas novas formas de produção e prestação de serviços realizadas por homens e mulheres livres. Entretanto, mesmo aí, a concorrência se fazia pela oferta, cada vez maior, de amas de leite e amas secas livres, em geral, pobres e desamparadas, logo, mais baratas.

Os altos preços exigidos por senhores e senhoras pelo aluguel de amas de leite abriram espaço para a introdução ou difusão de alimentos voltados para a alimentação infantil que dispensavam tanto o leite materno quanto as amas de leite. No entanto, na maioria das vezes, estes alimentos, alguns naturais, como o leite de vaca fresco, outros industrializados, chamados de “artificiais”, como o leite condensado e a farinha láctea, dependiam da mamadeira para o seu consumo. As farinhas nutritivas procuraram escapar da dependência da mamadeira através do preparo de mingaus que podiam ser dados ao bebê desde a mais tenra idade.

A tecnologia na confecção de mamadeiras evoluiu e a concorrência se estabeleceu entre as suas diferentes marcas, da mesma maneira que se havia

estabelecido entre os alimentos “artificiais” que disputavam o mercado da alimentação infantil. Elas criaram um nicho na economia doméstica mercantil urbana para as amas secas livres, mais baratas, que se ofereciam “para criar de mamadeira”, com leite de vaca, crianças de famílias menos abastadas.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888, por sua vez, aboliu a escravidão e libertou as amas de leite escravas, mas não lhes restituiu os filhos que lhes haviam sido cruelmente roubados, nem liberou de suas obrigações as que estavam anteriormente presas a contratos com os seus ex-senhores.

As senhoras, por gosto e por costume, seguiam abdicando de seu papel de amamentadoras e, teimosamente, se aferravam ao leite materno alugado. Assim, as crianças abastadas continuaram sendo amamentadas com leite materno, mais nutritivo, servido por amas de leite livres brancas e “de cor” que, para se alugarem por preços mais elevados, também se separavam de seus filhos. Estes, por sua vez, eram alimentados com mamadeira ou com comida, provando, mais uma vez, que a alimentação infantil no Rio de Janeiro, no século XIX, foi sempre, antes de tudo, uma questão de ordem econômica e social: uma questão de classe social.

Enfim, como todas as questões sociais se prendem umas às outras, não causará estranheza, pois, que tendo partido de um assunto tão particular, como o aleitamento infantil, tenhamos chegado a algumas das mais importantes instituições da sociedade carioca, como o domus escravista, a Casa dos Expostos e as maternidades clandestinas, e a objetos e produtos aparentemente inocentes e neutros, como a mamadeira e os “alimentos artificiais”, mas que complementavam o sombrio e triste comércio escravista de leite materno. Comércio que, nas palavras de um jornalista, era a “*síntese da exploração do indivíduo humano em todo o complexo das suas relações com a vida e com a sociedade*”:

A fruição do trabalho do homem pelo homem, esse domínio exercido pela posse absoluta sobre todas as faculdades ativas da criatura possuída, acostumou a nossa sociedade ao espetáculo pungente e imoral da exploração das escravas, amas de leite, indústria lucrativa e generalizada [...]. (O PAIZ, 19 set., 1885, Editorial, p. 1)

REFERÊNCIAS

ALMANAK LAEMMERT (1844-1889). *Almanak Administrativo, Comercial e Industrial*. Rio de Janeiro: Laemmert. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BERTHON, E. *Compêndio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de guia às parteiras na arte dos partos, precedido de uma dissertação sobre o tato*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1830. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1469005/or1469005.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

CORREIO MERCANTIL (1830-1836). Rio de Janeiro, RJ, 1831. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-mercantil/709530>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO. E UNIVERSAL (1848-1868). Rio de Janeiro, RJ, 1856. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-mercantil-instrutivo-politico-universal/217280>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DEBRET, J.-B. . *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, tome II*. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5570716d/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DELAHAYE, M.-C. *Bébés au biberon*. Paris: Höebeke, 2003.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1821-1878). Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170. Acesso em: 14 jan. 2021.

EL-KAREH, A. Famílias adotivas, amas-de-leite e amas-secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro. *Gênero*, Niterói, RJ, EdUFF, v. 4, n. 2, p. 9-30, 2004.

EL-KAREH, A. Comida quente, mulher ausente: produção doméstica e comercialização de alimentos preparados no Rio de Janeiro no século XIX. *Caderno Espaço feminino*. EDUFU, Uberlândia, MG v. 19, n. 1, p. 89-115, 2008.

GAZETA DE NOTÍCIAS (1875-1956). Rio de Janeiro, RJ, 1956. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO (1808-1822). Rio de Janeiro, RJ, 1822. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-do-rio-de-janeiro/749664>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JORNAL DO BRASIL (1891-2010). Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO (1827-2016). Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-do-commercio/758248>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. Relatório do Presidente da Junta Central de Higiene Pública. [S. l.], 1869. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1696>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. Relatório do Presidente da Junta Central de Higiene Pública, [S. l.], 1881. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório do Chefe de Polícia. [S. l.], 1883. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>, Acesso em: 14 jan. 2021.

MONTEIRO, J. R. *Higiene e Educação da Infância*. Resende: Typ. do Astro Resendense de Fernandes, 1868.

O PAIZ (1884-1890). Rio de Janeiro, RJ, 1890. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PFEIFFER, I. *Voyage d'une femme autour du monde*. (2 ed.). Paris: Hachette, 1859. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5829211r?rk=21459;2>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PRADEZ, Ch. *Nouvelles Études sur le Brésil*. Paris: Ernest Thorin, 1872. Disponível em: <https://archive.org/details/nouvellesetudess00prad>, Acesso em: 14 jan. 2021.

ROCHARD, J. *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*. Paris: Arthur Rousseau, 1897. Disponível em: http://www.columbia.edu/cu/lweb/digital/collections/cul/texts/ldpd_10100445_008/ldpd_10100445_008.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

ROUVIER, J. *Hygiène de la première enfance*. Paris: Octave Doin, 1889. Disponível em: https://archive.org/stream/b21912191/b21912191_djvu.txt. Acesso em: 14 jan. 2021.

GÊNERO, ALIMENTAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO FEMININO E CUIDADO ALIMENTAR^{1, 2}

Gabriela Brito de Lima Silva
Virgínia Campos Machado
Lígia Amparo-Santos

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo discutir sobre as relações entre o cuidado alimentar e o trabalho feminino, evidenciando sua centralidade na reprodução social. A proposta desta discussão surgiu em meio a reflexões e discussões

- 1 Texto derivado da pesquisa de mestrado intitulada “Cozinha, trabalho e gênero: as significações que as merendeiras atribuem ao seu trabalho nas cozinhas escolares” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- 2 O estudo contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante o período de 2017 a 2019.

realizadas durante uma pesquisa de mestrado que teve como objeto de estudo o trabalho culinário feminino. A partir do desenvolvimento da pesquisa, sentimos a necessidade de compreender alguns aspectos que tangem o processo de naturalização do cuidado alimentar e do trabalho feminino, considerando que o trabalho culinário feminino está diretamente ligado ao trabalho do cuidar.

O cuidado é um elemento central na reprodução social e nos processos de sociabilidade. Ele pode ser compreendido como uma prática social que tem como objetivo suprir as necessidades humanas concretas e subjetivas. Tal prática se relaciona tanto à promoção de tarefas, bens e serviços que respondem a necessidades materiais – tais como alimentação, vestuário, a saúde etc. – quanto às interações e relações de afeto que se desenvolvem em meio ao processo de assistência. Sendo assim, podemos caracterizar o trabalho do cuidar como uma prática relacional, pois esta pressupõe uma interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, em uma relação de interdependência. (CARRASCO, 2003; MARCONDES, 2013; WALDOW, 2008)

O cuidado é considerado uma prática comumente naturalizada e atribuída às mulheres, por estar intimamente relacionada a sustentabilidade da vida e a reprodução da força de trabalho no sistema capitalista. Nesse sentido, este contribui para o desenvolvimento e manutenção de pessoas com condições físicas e psíquicas, sem as quais seria impossível o funcionamento da esfera mercantil. (CARRASCO, 2003) Esta relação ancora-se na divisão sexual do trabalho como resultado das relações sociais entre os sexos que foram se moldando historicamente, socialmente e culturalmente. Uma das principais características da divisão sexual do trabalho é o direcionamento prioritário da esfera produtiva aos homens e a reprodutiva às mulheres se engendrando através do processo de naturalização dos papéis de gênero. (HIRATA; KERGOAT, 2007; MARCONDES, 2013)

As mulheres são consideradas as principais responsáveis pelo cuidado com a alimentação dos indivíduos, através da produção da alimentação cotidiana.³ Nesse sentido, destacamos que, apesar da alimentação ter como um

3 A alimentação cotidiana tem como uma de suas principais funções suprir as necessidades nutricionais dos indivíduos, se relacionando principalmente à saúde, conferindo a estes a possibilidade darem continuidade a suas atividades diárias.

de seus principais objetivos garantir o cumprimento das funções fisiológicas dos sujeitos, o ato de comer não se limita ao seu papel biológico, pois, ele também é fruto de um meio cultural e social, no qual se constroem símbolos e significados que contribuem para a relação do ser social com o mundo. Assim, ao ser responsável pela transformação dos alimentos, o trabalho culinário realizado pelas mulheres é visto como uma atividade humana que intervém na organização social, por interferir diretamente nos saberes e práticas que envolvem o comer. (SOARES; SANTOS, 2015)

Apesar disto, quando observamos o labor feminino na cozinha, espaço no qual o trabalho culinário se materializa, percebemos um encadeamento histórico de desigualdades que alocam as mulheres em posições subalternas. O papel de reprodutora e cuidadora atribuído às mulheres está impresso de modo naturalizado nas atividades desenvolvidas no mundo do trabalho e conseqüentemente no âmbito do trabalho culinário. Essa naturalização, fruto de um processo de caráter ideológico e econômico, reflete na falta de reconhecimento e desvalorização do labor feminino. (CARRASCO, 2003; COLAÇO, 2008; DANTAS; CISNE, 2017)

Ocorre que, ao estudar as dimensões que abrangem o trabalho culinário, as pesquisas no campo da Alimentação e Nutrição, ainda que pontuem as questões de gênero – e ocasionalmente as de raça/etnia –, apresentam, ainda, dificuldades em destacar a complexidade destas relações. Deste modo, cabe evidenciar que o trabalho responsável pelo abastecimento alimentar dos indivíduos é realizado por uma pessoa que tem gênero, cor e classe social. A falta de problematização sobre estas estruturas sociais na produção científica sobre alimentação torna-se um combustível para a invisibilidade das mulheres, possibilitando a reprodução de desigualdades sociais.

A partir destas premissas, organizamos este capítulo em dois momentos, nos quais buscamos de modo complementar colaborar com a compreensão sobre a relação entre o cuidado alimentar e o trabalho feminino. No primeiro, discutiremos sobre o processo de naturalização da relação entre gênero e cuidado, entendendo a inserção das mulheres na reprodução social. No segundo, por fim, discutiremos sobre os discursos que cercam a relação das mulheres com o cuidado alimentar, sinalizando como esta foi sendo construída socialmente e apontando as possibilidades de superação de tais discursos.

CUIDADO, GÊNERO E NATURALIZAÇÃO

O cuidar abarca um conjunto de relações e atividades que consiste em oferecer respostas às necessidades dos sujeitos, implicando em um sentido de responsabilidade pela integridade – física, mental, emocional e social – e o bem-estar de outrem. O cuidado como uma prática social se insere no conjunto de atividades que garantem as condições objetivas – como a alimentação, a saúde, o vestuário etc. – e subjetivas – como o afeto, a segurança, a confiança, etc. – necessárias para a reprodução humana. (CARRASCO, 2003; MARCONDES, 2013)

Segundo Waldow (2008), o cuidar instaura-se de duas maneiras: como um modo de sobrevivência e como uma expressão de interação entre os indivíduos, sendo então relacional. Ele pode ser caracterizado de três modos: como um fenômeno existencial, porque faz parte do ser, o que lhe confere uma condição de humanidade; relacional, já que se engendra na relação com outro ser, o que revela a sua coexistência; e contextual, porque assume variações, intensidades e diferenças nos modos e formas de expressar-se. A autora nos afirma que:

O ser humano é um ser de cuidado; ser que nasce com esse potencial, todas as pessoas são capazes de cuidar e necessitam, igualmente de serem cuidadas. Porém, esta capacidade será mais ou menos desenvolvida de acordo com as circunstâncias, dependerá da forma como as pessoas foram cuidadas durante as etapas da vida. Vários fatores intervêm nesse processo: ambiente, cultura, economia, política, religião, entre outros. (WALDOW, 2008, p. 87)

Ocorre que o trabalho do cuidar, alocado em meio a vida cotidiana, vem sendo historicamente sinalizado pela sociedade como uma atribuição feminina. Nas sociedades de classes, ele está intimamente ligado às mulheres, tendo estas como as responsáveis pela produção de valores de uso, à exemplo da produção da alimentação cotidiana. Nesta perspectiva, ele deve ser ensinado a todas as mulheres, a despeito das diferenças existentes entre estas, quando se identifica as desigualdades de classe, raça/etnia, sexualidade e geração.

A divisão sexual do trabalho, como uma das primeiras formas de divisão social da ocupação, é elemento central na exploração do capital sobre o trabalho e incide diretamente na responsabilização feminina pela esfera de cuidados. Tal divisão segmenta as atividades de homens e mulheres e hierarquiza-as de modo a subalternizar as tarefas consideradas naturalmente femininas em contraposição às masculinas. A divisão sexual do trabalho tende a limitar a participação das mulheres na esfera produtiva, as destinando desde o nascimento a esfera reprodutiva e de cuidados, o que a caracteriza como um modo específico de exploração das mulheres pelo sistema capitalista. (CISNE, 2015; HIRATA; KERGOAT, 2007)

Podemos destacar que tal fenômeno se constitui a partir de duas razões: uma de caráter ideológico patriarcal e outra de caráter econômico, pois a ideologia dominante sobre o que é ser mulher reproduz valores que são naturalizados como femininos e confere legitimidade à relação de exploração. (CARRASCO, 2003; DANTAS; CISNE, 2017) Deste modo, para Melo e Castilho (2009), a divisão sexual do trabalho, ao seccionar as atividades produtivas das reprodutivas, relaciona os cuidados com os seres humanos com determinações que vão além da maternidade como fator biológico e englobam todas as atividades de reprodução da força de trabalho como naturais ao papel feminino.

É importante compreendermos que tal fenômeno não pode ser visto como uma característica natural das relações entre homens e mulheres, mas como fruto de uma construção social, cultural e histórica. Nas últimas décadas, os movimentos e estudos feministas veem discutindo sobre os papéis sexuais, as assimetrias e as relações de poder entre homens e mulheres a fim de entender como estes se desenvolvem. Assim, a categoria “gênero” foi concebida com o objetivo de compreender o modo de organização social das relações que envolvem as atribuições dos sexos. Ele indica a criação inteiramente social dos papéis atribuídos a homens e mulheres nas sociedades, sendo compreendido como uma construção social e cultural em torno das características biológicas dos seres humanos. (SCOTT, 1995)

Desta forma, não é concebível que a sociedade considere as mulheres e suas atribuições na dimensão do cuidado como uma consequência natural da sua condição de genitora, tendo em vista que a representação da maternidade também seria um produto humano. Segundo Gradwohl, Osis e Makuch (2014), a condição biológica da maternidade se distancia do que denominamos de

cuidados maternos, ou maternagem. Acontece que a maternagem é uma construção social e cultural, agenciada conforme dado contexto histórico, cultural, econômico e social. As autoras afirmam que durante muito tempo o cuidado infantil esteve ligado a terceiros, todavia, com a consolidação do capitalismo, a sociabilidade burguesa difundiu-se que eram as mães as responsáveis pelo atendimento das necessidades infantis – alimentação, educação, saúde etc. –, a partir do discurso de que se as mulheres geram elas deveriam também cuidar. (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014)

Desta maneira, a imagem de mulher – mãe – cuidadora foi sendo consolidada pela ideologia dominante, fazendo com que as atribuições femininas sempre estivessem ligadas ao que seria considerado naturais a elas. Sendo assim, as condições de vida de mulheres e homens na sociedade não resultam de um destino biológico, e sim de construções sociais e culturais que têm bases materiais alocadas na organização social e principalmente no trabalho. (MELO; CASTILHO, 2009)

Conforme Cisne (2015), é importante desvendarmos os fatos que são vistos como naturais e analisar as suas determinações na tentativa de transformar a realidade vivenciada pelas mulheres. A autora afirma que, para compreendermos as relações sociais, é necessário entendermos que as classes não são abstrações, mas sim relações que envolvem antagonismos inscritos na materialidade de corpos reais, que possuem sexo/gênero e, conseqüentemente, raça/etnia. Se considerarmos a ideia de que as relações sociais são frutos da biologia e de um idealismo, podemos erroneamente acreditar que elas são inatas à “natureza” humana, sendo impossível recorrermos às transformações, principalmente no que tange os conflitos e desigualdades entre as classes.

De acordo com Andrade (2015), as ideologias que acompanham a divisão sexual do trabalho e os significados atribuídos às atividades de homens e mulheres tendem a recorrer à manutenção do sistema capitalista. Nessa concepção, todo o conjunto de relações sociais aparecem nas ideias como se fossem coisas que se esgotam em si mesmas e não como conseqüências das ações humanas. A ideologia como um sistema ordenado de ideias ou representações, normas e regras, faz com que as relações humanas sejam vistas de forma independente das condições materiais. (CHAUÍ, 2001) No caso da ideologia naturalista, base da divisão sexual do trabalho, tem por finalidade fazer com que os seres humanos criem que suas vidas, a forma como agem

e devem agir, sejam decorrência da condição sexual e das ações da natureza, tornando estas representações reguladas e legitimadas.

Nesse sentido, é comum que a sociedade recorra a ideia de que as mulheres devem ser as únicas responsáveis pelo cuidado das crianças porque engravidam ou do cuidado alimentar porque amamentam. Tal premissa faz com que o cuidado da alimentação de toda a família, indo desde as atividades que envolvem o preparo até o seu consumo, tornam as mulheres as principais responsáveis por satisfazer as necessidades nutricionais e psíquicas dos indivíduos. Quaisquer que sejam as sociedades, existe uma dependência no desenvolvimento de processos que asseguram a obtenção da alimentação, requerendo um saber-fazer próprio e um trabalho constante. Apesar de cruciais para o bem-estar dos indivíduos, as atividades relacionadas a alimentação realizadas pelas mulheres são invisibilizadas e destituídas de relevância social, devido aos valores imbuídos nas atividades reprodutivas. (SOARES; SANTOS, 2015)

O que pontuamos aqui é como a subordinação da mulher e os dons e habilidades ditas como femininas e, no nosso caso, o trabalho do cuidado com a alimentação são apropriadas pelo sistema capitalista sob o aporte da ideologia naturalista. Deste modo, o cuidado alimentar não é considerado um trabalho e sim um dom, por ser considerado socialmente como um atributo natural, uma extensão de habilidades próprias do gênero feminino. Quando a sociedade considera determinados aspectos como naturais de uma pessoa ou grupo, se constroem relações que subordinam quem detém tais atributos. Em uma sociedade que se assenta na racionalidade e no profissionalismo, o que é julgado como inato não é digno de atenção e valorização. (CISNE, 2015)

Para Carrasco (2003), os processos de reprodução da vida têm sido resolvidos sobretudo na esfera dos lares. Os bens e atividades realizadas no âmbito doméstico são repletos de complexidades, nas quais há a dificuldade de separação entre os aspectos afetivos-relacionais da atividade em si, justamente porque abrange elementos pessoais. Nesse sentido, o trabalho direcionado ao cuidado das pessoas apresenta um contexto social que difere do trabalho remunerado, realizado pelos homens na esfera pública.⁴

4 Vale ressaltarmos que as discussões sobre trabalho feminino e trabalho reprodutivo, se estendem à esfera produtiva quando consideramos a existência de profissões feminilizadas.

A ideia de que a relação entre o trabalho culinário e o trabalho feminino é algo natural, torna a cozinha doméstica um território de prática feminina.⁵ Em um momento de transposição do trabalho culinário do espaço doméstico para o espaço público, percebemos como a dimensão do cuidado se encontra impressa nas atividades realizadas pelas mulheres no mundo do trabalho. O labor feminino quando direcionado ao preparo da alimentação como uma atividade remunerada se liga às cozinhas consideradas simples, em estabelecimentos que carregam consigo a representação de uma cozinha doméstica, trivial e preparada sob o aporte do nutrir e do cuidar. Nesse sentido, a identidade da mulher como trabalhadora estará ligada ao seu papel de reprodutora, pois tal imagem básica, originária da mulher – família, mãe, dona de casa – estará à frente, lhe trazendo limitações a uma adequada colocação no mundo do trabalho. (COLAÇO, 2008; DANTAS; CISNE, 2017)

Diante desta discussão, ousamos debater como, historicamente e culturalmente, a relação entre as mulheres e o cuidado alimentar, principalmente no que tange o trabalho culinário, foi sendo construída. Nesse sentido, o materialismo histórico dialético, como teoria e método, nos possibilita compreendermos como as ideias, concepções e formas de relações são produzidas pelos seres humanos em um determinado momento histórico, refletindo na própria realidade desse momento. Sendo assim, a origem das ideias e atividades humanas estão na base material da sociedade e não nas concepções ideológicas. A partir desta análise podemos entender que a posição das mulheres na sociedade e a construção dos processos que as aloca com condições desiguais são produtos de relações históricas e dos processos que envolvem as relações de produção (CISNE, 2015; GONÇALVES, 2017)

Adiante, discutiremos sobre a criação dos discursos naturalizadores que direcionam exclusivamente o trabalho feminino ao cuidado alimentar e possibilidades de desconstrução e superação desses discursos.

Estas são vistas como extensões das atividades femininas relacionadas ao cuidado e que são realizadas no mercado de ofertas de bens e serviços remunerados. (CARRASCO, 2003; MARCONDES, 2013)

5 Embora a relação do homem com a cozinha doméstica exista, esta é pontual e se distingue totalmente da noção de cuidado.

Trabalho feminino e cuidado alimentar: desnaturalizando discursos

O discurso criado em torno do cuidado alimentar parte da premissa de que as mulheres têm uma capacidade natural de suprir as necessidades nutricionais dos indivíduos desde o nascimento, por meio da amamentação. Na tentativa de compreender as assimetrias nas quais as mulheres estão expostas na sociedade, Ortner (1979) parte da proposição de que as funções sociais destas são vistas como mais próximas da natureza e, portanto, há um direcionamento social das mulheres a determinadas atividades na esfera do cuidado.

Ortner (1979) afirma que o corpo da mulher e suas funções – capacidade de procriar, amamentar e menstruar – parece colocá-la socialmente mais próxima à natureza, em contraste com a fisiologia masculina, que liberta o homem para assumir mais completamente os esquemas da esfera pública. Os indivíduos durante a infância não têm condições suficientes de realizar determinadas atividades que supram suas necessidades alimentares. Desta maneira, para a sociedade, seriam as mães as pessoas indicadas para a realização das tarefas que envolvem a produção e serviço da alimentação, como uma extensão da sua ligação natural de alimentar as crianças no período da amamentação. Portanto, as atividades das mulheres tornam-se circunscritas em determinadas limitações que as confinam no interior do lar e nas tarefas ligadas à reprodução. Porém, é importante destacarmos que não há razão, tirando a capacidade de amamentar, para a responsabilização contínua da mãe pelo cuidado alimentar infantil. (ORTNER, 1979)

Devemos salientar que a amamentação não é uma atividade estritamente biológica, pois, assim como as demais atividades humanas, ela se converte em social ao passo que é simbolizada. Segundo Almeida e Novak (2004), ela pode ser considerada um híbrido da relação entre natureza e cultura e, desta maneira, é socioculturalmente e historicamente determinada. Trata-se de um ato impregnado de ideologias, símbolos e determinantes que resultam das condições concretas da vida. Os autores afirmam que diversos fatores irão interferir no contexto da construção da amamentação, tais como valores de cada cultura, estágios de vida, política estatal, medicina,

questões econômicas, conhecimento científico, indústria e serviços de saúde. (ALMEIDA; NOVAK, 2004)

Podemos citar, entre inúmeros exemplos que caracterizam o aleitamento como um fenômeno cultural, o fato de que, entre o século IX e XX, a medicina se valeu do discurso do aleitamento materno como instrumento de fortalecimento e controle da família junto à sociedade. Condenando o aluguel de escravas e mulheres pobres como amas de leite, esta concepção tinha por finalidade transformar as mães as únicas responsáveis pela saúde das crianças que deveriam ser o “futuro” da nação. Deste modo, para atender a fins estratégicos, a medicina social criou a prática da amamentação “natural” sob as bases do determinismo biológico, desconsiderando a magnitude dos condicionantes socioculturais que permeiam a prática. (ALMEIDA; NOVAK, 2004)

Portanto, a partir do determinismo biológico, a sociedade justifica a responsabilização das mulheres na reprodução dos indivíduos e em especial do cuidado alimentar. Não objetivamos encobrir a importância dos vínculos desencadeados pela amamentação, pois, conforme Romanelli (2006), o leite materno é o primeiro alimento ofertado ao ser humano e sua ingestão envolve contato direto com o corpo da mãe, promovendo segurança e afeto. Todavia, questionamos a estreita vinculação que prossegue durante a existência humana decorrente da divisão sexual do trabalho, segundo o qual a produção das refeições se constitui como tarefa unicamente feminina. Na grande maioria das sociedades, a culinária é vista como uma atividade das mulheres, o que socialmente é explicado pela sua permanência no lar com o filho, fazendo com que seja conveniente para ela desempenhar o trabalho doméstico neste espaço e todas as atividades relacionadas à alimentação. (ROMANELLI, 2006; ORTNER, 1979)

No livro *Sexo contra Sexo e Classe contra Classe*, Evelyn Reed (2008) afirma que um dos maiores obstáculos na qual nos defrontamos é a falta de informações e estudos que abordem sobre a transformação histórica da família e a participação das mulheres no desenvolvimento das sociedades. A representação delas, ligada exclusivamente às tarefas domésticas, é considerada normal e foi sendo naturalizada ao longo do tempo. Neste livro, a autora traz alguns apontamentos sobre a relação da mulher e a produção da alimentação

na história⁶ que podem ser utilizados para se pensar as relações entre o trabalho feminino e o cuidado alimentar.

Reed (2008) salienta que nas múltiplas sociedades primitivas, os meios de produção eram de propriedade comum e todos os membros da comunidade trabalhavam igualmente, desenvolvendo relações de autonomia e democracia. As mulheres davam à luz e continuavam livres e independentes e os cuidados da prole eram compartilhados com todas as pessoas da comunidade. Em meio a este contexto, destacamos que as mulheres foram as primeiras fornecedoras de respostas às necessidades do viver em sociedade naquele momento. Através da capacidade biológica de procriação e amamentação, a contribuição das mulheres na reprodução das sociedades intervém tanto na geração da força de trabalho, necessária para o desenvolvimento produtivo, quanto no sustento nutricional dos indivíduos nos primeiros anos de vida. (REED, 2008; VAISTMAN, 1989)

As formas de divisão social do trabalho nesse período se baseavam principalmente na procura e obtenção de alimentos. A produção e o consumo da alimentação eram coletivos e adequava-se às necessidades biológicas e sociais e às próprias capacidades de produção do grupo. Aos homens cabiam as atividades que demandavam mobilidade e força física, como a caça e a guerra, e as mulheres às atividades mais sedentárias devido aos seus períodos cíclicos, como a coleta e cultivo de determinados alimentos. (REED, 2008)

Por sua complexidade, a caça não vigorava como a principal fonte de provimento dos alimentos e o trabalho feminino tornou-se a fonte mais segura de sobrevivência por muito tempo através de práticas de coletas e caça de pequenos animais realizadas pelas mulheres. Deste modo, o trabalho feminino foi se relacionando com o desenvolvimento de métodos particulares de cultivo e produção da alimentação naquele contexto histórico, iniciando-se um processo de apreensão e difusão de técnicas que envolviam o cultivo, colheita, processamento e armazenamento de alimentos. Durante o período no qual os homens se ocupavam exclusivamente com a caça e a guerra, no

6 Não buscamos partir de uma visão generalista e nem simplista da história humana, mas utilizar os apontamentos da autora como uma possibilidade de reflexão sobre as relações de trabalho nas sociedades primitivas, principalmente no que tange a produção da alimentação.

interior das comunidades, as mulheres foram as principais responsáveis pela criação da maior parte do conhecimento que envolve a produção da alimentação. (REED, 2008)

De acordo com Reed (2008), pressupõe-se que as técnicas da cozinha consequentes do controle do fogo também foram apreendidas pelas mulheres. Sendo assim, preparar e conservar a comida presumia a criação de toda espécie de equipamento subsidiário: vasilhas, utensílios, fornos, armazéns, despensas, celeiros e depósitos para os alimentos. Nesse sentido, foi o trabalho feminino no interior das comunidades coletivas que impulsionou o desenvolvimento do controle dos conhecimentos e práticas referentes à alimentação, desde a coleta, à produção dos alimentos e ao preparo da comida. Reed (2008) afirma que:

Enquanto os animais vivem sempre procurando comida, dia a dia, a humanidade teve que estabelecer algumas normas sobre suas provisões para poder progredir e desenvolver-se. Controle significa não só alimento suficiente para hoje, mas um excedente para amanhã e a capacidade de conservá-lo para o futuro. (REED, 2008, p. 62)

Através dos apontamentos de Reed (2008), podemos inferir que foi no processo de organização das sociedades que as mulheres, ao estarem em circunstâncias mais “reservadas” no interior da comunidade, tiveram a possibilidade de desenvolver saberes e práticas sobre a produção e o preparo dos alimentos, desde a sua obtenção ao uso de utensílios, métodos de cocção, métodos de conservação e técnicas culinárias. A situação social das mulheres na pré-história, ofertava a elas, a possibilidade de criação e interação. Deste modo, o cozinhar se tornou uma atividade aprendida e ensinada pelas mulheres, sendo então uma prática feminina construída ao longo dos tempos.

Levi-Strauss (1968), ao analisar a culinária e sua relação com a cultura, considerou que a atividade de transformação do alimento em seu estado cru para cozido implica em uma série de aspectos que podem representar a transição da natureza para a cultura. Além dos instrumentos de mediação que

refletem a característica altamente cultural do processo culinário, o próprio ser humano como ser ativo, social e histórico torna-se um produtor de ideias e representações sobre o comer e a comida.

O papel feminino com o cuidado alimentar vai muito além de suprir unicamente as necessidades fisiológicas dos indivíduos, considerando as práticas alimentares essenciais para a constituição do ser no mundo. Assim, tendo em vista os pressupostos de Levi-Strauss (1968), consideramos que o papel feminino se apresenta como um poderoso agente de transformação dos produtos naturais em culturais. A mediação entre o cru e o cozido, a natureza e a cultura, tende a ser realizada pelas mulheres. São elas as responsáveis por satisfazer, por meio da culinária, não só as necessidades fisiológicas, mas a reprodução e satisfação de outras relações sociais como a identidade, a comensalidade, reciprocidade e a comunicação expressas em cada um dos conteúdos das atividades culinárias que incorporam. (CONTRERAS; GRACIA, 2011; ORTNER, 1979)

Apesar de tais aspectos, o trabalho feminino com a alimentação faz parte de um invisível cotidiano compreendido como algo repetitivo, monótono e natural, o que acarreta à falta de relevância social. Uma possível explicação para os processos de naturalização e subordinação das mulheres na história está no desenvolvimento das sociedades de classe.⁷ Com o surgimento das comunidades sedentárias e as possibilidades de acúmulo de riquezas, as mulheres ficaram restritas a condições de submissão. Isto se deve ao fato de que em um determinado momento a interferência na ordem da herança e da hereditariedade fizeram com que houvesse a abolição do direito materno e a filiação ao direito hereditário paterno, tornando os homens os responsáveis diretos pela ordem da família e dos meios de produção. (REED, 2008; VAISTMAN, 1989; ENGELS, 2014)

No discurso patriarcal, as funções maternas foram utilizadas como instrumento para justificar desigualdades e relações de poder entre os sexos. O fator biológico em si – capacidade de procriação – não fornece uma explicação plausível, mas quando inserido em um quadro histórico interfere no modo como os dois sexos dividem as tarefas socialmente necessárias à produção dos meios de existência. Além disso, resulta em consequências

7 Sociedades segmentadas em classes sociais, baseadas segundo critérios econômicos e produtivos.

quanto ao controle que os membros da sociedade passam a possuir sobre o conjunto dos processos de produção e dominação. Com o passar do tempo, personagens como o Estado e a Igreja também contribuíram para a ideia de que a família é um destino natural da espécie humana e que eram elas as detentoras do cuidado do núcleo familiar. (ENGELS, 2014; REED, 2008) De acordo com Vaistman (1989):

O que seria uma ‘vantagem’ biológica das mulheres, que os homens não possuem, se transforma, sob certas condições históricas, num handicap social, pois fundamenta a divisão sexual do trabalho, que aloca homens e mulheres a posições diferenciadas no sentido do controle do último das condições sociais de produção e dominação. Ao mesmo tempo, a partir das posições diferenciadas, as sociedades passam a atribuir uma valorização negativa às atividades femininas, como por exemplo o trabalho doméstico, mesmo que esse seja essencial para a reprodução. (VAITSMAN, 1989, p. 34)

As representações negativas que acometem bruscamente as atribuições domésticas, essencialmente realizadas pelas mulheres, incluindo nelas as práticas culinárias, as tornam menos dignas que as atividades masculinas. As tarefas desenvolvidas por elas, ao serem vistas como atributos naturais, extensões das aptidões ditas da “essência feminina”, não são vistas como competências que fazem parte de um trabalho racionalizado. Quando uma atividade se feminiliza, esta é vista pela sociedade como menos complexa e tal argumento é utilizado como justificativa para o desprestígio do trabalho feminino. (DANTAS; CISNE, 2017) Este aspecto, segundo Romanelli (2006), contribui para ofuscar investigações mais acuradas sobre o preparo dos alimentos.

Compreender a construção social e cultural da relação entre o feminino e o cuidado alimentar implica em entendermos que o trabalho do cuidado não é posto em prática de forma instintiva e natural, mas sim planejada e orientada com uma finalidade. O abastecimento e a preparação se desenvolvem através de um trabalho que envolve a atenção, o conhecimento, a aquisição dos gêneros, compras, acondicionamento, armazenamento, conservação, reciclagem de sobras, elaboração dos cardápios, preparações, serviço, controle

de qualidade e a atenção com a alimentação de crianças e idosos. Ou seja, não basta somente cozinhar, é necessário cuidar do espaço, do cardápio, planejar as ações, serviços e gastos, assim, é empregado esforço físico e mental no planejamento e execução das atividades. Considerar o trabalho doméstico uma expressão puramente de amor é desconsiderar os gestos repetitivos e atos cotidianos estafantes de manutenção do lar e da sustentabilidade vida. (ANDRADE, 2015; SOARES; SANTOS, 2015; CONTRERAS; GRACIA, 2011)

Romanelli (2006) afirma que as mulheres ocupam uma posição fundamental na alimentação da família por diversos motivos: controlando o orçamento doméstico referente a compras dos alimentos, seu processamento, socialização dos filhos para a aceitação e distribuição entre os integrantes da família. Em consequência da posição na qual estão alocadas na estrutura social, elas acabam por possuir mais informações referentes às regras alimentares. Conforme Assunção (2008), a mulher – especialmente a mãe – tem um papel preponderante na preparação da comida, pois ela que irá decidir quais serão os alimentos que serão consumidos. Ainda que existam os gostos individuais dos filhos e do marido, raramente ela irá preparar uma comida apenas para o seu consumo.

Nesse sentido, pontuamos que as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica/privada, e em destaque ao cuidado alimentar, irão garantir, entre outras coisas, a manutenção e reprodução dos sujeitos. Pensando na perspectiva do capitalismo, elas são responsabilizadas por fornecer meios de subsistência e assistência aos membros da família, garantindo condições objetivas de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras que se constituem enquanto força de trabalho disponível. Diante disto, Andrade (2015) afirma:

Quanto menos os trabalhadores precisarem se ocupar com a sua própria manutenção – seja através do trabalho doméstico gratuito ou mesmo pela compra de bens e serviços no mercado –, maior o consumo produtivo de sua capacidade de trabalho por parte do capital. (ANDRADE, 2015, p. 281)

Ainda que não se pode afirmar que este esteja organizado nos moldes capitalistas de exploração e produção da mais valia, a dona de casa, ao ser a

responsável pela reprodução da força de trabalho, está inserida em um sistema de exploração específico, já que sem o seu trabalho o sistema teria que arcar com todo o ônus da reprodução. As atividades não remuneradas realizadas por ela – como por exemplo o cuidado com as roupas, a alimentação, a limpeza da casa etc. – têm um papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, por atender necessidades primordiais das pessoas. Embora o fruto do seu trabalho não circule diretamente no mercado capitalista, é ela que desempenha uma função importantíssima na preservação deste sistema, ao ponto que os serviços prestados pelas mulheres, incidem diretamente na produção e reprodução da força de trabalho, que é uma mercadoria essencial para a reprodução do capital. (CARRASCO, 2003; CISNE, 2015; NOGUEIRA, 2010)

Nogueira (2010) afirma que é imprescindível avançarmos na metamorfose da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, em busca de igualdade de condições entre os indivíduos, com o intuito de iniciar uma “primeira” libertação das tarefas ditas femininas, impostas predominantemente pelo seu papel social. Nesse sentido, torna-se crucial refletirmos se as novas formas de produção do trabalho doméstico que tem como auxílio instrumentos tecnológicos – tais como máquina de lavar louças, liquidificador, batedeira, máquina de pão, cafeteira etc. – realmente impactaram nesta libertação.

Mesmo com todos esses elementos, questionamos se a inclusão da tecnologia realmente libertou as mulheres do trabalho doméstico – e, no nosso caso, o trabalho culinário – ou se esta é utilizada como uma resposta social ao “bem-estar” das donas de casa. A inserção dos eletrodomésticos na realização das atividades, sendo acessíveis a uma parte da sociedade, tem como justificativa a diminuição do tempo e do trabalho empregados nas tarefas domésticas para uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho. Apesar disso, devemos destacar que elas continuam sendo as principais responsáveis pela manutenção dos lares, ocasionando uma dupla jornada de trabalho. (CARRASCO, 2003; NOGUEIRA, 2010; SILIPRANDI, 2004)

Contudo, quando observamos as discussões que giram ao redor da alimentação na era contemporânea, principalmente no que tange a globalização, percebemos como certos discursos apontam a inserção das mulheres no mercado de trabalho como um dos maiores fatores de mudanças alimentares. Nesse sentido, a mudanças de hábitos alimentares, intercorrências no

aleitamento, o consumo de alimentos industrializados, aumento da obesidade e demais carências nutricionais geram uma espécie de pressão que faz com que a sociedade responsabilize essas mulheres por tais consequências. (SILIPRANDI, 2004)

É importante salientarmos que, ao invés de buscarmos explicações simplistas pautadas em um sujeito específico, devemos questionar as estruturas que legitimam a divisão sexual do trabalho doméstico e a necessidade de socialização do cuidado, principalmente do cuidado alimentar. As mulheres – em especial as mulheres negras e da classe trabalhadora – sempre estiveram no mercado de trabalho, desenvolvendo muitas vezes atividades consideradas extensões do trabalho do cuidar, dentre outras que envolvem precarização e subordinação da sua força de trabalho. (DANTAS; CISNE 2017; MARCONDES, 2013) A partir disso, destacamos como a dupla jornada de trabalho sempre fez parte da vida destas, o que torna cruel darmos voz a discursos que tendem a culpabilização das mulheres pelas consequências de um sistema perverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos discutir sobre a relação entre o cuidado alimentar e o trabalho feminino, evidenciando a sua importância na reprodução social. O cuidado é visto na nossa sociedade como uma atribuição feminina que tem como características suprir as necessidades dos indivíduos e ser um meio de interações, tratando-se assim como algo relacional. Sendo o cuidado com a alimentação uma das primeiras funções das mulheres, este irá incorporar e expressar elementos como a saúde, a reprodução, a identidade, a comensalidade, a comunicação, dentre outros. Desta maneira, é importante salientarmos como o ato de comer integra a vida humana, pois a alimentação, além de suprir as necessidades fisiológicas, é um veículo que integra a relação entre o ser social e o mundo.

Pudemos observar que a justificativa social para o direcionamento feminino às tarefas relacionadas ao cuidado alimentar parte de representações fundamentadas nas características biológicas – como a procriação e a amamentação – que se engendram no plano ideológico. Todavia, se admitirmos tal premissa, continuaremos a naturalizar as relações humanas como se fossem destino de uma condição biológica. Sendo assim, a historicidade e

materialidade nos ajudam a compreender como as relações são construídas através dos tempos e como o ser humano é um ser ativo e social.

A investigação sobre o cuidado alimentar e o trabalho feminino exige que olhemos para o primeiro, como produto e produtor das relações que envolvem o trabalho culinário e gênero, além de possibilitar a compreensão sobre o papel das mulheres no desenvolvimento das relações entre a humanidade e a alimentação. Tais elementos discutidos neste capítulo revelam como o processo de legitimação da ideologia naturalista limita o entendimento sobre como as relações são construídas no campo da alimentação. É preciso compreendermos que, ao conhecermos os cerne dessas relações, temos a oportunidade de transformação das relações de desigualdade, que limitam e invisibilizam as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. G. de; NOVAK, F. R. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 80, n. 5, p. 119-125, 2004.

ANDRADE, J. E-J. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 265-230, 2015.

ASSUNÇÃO, V. K. Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 233-253, 2008.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, p. 11-49, 2003.

CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COLAÇO, J. H. L. Cozinha doméstica e cozinha profissional: do discurso às práticas. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 143-171, 2008.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

- DANTAS, M. F. P.; CISNE, M. "Trabalhadora não é o feminino de trabalhador": superexploração sobre o trabalho das mulheres. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 75-88, 2017.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.
- GONÇALVES, M. da G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica da psicologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 47-66.
- GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, C. O triângulo culinário. *Estructuralismo y dialéctica*. Buenos Aires: Paidós, p. 24-35, 1968.
- MARCONDES, M. M. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: SILVA, Y. (org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013. p. 251-280.
- MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.
- NOGUEIRA, C. M. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Revista Aurora*, Marília, v. 3, n. 2, p. 59-62, 2010.
- ORTNER, S. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.
- REED, E. *Sexo contra sexo ou classe contra classe?* 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis; Rosa Sundermann, 2008.
- ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Revista Medicina*, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 333-339, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1995.

SILIPRANDI, E. Políticas de Segurança alimentar e relações de gênero. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. 11, p. 1-17, 2004.

SOARES, M. D.; SANTOS, L. A. Gênero, cuidado alimentar e saúde no âmbito doméstico: algumas reflexões. In: STREY, M. N.; VERZA, F.; ROMANI, P. F. (org.). *Gênero, Cultura e Família*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

VAITSMAN, J. Biologia e história (ou porque a igualdade é possível). In: LABRA, M. E. (org.). *Mulher, Saúde e Sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 25-38.

WALDOW, V. R. Atualização do cuidar. *Aquichan*, Cundinamarca, v. 8, n. 1, p. 85-96, 2008.

VIVENCIAS CORPÓREAS

ANÁLISIS ETNOGRÁFICO DEL PARENTESCO DE LECHE EN LA COMUNIDAD AFROURUGUAYA¹

Valentina Brena

INTRODUCCIÓN

En el campo de los estudios de la antropología de la alimentación suele recurrirse a una diferenciación conceptual entre alimento y comida para discernir lo fisiológicamente nutritivo de lo culturalmente comestible; y pese a que la liquidez de la leche materna se escurriría entre tal taxonomía, no diluye la posibilidad de adoptar sus categorías analíticas. Con ello intento decir que, sin desatender su especificidad, examinaré los aspectos concernientes a la lactancia materna tomando los modelos que surgen de los análisis en torno

1 Este trabajo se enmarca en la investigación que desarrollo como parte de mi tesis de doctorado, titulada "Implicancias del amamantamiento en las configuraciones familiares: una etnografía sobre lactancia y parentesco en la comunidad afrouruquaya" realizada a partir de la Beca de Posgrados Nacionales en Áreas Estratégicas 2018 de la ANII. La investigación que de la origen a los resultados presentados en la presente publicación recibió fondos de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación bajo el código POS_NAC_2018_1_152401.

a la comida/alimentación a partir del reconocimiento de procesos convergentes entre ambos tipos de sustancias nutritivas, sean sólidas o líquidas.

Partiendo de esta consideración, en el primer apartado de este texto realizo un análisis de la lactancia materna a partir de los teóricos de la antropología de la alimentación, lo que me permitirá ponderar la multiplicidad de formas de practicar y representar el acto de amamantar, e identificar la interfaz en la que confluye su aspecto fisiológico/nutricional con su carácter simbólico/social.

Tras visibilizar la mirada de formas de concebir, realizar, complementar, y hasta sustituir al amamantamiento, me detendré en el contexto contemporáneo signado por alternativas inéditas que emergen con la industrialización de los alimentos, y que han dado lugar a los sucedáneos de leche materna, pero también, a la leche materna de banco.

Posteriormente, y en diálogo con lo anterior, en la segunda sección de este trabajo focalizaré en la capacidad que posee la lactancia materna compartida para generar vínculos de parentesco de leche, a partir de los insumos que surgen del marco teórico de la antropología del parentesco moderno. Como señalaré, no existe una forma universal de definir al parentesco, puesto que se trata de una construcción social y cultural heterogénea. Y si bien el parentesco de leche ha existido en diversos sistemas socioculturales, en cada contexto se reviste de una distintiva singularidad. (SOLER, 2011) Aquí, focalizaré en el estudio de caso de la comunidad afrouruguaya contemporánea, considerando su devenir histórico y los canales mediante los que opera su transmisión inter-generacional hasta la actualidad, que, como un reflujo, reactivan el lugar que ocupa dentro de su memoria colectiva.

Como se verá, las características propias de la diáspora africana en Uruguay – y la región – están signadas por las huellas del pasado colonial y la colonialidad del poder que se expresa en el mundo moderno dándole continuidad a fenómenos como el racismo y la discriminación racial. A partir del reconocimiento de esas vivencias racializadas – y de los saberes ancestrales disidentes capaces de desafiarlas –, se configuró la práctica de la lactancia materna hacia bebés no engendrados por las mujeres-madres lactantes de origen africano en América, quienes fueron esclavizadas y obligadas a ejercer como nodrizas; pero quienes, tras la abolición de la esclavitud, le dieron continuidad como trabajo de forma (más o menos) independiente. Arribando al pasado reciente y a la actualidad, la práctica persiste en condiciones disimiles, al realizarse de

forma solidaria como parte de las estrategias de ayuda mutua y de crianza compartida, que despliegan las mujeres-madres del grupo.

La experiencia corpórea aparece como un eje transversal del análisis, donde el cuerpo emerge como un campo emblemático que, como seres humanos habitamos, y desde el que interpretamos – e interpelamos – al mundo. Por tanto, el cuerpo puede ser entendido como un espacio que se debate entre la amenaza de la cosificación – y su consecuente conversión en objeto de explotación o regulación – y la posibilidad de la negociación de sentidos individuales y colectivos. En relación a estos aspectos es que la agencia corpórea-láctea permea los objetivos de este trabajo, porque precisamente, deja al descubierto la diversidad de formas de amamantar, las decisiones que toman las mujeres-madres sobre sus fluidos lácteos y las conexiones que esas decisiones y acciones pueden generar.

Sustento el análisis a partir de mi tesis doctoral en curso, en la que realizo una investigación etnográfica sobre la construcción del parentesco de leche en la comunidad (autodenominada) afrouruguaya, que desarrollo a partir de una metodología afro-referenciada que incorpora una perspectiva feminista interseccional y postcolonial.

ENTRE LA LECHE MATERNA COMO ALIMENTO FISIOLÓGICO Y LA LACTANCIA MATERNA COMO EXPRESIÓN CULTURAL

Los seres humanos, junto a otra serie de animales no humanos, somos mamíferos por lo que la lactación forma parte de un proceso fisiológico de vital importancia en nuestro ciclo reproductivo, mediante el que las crías se alimentan con leche producida por las glándulas mamarias de las hembras en el marco de los procesos de gestación, parto y postparto. (GARCÍA, 2005)

Mientras que en los animales mamíferos no humanos el amamantamiento se inicia instintivamente tras el parto, en los seres humanos la lactancia materna está fuertemente condicionada por el contexto sociocultural; así es que nuestras formas de amamantar serán diversas y adquirirán características específicas, a partir de la articulación entre factores hormonales, físicos y culturales. (RODRÍGUEZ, 2017) Así es que, el amamantamiento humano contiene una inherente dimensión social, que marcará la diferencia entre

la fisiología de la leche materna y la práctica de la lactancia materna como construcción cultural.

El proceso de producción de leche humana es diferente al de la lactancia materna [...] entre otras razones porque ocurre entre cuerpos sexuados con asignación de género, en contextos de relaciones sociales, en los cuales los sujetos se desenvuelven con su biografía y subjetividad y no únicamente por su condición de mamíferos, ya que incluso su fisiología está regulada por mecanismos neurohormonales. (TORRE; SALAS, 2006 p. 264)

La dimensión sociocultural del amamantamiento, no sólo generará un abanico diverso de formas de amamantar, sino que expandirá los límites *naturales* de la lactancia materna, incluyendo su absoluta sustitución -sin comprometer la sobrevivencia de las criaturas lactantes-, así como la inhibición de la producción de leche humana tras el parto -por razones no fisiológicas-; pero también la inusitada producción de leche materna que, sin haber engendrado logran generar algunas mujeres-madres para amamantar a sus bebés adoptivos/as. Estos son sólo algunos ejemplos para mostrar cómo la cultura es capaz de modelar las formas de amamantar – e incluso de no hacerlo – en función de las normas, creencias, costumbres y valores de grupo.

La diversidad láctea y el carácter simbólico de la alimentación

En tanto producto fisiológico, la leche materna es el alimento que más tiende a ser naturalizado, no obstante, como todo alimento, está cargado de significados. De acuerdo con Jesús Conteras (1993) la alimentación no puede reducirse a una mera actividad biológica ni al acto de recolectar nutrientes dietéticamente suficientes para la sobrevivencia; de modo que, por más fisiológicos que sean los fluidos lácteos maternos, su consumo no deja de constituir un evento alimentario humano complejo, configurado a partir de la triangulación comensal/alimento/situación que, une indisolublemente nutrientes y sentidos. (AGUIRRE, 2004)

En este marco, desde la misma lupa con que identificamos gramáticas culinarias, podemos visualizar gramáticas lácteas. Y como acontece con cualquier otro tipo de alimentación, la lactancia materna tiene un formato, una organización, una estructura y un orden; es decir, no hay nada de *natural* en la forma en que se define quién amamanta a quién, cómo, cuándo, cada cuánto, hasta cuándo, en dónde, delante de quién, o qué implica para una mujer-madre estar amamantando – tales como tabúes sexuales o prescripciones alimentarias – y para un bebé ser amamantado – tal como la adscripción a un grupo etario al que se le atribuyen determinadas características – y un largo etcétera.

Simultáneamente, cada una de estas formas de concebir la lactancia materna, genera identidad(es), define fronteras y se diferencia de *otras*; incluso, en ocasiones, se desarrollan sentimientos de aversión sobre formas de amamantar disímiles a las *nuestras*.

Innumerables ejemplos etnográficos e historiográficos demuestran cómo, en determinadas circunstancias, la lactancia humana trasciende el fin nutricional y se reviste de suntuosos simbolismos. Uno de los ejemplos más llamativos lo constituye un ritual practicado por el grupo étnico Masai del este africano, registrado por Hollis en el año 1905 (SOLER, 2011), en el que se instrumentaba la lactancia compartida para pacificar tribus enemigas. La ceremonia consistía en el amamantamiento de una mujer Masai a un bebé de la tribu enemiga mientras que, a la inversa, una mujer de la tribu enemiga lactaría a un bebé Masai; el rito era acompañado por una práctica de lactancia intercambiada, de forma idéntica, entre vacas y terneros de ambas tribus, constituyendo un verdadero pacto de leche que simbolizaba y fijaba un período de paz definitiva.

A su vez, como todos los alimentos consumidos por un grupo, la leche materna tiene asignado un estatus social que, además de ser variable conforme a cada contexto sociocultural, es dinámico y puede fluctuar con el paso del tiempo. Desde la óptica occidental – y por tanto: capitalista, blanca y patriarcal – la lactancia materna ha sufrido una agonizante desvalorización, propia de todo aquello vinculado a lo privado, lo doméstico, lo servil, lo maternal y lo infantil.

La figura histórica de la nodriza encarna la estratificación y desigualdad social expresada mediante el amamantamiento; lo que en términos de Bourdieu (1988) equivaldría a decir que cumplió una función social para la *distinción* y la legitimación de las diferencias sociales.

Han existido nodrizas en diversos momentos y culturas – sea por obligación, salario, conveniencia o solidaridad –, quienes eran encargadas de amamantar y cuidar a bebés lactantes no engendrados por ellas. En Occidente, tener una nodriza era símbolo de poder económico y político, aunque en ocasiones, familias humildes recurrieron a sus servicios ante casos de necesidad.² Generalmente, ser nodriza, ha sido sinónimo de esclavitud, servidumbre y pobreza, si bien en algunos casos, las nodrizas *regias* – quienes brindaban sus servicios para la realeza – fueron reconocidas por su labor y gozaron de tratamientos privilegiados. (SOLER, 2011)

Las repercusiones del higienismo – política social y sanitaria que emerge y se expande entre fines del siglo XIX y principios del siglo XX –, fueron provocando una transición de la ama de leche a la ama seca (SEGATO, 2013), inherentemente acompañada por la aparición y popularización de los sucedáneos de leche materna que derivaron en la medicalización del amamantamiento. (ORTEGA; VECINDAY, 2011) Así, fue emergiendo la alimentación con leche de fórmula suministrada en mamaderas; lo que significa que, la puesta en desuso de la nodriza, de ninguna manera supuso un cambio de prestigio sobre la práctica de amamantar.

Dados los innumerables beneficios que la lactancia materna conlleva – y que no logran ser alcanzados por la leche de fórmula –, lo que está en juego es el estatus social diferencial que existe entre una y otra forma de alimentación:

Una vez nacido el niño, la leche materna basta para satisfacer todas las necesidades nutricionales del recién nacido. Además, la leche materna proporciona al niño anticuerpos presentes en la madre y que contribuyen a reforzar su sistema inmunológico. Por esta razón, el abandono masivo del amamantamiento materno por el biberón producido en muchos países en vía de desarrollo, así como también en los países más industrializados, ha

2 Piénsese por ejemplo en el caso de las propias nodrizas que migraban para cumplir con su tarea, cuyos bebés quedaban en sus hogares al cuidado y amamantamiento de otra nodriza local -que simbolizaría menor prestigio, por supuesto-, tal como lo constata el Elena Soler (2011) con su estudio etnohistórico sobre las nodrizas pasiegas entre los siglos XIX y XX, quienes migraban temporalmente (dentro del propio territorio español) de la cordillera Cantábrica a ciudades tales como Granada, Santander, Zaragoza, entre otras.

sido uno de los cambios alimentarios de este siglo más difíciles de comprender. Dada la indiscutible superioridad de la leche materna, la única explicación posible es que el biberón fuera tomado como sinónimo de estatus social más elevado. Muchas madres consideraron que el amamantamiento era una costumbre vulgar de los campesinos y que había que modernizarse adoptando el biberón. (CONTRERAS, 1993, p. 46)

Según Ester Massó Guijarro (2013) desprestigiar una práctica tan poderosa como la del amamantamiento supuso una estrategia simbólica con efectos masivos y perversos. Evidentemente, existieron intereses para la propagación de la leche artificial y la industria vinculante que no se ve favorecida con el amamantamiento.

Industrialización de los alimentos y de la lactancia materna

De acuerdo al modelo propuesto por Patricia Aguirre (2004) actualmente la humanidad atraviesa la tercera transición alimentaria mediante la que pasamos de agricultores a industriales. Este cambio estructural en la alimentación se configura a partir de la influencia que, fenómenos tales como, la revolución industrial, el trabajo asalariado en fábricas, la modernidad, la popularización del azúcar, la esclavitud, las dietas deslocalizadas e independientes a los ciclos estacionales, ejercieron sobre los procesos de producción distribución y consumo alimentario. En el campo de la lactancia materna, la etapa industrial de la alimentación en curso, tendrá su correlato en la -ya mencionada- leche artificial o de fórmula – popularmente conocida como complemento – y, como veremos, en la leche materna de banco.

Si bien la posibilidad de complementar la lactancia materna con otros alimentos surge en lo que fuera la segunda transición alimentaria – de cazadores-recolectores a agricultores mediante la leche de herbívoros domésticos y cereales cultivados convertidos en papillas –, será la era industrial la que revolucione las posibles formas de alimentación dirigidas a la primera infancia, que de forma inédita permitirán prescindir de la leche materna por completo.

Para el caso de España, de acuerdo a Rita Rodríguez (2015), será en las últimas décadas del siglo XIX que lleguen las primeras harinas lacteadas destinadas

al consumo infantil de Nestlé, mientras que en los primeros años del siglo XX se instalaría la primera fábrica de la empresa en el país, lo que dinamizó su comercialización; seguidamente emergió la producción de leche condensada. Aun así, en aquel entonces, resultaba costoso recurrir a estos productos y no será hasta mediados del siglo XX que se dispare su popularización.

A partir de los años sesenta y setenta, la alimentación artificial con leches de fórmula adaptada se incorporó de forma exagerada a las pautas de alimentación infantil en algunos sectores de la sociedad. Los buenos resultados obtenidos con la leche artificial en la alimentación de los recién nacidos se introdujeron en las representaciones sociales sobre la lactancia artificial, desplazando a la lactancia materna en algunas ocasiones sin que existieran razones o circunstancias para ello. (RODRÍGUEZ, 2015, p. 424)

Aproximándonos al Río de la Plata, Aguirre (2002) reconoce que en Argentina se vivió un proceso análogo, ya que desde principios del siglo XX comienza a aparecer la leche en polvo artificial que hasta la década de los 1970 se hará popular. No obstante, a partir de esa misma década, acontece un viraje que comenzará a legitimar un nuevo discurso en promoción de la lactancia materna por encima del complemento.³

Arribando al caso uruguayo, el proceso es semejante. Y pese a que, hace algunas décadas el discurso hegemónico privilegia la lactancia materna en las recomendaciones sobre las formas de alimentar a los/as recién nacidos/as y lactantes, los datos estadísticos evidencian que el porcentaje de lactancias maternas exclusivas hasta los seis meses aún dista de ser universal.⁴ (CABELLA et al., 2015)

3 Tal como señala Fischler (2010) es de esperar que, tras la adopción de prácticas alimentarias disfuncionales, se desaten procesos correctivos, ajustes o reequilibrios.

4 Según la Encuesta Nacional de Desarrollo Infantil y Salud (Endis) realizada en el año 2013, si bien el 97% de los/as niños/as encuestados/as fueron amamantados/as alguna vez, el porcentaje de bebés que recibieron lactancia materna exclusiva durante sus primeros seis meses de vida desciende a 67%. Por su parte, la proporción de niños/as de 12 a 15 meses que estaban siendo amamantados/as durante la encuesta correspondió al 47,2%. (CABELLA et al. 2015)

Actualmente existe un discurso regulador de la alimentación de la primera infancia que se despliega con fuerza mediante disposiciones normativas. Precisamente, en Uruguay se ha desarrollado una batería de leyes, decretos ministeriales, programas y políticas públicas, destinada a favorecer la lactancia materna por sobre todas las formas de alimentación en los primeros meses de vida. Y si bien dichos dispositivos promueven la lactancia como una forma de alimentación natural, lo que subyace es la naturalización de las formas de amamantar que esos mismos artefactos, instituciones y discursos buscan legitimar.

Como parte de estos dispositivos, se encuentra la instauración de los bancos de leche humana; estrategia sanitaria que a nivel nacional se rige por normativas del Ministerio de Salud Pública y a nivel internacional por recomendaciones de la Organización Mundial de la Salud. Los mismos, son el resultado de una solución moderna y legitimada desde el discurso biomédico dominante, que garantiza leche materna pasteurizada y estudiada microbiológicamente, que será destinada a bebés pre-términos.

En una publicación en curso, realizo un exhaustivo análisis crítico de la leche de banco a partir del argumento de que si bien busca fomentar la lactancia materna, lo que subyace es la promoción de la alimentación mediante leche materna por sobre la práctica de amamantar. La incongruencia se encuentra en el paradigma biomédico que exagera el componente nutricional, inmunológico y neuroendócrino de la leche materna, y que minimiza – cuando no anula – el componente simbólico y afectivo sobre las formas de amamantar. Desde esta concepción, si el consumo de la leche materna se concreta mediante pecho directo, mamadera o sonda es irrelevante siempre que existan las garantías de salubridad.

El concepto de gastro-anomía acuñado por el sociólogo francés Claude Fischler (2010) nos ayuda a reflexionar sobre estos aspectos. Para el autor, la gastro-anomía genera hiperespecialización e hiperhomogeneización de los alimentos, lo que se ha instaurado a partir de la década del 1960 del siglo XX, momento en que se ha extendido la preocupación sobre la higiene y pureza de los alimentos y se ha propagado la utilización de los envasados plásticos para su comercialización. Dichos procesos, devienen de las fuertes influencias que, por un lado, realizan las advertencias médicas y, por otro lado, el marketing y la publicidad.

La generalización de los procedimientos de conservación e higiene y la obsesión bacteriológica, al esterilizar los alimentos, parece que hubiesen esterilizado también sus sabores; los embalajes plásticos y el celofán han instalado a los alimentos en una no man's land aséptica, que los separa aún más tanto de sus orígenes como de su consumidor. (FISCHLER, 2010, p. 9)

Los procesos mecánicos y tecnológicos por los que atraviesa la leche materna en los bancos que, tras ser donada de forma altruista por mujeres-madres lactantes es científicamente analizada, mixturada, esterilizada, envasada y entregada de forma anónima hacia las familias de los bebés destinatarios ofreciendo garantías de pureza, asepsia, higiene y calidad, no sólo mezcla y estandariza la leche humana en tanto materia, sino que homogeniza, neutraliza y distancia las diversas subjetividades, afectos y corporalidades que la producen y reciben, obstruyendo toda posibilidad de entrelazar historias de vida lactantes.⁵ Por ello, la leche de banco se debate entre la paradoja de ser un alimento fisiológico e industrializado, de forma indisociable.

La alimentación en el seno materno y su capacidad de emparentar

La construcción del parentesco

Las personas solemos naturalizar las formas en que definimos y distinguimos a nuestros parientes, sin embargo, no hay nada natural en esa calificación. Para decirlo de modo muy breve: el parentesco no es reductible a un hecho biológico. Precisamente en el campo de los estudios del parentesco, a partir de los planteos que el antropólogo estadounidense David Schneider desarrolla en los últimos años de la década del 1960, se reconoce que se trata de un fenómeno complejo construido a partir de la articulación entre lo biológico y social que, en cada contexto, se conjuga de forma específica.

5 Adopto la expresión *historias de vida lactantes* a partir de Massó Guijarro (2018) para dar cuenta del engranaje de historias de vidas a partir del amamantamiento compartido.

Mediante estas ideas subyacía una reveladora crítica hacia las dicotomías biológico/social y natural/cultural. Siguiendo Rivas (2009), no es que cada grupo defina al parentesco a partir de una interpretación cultural de los hechos biológicos reproductivos – como si éstos estuvieran dados por naturaleza –, sino que los componentes biológicos de la reproducción son símbolos que en cada cultura se definen como biológico/reproductivos. A partir de esta asunción, Gómez (2011, p. 2) señala que:

[L]as relaciones familiares se constituyen y desarrollan en la interfaz entre el plano biogenético y el sociocultural, dando lugar a la formación del sistema complejo que denominamos parentesco

Janet Carsten (2014) analiza metafóricamente al parentesco como sustancia y tras reconocer la pluralidad de formas desde las que es capaz de constituirse, se detendrá en la sangre que, por la multiplicidad de significados que le son atribuidos – sea tanto como sustancia corporal o recurso biomédico –, constituye un símbolo extraordinariamente poderoso capaz de fluir entre diversos dominios sociales.

Si bien Carsten (2014) insiste en que el parentesco es un proceso mutable que se construye y reconstruye durante todo el período de vida, también identifica que en ciertos contextos occidentales se privilegia la procreación y el nacimiento como ritos fundacionales que fijan al parentesco, lo que es indisoluble de la hegemonía de la consanguineidad. Precisamente, esa fue una distinción sobre la que se centró Schneider (RIVAS, 2009) algunas décadas antes, al diferenciar los estados del ser propios del parentesco euroamericano y los estados del hacer que caracterizan a los universos simbólicos no occidentales. La diferencia reside en que, en la sociedad euroamericana el énfasis se deposita en el ser del individuo, quien se define como persona y como pariente, de una vez para siempre, al nacer; mientras que, en otros sistemas simbólicos no occidentales, el parentesco se hace a lo largo de la vida y por lo tanto es flexible y variable. (RIVAS, 2009)

Aun así, en el contexto occidental, la sangre no es ni condición necesaria ni suficiente para producir familia, de ahí que existan consanguíneos que no se reconocen como parientes, y que existan parientes que se reconocen sin

ser consanguíneos. En términos de Gómez (2011), ello significa que la transmisión genética es condición necesaria pero no suficiente para emparentar, pues tiene que haber reconocimiento social.

Concomitantemente, Sahlins (2011) desarrolla la idea de la mutualidad del ser para hacer referencia a un tipo de relación social trans-personal que tienen los parientes entre sí, quienes están co-presentes los unos en los otros y cuyas vidas se entrelazan al punto de pertenecerse mutuamente. Para el autor, dichos parientes no necesariamente se constituyen en términos de procreación, filiación o ascendencia, sino que también pueden construirse postnatal o performativamente.

Como señala Tarducci (2013, p. 119-120) – siguiendo a los teóricos del parentesco moderno:

Las relaciones que implican parentesco (consanguinidad, afiliación, afinidad, adopción) se pueden apreciar vinculadas a la idea de sustancias comunes que viajan de un cuerpo a otro a través de la generación, la inseminación y la copulación, pero también a través del amamantamiento, la comensalidad, la ritualidad, la vida en común, etcétera.

Tras haber cuestionado la posible determinación natural de las relaciones parentales y tras haber reconocido la multiplicidad de formas mediante las que se puede construir el parentesco, me detendré en el estudio etnográfico de la comunidad afrouruguaya focalizando en el parentesco de leche y, por tanto, en el amamantamiento y su eficaz simbolismo capaz de engendrar parientes más allá (de la hegemonía) de los lazos de consanguinidad.

PARENTESCO DE LECHE EN LA COMUNIDAD AFROURUGUAYA

Los alimentos consumidos por un grupo remiten a aquello considerado familiar; de hecho, alimentación y familiaridad son fenómenos con un alto nivel de convergencia, y la intimidad que conlleva la alimentación en el seno materno, aglutina de forma muy particular esa asociación.

Amamantar es una experiencia inherentemente corpórea, y los simbolismos que la revisten dan cuenta de cómo, la corporeidad humana es una materia que produce sentidos, representaciones y valores compartidos. Por ello, el cuerpo no puede reducirse a una colección de órganos ni a su estructura anatómica, ya que también supone una dimensión simbólica y cultural. (LE BRETON, 1999) Precisamente en este desfase es que se encuentra la diferencia, ya esbozada, entre el proceso de producción de leche humana y el acto de amamantar.

Para Contreras (1993), el compartir los alimentos con otras personas requiere un cierto grado de compatibilidad, intimidad y aceptación. De forma metafórica señala que ofrecer comida propia supone brindar un bocado de sí mismo; la corporalidad propia de la lactancia materna lleva su metáfora a un extremo casi literal.

La proximidad o estrechez de las relaciones sociales entre las personas puede expresarse mediante los tipos de alimentos y comidas que toman juntos, así como por la frecuencia de esas comidas. (CONTRERAS, 1993, p. 58)

Como corolario, el parentesco de leche da cuenta de la simbología de la leche humana como un fluido corporal que, al compartirse, es capaz de generar relaciones sociales de familiaridad, dejando en claro que, en el campo de las representaciones, la sangre no es la única sustancia corporal plausible de emparentar personas. (SOLER, 2011)

Como fuera anticipado, este trabajo remite al caso del parentesco de leche de la comunidad afrouroguaya contemporánea, tanto en términos de la mantención de su reconocimiento en la memoria colectiva, como en relación a su (más infrecuente) vigencia y actualidad. Pero antes de proceder, considero importante hacer una serie de aclaraciones: de ninguna manera ello implica afirmar que todas las mujeres-madres afrouroguayas amamanten, ni que practiquen la lactancia compartida puesto que, como todo colectivo, denota cierto grado de heterogeneidad; a su vez, tampoco significa que la lactancia materna compartida sea exclusiva de la comunidad afrouroguaya. Así, la particularidad se presenta a partir de la dimensión, práctica y de significado,

que adquiere la lactancia materna compartida a nivel comunitario, y de la conjunción de su densidad histórica con el reconocimiento de ser una experiencia compartida en las formas de maternaje colectivo.

Dicho esto, y a partir de los planteos que caracterizan al feminismo negro (COLLINS, 2000, entre otras), las particularidades de las mujeres de la diáspora africana se manifiestan en sus experiencias vitales y a estos respectos, sus historias lactantes no constituyen la excepción. Ciertas singularidades del amamantamiento de las mujeres-madres afroargentinas contemporáneas se vinculan a la trata transatlántica y al trabajo esclavo desde el que, comúnmente, sus ancestros fueron convertidas en nodrizas.

El hecho de que sus lactancias hayan sido parte central del régimen esclavista y uno de los oficios desde el que pudieron ganarse la vida en el período post-esclavista, hace que se torne difusa la línea que separa lo productivo/público de lo reproductivo/privado. De modo que históricamente, las mujeres-madres lactantes de la diáspora africana, han estado desafiando los fragmentarios sistemas binarios occidentales.

A su vez, desde estos lugares se presentan las ambivalencias entre los orígenes de la imposición de una lactancia diferida, generadora de disrupciones familiares constituidas por postergaciones – y hasta separaciones – del recién nacido con la mujer-madre esclavizada que lo engendró, y una lactancia contemporánea, más de tipo comunitario, desplegada voluntariamente por mujeres-madres afroargentinas cuando algún/a integrante de sus redes lo necesita o para reforzar lazos de familiaridad.

Paradójicamente, dicho amamantamiento va generando lazos de parentesco no consanguíneos y extrauterinos, que amplían la noción de familia mediante la gestación de hermanos de leche e hijos de la vida; aspecto que si bien está invisibilizado en la sociedad envolvente, es transmitido – en ámbitos de confianza – por sus protagonistas con orgullo, como símbolo de altruismo y generosidad.

La antropóloga Rita Segato (2013) analiza el rol de las amas de leche africanas y afrodescendientes en la sociedad brasileña durante la Colonia hasta la segunda mitad del siglo XIX, así como la transición de la ama de leche a la niñera en vinculación a las presiones higienistas de la modernidad. Pone de relieve el desdoblamiento de la maternidad en la madre biológica, la jurídica y la de hecho y encuentra un paralelismo con las madres Oxum y Iemanjá,

dentro de la mitología de las religiones afrobrasileras, quienes reflejan la diferencia entre criar hijos/as y parirlos/as, poniendo en evidencia la separación entre los vínculos de parentesco con los lazos biogénéticos.

Según Elena Soler (2011) desde la Antigüedad la procreación había sido concebida como un proceso que abarcaba hechos intrauterinos y extrauterinos que involucraban la concepción, el embarazo, el parto y la lactancia, pero a mediados del siglo XIX con los primeros descubrimientos científicos sobre la fisiología humana y la procreación, comenzará a gestarse una profunda separación entre la etapa intrauterina que será asociada a la reproducción (concepción, embarazo y parto), y la extrauterina que será asociada a la nutrición (lactancia).

Siguiendo a la autora, esta clasificación sirvió de fundamento para imponer una jerarquización de los fluidos – cuya fijación se remonta a los antecedentes jurídicos del derecho civil romano –, en donde el binomio masculino sangre-semen pasará a ser el símbolo dominante de la reproducción humana y, de forma simultánea, la sangre-leche quedó “relegada a un segundo plano e incluso ignorada en un discurso dominante patriarcal”. (SOLER, 2011, p. 18)

Empero, pese a la potencia de la hegemonía del parentesco consanguíneo, la alimentación en el seno materno conjuga de forma muy particular afectos, emociones, alimentos y corporalidades, al punto de construir un tejido apretado de subjetividades interconectadas. La relación casi simbiótica que se establece entre cuerpos lactantes conectados es plausible de generar un estrecho vínculo, tan profundo, que es capaz de construir lazos parentales posnatales cuando acontece entre una persona madre lactante y un bebé lactante que no haya sido engendrado por ella.

Aun así, tampoco se trata de un universal. (SOLER, 2011) Es decir, no siempre que existe lactancia materna compartida se genera automáticamente una relación parental; para que acontezca, tiene que inscribirse en el marco de un contexto cultural capaz de ser reconocida. De allí también se desprende la idea de que, si bien el parentesco de leche existe en diversas sociedades, no por ello se configura de forma idéntica, y aun tratándose de un mismo tipo de parentesco, puede conformar repertorios culturales diferenciados que, aunque parecidos, no son homogéneos.

En el caso del Islam, el Corán y los Hadices explicitan la prohibición matrimonial entre hermanos/as de leche, pero la forma en que se interpreta la

construcción de este tipo de parentesco es diversa según se trate de escuelas religiosas ortodoxas o heterodoxas. (SOLER, 2011, 2017) Así es que, mientras ciertos/as musulmanes flexibilizan al parentesco de leche, hay otros que consideran que con ingerir una sola gota de leche materna de una madre diferente a la que engendró basta para emparentar. Precisamente, en un estudio que la investigadora Soler (2017) realiza entre un conjunto de mujeres-madres marroquíes musulmanas residentes en Barcelona, constata cómo las mismas no recurrirían a leche de banco para su descendencia ya que al tratarse de leche anónima podría generar vínculos de parentesco con personas desconocidas; lo que podría culminar en un casamiento no intencional entre hermanos/as de leche, actuando en franca contradicción con la ley islámica. De ahí que la autora concluya:

No se pueden diseñar programas preventivos de la lactancia, ni proponer y en muchos de los casos exigir medidas legislativas, como las elaboradas en esta última década por parte de organismos internacionales y el personal científico internacional, sin conocer aquellos aspectos culturales que puedan favorecer o dificultar su aceptabilidad y aplicabilidad. (SOLER, 2017. p. 117)

Retomando el caso de la comunidad afrouruguaya, aunque mi estudio no me permita identificar regularidades, tampoco obstruye la posibilidad de elevar una serie de consideraciones importantes sobre la forma en que opera la construcción de este tipo de parentesco.

Primeramente, me interesa señalar que la lactancia materna compartida no es necesariamente extrapolable a la gestación del parentesco de leche; es decir, no se construye parentesco si eventualmente un bebé es amamantado por una mujer-madre afrouruguaya que no lo engendró. Por lo que una sola lactada asilada, no convierte a las personas lactantes vinculadas en parientes; para que el parentesco de leche se constituya, tiene que existir un vínculo mayor, sea en cantidad de tiempo, o veces, en que se practica la lactancia, o sea en tareas de cuidados que imparte la mujer-madre hacia esa criatura lactante. En segundo lugar, el parentesco de leche dentro de la comunidad afrouruguaya tampoco se construye mediante la alimentación con leche materna de una madre diferente a la que engendró – suministrada en mamadera,

por ejemplo –, puesto que la forma de alimentación capaz de emparentar es la lactancia por pecho directo.

Ambos puntos evidencian que, el lazo parental no se construye únicamente a través de los nutrientes compartidos, sino mediante el contacto corporal. Son las miradas, las caricias, los cuidados, el afecto y las emociones vividas en el acto de amamantar, las que (en este contexto) garantizan la interconexión subjetiva, el apego y el mutuo reconocimiento.

En tercer lugar, dentro del parentesco de leche en la comunidad afrouruguaya, el vínculo de la hermandad de leche es especialmente significativo y ha demostrado perdurar con el paso del tiempo. Asimismo, es importante señalar que son hermanos/as de leche aquellos que comparten, de forma simultánea, una misma lactancia, lo que excluye a otros hermanos/as (mayores o menores) que hayan sido amamantados por esa misma mujer-madre en un período de lactancia diferente. Ello da cuenta del grado de horizontalidad que caracteriza a este tipo de parentesco.

A excepción de la lactancia esclavizada o asalariada – que ya fuera mencionada para el caso de las nodrizas –, la lactancia materna compartida tiene lugar ante casos de necesidad nutricional cuando una mujer-madre lactante no puede amamantar a su bebé – sea de forma temporal o permanente –, y así otra mujer-madre pasará darle pecho al mismo. Pero también, la práctica, históricamente se ha inscrito como parte de las estrategias de cuidados y maternajes compartidos que despliegan dos, o más, mujeres-madres lactantes, quienes cuidarán y amamantarán de forma alterna a sus bebés para salir de sus hogares a cumplir con sus respectivas responsabilidades, como serían las laborales, por ejemplo. No obstante, su práctica no se restringe a la ausencia de la mujer-madre lactante que engendró ya que, en ocasiones, también se efectúa para reforzar lazos de familiaridad, incluso, estando presente la propia madre, tal como lo he observado de forma directa durante uno de los períodos de mi trabajo de campo en la ciudad de Montevideo. (Notas de campo. Mayo, 2019)

A partir de estas estrategias de ayuda mutua desplegadas a través del amamantamiento, adopto la expresión de cuerpos lácteos autónomos desarrollada por Ester Massó Guijarro (2015) quien la utiliza para exaltar la capacidad que poseen las personas-madres lactantes de producir un alimento fisiológico de calidad inigualable y de tomar decisiones propias para que fluya.

El concepto de agencia refiere a la capacidad de actuar de un individuo o colectivo conforme a sus posibilidades y de escoger a partir de sus propios deseos; lo que permite establecer nuevas conexiones plausibles de generar la emergencia de un acto político. La agencia, siempre está situada en una trama de relaciones, pero en tanto posibilidad y potencia, permite cuestionarla y hasta subvertirla. A través de la agencia, algo se construye y ordena, por ello da lugar a un acto creativo. (EMA, 2004)

Por su parte, la agencia lactante, refiere a la apropiación y resignificación cultural de la lactancia materna. Por largo tiempo la lactancia materna, como tantas otras esferas femeninas, ha sido un campo de control – racista, patriarcal, heteronormativo –, y es por ello necesario reconocerla como un espacio que puede ser descolonizado. (MASSÓ GUIJARRO, 2015) En este sentido, que en tiempos post-esclavistas y contemporáneos las mujeres-madres afro-uruguayas tomen libres decisiones respecto a qué hacer con sus fluidos lácteos, que son un producto fisiológico propio, y que resignifiquen la práctica de la lactancia compartida conforme a sus intereses y concepciones demuestra que están teniendo agencia.

Hay poder para amamantar y hay elección para hacerlo y sobre cómo hacerlo, entonces hay agencia y empoderamiento materno.

CONCLUSIONES

El amamantamiento es una característica distintiva de la especie mamífera dada la capacidad que tienen las hembras de producir un alimento fisiológico propio tras engendrar a sus crías para garantizar su nutrición posnatal. Remitiéndome al caso de los mamíferos humanos, el proceso fisiológico que posibilita la lactación se inscribirá en los diversos universos simbólicos que poseen los grupos sociales; y a partir de su confluencia se configurarán las diferentes formas de concebir y practicar la lactancia materna, e incluso, de no hacerlo. La operación descrita es el resultado de que, si bien todo tipo de alimentación humana engloba un fin nutricional, ello no significa que nuestras formas de alimentarnos puedan reducirse a ello.

Así, he partido de la asunción de que la lactancia materna es un proceso biológico interpretado culturalmente de formas diversas. Enunciada de esta manera, el abordaje antropológico de la lactancia materna, nos invitó a transitar

por un camino que disuelve la presunta frontera que escinde la naturaleza de la cultura y viceversa.

La industrialización de los alimentos ha impactado cabalmente al proceso alimenticio, y ante esta imperiosa tendencia no resulta difícil imaginar que la lactancia materna no haya constituido la excepción. El desarrollo tecnológico de los países desarrollados de Occidente ha creado fórmulas para la alimentación artificial de los recién nacidos que permiten prescindir de la leche materna sin comprometer su sobrevivencia, aunque sin equiparar sus beneficios. Como un reflujo a lo anteriormente dicho, la aparición de la leche de fórmula evidencia cómo la lactancia materna no constituye un reflejo fisiológico, y por tanto no se reduce a una mera forma de alimentación natural – por no mencionar el desmantelamiento que estas innovaciones suponen sobre lo que hasta entonces parecía una forma de alimentación universal.

Asimismo, como parte del proceso de industrialización alimentaria, se crearán y expandirán los bancos de leche humana que, en Uruguay, son parte de las políticas públicas desarrolladas para favorecer la lactancia, aunque paradójicamente, corren el riesgo de privilegiar la alimentación con leche materna por encima del amamantamiento. De forma más amplia, el análisis de la normativa nacional vigente en materia de lactancia, demuestra que la normativización naturaliza y homogeniza la pluralidad de formas de representar y practicar la lactancia. Consecuentemente, ejerce una fuerte presión sobre aquellas cosmovisiones y praxis que ocupan un lugar subalterno desde la óptica biomédica occidental.

Precisamente, el estudio de caso presentado en relación a un segmento de la comunidad afrouruguaya evidencia cómo sus particularidades lactantes sufren la exclusión del campo discursivo y de acción estatal que no reconoce ni legitima la lactancia materna compartida. La que, pese al encorsetamiento normativo, continúa siendo parte importante del universo simbólico del grupo y sigue construyendo sentidos que sobrepasan su componente nutricional, al punto de construir parentesco de leche.

El parentesco es universal pero las formas en que se expresa son locales y diversas. A su vez, múltiples tipos de parentesco pueden convivir entre sí, y no necesariamente uno debe opacar o sobresalir respecto a otros; sin embargo, la estructura jerárquica propia de Occidente, coloca al parentesco biogénico en un lugar hegemónico. Pese a ello, y tal como lo constata el colectivo

afrouuguayo, la lactancia materna compartida puede constituir un medio para la transmisión de parentesco.

El parentesco de leche se construye de forma extrauterina y por ello es capaz de generar lazos familiares más allá de la consanguinidad (SOLER, 2011), o de estrechar vínculos consanguíneos ya existentes entre una mujer-madre lactante y un bebé que no haya sido engendrada por ella; lo que, de forma muy particular, derivará en un lazo especialmente significativo entre los/as bebés lactantes, emparentados/as por la hermandad de leche.

La tradición de la lactancia compartida de las mujeres-madres de origen africano en América es indisoluble del régimen esclavista en el que fueron violentamente obligadas a trabajar como nodrizas; pero las formas en que la comunidad afrouguaya ha ido resignificado su práctica, constata una transición entre la expropiación de sus fluidos lácteos maternos al agenciamiento. Como fuera desarrollado, tener agencia equivale a estar en una situación relacional donde a través de la acción se cuestionan y generan conexiones y nuevas posibilidades.

En relación a ello, las mujeres-madres lactantes afrouguayas contemporáneas, circunscriptas en formas propias de maternajes colectivos, son capaces de desplegar estrategias de ayuda mutua a través de su leche materna, la que a su vez es plausible de emparentar personas y de consolidar redes solidarias en un contexto nacional racista, clasista y patriarcal. Finalizo sosteniendo que estos procedimientos dan cuenta de que se están tomando decisiones corporales lácteas que derivan en acciones que transforman su realidad, la de su entorno y la de los suyos, con implicancias a nivel familiar, económico y político.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, P. *La cultura de la leche en Argentina*. Argentina: [s. n.], 2002.

AGUIRRE, P. Ricos flacos y gordos pobres. La alimentación en crisis. En: NUN, J. (coord.). *Claves para Todos*. Ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004. Disponible en: <http://ecaths1.s3.amazonaws.com/tecnicasetnograficas/158729458.93977537Ricos-Flacos-Gordos-Pobres.pdf>. Acceso en: 14 jan. 2020.

BOURDIEU, P. *La distinción*. Criterios y bases sociales del gusto. Madrid: Ed. Tuarus, 1988.

CABELLA, W.; DE ROSA, M.; et al. Salud, nutrición y desarrollo en la primera infancia en Uruguay: primeros resultados de la ENDIS. Uruguay: INE, 2015.

CARSTEN, J. A matéria do parentesco. *Revista de Antropologia da UFSCAR, Sergipe?*, v. 6, n. 2, p. 103-118, 2014.

COLLINS, P. H. Black feminist thought. Knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Routledge, New York-London, 2000.

CONTERAS, J. Antropología de la alimentación. Eudema, Madrid, 1993.

FISCHLER, C. Gastro-nomía y gastro-anomía. Sabiduría del cuerpo y crisis biocultural de la alimentación moderna. *Gazeta de Antropologia*, [s. l.], v. 1, n. 26, 2010.

GARCÍA, A. Lactación. La importancia de tomar leche. *Documentos de divulgación Museo Nacional de Historia Natural y Antropología*, Montevideo, n. 7, 2005.

GÓMEZ, P. El parentesco como sistema en la interfaz bio-cultural. *Gazeta de Antropologia*, [s. l.], v. 2, n. 27, 2011.

LE BRETON, D. *Las pasiones ordinarias*. Antropología de las emociones. Nueva Visión, Buenos Aires, 1999.

MASSÓ GUIJARRO, E. Lactancia materna y revolución, o la teta como insumisión biocultural: calostro, cuerpo y cuidado. *Dilemata*, [s. l.], año 5, n. 11, p. 169-206, 2013.

MASSÓ GUIJARRO, E. Conjeturas (¿y refutaciones?) sobre amamantamiento: Teta decolonial. *Dilemata*, [s. l.], año 7, n. 18, p. 185-223, 2015.

MASSÓ GUIJARRO, E. Le salvé la vida: el pecho vivido, la leche narrada. Historia(s) de ama de teta, sur de España, siglo XX. *Mana*, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 186-215, 2018.

ORTEGA, E.; VECINDAY, L. Viejas y nuevas formas de gestión social en el campo de la primera infancia. *En: Jornadas de Investigación*, 10, Facultad de Ciencias Sociales-UdelAR, Montevideo, 2011.

RIVAS, A. Pluriparentalidades y parentescos electivos. Presentación del volumen monográfico. *Revista de Antropología Social*, [s. l.], n. 18, p. 7-19, 2009.

RODRÍGUEZ, R. Aproximación antropológica a la lactancia materna. *Rev. Antropología Experimental*, España, n. 15, 2015.

RODRÍGUEZ, R. Nodrizas y amas de cría. Más allá de la lactancia mercenaria. *En: Massó Guijarro, Ester (ed.). Mamar: mythos y lógos sobre lactancia humana. Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas*, [s. l.], n. 25, p. 37-54, 2017.

SAHLINS, M. What Kinship is (part one). *Journal of the Royal Anthropological Institut*, [s. l.], v. 17, 2011.

SCHNEIDER, D. *A Critique of the Study of Kinship*. University of Michigan Press: Ann Arbor, 1984.

SCHNEIDER, D. ¿De qué va el parentesco?. *En: Parkin y Stone (ed.). Antropología del parentesco y de la familia*. Madrid: Ed. Universitaria, 2007. p. 427-459.

SEGATO, R. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: Ed. Prometeo, 2013.

SOLER, E. *Lactancia y parentesco: una mirada antropológica*. Anthropos: Barcelona, 2011.

SOLER, E. Bancos de leche, parentesco de leche e Islam. Restricciones alimentarias entre la población infantil en Barcelona. *Dilemata. Revista Internacional de Éticas Aplicadas*, [s. l.], n. 25, p. 109-119, 2017.

TARDUCCI, M. Adopción y parentesco desde la antropología feminista. *Rev. La ventana*, México, v. 4, n. 37, p. 106-145, 2013.

TORRE, P.; SALAS, M. Contribución a la comprensión de la alimentación infantil. *En: BERTRAN, M.; ARROYO, P. (ed.). Antropología y nutrición*. Fundación Mexicana para la Salud: México, 2006.

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA E MODELAÇÃO DOS CORPOS

ABORDAGENS SOB AS PERSPECTIVAS SÓCIO-CULTURAL E JURÍDICA¹

Aline Farage Sahione
Érica de Aquino Paes
Luciane da Costa Moás

INTRODUÇÃO

O presente capítulo versa sobre a denominada Pornografia de Vingança, que consiste em uma das espécies de divulgação não consentida de material íntimo na internet. Para muito além do ferimento à privacidade, a abordagem adotada questiona as estruturas sociais e culturais que legitimam e viabilizam a

1 Capítulo desenvolvido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Aline Farage Sahione, vinculado à linha de pesquisa "Corpo, gênero, sexualidade e reprodução" do Grupo de Pesquisa Corpus - estudos socioculturais sobre corpo, gênero e reprodução, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Érica de Aquino Paes, do Departamento de Ciências Jurídicas, Curso de Direito, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

manutenção e ampliação desse fenômeno, bem como uma breve análise acerca de suas consequências em diferentes âmbitos nas vidas das mulheres vítimas. Pretendemos igualmente demonstrar a Pornografia de Vingança como uma forma de violência de gênero muito grave que se expressa no corpo, sobretudo no que tange a identidade feminina em virtude do seu alcance nas redes sociais.

Atualmente, o viés biológico ainda é utilizado para justificar a binariedade sexual entre homens e mulheres, demonstrando que se trata de uma construção social iniciada na infância. Ainda que se considere a emancipação feminina e a organização dos movimentos de mulheres, é possível perceber que alguns espaços femininos continuam limitados a ambientes domésticos e que a sexualidade da mulher não é livremente exercitada. Desta forma, é possível compreender a Pornografia de Vingança como uma espécie de punição àquelas que subvertem a ordem imposta. Esta construção social resulta em corpos modelados de forma diferenciada entre homens e mulheres sobre os quais recaem as exigências dos corpos ideais e perfeitos dirigidas com maior vigor às mulheres, sendo os transtornos alimentares, o que inclui a anorexia como um caso extremo, ilustrativos desta violência.

Nesse sentido, insere-se a Pornografia de Vingança como uma ferramenta de perpetuação dessa “ordem” que vulnerabiliza as mulheres nas relações de poder em face de seus maridos, companheiros, namorados e, principalmente, quando ocorre o fim da convivência por eles não desejada.

Considerando a importância desta questão, neste capítulo realizamos uma abordagem da Pornografia de Vingança sob a perspectiva dos estudos que tratam da violência de gênero (LOPES, 2016; PAES, 2018; VASCONCELOS; AUGUSTO, 2015), tendo lugar a apresentação de alguns casos concretos. Em todos eles, após o rompimento de relação afetiva há, de alguma forma, divulgação não consentida de material com conteúdo íntimo ou sexual, com imensa exposição do corpo, da imagem, da privacidade, do nome, acarretando graves consequências nos âmbitos pessoal, familiar e profissional. Outra característica comum a todos é a forma como a notícia foi tratada pelos meios de comunicação de massa, revitimizando as mulheres. Por isso, na segunda parte do capítulo, a mídia será considerada como uma ferramenta que contribui negativamente para reafirmar papéis socialmente impostos – seja por meio da comercialização de material com “públicos-alvo” bem definidos, seja pela propagação de manchetes que induzem à culpabilização feminina. Além

disso, é preciso reconhecer que, mais recentemente, as redes sociais vêm exercendo um papel fundamental para a propagação acelerada das informações, o que também influi nos efeitos desse fenômeno.

Na última parte, abordaremos o tratamento jurídico empreendido nesses casos através da análise dos projetos de lei e do comportamento jurisprudencial² pertinentes à temática. Todavia, em uma reflexão crítica, é possível apontar que a solução dessa problemática não encontra resposta acionando-se exclusivamente o aparelho judiciário, principalmente, por esse ser mais um instrumento que colabora para a manutenção dos papéis de gênero que fragilizam as mulheres.

Portanto, é possível observar que há necessidade urgente de ampliar o debate e as discussões acerca desse tema com o objetivo de retirá-lo do campo de invisibilidade social e jurídica, principalmente, por se tratar de uma questão coletiva e, enfatiza-se, não individual. Pretende-se ainda demonstrar a importância de promover a reversão da ordem de subordinação na qual muitas mulheres encontram-se inseridas, pois, embora a Pornografia de Vingança atinja a privacidade de cada vítima, trata-se de uma questão com potencial para atingir a todas do sexo feminino coletivamente.

ADESTRAMENTO DOS CORPOS: CONSEQUÊNCIAS DA IMPOSIÇÃO DO DUPLO-PADRÃO SEXUAL

Importa aduzir, precipuamente, que, de acordo com a percepção de Michel Foucault, o termo Adestramento dos Corpos³ consiste no ato de disciplinar comportamentos e de criar vocações sociais para cada classe de ser. De toda sorte, “a disciplina aumenta as forças dos corpos – em termos econômicos de utilidade – e diminui essas mesmas forças – em termos políticos de obediência –, a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada”. (FOUCAULT, 2000, p. 150)

- 2 A jurisprudência – conjunto de decisões judiciais sobre uma mesma realidade cotidianamente apresentada aos Tribunais – é uma fonte importante do Direito. Considera-se que o juiz, ao julgar um determinado caso concreto, interpreta a lei antes de aplicá-la e, assim, está inovando da ordem jurídica com uma lei que vale apenas para as partes.
- 3 Ressalta-se que tal expressão foi cunhada por Michel Foucault na obra “Vigiar e Punir”, conforme demonstrado no corpo do texto.

Conforme Simone de Beauvoir (1967, p. 11), é necessário pontuar que a pretensa superioridade masculina não corresponde a um fato natural e, sim a uma construção social iniciada ainda na infância. A autora evidencia que não há qualquer explicação biológica ou psíquica que determine a forma assumida pela mulher e pelo homem na sociedade, mas que sua elucidação reside no conjunto da civilização que forma esses papéis. Assim, a infância é uma fase determinante no que toca à assimetria sexual e cultural existente entre homens e mulheres. Nos primeiros três ou quatro anos de vida, o menino e a menina são submetidos às mesmas experiências, possuem os mesmos tipos de comportamentos e anseios, bem como, ainda não são objeto de diferenciação significativa pelos adultos. Aos poucos, os pais vão delimitando papéis aos filhos e filhas, tratando com repulsa comportamentos afetivos frágeis e amorosos dos meninos, afastando eventuais demonstrações de tristeza ou fraqueza. Buscando, dessa forma, nutrir nas crianças do sexo masculino uma espécie de “orgulho da virilidade”. (BUZZI, 2015, p. 17)

Ainda que possam ser tidas socialmente como embaraçosas, as transformações corporais masculinas normalmente são motivo de orgulho, vez que os meninos sentem que o crescimento de pelos ao redor de seus corpos como mais um sinal da virilidade que desde sempre lhe foi imputada e incentivada. (BUZZI, 2015, p. 19) A partir dessa fase, passam a ser pressionados para aflorar sua sexualidade o quanto antes, o que acaba atribuindo-lhes um “instinto sexual” mais intenso e precoce do que das meninas da mesma idade.

Já as meninas, geralmente, enfrentam problemas diferentes, passando a ser percebidas, notadas e desejadas por olhares masculinos, o que chega a desencadear uma espécie de repugnância ao seu próprio corpo porque, além de agradarem a si próprias, passam a necessitar da aprovação masculina. (BEAUVOIR, 1967) Desse modo, a disparidade com que são tratadas as puberdades masculina e feminina evidencia uma hierarquia social e determina a significação atribuída a cada sexo no futuro.

Diante do reconhecimento do duplo-padrão imposto aos corpos femininos e masculinos, é possível observar algumas decorrências diretas dessa perspectiva. A perpetuação de um enquadramento feminino ou masculino em determinadas vocações e funções sociais gera um efeito ainda mais danoso para as vítimas mulheres de Pornografia de Vingança. A partir do momento que a sexualidade é um símbolo de virilidade para o homem e uma

representação de culpa e vergonha/constrangimento para a mulher, os efeitos que emanam de seu exercício são também dicotômicos.

A repercussão dos casos de Pornografia de Vingança varia de forma contundente entre homens e mulheres. Os dados acerca do assunto são ainda muito incipientes, mas uma pesquisa realizada no ano de 2014 pela instituição conhecida como SaferNet Brasil,⁴ identificou que 81% das vítimas de Pornografia de Vingança são mulheres. (BERALDO, 2015) Tal diferença se verifica em razão da estipulação de papéis sociais que determinam a criação de tabus em torno do livre exercício da sexualidade feminina. Portanto, a exposição masculina é uma forma de promoção, enquanto a feminina é uma das piores formas de depreciação.

Ainda sobre a hierarquização dos corpos e da subjugação feminina, importa tratar dos transtornos alimentares nesse recorte, como mais um instrumento do adestramento dos corpos femininos. Não obstante escassa produção científica sobre a Pornografia de Vingança e a anorexia, conforme elucida Carvalho (2010), esses distúrbios de alimentação se dão, em sua maioria, em adolescentes e jovens adultas do sexo feminino. Tal reflexo deve ser interpretado à luz da construção social do papel da mulher na sociedade. A obtenção do padrão corpóreo esteticamente aceito é imputado à mulher, seja por meio de redes sociais, seja mediante propagandas e apelos midiáticos.

Naomi Wolf chama a atenção para uma caminhada rumo à superação das significações tradicionais do papel da mulher na sociedade. Ao mesmo tempo, traz à tona o crescimento, em ritmo acelerado, dos distúrbios relacionados à alimentação, bem como, da realização de cirurgias plásticas de natureza estética. Isso, segundo a autora, se deve ao culto ao chamado mito da beleza, que é definido como “uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher”. (WOLF, 1992, p. 12)

4 “SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial, fundada em 20 de dezembro de 2005 por um grupo de cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito, a organização surgiu para materializar ações concebidas ao longo de 2004 e 2005, quando os fundadores desenvolveram pesquisas e projetos sociais voltados para o combate à pornografia infantil na Internet brasileira”. (PORTAL SAFERNET, 2017)

Ainda no que toca ao adestramento dos corpos, Beauvoir observa na moda mais um mecanismo criado para aprisionar a mulher. Embora quase sempre tenha sido vista como uma forma de livre expressão de personalidade, a moda é uma privação da própria existência feminina. Isso, pois foi construída de forma a, quase sempre, mostrar e oferecer o corpo feminino, que é utilizado, mais uma vez, como uma “presa” aos desejos masculinos. (BEAUVOIR, 1970)

Considerando este cenário, é importante trazer casos concretos⁵ de Pornografia de Vingança. Alguns contaram com grande repercussão na mídia em virtude da situação extrema do suicídio, inclusive de adolescentes; houve situações em que as mulheres vítimas tiveram que recomeçar suas vidas em lugares distantes de suas origens, tamanho o impacto nas relações pessoais, profissionais e afetivas por período de tempo muito maior do que a divulgação do fato caracterizador da Pornografia de Vingança nas redes sociais.

No primeiro caso analisado, Rose, apresentadora de televisão, residente em Maringá, após o término de relacionamento que durou quatro anos, teve suas fotos e telefones da residência, do trabalho e também do celular de seu filho, à época adolescente, divulgados como se fosse garota de programa. Pessoas que não a conheciam realmente acreditavam que ela “vendia serviços sexuais”. Segundo o próprio relato de Rose, a situação causou “crise de identidade e tortura psicológica”, perdeu o emprego e a convivência com o filho, precisou sair do país em virtude da repercussão. (LEONEL, 2014)⁶ O ex-companheiro foi condenado ao pagamento de R\$ 30.000,00 a título de danos morais, bem como à reclusão de 1 ano e 11 meses.

Outro caso é o de Fran – como ficou conhecida à época, com 19 anos – após seu ex-companheiro vazar na internet e compartilhar com amigos a gravação de ambos em atos sexuais. O material foi editado, de modo que apenas ela aparecia no vídeo. A vítima, residente em Goiânia, vendedora, diz que “dormiu, acordou e sua vida tinha virado de cabeça para baixo”. Dois dias

5 A título ilustrativo, foram analisados no ano de 2018 seis casos brasileiros de Pornografia de Vingança amplamente divulgados através da internet. Os nomes das vítimas estão mantidos, pois elas mesmas ou as famílias tornaram públicas as histórias em função da repercussão em suas vidas pessoais e/ou familiar. Em todos eles houve término de relação afetiva que era conturbada e ameaças de publicação do material íntimo, vídeos e/ou fotos.

6 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=tq4q8cxD0>. Acesso em: 21 jul. 2018.

após o compartilhamento, o *link* no qual o material íntimo estava hospedado já havia alcançado milhares de visualizações e compartilhamentos.⁷

Homens iam à loja onde trabalhava e ofereciam programa (sexual) para ela. Perdeu o seu sustento e o da filha; um ano após o ocorrido, não havia conseguido outro emprego, pois quando deixava o currículo, o nome e o local onde trabalhava eram identificados; mudou a aparência – cortou e pintou os cabelos – na tentativa de não ser reconhecida. No processo penal ajuizado em face do ex-companheiro pelos crimes de injúria e difamação, o réu aceitou o acordo proposto pelo Ministério Público: prestação de serviços comunitários por cinco meses.

O caso narrado por Thamiris em entrevista à Carta Capital (CARVALHO, 2013) é parecido com os demais desta natureza: após o rompimento de relação afetiva abusiva e ameaças, o ex-namorado criou dezenas de perfis falsos em redes sociais e *sites* de pornografia forjando a identidade dela e submetendo-a a humilhações e constrangimentos imensos, fazendo com que ela cogitasse o suicídio como forma de pôr fim a sua dor.

Há dois casos em que o ato extremado do suicídio efetivamente ocorreu. O primeiro é o da adolescente Júlia Rebeca, que postou em redes sociais frases que expressavam seu desconforto emocional através de desabafos e sentimentos de revolta, tais como: “estou cansada de fingir sorrisos, de fingir que estou feliz quando na verdade, por dentro to despedaçada”, “queria sumir para saber quem sentiria minha falta, daí veria quem eram os amigos verdadeiros”. Ela montou uma postagem com a mãe no Instagram com a seguinte legenda: “eu te amo, desculpa não ser a filha perfeita, mas eu tentei. Desculpa, desculpa, eu te amo muito mãezinha [...] desculpa, desculpa! Guarda esse dia 10.11.13”. Pouco após a última postagem – com seguintes dizeres: “é daqui a pouco que tudo acaba”; “estou com medo mas acho que é tchau para sempre” e motivada pela repercussão da divulgação não autorizada de gravações em

7 A repercussão foi ainda maior em razão de um detalhe na filmagem. Franciele aparece no vídeo fazendo o sinal de “OK”. A partir disso, tornou-se piada na internet, sendo obrigada a observar diversas celebridades e desconhecidos que repetiam o sinal ao posar para fotos, conforme conta em entrevista concedida ao G1 e à TV Anhanguera. Trata-se do caso de maior repercussão nacional. Apenas um *link* para baixar o vídeo chegou ao patamar de 200 mil visualizações em 18 dias. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=h9JLwK4KJM>. Acesso em: 20 jul. 2018.

que aparecia durante o ato sexual com o namorado e uma amiga do casal – todos menores de idade – Júlia suicidou-se⁸ por meio de enforcamento com o fio de uma prancha alisadora de cabelo.

O outro caso de suicídio é o de Giana Laura Fabi, encontrada morta em seu quarto, enforcada por intermédio de um cordão de seda, na cidade de Vereanópolis - RS. Durante uma conversa com um amigo pelo Skype, tirou o sutiã e mostrou-lhe os seios. O colega salvou a foto através de *printscreens*. Algum tempo depois fez uso da foto como chantagem para estabelecer relacionamento entre eles. Não sendo correspondido, resolveu enviar a foto aos amigos e, rapidamente, a imagem se espalhou pela pequena cidade. Giana soube da divulgação e exposição de sua imagem por uma prima que recebeu a foto por meio da rede social WhatsApp. Giana demonstrou imensa decepção e constrangimento; disse, ainda, que iria fazer uma besteira em razão da vergonha que sabia que sua família iria passar. Postou no Twitter os seguintes dizeres: “hoje de tarde eu dou um jeito nisso, não vou ser mais um estorvo para ninguém”. E logo após se matou, sem que a prima, com quem conversava, conseguisse fazer contato com os pais ou o irmão.

As situações relatadas demonstram as consequências muito graves para as vítimas, desde a execração pública até o suicídio. Segundo Sereno (2017, p. 4), “93% das vítimas relatam angústia emocional significativa, 82% declaram ter sofrido algum tipo de abalo em suas vidas pessoal ou profissional, 55% relatam prejuízos à reputação profissional, 51% admitem ter pensado em cometer suicídio e 34% apontam prejuízos nas relações com a família”. As vítimas, não raro, também reportam como efeito desta forma de violência: a ameaça de agressão sexual, a perseguição, a demissão, a perda de oportunidades profissionais e acadêmicas, o rompimento com o parceiro atual, o medo de sair de casa, as crises de ansiedade, os ataques de pânico, a anorexia e a depressão nervosa.

A exposição do corpo na Pornografia de Vingança se aproxima de outro fenômeno já há algum tempo reconhecido como “gordofobia”: termo usado

8 Após o suicídio, Julia continuou tendo a imagem exposta na internet através da abordagem midiática desrespeitosa e pela comercialização do vídeo no âmbito internacional. Além disso, um blog intitulado “Blog da mulher católica”, divulgou o caso culpabilizando a vítima e atenuando os efeitos da exposição não consentida, como o seguinte trecho: “Ela falava palavrão com facilidade, gostava de sexo e não escondia isso de ninguém”. (BERTOTTI, 2013)

para designar a repulsa a pessoas gordas.⁹ Como toda manifestação de preconceito, para além do sofrimento emocional e situações constrangedoras, acarreta graves consequências na vida afetiva e social de pessoas obesas. Esta questão é complexificada pela cultura de consumo baseada no corpo ideal, aquele que deve ser fotografado, para o qual há vasta oferta de roupas, alimentos da linha *fitness*, por exemplo.

No entanto, é importante notar que a Pornografia de Vingança tem por base a construção da diferença entre os sexos biológicos, o que não se verifica na gordofobia. Promove-se socialmente a masculinização do corpo masculino e a feminilização do feminino a partir da naturalização de características, aptidões, vocações e inclinações típicas de cada um dos sexos. Trata-se, então, de uma ordem social naturalizada e inquestionável que a sociedade sexualmente hierarquizada lança sobre os corpos, condicionando-os às construções, permissões e proibições impressas na ordem sexual.

A PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA ESPÉCIE DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O fenômeno da Pornografia de Vingança, que se origina do termo em inglês *Revenge Porn*, consiste na exposição sem consentimento de qualquer material sexualmente gráfico, íntimo e privado de alguém. (PIMENTA, 2016) Esse fenômeno tem alcançado patamares de intensidade expressivos no mundo inteiro, inclusive no Brasil, país no qual a violência contra a mulher constitui

9 É representativa desta realidade a situação embaraçosa narrada por Carlos em reportagem publicada recentemente sobre o assunto: “Eu fui com a minha namorada para a praia, e quando resolvi entrar no mar e tirei a camiseta, escutei os caras ao lado da nossa barraca gritarem ‘Go Willy’, reproduzindo uma fala do filme que conta a história de uma baleia. Quando ouvi o comentário, me senti muito mal, fiquei pensando no que eu tinha feito para eles me tratarem daquela maneira. Isso passou pela minha cabeça durante alguns segundos. Entender que aquele mal estar não me pertencia fez com que eu erguesse a cabeça e fizesse exatamente o que tinha vontade, que era entrar no mar”. No entanto, na maior parte dos casos, as pessoas se escondem atrás das roupas, evitam espaços que podem chamar a atenção como a praia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/01/05/gordofobia-e-ainda-mais-absurda-no-verao-conta-jovem-de-ms-que-ouviu-piada-sobre-seu-peso-ao-entrar-no-mar.ghtml>. Acesso em: 14 nov., 2019.

um fenômeno em latente crescimento, nos termos do exposto no Atlas da Violência de 2019.¹⁰

Em geral, essa exposição tem como objetivo principal gerar constrangimento e humilhação para a mulher vítima que, independentemente de ter consentido com a gravação ou a fotografia, não consentiu com a sua divulgação. Como a própria nomenclatura já pressupõe, trata-se de um ato movido – em princípio – pelo descontentamento com o fim de um relacionamento. Nesses casos, o vínculo de afetividade existente entre a vítima e o autor pode, inclusive, caracterizar o ato da divulgação como uma forma de Violência Doméstica, além de ser uma clara demonstração de Violência Moral.¹¹

Mesmo que esse não seja um fenômeno exclusivo da atualidade, é evidente que com a evolução dos mecanismos cibernéticos sua incidência aumentou de forma potencial. Há alguns anos, as pessoas precisavam revelar e escanear as imagens para compartilhá-las; hoje, a propagação se faz a partir de um “clique” e tem abrangência imensa e repercussão praticamente imediata em toda a rede.

Quando *off-line*, é mais viável mensurar o alcance do conteúdo a um limitado grupo de pessoas. No entanto, a partir do momento em que é exposto na internet, o material ganha abrangência global e torna-se, na prática, impossível de ser excluído permanentemente da rede. Esse ato que, inicialmente, tem repercussão negativa “apenas” no ciclo de convivência da vítima, ganha alcance nacional ou mesmo mundial, tendo em vista as muitas formas de compartilhamento existentes na atualidade.

Além dessa repercussão exacerbada, o conteúdo se espalha de forma muito veloz, o que torna a remoção das imagens ainda mais distante do êxito total. Com o advento da divulgação do conteúdo íntimo na internet, as consequências se tornam perpétuas. Isso, pois, o material, quando vinculado a *web*,

10 “A presente edição do Atlas da Violência indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007”. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 35)

11 Violência Moral, conforme classificação do Conselho Nacional de Justiça, é toda ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. A Pornografia de Vingança enquadra-se nesse conceito pois tem como finalidade humilhar a mulher a partir da divulgação não consentida de material gráfico íntimo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoos/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>. Acesso em: 16 julho 2018.

pode ser salvo e, portanto, é passível de novo compartilhamento a qualquer tempo – gerando uma apreensão para a vítima, que nunca sabe quando poderá ser exposta novamente. Configura-se, assim, como uma violência continuada em relação à mulher vítima, que pode ser surpreendida em qualquer fase de sua vida pela reexposição do conteúdo.

A partilha consensual de imagens íntimas (nuas) muitas vezes é feita com a compreensão implícita ou expressa de que estas imagens permanecerão confidenciais. Como vítimas de pornografia de vingança geralmente afirmam, elas compartilharam suas imagens íntimas e fotos nuas porque, e somente porque, seus parceiros lhes asseguraram que estas imagens seriam mantidas em sigilo. No entanto, o público tem dificuldade em reconhecer a importância dessa ‘promessa’ de confidencialidade, ainda que implícita, no contexto de um relacionamento.

Críticos resistem à criminalização da pornografia de vingança com o argumento de que o consentimento de ter ou tirar fotos em um contexto de um relacionamento de confiança se traduz em consentimento em outros contextos, como compartilhar estas imagens com o mundo. Esse entendimento de consentimento é contrário à ideia de compartilhar informações confidenciais em um contexto restrito. Consentimento para compartilhar informações em um contexto não serve como consentimento para compartilhar essa informação em outro contexto. O consentimento é contextual; não é um interruptor liga e desliga. (FRANKS; CITRON, 2014, p. 11)

Cumprido ressaltar que as mulheres são as principais atingidas por essa forma de violência. (PORTAL SAFERNET, 2016) Não pode ser ignorado, por óbvio, a existência de homens sujeitos à exposição por força da Pornografia de Vingança. No entanto, tal fenômeno pode ser tratado como um problema específico de gênero, no qual as mulheres são afetadas de maneira negativamente desproporcional em comparação com os homens.

As peculiaridades do fenômeno da Pornografia de Vingança apontam para a clara persistência da supremacia social do gênero masculino em relação ao feminino. Independentemente dos discursos de pluralismo, tolerância e repúdio à violência de gênero que vêm se firmando – cada vez com mais força –, a assimetria de gênero ainda existe e culmina na manutenção dessas ferramentas de dominação materializadas por intermédio da violência.

Assim sendo, torna-se possível compreender a persistência dos julgamentos sociais negativos sobre o comportamento das vítimas mulheres, mesmo no contexto moderno de defesa da liberdade de expressão e disposição individual do próprio corpo. Isso acontece porque a subjetividade presente no meio virtual também se encontra permeada pela moralidade e suas questões afetas de gênero (SILVA; PINHEIRO, 2017, p. 4)

A violência de gênero apresenta, ainda, um fator muito forte para a sua propagação: a partir da vulnerabilização da vítima, promove-se a naturalização do comportamento do agressor, determinando que apenas a vítima poderia ter evitado tal crime. O senso comum atribui à mulher as mais diversas nuances de culpa, buscando canalizar nela a origem de toda a violação de sua própria privacidade. Pautam-se, portanto, no mito da feminilidade e importam-se mais com a violação dos limites atribuídos historicamente à sexualidade da mulher do que com o ato de violência perpetrado contra ela.

Ademais, à mulher vítima é atribuída a culpa pela escolha errônea de seu companheiro, bem como, pelo próprio exercício de sua sexualidade, vez que tal conduta foge dos limites impostos para o gênero feminino, quais sejam a castidade, recato e submissão. O *status quo* masculino, por outro lado, permanece intacto e inquestionável com base em sua “natureza biológica” que retira de si qualquer responsabilidade pela “ousadia feminina”. Ilustra-se com a seguinte passagem:

Certa vez, contou Rosie Marie Muraro, às 8 horas da manhã, Marta Suplicy ensinou as mulheres a se masturbar: ‘Você levanta a roupa e procura um grãozinho’. Isso em rede nacional! Pela novidade, as pessoas fica-

vam chocadas, interessadas, curiosas. Cada vez que Marta ensinava uma técnica nova, no dia seguinte, em algumas delegacias do país, apareciam mulheres com o rosto ferido. Mulheres do povo que assistiam aquilo na televisão e eram surradas pelos maridos, que lhes diziam: 'Sua puta! Onde é que você aprendeu isso?'. A delicadeza do assunto dividia opiniões, sendo que a maior parte das mulheres agradecia a oportunidade de ser esclarecida e, muitas vezes, de ter sua vida transformada. (CARMO, 2011, p. 360)

A promoção da culpa no interior das vítimas é, portanto, fator fundamental para a ocorrência da violência de gênero, tendo em vista que nutrir esse sentimento se torna um agravante nessas situações – o desprezo social atrelado ao martírio psicológico ao qual a vítima se submete pode resultar em efeitos devastadores. É mister lembrar, ainda, que a violência de gênero desconsidera fronteiras entre classes sociais, países desenvolvidos e contingentes étnico-raciais distintos, sendo certo que incide independentemente desses fatores. No entanto, há que se enfatizar que a violência de gênero perpetrada sobre as mulheres apresenta-se de maneira distinta diante de fatores étnico-raciais e sociais, podendo ser atenuada ou potencializada a depender das características da vítima.

No contexto de um desenvolvimento centrado no ser humano e, portanto, da incorporação das mulheres na era dos direitos, não se pode admitir a violência de gênero, da mesma forma como não se pode ser conivente com a violência de raça/etnia e de classe social, os três pilares da estrutura social brasileira. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, Apresentação)

Nesse contexto, a partir da análise de dados colhidos pelo Atlas da Violência de 2019, é possível evidenciar a superioridade quantitativa de homicídios de mulheres negras quando em comparação com as taxas de homicídio de mulheres brancas, no patamar de 63,4% a mais. Essa dicotomia gritante revela que a violência contra mulheres, além da relação com gênero, tem também raízes no racismo.

Dúvida não há de que qualquer mulher está sujeita ao machismo estrutural. Não obstante, dentro da classe feminina existem setores mais vulnerabilizados, como é o caso das mulheres negras. Djamilia Ribeiro utiliza o conceito do Outro de Simone de Beauvoir¹² para determinar que as mulheres negras são o Outro do Outro. Isso, pois “por não serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade”. (RIBEIRO, 2017, p. 39)

Além disso, a violência de gênero também tem seus efeitos variados quando perpetrada contra mulheres de situações socioeconômicas díspares. Não se trata de uma ponderação de sofrimentos ou competição sobre quem é mais atingida, mas é preciso determinar diferenças essenciais para o entendimento desse tipo de violência. Assim como as mulheres negras são vulnerabilizadas essencialmente – por estarem inseridas em uma lógica de racismo institucional –, as mulheres pobres também estão em situação de desvantagem.

A independência econômica traz ferramentas eficazes para a insurgência feminina contra a dominação masculina. Isso, pois, a autonomia financeira da mulher, por si só, já representa uma quebra dos padrões delimitados na infância e que se perpetuam até a fase adulta – a mulher é constantemente “treinada” a servir aos afazeres domésticos, enquanto esperam do homem o sustento e a retribuição financeira. Desse modo, as mulheres que possuem a desejada autonomia econômica, tornam-se, de certa forma, menos vulneráveis quando em comparação com as mulheres cuja dependência vigora em relação ao companheiro, marido ou pai.

Pretende-se, diante de todo o exposto, apontar diferentes mazelas e problemáticas advindas da violência de gênero – em especial da *Revenge Porn* –, partindo da ideia de que não é possível englobar todas as categorias de mulheres em uma só classe. Por óbvio, todavia, não se busca fazer qualquer distinção ou gerar discriminação entre as mulheres; objetiva-se, justamente, o oposto: a partir da delimitação de diferenças e graus de preconceitos, promover a cooperação e empatia entre as tantas sobreviventes diárias desta forma de violência.

12 A concepção beauvorianiana do “Outro” estabelece que a mulher não se autodetermina, mas se define em função da determinação masculina. É concebida através do olhar do homem, sendo colocada em uma posição de confinamento a partir da hierarquia masculina.

A mídia a serviço das hierarquias de gênero

A mídia – enquanto veículo de comunicação de massa – tem grande influência na perpetuação e promoção de conceitos e perspectivas no meio social. O espaço virtual ganha destaque nesse debate, tendo em vista ser o mais abrangente meio de propagar notícias, bem como, por representar um local de fácil acesso e veiculação. Insta salientar, ainda, que devido à democratização do acesso aos veículos digitais, a mídia reforça seu papel histórico de formação do imaginário social.¹³

Nesse sentido, Denis de Moraes (2013) chama atenção ao fato de que a comunicação digital é um poder desmaterializado, ou seja, uma força capaz de promover a legitimação de discursos veiculados e propagá-los no cotidiano e entre as pessoas, influenciando na forma de agir e pensar as relações sociais e culturais no meio em que convivem. A mídia virtual, em comparação com a tradicional, atinge uma dimensão espacial de cada vez mais ampla incidência.

Não obstante, as notícias apresentadas pela mídia são construídas a partir de procedimentos de seletividade e hierarquia das informações. A partir da análise da veiculação das notícias acerca da Pornografia de Vingança, é notório o quanto a mídia está mais comprometida com a culpabilização das vítimas em detrimento da problematização dos fatores que originam as violências contra as mulheres.

Conforme pontua Leite (2017), a estrutura dos títulos das matérias jornalísticas poucas vezes coloca o foco no agressor e, tampouco, o contexto em que a violência aconteceu é evidenciado – em regra, a vítima é retratada no centro dos fatos, levando-a à desmoralização e estimulando sua culpabilização. A reprodução das notícias dessa forma reflete a sociedade estruturada sob bases do patriarcado, colocando-se como ferramenta para fortalecer e perpetuar a cultura do estupro e machismo.

13 “O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva. Se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças”. (MORAES, 2002)

No livro *Blaming the Victim*,¹⁴ de 1971, o psicólogo William Ryan cunhou pela primeira vez a expressão “culpabilização da vítima” para se referir à situação corriqueira em que uma vítima de um crime ou agressão é considerada causadora do próprio ato de violência sofrida, imputando-lhe descrédito e desvalorização. (BUZZI, 2015, p. 45) Destarte, parte-se desse pressuposto para demonstrar o tratamento midiático conferido à ocorrência da violência de gênero, em especial, a modalidade de Pornografia de Vingança.

Quando observadas as notícias de violências de gênero veiculadas na mídia, pode ser identificada uma tendência frequente na estrutura dos títulos: poucas vezes a origem da violência é imputada ao agressor.¹⁵ *A contrario sensu*, a mulher e suas escolhas ganham, praticamente, toda atenção no texto, como é notório na seguinte passagem: “Mulher diz ter sido espancada e estuprada após pegar carona”. (JORNAL DA PARAÍBA, 2016) Ou, ainda, é comumente observado um padrão nas manchetes que demonstram a busca dos editores por justificar as violências como, por exemplo: “Mulher tem fotos íntimas divulgadas pelo ex após terminar relacionamento”. (VACCARI, 2017)

As abordagens midiáticas, em regra, cumprem sua função de informar questões essenciais – o que, onde e com quem ocorreu determinado fato; porém, falham quando atribuem às vítimas mulheres a responsabilidade pela agressão/ofensa sofrida. Em vez de direcionar o entendimento do leitor para a origem essencial da violência, os veículos de comunicação tradicionais se encarregam de forçar a correlação entre o resultado violento e algum comportamento da vítima que justificaria o ato. Dessa maneira, promove-se a potencial desmoralização da vítima, pois seu comportamento e suas decisões tornam-se o centro dos debates, sendo utilizados para justificar, ainda que de forma velada, a violência sofrida.

14 De tradução livre: culpando a vítima.

15 É relevante destacar que a mesma lógica está presente na divulgação de reportagens quando a vítima é LBTTQI+, em especial, quando a violência é dirigida à população trans – categoria mais vulnerabilizada em virtude de estereótipos de gênero. As manchetes dos jornais e as fotos dos corpos das vítimas de crimes de homicídio demonstram a prática de verdadeiros crimes de ódio: inúmeras facadas, ablação dos órgãos sexuais. Além disso, é frequente a culpabilização pela violência sofrida. (PAES; MOÁS, 2018)

Outra evidência do exposto é o fato de que a produção midiática voltada para o público feminino reforça e estimula a perpetuação de papéis e vocações referentes ao gênero. Isso, pois, constantemente ensina e demonstra às mulheres como se enquadrar no modelo imposto tradicionalmente – aquele abordado ao longo do presente texto, em que o homem exerce a dominação sobre a mulher. A fim de ilustrar essa afirmação, é possível observar inúmeras matérias divulgadas em revistas e sites voltados às mulheres que estimulam habilidades domésticas, apresentam procedimentos estéticos, bem como, ensinam dicas e técnicas para ser uma boa parceira – sempre com a finalidade de agradar os homens. (SEMÍRAMIS, 2013)

É evidente, em síntese, que a mídia se comporta como um aliado à estrutura social desigual que inferioriza e subordina as mulheres aos homens, alimenta os sentimentos de posse sobre o corpo feminino e contribui para a manutenção dos papéis sociais destinados a cada gênero. A abordagem midiática, a depender de como é feita, é capaz de trazer mais uma espécie de sofrimento à vítima da Pornografia de Vingança, punindo-a, para além da exposição que sofreu, ao conferir-lhe a culpa pelo ocorrido e ao desmoralizá-la perante a opinião pública quando promove justificativas ao agressor.

Por isso, é importante analisar as leis e projetos de lei que podem apoiar as vítimas mulheres e/ou mitigar os efeitos por elas vivenciados; assim como, é relevante interrogar a atuação das instâncias de controle social, em especial, os órgãos envolvidos na investigação e no processo criminal.

A repercussão jurídica da Pornografia de Vingança

No que toca ao tratamento legal conferido à Pornografia de Vingança, é preciso, antes de qualquer outra consideração, destacar a revitimização que a instituição judiciária confere à mulher vítima de violência – seja qual for a espécie. Segundo Vasconcelos e Augusto (2015), a revitimização aqui tratada consiste na ausência de um aparato pleno de atendimento à mulher vítima de violência. Isso ocorre porque a mulher vítima de violência encontra-se em um estágio de potencial vulnerabilidade – em regra. Desse modo, é necessário que exista um respaldo mínimo que auxilie a vítima e não naturalize a violência suportada por ela.

Vasconcelos e Augusto (2015) denunciam a existência de evidente despreparo de boa parte dos funcionários escalados para realizar o serviço de atendimento à mulher vítima. Tal situação caracteriza-se como violência institucional, não só reforçando-a,¹⁶ como podendo ainda acarretar efeitos devastadores sobre a vida dessas mulheres, tais quais o isolamento social, o desenvolvimento de transtornos psicológicos e o agravamento do sentimento de culpabilização – sentimento este que também é, primordialmente, construído socialmente.

O fenômeno da Pornografia de Vingança implica em violação da privacidade da vítima desde o início até o fim. Isso acontece porque, além do constrangimento conferido pela própria exposição na internet, a mulher vítima ainda deve lidar com procedimentos, eventualmente, constrangedores na delegacia e no trâmite processual. Constatou-se, assim, que grande parte do sofrimento gerado advém do próprio percurso que a vítima tem que realizar até chegar à resposta jurisdicional. Por conseguinte, a vítima passa a ser revitimizada, na medida em que é exposta a situações vexatórias e, principalmente, a julgamentos morais por parte dos representantes do Estado.

A respeito desse tema, Saffioti e Almeida (1995, p. 138-139) ilustram a situação de revitimização a partir do caso de uma mulher chamada Tânia. Contam que essa mulher, vítima de violência doméstica constante pelo seu companheiro durante anos, conseguiu dele se separar e retomar sua vida. Contudo, seu ex-companheiro foi, certa vez, até o local em que ela morava, tentou entrar de todas as formas, tocou o interfone centenas de vezes – dela e de seus vizinhos. Tânia acionou a polícia, o que não conseguiu até então. Os policiais chegaram ao local no momento em que o ex-companheiro da moça quebrava o vidro de sua residência, buscando adentrar o local. Tânia, por sua vez, requereu ao policial que testemunhasse essa ação. O policial, contudo, recusou-se ao procedimento.

Essas tentativas do ex-companheiro de ingressar em seu domicílio continuaram. A partir disso, Tânia resolveu procurar o SOS MULHER e obteve o seguinte retorno:

16 Segundo Vasconcelos e Augusto (2015), violência institucional “é aquela exercida pelos órgãos e seus agentes que deveriam proporcionar a segurança, o encaminhamento e o acolhimento necessários às vítimas”.

Assim que eu comecei a controlar a invasão dentro de casa, procurei o SOS Mulher. A saída que o SOS me deu foi que eu devia mudar de apartamento e trocar de telefone. Eu disse: É muito interessante! Como se fossem duas coisas fáceis de fazer. Acontece que tenho uma filha que estuda em determinado colégio e ele tem acesso à filha, tem visita estipulada em juízo. Ele pegava ela nas sextas-feiras. No que ele vai pegar, é só ele seguir a menina até em casa e sabe onde estou morando, daí para pegar telefone era um pulo. Duas soluções ridículas! (SAFFIOTI; ALMEIDA. 1995, p. 140)

A partir dessa ilustração, é possível observar como se dá a violência institucional pelos agentes de instituições públicas ou privadas. Ela se revela em qualquer comportamento ou até mesmo pela omissão que dificulte a perseguição de amparo jurídico e social para a vítima. Diante disso, é notório que existe uma urgência na capacitação desses profissionais, pois, segundo Oliveira (2014), a revitimização é uma segunda experiência de violência, ou mesmo, a perpetuação de uma violência, configurando uma mazela grave no ordenamento vigente.

É evidente, portanto, que o Estado não deve ser considerado apenas um instituto protetor, conforme afirma Bourdieu (2012). Isso pois, a partir de uma análise histórica acerca do papel estatal, é possível observar que sua construção se deu sobre bases androcêntricas, ou seja, os princípios fundamentais partem da ideia masculina de sociedade. Conforme afirma Buzzi (2015, p. 105), “deslocar o controle que era dos homens (pai, irmão, marido) para o Estado, também masculino, não representa empoderamento feminino, mas apenas ratifica a mudança de um patriarcado privado para um patriarcado público”.

Nessa seara, é de importância fundamental que se acrescente uma nuance específica da Pornografia de Vingança. Por envolver uma questão diretamente relacionada com a sexualidade, a mulher vítima de *Revenge Porn* é moralmente subjugada; recai sobre ela o julgamento de valores fruto de uma cultura machista, sendo certo que o adendo da culpabilização torna, ainda mais, complicada a denúncia e busca pela solução jurisdicional.

A culpabilização pela violência sofrida é uma reação frequente relatada pelas mulheres, até mesmo quando recebem atendimento nos serviços de justiça, segurança e saúde. A dificuldade de reunir evidências materiais do não consentimento, bem como o risco de revitimização durante os procedimentos legais - humilhação, julgamento moral, procedimentos de coleta de provas que expõem o corpo violado da vítima a novas intervenções. São desafios específicos relacionados à violência sexual que precisam ser considerados com urgência e seriedade pelas instituições policiais e pelo sistema de justiça e que influenciam na baixa taxa de notificação deste crime à polícia. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016, p. 14)

Ultrapassada a etapa da decisão de se denunciar ou não para a autoridade local ou de procurar ou não a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário, a vítima passa para mais um questionamento, agora no tocante à efetividade prática das soluções apontadas pelo ordenamento jurídico.

Os chamados crimes cibernéticos, por sua vez, são aqueles cometidos no espaço virtual da rede – apesar de ampla, essa é a definição que melhor explica a generalidade desses crimes, que podem expressar-se por meio de exposição indevida de imagens que estavam sob posse do autor ou do acesso não autorizado de algum dado eletrônico, entre outras tantas formas delitivas. (SCHMIDT, Jus Brasil, 2014) Devido à rápida dinâmica proporcionada pela internet, classificações e definições mais complexas tornam-se rapidamente obsoletas, haja vista que as espécies de crimes informáticos se multiplicam conforme o avanço tecnológico.

Diante dessa premissa, cabe esclarecer que a legislação criminal possui um relevante valor social. Isso ocorre porque a lei penal funciona, historicamente, como uma ferramenta de acesso aos direitos pelos mais diversos setores da sociedade. Nesse sentido, a pena impõe-se como um mecanismo simbólico de proteção dos valores ético-sociais estabelecidos socialmente. É função do Direito Penal valorar as ações que são reconhecidas como positivas e vedar as condutas tidas como negativas, atuando na afirmação de valores culturalmente fundamentais para a vida coletiva e resguardando bens jurídicos

avaliados como importantes no meio social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/CDH, 2015, p. 12)

A defesa de uma especificação legal da pornografia não consensual decorre da necessidade de nomeação e do consequente reconhecimento formal do problema pelo Poder Público, retirando-o da invisibilidade. Ademais, ressalta-se que a referida conduta delitiva implica danos concretos ao bem jurídico tangível – qual seja a liberdade sexual – que integra a restrita pauta de criminalização defendida nos programas de direito penal mínimo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/CDH, 2015)

Embora necessária, a criminalização da Pornografia de Vingança, por si só, não é suficiente para enfrentar as mazelas proporcionadas pela violência de gênero. A Pornografia de Vingança, no dia 24 de setembro de 2018, deixou a fase da criminalização primária,¹⁷ vez que foi sancionada a Lei nº. 13.718 de 2018, que determinou a alteração do Código Penal vigente. Conforme informações vinculadas pelo *site* ConJur (POMPEU, 2018), como presidente interino, o ministro Dias Tofolli, do Supremo Tribunal Federal (STF), sancionou a lei que tipifica como crime a prática de importunação sexual e de “Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia”. (BRASIL, 2018)

Importunação sexual, por sua vez, foi o termo escolhido, conforme a reportagem supramencionada, para caracterizar “o ato libidinoso praticado contra alguém, e sem autorização, a fim de satisfazer desejo próprio ou de terceiro”. (POMPEU, 2018) O fenômeno objeto do presente capítulo, por sua vez, é uma das modalidades de divulgação de conteúdo sexual ou de pornografia, sendo certo que a existência desse novo aparato legislativo contempla as vítimas de Pornografia de Vingança, conforme se verifica pela leitura do dispositivo incluído pela nova legislação.

Art. 218-C: Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive por meio de comunica-

17 Segundo Zaffaroni (2015, p. 43), criminalização primária é o ato formal do Legislativo de discutir e analisar o sancionamento de uma lei penal, buscando a reprovação legal de condutas moralmente reprováveis, viabilizando a punição dos autores.

ção de massa ou sistema de informática ou telemática –, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, *sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia*:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação. (BRASIL, Código Penal, 1940, grifo nosso)

O parágrafo primeiro do referido dispositivo, consoante citação acima, determina uma causa de aumento de pena caso o crime seja cometido por autor que mantenha relação íntima e de afeto com a vítima. Nesse sentido, faz-se necessário estabelecer uma coesão imediata com o fenômeno aqui estudado. Isso, pois, conforme já visto nos capítulos iniciais, a Pornografia de Vingança é uma modalidade específica da pornografia não consensual que traz consigo o elemento do vínculo de confiança.

Deve-se questionar, antes de qualquer outra medida, a superestrutura de dominação masculina e as ferramentas utilizadas para sua perpetuação. (BUZZI, 2015) Só a partir do combate às causas será possível evitar novos casos. Sendo assim, é necessário mesclar a promoção do questionamento sobre a origem desse fenômeno com a nomeação legal do delito de Pornografia de Vingança, com o intuito de impactar efetivamente o combate à violência de gênero.

Para além da referida alteração no Código Penal, diversos outros projetos de lei tramitam atualmente nessa matéria, bem como, há a aplicabilidade da Lei Maria da Penha ao considerar a Pornografia de Vingança uma espécie de violência moral. (BUZZI, 2015) No que toca aos demais microsistemas, importa destacar a utilização subsidiária de outros diplomas legais, como a Lei n.º 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, para regular a responsabilidade civil dos provedores da internet.

Ademais, o Código Civil e a Constituição da República promovem a tutela civil-constitucional, que trata da possibilidade de a mulher vítima da Pornografia de Vingança buscar reparação indenizatória em face do autor das divulgações. No entanto, essa é uma medida que busca apenas erradicar o sofrimento da mulher que já foi exposta, mas os diplomas legais mencionados não oferecem qualquer mecanismo para evitar a ocorrência de novos casos, além de não contribuírem para a retirada do material da internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionamento realizado ao longo do capítulo focaliza na origem do fenômeno – o que leva o ofensor a praticar tal conduta. Considerando que está inserido em uma sociedade estruturada pela lógica da desigualdade de gênero, é possível compreender a essência desta forma de violência: o agressor se vale da sexualidade da mulher para depreciá-la e a coletividade, por encarar a sexualidade feminina como um ultraje, acaba sendo conivente para a naturalização e perpetuação da Pornografia de Vingança.

Atualmente, a hegemonia das produções pornográficas enquanto meio de propagar a submissão, apresenta-se a partir de dispositivos tecnológicos, sociais e até mesmo políticos de disciplina das experiências corporais e sexuais, o que torna essa questão ainda mais latente e preocupante. Isso, pois, é materializado em manifestações de violência, como é o caso da pornografia não consensual, que ao tangenciar as fronteiras entre o desejado e o abusivo, representa um desdobramento do poder masculino hegemônico.

Nesse sentido, a subordinação erotizada da mulher é uma forma de humilhação. Além da pornografia, o espectro da dominação paira sobre outros aspectos cotidianos. Conforme Bourdieu (2012), o olhar masculino sobre a mulher é uma arma para garantir sua dominação, não se resumindo, portanto, a um simples ato de apreciação pelo qual as mulheres deveriam sentir-se contempladas. Trata-se, pois, de um constante aviso, uma chamada à ordem, que relembra as mulheres sua posição de objeto ante a posição masculina de sujeito.

Além disso, tradicionalmente, aos homens é destinado o espaço público, ao passo que a “vocalização” atribuída ao sexo feminino limita-se ao ambiente doméstico, privado. Com o esforço intrínseco para diferenciar os corpos e

conferir-lhes atribuições específicas, o poder masculino busca construir os chamados “encontros harmoniosos entre as disposições e posições” (BOURDIEU, 2012, p. 30) – que procuram induzir as vítimas da dominação simbólica, a partir do credo da vocação, a cumprir “seus papéis” de forma pacífica e inquestionável.

Diante das reflexões propostas pelo presente capítulo, é possível identificar as relações de gênero com as estruturas de poder e, por conseguinte, compreender o cenário de desigualdade que influencia diretamente na ocorrência da Pornografia de Vingança. A partir do pressuposto de que homens e mulheres não são iguais, mas sim dotados de características e vocações divergentes, cria-se um imaginário social no qual a subordinação feminina é aceita de forma institucional, pela mídia, e naturalizada pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BERALDO, L. Registro de casos de compartilhamento de fotos íntimas aumentam 120% em um ano. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-05/registros-de-casos-de-compartilhamento-de-fotos-intimas-aumentam>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo II – a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1967.

BERTOTTI, F. Júlia Rebeca. *Blog da Mulher Cristã*, [s. l.], 2013. Disponível em: <http://fabianabertotti.com/julia-rebeca/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 1.1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *Violências contra a mulher e as práticas institucionais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015. (Série Pensando o Direito, 52).

BRASIL. *Código Penal*: art. 218. Brasília, DF, 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611135/artigo-218-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BUZZI, V. de M. *Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CARMO, P. S. do. *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil*. São Paulo: Octavo, 2011.

CARVALHO, B. “*Me senti impotente e com nojo*”, diz estudante que teve fotos íntimas vazadas. *Carta Capital*, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/me-senti-impotente-e-com-nojo-diz-estudante-que-teve-fotos-intimas-vazadas-3974.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

CARVALHO, R. S. de. *Transtornos alimentares em mulheres: um estudo das representações sociais do corpo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais. São Paulo, 2016. Disponível em: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_Policia_precisa_falar_estupro_2016.pdf. Acesso em: 3 fev. 2020.

FOCAULT, M. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FRANKS, M. A.; CITRON, D. K. Criminalizing Revenge porn. *Wake Forest Law Review*, Miami, v. 49, 2014. Disponível em: repository.law.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=fac_articles. Acesso em: 14 ago. 2019.

IPEA; FBSP. *Atlas da violência* (2019) São Paulo: IPEA, FBSP, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

JORNAL DA PARAÍBA. *Mulher diz ter sido espancada e estuprada após pegar carona*. *Jornal da Paraíba*, 2016. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/policial/mulher-diz-ter-sido-espancada-e-estuprada-apos-pegar-carona.html> Acesso em: 3 fev. 2021.

LEITE, T. de S. *Cultura do estupro: jornais online e a reprodução da culpabilização da vítima em Rondônia*. RO, Porto Velho, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499360988_ARQUIVO_CULTURADOESTUPRO-JornaisOnlineRTF.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

LOPES, F. H. Visibilidade da experiência Trans! Corpos, idades e imagens. *Sociopoética*, [s. l.], v. 1, p. 4-22, 2016.

MORAES, D. de. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, A. A. de. *Violência doméstica patrimonial: a revitimização da mulher*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

PAES, É. de A.; MOÁS, L. da C. O feminino, o masculino e o esporte: o projeto de lei João Nery e um olhar sobre a jogadora de volei Tiffany. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 133-149, 2018.

PAES, É. de A. *Violência contra mulheres em uma delegacia de mulheres do Rio de Janeiro: uma análise histórica da hipossuficiência feminina nos anos 1980-1990*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

PORTAL SAFERNET. *Quem somos*. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/quem-somos>. Acesso em: 19 ago. 2019.

POMPEU, A. *Eram as bruxas feministas?* [S. l.], 2015. Disponível em: www.naomekahlo.com/single-post/2015/11/13/Eram-as-bruxas-feministas. Acesso em: 14 ago. 2019.

POMPEU, A. Como presidente interino, Toffoli sanciona lei que torna crime importunação sexual. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-set-24/dias-toffoli-sanciona-lei-torna-crime-importunacao-sexual>. Acesso em: 3 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; CDH. *Recomendação da Clínica de Direitos Humanos da UFMG sobre o PL5555/2013*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte. Letramento: Justificando, 2017. Coleção Feminismos Plurais.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter. 1995.

SCHMIDT, G. *Crimes cibernéticos*. JusBrasil, Salvador, 2014. Disponível em: <https://gmschmidtadv.jusbrasil.com.br/artigos/149726370/crimes-ciberneticos>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SEMÍRAMIS, C. Mídia: a maior propagadora do machismo. *Revista Fórum*, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/midia-a-maior-propagadora-do-machismo/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SERENO, G. A. B. Pornografia não consensual: o problema da falta de tipificação penal. *Jus*. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63138/pornografia-nao-consensual-o-problema-da-falta-de-tipificacao-penal>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SILVA, A. da S. e; PINHEIRO, R. B. Exposição que fere, percepção que mata: a urgência de uma abordagem psicossociojurídica da pornografia de vingança à luz da Lei Maria da Penha. *Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba*, 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/53834>. Acesso em: 14 ago. 2019.

VACCARI, G. Mulher tem fotos íntimas divulgadas pelo ex após terminar relacionamento. *Correio do Estado, Mato Grosso do Sul*, 2017. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/mulher-tem-fotos-intimas-divulgadas-pelo-ex-apos-terminar/315947/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

VASCONCELOS, M. E. M.; AUGUSTO, C. B. Práticas Institucionais: revitimização e lógica familista nos JVDfMs. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2 sem. 2015.

WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. *Manual de direito penal brasileiro - parte geral*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2015.

O TEMPO DO CUIDADO NO CICLO DA VIDA

CONSTRUÇÃO E CONTINUIDADE DO CORPO GUARANI¹

Rubia Carla Formighieri Giordani

Por meio de uma etnografia entre famílias mbya guarani residentes em áreas indígenas localizadas no extremo oeste paranaense, no Brasil, na Terra Indígena Itamarã, tematizo a construção dos corpos guarani trazendo à tona elementos paradigmáticos de sua cosmovisão acerca da vida, das divindades, do parentesco e dos processos vitais.

Argumentarei, ao longo do texto, que fazer do comportamento alimentar humano inteligível para outros humanos implica na realização do ato alimentar compartilhado, que é a comensalidade, pressupondo que deste impulso alimentar primordial deriva uma invasão da cultura nos domínios da natureza.

1 Este capítulo deriva da tese de doutoramento em Sociologia – Doctorat d'Éthnologie – intitulada “Comportamento alimentar entre os guarani: cultura e alimentação”, defendida em 2012, na modalidade co-tutela entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a École Doctorale Milieux, Cultures et Sociétés du Passé et du Présent, Université Paris Ouest - Nanterre La Défense, Curitiba, Paris.

Demonstrarei que durante etapas particulares do ciclo da vida humana, como nascimento, puberdade, menarca e covade, em que a pessoa está em uma condição física e existencial limite e de vulnerabilidade, se inscreve a legitimidade dos cuidados e restrições de várias ordens, incluindo a alimentar e a corporal. Esta etnografia trata sobretudo da formação do corpo, do papel do afeto, do controle da emoção, e dos modos de afecção da alimentação na formação da pessoa.

DIETAS PARA A ALMA

Um primeiro ponto para compreender as relações entre alimentação, corpo e identidade entre os guarani é aquele que explora as características dos alimentos; não as propriedades físicas ou químicas, mas os atributos simbólicos e componentes imaginários responsáveis pela formação e continuidade da pessoa. No pensamento guarani, a pessoa além da constituição de sua carne, possui outras partes não físicas do seu ser: o *ñe'e* e o *ã*.

O xamã me explicou que o *ñe'e*², princípio vital que anima o ser é enviado pelas divindades e permanece no corpo da pessoa guarani movendo-se através dos ossos. Este princípio divino contrasta à alma telúrica denominada *ã*, um duplo terreno do *ñe'e* que estaria ao lado da pessoa, como uma sombra na opinião de muitos em *Itamarã*. Para o xamã, está o *ã* em constante oposição ao *ñe'e*, que se desprendendo do corpo após a morte vai constituir o *angue* enquanto o *ñe'e* retorna para a divindade *Ñanderu*. Ouvi que enquanto o *ñe'e* vem de deus, o *ã* se “faz aqui mesmo na terra”. As interpretações dos guarani em *Itamarã* não compreendem o *ã* como uma alma telúrica devidamente formada no momento do nascimento da criança, mas que é produzido ao longo da existência da pessoa guarani na medida em que vive nesta terra considerada imperfeita. Enquanto uma das porções que constitui a pessoa,

2 Sigo no texto fazendo comentários bastante econômicos e superficiais com relação a constituição da alma *ñe'e*. Insiro moderadamente algumas ideias coletadas em campo somente na medida em que tem alguma produtividade quando articulado ao problema alimentar. Estes aspectos já foram descritos de forma bastante sofisticada desde as primeiras etnografias de Nimuendaju (1987), Cadogan (1997) e Schaden (1974) e retomados em etnografias contemporâneas sobre a Palavra e o *ñe'e* na definição da pessoa guarani. Ver, por exemplo, Chamorro (2008) e Meliá (1981, 1989, 1990).

o *ã* é o lócus que agrega as imperfeições humanas decorrentes da desobediência aos preceitos divinos ou *tekoporã*, “o modo de vida belo”. Minha compreensão baseada nas explicações de uma liderança guarani local é de que o *ã* funcionaria como um tipo de depósito onde se acumulariam os excessos da vida e de uma dieta forte e pesada.

Em Cadogan (1997), as noções de dualidade da alma guarani ganham enorme produtividade quando postas em relação com a dieta alimentar. Encontramos aí planos alimentares dicotômicos que opõem uma dieta asceta vegetariana a outro programa alimentar que inclui a carne considerada pesada e perigosa. Tenho apontado que estas noções apareceram em *Itamarã* com feições mais ou menos pronunciadas, todavia guardando certas particularidades. Evidentemente as novidades no plano alimentar trouxeram maior complexidade ao tema e pelo que notei, os alimentos industrializados podem ser tratados de formas diferentes conforme suas características. (GIORDANI, 2016) Alguns itens parecem ser concebidos como substitutos para alimentos habitualmente utilizados, ainda que estes novos itens não necessitem ser esfumaceados pelo tabaco na *opy* ao modo daqueles tradicionais, como o milho, batata doce, mel, erva mate, abóbora e feijão. Refiro-me claramente ao trigo e ao arroz, que parecem ter sido incorporados ao cotidiano alimentar por meio de receitas que os guarani identificam como próprias de sua culinária.

Entretanto, há produtos reconhecidamente advindos dos brancos que apresentam um caráter nocivo e tóxico, embora possa haver algum grau de relatividade nisso. Este é o caso do sal que o xamã atribuiu a capacidade de “fazer a pessoa suar muito” causando uma sensação de fraqueza. Nos regimes valorizados pelo xamã, diversas vezes ouvi afirmar que “tem que comer pouquinho porque é pesado”. Convivendo com o xamã, observei que ele prestava muita atenção na quantidade de sal usada em sua comida e se orgulhava do tempo de duração de um pacote de sal na sua cozinha.

As dietas da menarca e da mulher que faz resguardo por nascimento de filho pedem igualmente moderação no sal porque consideram que o corpo está fraco. Algumas velhas mulheres, chegaram a afirmar que a restrição total de sal é necessária nestes períodos. A esta característica difundida em *Itamarã* de que “o sal é forte” e que “intoxica a pessoa”, se opõe outra noção igualmente conhecida de que o uso do sal pode ser vantajoso no tempero da carne do mato – a caça. Na opinião de alguns caçadores, o sal de tão forte

que é, serviria para “ajudar a tratar” a carne do mato que abriga o “espírito da carne crua”.

Este paradigma entre uma dieta asceta e outra telúrica, por assim dizer, tem outras implicações e penso haver indícios de que tanto carnes podem às vezes ser leves, quanto vegetais podem ser pesados ou se parecer com a carne. (GIORDANI, 2016) Outrossim, as categorias forte ou brando e pesado ou leve podem ser acionadas de diferentes maneiras. Um alimento forte e pesado pode ser tanto a carne quanto o vegetal; se for um vegetal como o amendoim apenas causará mal-estar físico quando consumido em excesso à noite por pessoas debilitadas ou pela mulher que faz resguardo após o nascimento do filho. Se for carne de capivara, por exemplo, ela pode afetar o *ã* da pessoa, tornando-o pesado, além de estimular comportamentos agressivos ligados à animalidade. O milho tem funções xamânicas na constituição da pessoa, cumprindo o papel de “fazer” o corpo guarani. (GIORDANI, 2016)

No pensamento sobre as capacidades das substâncias alimentares, a planta ocupa um papel central e está associada à carne. O mel, apesar de ser forte e normalmente misturado com outro alimento brando, não afeta o *ã*. A carne de peixe é leve, mas se o peixe não tem escamas e for consumido por indivíduo vulnerável, pode ser encantado pela *sereia*. A carne da galinha “é branquinha e levinha” segundo uma jovem professora guarani. Normalmente não apresenta riscos, e mesmo as opiniões mais severas acerca do resguardo admitiram que esta carne é a primeira a ser reintroduzida através de caldos com o mínimo de sal. Já as carnes de gado e de porco são classificadas como pesadas para serem consumidas por pessoas em fases de transição – pós-parto e menarca, por exemplo –, sob cuidados xamânicos ou convalescentes. Estas carnes pesadas, apesar de não terem implicações em uma transformação dos comportamentos da pessoa, são inapropriadas nas situações acima porque, segundo o xamã, a pessoa tem que “estar bem” para comer carne sob o risco de que potencialize um distúrbio ou intoxique um corpo fragilizado. O xamã me assegurou que estas carnes poderiam causar uma variedade de sensações de mal estar, desde dores de cabeça, desconforto abdominal e diarreia.

De outro lado, há carnes provenientes da caça percebidas genericamente como pesadas ou fortes e que mantém a incerteza sobre a presença de espíritos no sangue mesmo depois de cozidas, como capivara ou anta. Há carnes que não são classificadas como fortes ou pesadas, mas que simplesmente

devem ser interditas para determinadas pessoas como no caso do quati e inambu. E, finalmente, os guarani avaliam como leve a carne de porco do mato, sua ingestão não incorre risco de transformação, *-jepota*, ou assimilação de características indesejáveis.

Se, para consumir a carne se deve ser forte o suficiente para fazê-lo sem que haja prejuízo à pessoa (HUGH-JONES, 1996), pela diversidade de situações que presenciei em *Itamarã*, a ingestão segura dependerá, sobretudo, da qualidade da carne, adequando-se à condição individual. Assim, pessoas debilitadas não devem comer carne de capivara, por exemplo, por ser considerada excessivamente forte, e crianças não devem comer carnes que possam desencadear comportamentos indesejáveis.

Na opinião de um forte líder espiritual local, se a carne é sobremaneira recomendada no período da manhã é porque traz força para manter o corpo erguido e disposto para as atividades diárias. De outro lado, é contraindicada depois que o sol se põe, devendo o corpo ficar leve para o descanso e as rezas noturnas na casa ritual. Apesar de não ser uma recomendação atendida por todos na aldeia, pude confirmar que em sua casa, as carnes vermelhas eram servidas enquanto o sol ainda estava alto. A abstinência noturna era inaugurada na casa ritual após tabaco e o *kaguyjy* – uma bebida tradicional à base de milho fermentado – e encerrada pela manhã com tabaco e mate – bebida de água quente e erva moída (ramos e folhas de *Ilexparaguariensis*) servida em cuia e tomada com bomba.

Voltando as implicações da alimentação na constituição de um corpo pesado e preso a terra, é possível reafirmar que é pela presença excessiva da carne, ou pela ingestão de elementos nocivos que provém dela, bem como do acúmulo de características tóxicas, fortes e pesadas da dieta que procede o fortalecimento do *ã*.

Não pude esclarecer a contento, mas minha hipótese é de que o *ã*, duplo terreno do *ñe'é*, é outra coisa que não uma porção animal. São as diferentes conexões do *ã* com o regime de vida, incluindo os cuidados dietéticos que podem ser responsáveis pelo êxito ou falência do projeto humano de superação em busca da vida plena junto aos deuses. Seguindo as explicações do xamã e de outras lideranças espirituais locais, penso ser mais apropriado falar do *ã* como uma porção telúrica da pessoa, própria à vida humana nesta segunda terra. Este parece ser o valor deste princípio que entre os guarani de *Itamarã*

referem como *ã*. O xamã me explicou que o *ã* da pessoa pode se tornar tão forte que passa a dominar o *ñe´e*. Os comportamentos agressivos, a raiva, o destempero que uma pessoa manifesta são expressões do *ã*. Por tudo isso, uma dieta tida como adequada é aquela que enseja suprimir ou amenizar o *ã*.

Igualmente, o fortalecimento do *ã* da pessoa, que se desenvolveu em demasia, pode favorecer os estados de transformação com a assimilação de comportamento animal, já que a pessoa estaria fragilizada, pelo enfraquecimento do *ñe´e*. De outro lado, a recuperação da pessoa e a interrupção da transformação é possível com o auxílio da dieta leve e que fortalece o *ñe´e*. A filha do xamã, uma jovem mãe, me disse que o tratamento nestes casos incluía alimentação à base de *kaguyjy*, tabaco e “muita reza pra *Ñanderu* (a principal divindade) para trazer a pessoa de volta”.

Mesmo que haja um sentimento comumente difundido de um “agir sob a influência do entendimento de um outro ser, subjetividade ou força que estaria inspirando o comportamento das pessoas” (PISSOLATO, 2007, p. 244), além destes destemperos dietéticos que aumentam o *ã*, igualmente não deixa de ganhar destaque a posição de vulnerabilidade cosmológica como mecanismo que potencializa a possível perda da humanidade.

Vulnerabilidades cosmológicas: nascimento de bebês, puberdade e menarca

Alguns momentos no ciclo vital são especialmente sugestivos ao tema da transformabilidade porque o são igualmente eventos cosmológicos com potencial gerativo para novas condições existenciais. Assim, se a puberdade masculina, a menarca, o nascimento e couvade são exemplarmente especiais (SCHADEN, 1974; CADOGAN, 1997), é porque seu significado desemboca na susceptibilidade de ação da “potência que se liga à pessoa e possivelmente orienta suas atitudes, seus afetos e hábitos”. (PISSOLATO, 2007, p. 245) Nestas fases de passagem, os princípios dietéticos e cuidados corporais mediam o encadeamento das transformações físicas e psíquicas na direção correta.

Pela cozinha ou pelo sangue, a contaminação tem destaque central nos cuidados despendidos para a preservação da pessoa guarani. A cozinha, a pesca e a agricultura são atividades interditas às mulheres menstruadas porque a perda de sangue ou a sua presença excessiva falam igualmente da condição

dúbia da mulher.³ A perda do sangue igualmente remete à posição limítrofe que a mulher assume nestes momentos. Destacam-se aí o ritual da menarca entre as meninas guarani (SCHADEN, 1974) e a importância dos cuidados alimentares, semelhantes à couvade. O isolamento através da reclusão social, a cama elevada do chão com o objetivo de evitar a aproximação de animais que viriam pelo cheiro do sangue, e a nutrição da menina unicamente pela comida preparada pela mãe remetem ao bloqueio de relações. De um lado, visa evitar o envolvimento da menina com os animais, e de outro, suprimir a contaminação de outras pessoas guarani pelo sangue feminino que afirmam poder causar doença –*axy*.

O xamã assim tematizou o evento da transformação:

Nós índios, sabemos que quando uma pessoa come a carne crua então ela pode ter contato com o dono do bicho. Ele entra no corpo da pessoa e fica ali comovendo o corpo da pessoa. Ela tem tontura. O espírito entra na pessoa e fica incomodando, vem pelo sangue e entra no músculo da gente e se mistura com nosso sangue. Penetra no sangue. Então é por isso que a menina lá pelos treze anos quando tem a primeira menstruação, o espírito começa a chegar nela. Os meninos quando trocam de voz também, mas principalmente as meninas. Na primeira menstruação que vem, se não se cuidar tem bichinho que vem até ela para se apresentar e ter contato com ela e depois pode virar bicho com o tempo. Eu vou dar um exemplo de lá de fora: os “brancos”, quando vem a primeira menstruação come carne de boi, carne de porco, não se cuida. Nesse ponto pode até ficar doente e às vezes fica meio louca. Através do sangue do bichinho a pessoa entra em contato com o dono do bichinho e com o tempo vai chegando até acompanhar o dono do bicho até o

3 Ver o interessante artigo de Taylor (2000) sobre a concepção *jívaro* da rebeldia natural das mulheres às relações sociais. A autora discorre sobre as relações matrimoniais e suas articulações no pensamento *jívaro* entre conjugalidade e domesticação, entre mulheres e animais de caça e entre sedução e predação.

mato. Antigamente quando eu tinha dezesseis anos, tinha uma menina que ela tinha contato com o dono do bicho e com o tempo, quando ela teve dezoito anos ela sumiu no mato, foi embora. Depois de vinte anos a mulher voltou, mas ficou meio boba, não tinha mais sentido. Assim aconteceu. Eu vi!

O perigo da transformação na puberdade feminina e masculina é tematizado em várias histórias que quase todas as crianças já sabem contar desde muito cedo. Um professor guarani, muito influente, me confirmou que histórias de *ojepota* são contadas para os pequenos para que conheçam o perigo e atendam os apelos dos pais sobre os cuidados necessários: *"a criança vai pegando aquele sistema de vivência e pegando ritmo. Quando ela crescer, com quatorze, quinze anos, a menina, o menino já vai saber o que fazer."*

No entanto, pelo que pude perceber muito mais que ouvir os conselhos, o que ocorre nesta fase é a submissão completa da menina aos cuidados maternos. O cumprimento de um período de reclusão parece ser a regra, ainda que o tempo varie segundo o ponto de vista de quem fala. A filha mais jovem do professor, por exemplo, foi mantida durante três meses sob os auspícios exclusivos de sua mãe. O pai fez uma pequena construção ao lado de sua casa e uma espécie de cama alta. A jovem concorda que o isolamento tem por objetivo impedir que "alguma coisa que tá mato vem se juntar a pessoa". Sua cabeça foi raspada pela mãe, os banhos suspensos e neste ínterim toda sua comida foi preparada somente pela mãe, a única pessoa autorizada a entrar no quarto para entregar o alimento. Sua dieta foi à base de *kaguy-jy*, mas "podia comer pouquinho" de outras comidas consideradas brandas, como caldo de arroz, mandioca, determinados peixes com escama e caldo de galinha. Seus pais restringiram completamente a carne de caça, a carne de gado ou de porco, ambas consideradas pesadas, o mel que igualmente é enquadrado como um alimento forte; além do sal considerado tóxico. As jovens com quem pude conversar a respeito me disseram que é um período "muito ruim", especialmente porque lhes raspam a cabeça.

De acordo com as inúmeras histórias que me foram narradas sobre *jepota* na menarca, o cuidado familiar recebido pela jovem é uma prática bastante respeitada em *Itamarã*. A filha do xamã me narrou uma história sobre

o *jepota* de uma jovem deixada pela mãe sozinha em sua casa que vale a pena transcrever.

Uma menina na primeira menstruação estava em casa na cama que era mais alta e que seu pai construiu. Ele e a mãe saíram da casa para buscar comida. Amarraram a casa com cipó e deixaram a menina. A mãe tinha visto as marcas da onça. Um dia chegou um homem, mas não tinha porta pra entrar. Ele subiu em uma árvore e passou a noite lá. Sonhou que aparecia uma menina que disse: 'Corta o ninho da abelha em quatro pedaços e coloca no telhado da casa!'. No dia seguinte ele fez e as abelhas entraram na casa para cortar o pelo do animal que já crescia na menina. Ela tava virando bicho. O homem cortou os cipós e salvou a menina. Ela foi embora com ele e depois de um tempo eles voltaram para um lugar que tinha uma mulher bem velhinha que olhava muito e disse: 'Que saudade da minha filha!'. A velhinha perguntou de onde era a menina e o homem contou que tinha encontrado [a menina] na casa abandonada. Ela ficou sabendo que era sua filha, mas a menina não quis mais ficar com a mulher.

Trancada na oó e sem os cuidados condizentes com o período da menarca e o cuidado materno, inicia na jovem uma transformação violenta com crescimento de pelos pelo corpo que a assemelha aos bichos. O processo é revertido por um homem que a encontrou abandonada na casa pela mãe. A transformação não é consumada, mas a menina não retorna para sua família de sangue. Na interpretação da narradora, a mãe não teria cumprido os cuidados para com a menina e por isso a filha se negou a reconhecê-la como mãe.

Diferentemente das restrições da menarca, durante a gravidez, a regra alimentar é tratar de suprir o desejo estrito por determinada comida, pois a frustração alimentar é perigosa. Ouvi de jovens mães que é "o bebê que pede" e por esta razão a vontade da mulher deve ser atendida. Uma de minhas interlocutoras no campo me disse acreditar que sua mãe perdeu um bebê porque a criança teve um desejo que não pôde ser realizado. É comum ouvir

mulheres comentarem que o marido deve satisfazer o apetite específico da gestante. Pude observar este cuidado no esmero de um jovem caçador de Itamarã que em muitas ocasiões dedicou-se para atender o desejo de sua companheira grávida de comer “frutinhas do mato”.

No entanto, há algumas restrições no programa alimentar ensejado pela gestante ao longo do período pré-natal. Os riscos alimentares na gestação, ao contrário da menarca e da couvade, não estão relacionados ao *-jepota*, mas somente à possibilidade de repassar características indesejáveis ao feto. Enquanto a jovem na menarca não deve sequer olhar na direção do mato sob pena de ser encantada por algum espírito que a levaria embora, uma de minhas informantes mais fiéis, já no final da gestação, ainda nos acompanhava sem hesitação às expedições no mato para coletar frutas.

As preocupações que pude identificar parecem sugerir associações perigosas com o momento do parto e com o nascimento de crianças gêmeas. Este é o caso da banana que faria com que o feto crescesse demasiadamente, dificultando o parto ou ainda a interdição de carne de macaco que poderia também dificultar o trabalho de parto. O animal, mesmo ferido, utilizaria o rabo para se prender, e o consumo da sua carne poderia induzir semelhantemente a criança a se enrolar com o cordão umbilical. Relataram-me ainda o medo de que consumir plantas duplas, como bananas geminadas ou gomos de certas frutas, aumentaria a chance do nascimento de gêmeos. Mello (2006, p. 147) pondera a gemelaridade como uma “disfunção cosmológica” e “um sintoma de anomalia no processo de formação da pessoa”, isso porque um único *ñe’é* estaria dividido entre dois corpos⁴. Talvez por que não houvesse casos de gêmeos nas famílias com quem convivi, não obtive explicações mais detalhadas sobre o assunto. De todo modo, notei que permaneciam ativas as precauções para evitar tal incidente.

Não disponho de dados sobre o papel das diversas substâncias na formação do feto e que tem oferecido uma boa discussão, por exemplo, nos materiais amazônicos. As pessoas nunca manifestaram interesse sobre minha pergunta e para encurtar a conversa apenas diziam que pai e mãe participavam na

4 Vale a pena ver os comentários de Mello (2006, p. 147) sobre a questão da gemelaridade para os guarani.

concepção⁵ e que uma única relação sexual era suficiente para que a mulher engravidasse.

Pelo que compreendi, o entendimento generalizado de que *Ñanderu* envia o princípio imaterial da pessoa, o *ñe'e*, não isenta os pais de certa responsabilidade na formação do feto. Em *Itamarã*, os guarani concebem certa participação dos pais terrestres neste processo e por isso além de evitarem pela alimentação uma assimilação de características – tanto das plantas, como dos animais – que poderiam afetar a criança ou o parto, dizem que as más atitudes dos pais durante a gestação podem trazer infelicidade para a criança. A filha do xamã afirmou que a infidelidade conjugal traz sérios problemas ao *ñe'e* da criança para se adaptar em sua vida terrena implicando no desejo desta em retornar para *Ñanderu*, ou ainda, na permanência de sentimentos de tristeza e descontentamento durante toda a vida adulta.

Já os cuidados durante a couvade são preocupações difundidas entre os guarani e bem descritos desde Schaden (1974). Por certo há concordância generalizada na aldeia de que o nascimento de um filho é um momento delicado na vida do homem e da mulher guarani. A vulnerabilidade a que estaria sujeita a pessoa torna imprescindível as interdições temporárias para assegurar a continuidade da pessoa.

Percebi que as mulheres restringem muito sua circulação na aldeia nos primeiros meses após o nascimento do filho. Não deve andar por caminhos que a distanciem excessivamente de sua casa. Durante minha estadia em *Itamarã*, acompanhei algumas gestações e nascimento. Em uma delas, pude notar que a recém-mãe, após 30 dias do nascimento de seu bebê, limitava-se a perambular a curta distância que ligava sua casa à da sogra, e por onde o marido sempre a acompanhava. Os lugares por onde se anda são considerados potencialmente perigosos porque aí estão os espíritos dos bichos que “cheiram a mulher” e outros seres que o xamã genericamente classificou como criaturas más, e que estariam a serviço de *Aña*, prontos para prejudicar a mulher. Já a abstinência sexual por algum período é recomendada, segundo esta jovem, por oferecer riscos à saúde da mulher durante o restabelecimento pós-parto, em oposição ao período gestacional quando não há contra indicações. Muitas

5 Mello (2006) realiza uma descrição mais detalhada da fisiologia da gestação e dos papéis das diferentes substâncias na formação do corpo.

mulheres com quem conversei me afirmaram que apenas no final da gestação, quando a barriga já está baixa, o sexo não é bem visto, pois incorre risco ao bebê que poderia ser ferido com o pênis masculino.

Nesta fase, a mulher não deve cozinhar sob o risco de contaminar outras pessoas com sangue ou secreções corporais, então normalmente será sua mãe, ou na ausência desta, a sogra que se encarregará do cozimento dos alimentos.

Notei que a puérpera pode perder vários quilos em poucos meses. A dieta restringe algumas categorias de alimentos como peixes, carne de caça e porco, além da moderação do sal. Os alimentos industrializados não estão por completo excluídos do programa alimentar materno, mas devem ser utilizados com moderação. Neste caso, parece que ser comedido é tão importante quanto restringir completamente a ingestão de determinados alimentos.

DEIXAR DE SER HUMANO: O PERIGO DA TRANSFORMAÇÃO

O cuidado com as proteínas provenientes dos animais do mato durante a couvade sugere, do mesmo modo que as precauções com a atividade cinética, a necessidade de bloquear possíveis relações sociais desencadeadas por meio da transsubstancialização real ou simbólica do sangue. Comer carne de animais caçados é arriscado porque a pessoa situa-se em uma espécie de zona de fronteira, um limiar e poderá pender para a animalidade ou para a humanidade, a depender dos tipos de relações arroladas.

Na couvade, a suspensão da caça segue um princípio de avaliação bastante subjetivo com relação ao tempo necessário a ser cumprido. Não há concordância sobre a exatidão do período de resguardo que o pai deve respeitar; o consenso era de que simplesmente se deve *“guardar o tempo de espera do filho que nasceu”*. Um velho guarani, reconhecido caçador, que fui visitar noutra aldeia arrematou a ideia: *“Vai esperando os dias passarem sem entrar no mato até que chega o tempo que pode entrar de novo, cada um vê o tempo que precisa”*. Sua nora, no entanto, disse-me que o marido não poderia caçar por três meses a partir do nascimento da filha. E, de fato, foi mais ou menos este o tempo que podíamos observá-lo pacientemente sentado fazendo sentinela em frente à porta de sua casa cuidando da mulher que permanecia repousando com a criança.

No meu entendimento, esta espera se articula ao tempo necessário para que uma relação de parentesco se constitua adequadamente. O perigo parece relacionar-se não só à vulnerabilidade dos progenitores, mas decorre também da ambiguidade da criança, não plenamente familiarizada e inserida no mundo humano, na opinião do velho caçador. Nas suas palavras, a criança poderia “*entregar a vida do pai pra alguma coisa que a gente não conhece e que está no mato*”.

A afetação das capacidades mentais merece grande destaque sendo bastante comum dizerem que a “*pessoa perdeu a cabeça*”. A vulnerabilidade, por exemplo, da menina na menarca está marcadamente relacionada com a possibilidade de loucura desencadeada pelo *-jepota*. Ainda que não haja transformação física do corpo, o prejuízo atinge frequentemente a cabeça da pessoa: “*quando [uma pessoa] tem filho, ela pode pegar um tipo de ataque se ela comer carne*”, segundo o caçador experiente. Doença ou dor *-axy* na menarca são comumente associados à transgressão de interditos alimentares e precauções físicas como restringir a circulação na aldeia ou entrar no mato. Também se relacionam às investidas dos espíritos de animais que desejam a conjunção com os guarani. Daí têm-se duas implicações importantes. A primeira é que aos olhos guarani, o início do temível *-jepota*, pode assumir forma de dores físicas, como o *iakāraxy*, literalmente dor de cabeça, mas sob o ponto de vista espiritual, só vislumbrado pelo xamã, se trata da transformação rumo à animalidade com comportamento selvagem. A segunda deriva diretamente desta primeira acepção, ou seja, se o *-jepota* é a transformação animal desencadeada não só pela quebra dos preceitos da cultura guarani, mas também decorre do fato de outros seres com capacidade de agência desejarem produzir relações com os guarani.

A criança e sua imersão em redes de sociabilidade

Durante minha estadia em *Itamarã*, o nascimento de crianças era uma constante.⁶ É notável como há um contentamento que se espalha por toda a

6 Os partos das crianças de *Itamarã* são feitos quase que exclusivamente no hospital do município próximo à área indígena porque assim preferem as parturientes – que também são aconselhadas pelo cacique – em decorrência da facilidade para encaminhar os documentos para requerer auxílio maternidade. A gestação é acompanhada pelo serviço médico com consultas regulares e exames, inclusive em clínicas na cidade, o que lhes permite alguma experiência com a medicina

aldeia, mesmo entre famílias que não mantêm laços consanguíneos com os novos pais. O nascimento de uma criança era o assunto preferido em quase todas as rodas de *terere* – versão gelada do mate – e, já que os adultos se mantinham afastados por algum tempo, eram os bandos infantis que circulavam o tempo todo ao redor da casa do bebê recém-nascido. Por fim, este decoro formal das visitas, que se ausentam por vários dias da casa da puérpera, se encerrava e as visitas eram retomadas sob a supervisão da avó, paulatinamente e com grande euforia especialmente entre as mulheres.

Em que pese, as diferenças com outros grupos amazônicos, para os guarani a condição de um recém-nascido desperta apreensão e o período que segue ao nascimento não só os pais, mas o conjunto de co-residentes se esforçam sobre as relações que devem ser firmadas. Os *kaxinawá* aplicam jenipapo no corpo da criança para que tome forma humana (MCCALLUM, 2001), e sabem também que o rompimento de vínculos humanos e a fuga para seguir o chamado de criaturas da floresta pode ser precedido por desgostos originados no seio da relação familiar. (LAGROU, 1998 apud FAUSTO, 2002) Não presenciei nenhum ritual corporal específico à moda dos *kaxinawá* (MCCALLUM, 2001) ou das mulheres *parakanã*, que massageiam durante horas seus bebês. (FAUSTO, 2002) Mas, mesmo com a habitual discrição guarani que percebi manifestada em todos os níveis da vida social e ritual, há vários indícios que mostram a preocupação em fazer assentar definitivamente a alma no corpo da criança, produzir nela contentamento e desejo de permanecer entre os familiares na terra. De outro lado, toda a atenção dispendida tem por finalidade inserir a criança no conjunto dos hábitos e dos costumes característicos da família de sangue. Na convivência com as mulheres que tinham filhos pequenos frequentemente eu ouvia como justificativa para os desdobramentos de pais e

dos brancos. Seria ingênuo, contudo, pressupor que as andanças pelos corredores dos hospitais não causam desconforto entre as parturientes, ademais, pesa a favor desta estranheza uma convivência pouco desejada com os *jurua*, ainda que por curto espaço de tempo. Digno de nota é que uma das maiores frustrações guarani relacionadas ao parto no hospital refere-se ao desconhecimento do destino que os *jurua* dão à placenta, supondo que seja despejada em lugares impróprios. Ouvi que a placenta deveria ser muito bem enterrada longe de possíveis ataques animais. Se fazer o filho nascer no hospital, um lugar que pertence aos brancos, apesar de desconfortável, não é considerado perigoso, relataram-me que o retorno ao espaço nativo requer novamente o cuidado com as subjetividades ameaçadoras que estão nos caminhos, principalmente no anoitecer, nas proximidades da mata e na carne de caça.

avós para atender aos caprichos infantis, uma preocupação em firmar o *ñe´e* da criança no corpo e evitar que sua alma partisse. Esforçam-se para satisfazer suas vontades, prestam muita atenção ao choro infantil especulando razões, proporcionam estímulo e um ambiente notavelmente afetivo.

É algo positivamente parecido com a fabricação da humanidade pretendida pelos *piro* (GOW, 1997), nos cuidados após o nascimento que transparece na preocupação constante que paira entre os consanguíneos da criança que acaba de nascer. Ainda que não haja rituais, o nascimento, *-jau*, inaugurando a presença de uma nova essência divina na terra, cumpre-se discretamente através de um bom banho e a criança ainda em sua casa nas primeiras horas de vida passará por uma sessão de esfumaceamento pelo tabaco do xamã. Nestas ocasiões, o xamã proferia palavras de agradecimento a *Ñanderu* e pedia proteção e saúde ao novo ser. A fogueira também deveria ser mantida acesa. Os *xamois* – velhos, velhos sábios e pais de muitos – me explicaram que tradicionalmente o fogo deve ficar aceso para que a circulação da fumaça considerada purificadora mantenha aberta a comunicação com as divindades e evite a aproximação e entrada de seres não humanos perigosos.

A produção do bem-estar da criança parece mobilizar praticamente toda a aldeia. Pissolato (2007) também comentou sobre o esforço contínuo operado pelos pais e pelos parentes adultos para tornar agradável a experiência da criança e para que a alma enviada por *Ñanderu* fique alegre. O choro constante e a inquietação da criança são sinais que podem indicar o descontentamento do *ñe´e* entre seus familiares. A superação de estados de inquietação da criança é comumente auxiliada pela oferta do leite materno (*xekamby*) à criança. O *xekamby* que alimentará a criança, considerado uma dádiva de *Ñanderu*, desempenha a função de fazer crescer com vigor a criança, mas, sobretudo, segundo as velhas guarani, o leite fortalece o elo entre a alma, *ñe´e*, *oreve*, corpo da criança e sua ligação com consanguíneos na terra.

Há um esforço constante dos adultos para satisfazer os caprichos alimentares das crianças. Lembro-me que antes de partir à cidade para a habitual compra de comida, a professora ouvia pacientemente um bando de crianças que incluía suas filhas e todos os sobrinhos desfilar um rosário de encomendas. Não se trata, contudo, de nutrir, mas, sobretudo, de satisfazer o desejo da criança e realizar um estado de contentamento nela. Não é, portanto, qualquer alimento, mas aqueles desejados. Balas e biscoitos doces recheados,

alimentos processados embalados chamados “salgadinhos”, bebidas açucaradas fabricadas industrialmente como refrigerantes e sucos artificiais tradicionalmente compunham sua lista.

Alimentos e sentimentos de contentamento

Ciccarone (2001) destaca a frugalidade do ato alimentar evocada pela imagética do mito da teogênese colhido por Leon Cadogan (1997), em que a divindade passa a ser alimentada pelo colibri com o néctar das flores. Esta é sem dúvida uma bela imagem com a qual dialoga o comportamento alimentar guarani. De um lado, associa-se ao conjunto de práticas ascéticas (CADOGAN, 1997) e de outro, no entanto, exprime uma tensão fundamental própria à vida terrena (denominada *YvYpyau*) em que cada pessoa deve cultivar este valor do comedimento por ser capaz de dominar dentro de si as disposições que podem produzir saúde e contentamento na própria pessoa e naquelas com as quais convive.

Esta atitude, contida por assim dizer, é treinada desde cedo e os pequenos aprendem a controlar seu apetite, não sem antes exprimirem e conhecerem sua voracidade. Já comentei que recusar os desejos infantis é quase impensável. As crianças comem várias vezes ao dia, em casa, na escola, no momento em que visitam parentes. Se elas já comeram em casa, este não é propriamente um motivo razoável para recusar novamente um prato de comida se alguém o oferece.

Pontuei que a frustração, em geral, merece uma atenção por parte dos pais da criança. O apetite e o desejo não são compreendidos, da mesma forma que persuadir a criança a comer é algo impensável para os guarani. Nos casos em que a criança não pode ingerir o alimento, seu consumo pelos adultos é dissimulado para não despertar vontade. A evitação dos estados de frustração alimentar é complementada pelo dispositivo da liberalidade e a divisão que são igualmente ensinados às crianças. A filha do xamã, por exemplo, não permitia que sua menina mais velha carregasse balas até a escola se não fosse a quantidade suficiente para atender aos pedidos de todas as crianças. A única vez em que vi a professora repreender sua filha menor foi porque havia se comportado de maneira considerada egoísta, não dividindo balas com outras crianças.

Outra característica que me pareceu quase um traço permanente no comportamento infantil era a autonomia das crianças na esfera alimentar, especialmente entre as meninas. Este comportamento era muito estimulado por algumas mulheres que, sem deixar de fazer atenção às necessidades das crianças, deixavam-nas mexer nas panelas ou ir procurar comida sozinhas. As mães comentavam com orgulho a iniciativa de suas meninas de sete, oito anos que, sob a supervisão, cozinhavam quando tinham fome: fritavam ovos, assavam batatas e remexiam *reviro* no fogo. As filhas mais velhas da professora, igualmente tinham certa autonomia para saciar a fome e muitas vezes se envolviam no preparo e oferta de alimentos inclusive para as outras crianças menores que circulavam na casa. Observei que a iniciativa é muito valorizada e uma atitude deliberada pode ser elogiada e observada com certa curiosidade pelos adultos. Quando as suas meninas apareciam com cana solicitando para que algum adulto cortasse, eram recebidas com sorrisos reconhecedores do valor desta atitude. (GIORDANI, 2015)

Esta atenção sobre assegurar satisfação pela comida era bem notada igualmente nos comentários das mães sobre as preferências alimentares de seus filhos ou mesmo no preparo do *karu*. A tarefa de cozinhar, *pempojoy*, seguia a inspiração de algum comentário ouvido pela cozinheira ou da vontade de comer alguma coisa – *u*, proferida por alguém da casa. Também ao falar sobre alimentação infantil, quase sempre frisava, os alimentos preferidos das filhas e filhos, da aptidão para cozinhar de algumas meninas como “*o jeito da pessoa que é para aceitar*”. Penso que o que chamaríamos da formação dos hábitos alimentares se inscrevem em grande medida em um pensamento guarani sobre a formação do indivíduo e de sua autonomia. As preferências alimentares merecem uma observação fina e são respeitadas porque são constitutivas da própria pessoa. Aquelas variações nos comentários relativos ao consumo de diferentes animais e uma aparente frouxidão nas interdições se justificam de outro modo pelas escolhas e apetites individuais. Penso estar em profundo acordo com as observações de Schaden (1974) ao comentar sobre o cuidado que os guarani nutrem no desenvolvimento livre da pessoa ou, como notou Chase-Sardi (1992, p. 69), uma inclinação cultural para a “absoluta liberdade do indivíduo”. Uma postura autodeterminada valorizada no interior de um conjunto de ideias sobre o desenvolvimento livre da personalidade (SCHADEN,

1974), no meu entender, é equilibrada pelo pensamento recorrente da importância da moderação.

Não há planejamento das refeições e a despreocupação com o preparo da comida advém de uma postura diante das coisas e do mundo e de uma atitude de se colocar plenamente disponível para o que se pode obter no caminho. Esta atitude despreocupada era constantemente reforçada quando, por exemplo, me diziam que gostariam de ir até a cidade encontrar alguma “coisinha diferente”, mas não sabiam explicitar exatamente o que era. O xamã igualmente saía habitualmente para passear no mato para “pegar uma coisinha” e quando eu perguntava o quê, ele sorria respondendo “pode ser uma frutinha”. Após algum tempo comecei a entender que estes passeios se tratavam quase de um evento fortuito inspirado apenas pela postura de aceitar os dons que *Ñanderu* poderia oferecer e colocar no seu caminho durante a caminhada pela mata.

Não identifiquei componentes ritualísticos ou formalização maior do evento alimentar nos mesmos moldes daquilo que convençamos chamar de refeição no ocidente. A ocorrência alimentar estruturada, enquanto um evento social organizado segundo regras prescrevendo o horário, lugar e sucessão de ações que a compõem (DOUGLAS, 1979, p. 153), era bastante variável e fluída, por assim dizer. Explicaram-me que o guarani come quando tem fome, insinuando certa informalidade quando comparado ao sistema do branco. Bem notado que ter fome, além de conter o registro fisiológico, pode incluir o apetite ainda não saciado por uma refeição anterior ou o desejo de comer coisas específicas.

Também não é consenso, mas para muitas pessoas o *karu* está relacionado ao alimento que passa pelo fogo, os atos envolvidos para o preparo da comida, o nível de elaboração aplicado e a consecução do ato da ingestão alimentar. Por exemplo, se alguém estava cozinhando, se falava que a pessoa estava preparando o *karu* e na escola quando a comida estava pronta convidam para fazer *karu*.

Contudo, alimentos cozidos no *teko´a* para e por alguém não são a única definição para uma refeição. Em alguns contextos, pareceu estar ligado também a ideia de abundância, como quando traziam sacos de frutas que eram devorados em grandes quantidades. Havendo sensação de plenitude, diziam já ter feito o *karu*. Outrossim, comer na cidade durante os passeios a depender

da quantidade, da satisfação e da aprovação da comida era referida como o *karu* consumido na excursão.

Quando indagados sobre o assunto, os mais velhos falavam que os guarani tradicionalmente comem duas vezes por dia: a primeira refeição algumas horas antes do meio-dia e a segunda mais ou menos na metade da tarde. A prática corrente em muitas casas compreendia três momentos, um pela manhã, outro quando o sol estava alto ou no almoço servido na escola e uma última refeição antes do pôr do sol. O tempo marcado pelo jejum compreendia o período do sono noturno, havendo durante a vigília diurna várias ocasiões ou eventos alimentares não estruturados quando consumiam pequenas porções de frutos, *terere* e *kaguyjy*. De um modo geral, penso haver entre eles uma crença na contingência do evento alimentar e que pode ser provocado pela situação em que cada pessoa se coloca.

ÚLTIMOS APONTAMENTOS

Para os guarani, a alimentação humana é um fato que está além de sua evidência biológica. Comer e alimentar parentes são assuntos sérios porque dizem respeito ao exercício de princípios ideais de vida na terra. A relação com a divindade funda, organiza e sustenta seu mundo. Dela decorrem as capacidades que caracterizam a pessoa guarani, mas igualmente, do polo divino advém toda possibilidade para manutenção de sua existência.

A nutrição do corpo não é tão elementar quanto parece, é mais o esboço de uma pretensiosa operação de superação da condição corruptível da pessoa. Para esta vontade de superação, essencial é conter o excesso de desejo. Nem para mais, nem para menos, já que consentir a privação dependeria da disposição daquele que a ela se submete. São premissas morais que têm seus efeitos sobre a produção de pessoas que guardam as devidas proporções nas suas atividades ordinárias e extraordinárias: atitudes não exageradas regendo as trocas com a natureza, adesão flutuante ao trabalho, moderação no trato cotidiano e no comportamento alimentar.

A obrigatoriedade de dar, receber, retribuir entre os guarani fala exatamente da modificação de uma vontade individual em desejo que também é de todos. Esta ética de redistribuir dons/alimentos entre parentes, repercute na formação da pessoa que deve exibir virtudes reconhecidas e valorizadas

como a liberalidade. As atitudes alimentares consideradas egoístas afetam esta confiança na generosidade do parente que todo mundo espera contar e ninguém deseja com ela faltar.

As inúmeras atividades que envolvem a alimentação e as práticas corporais dizem respeito a uma verdadeira ontologia no pensamento guarani. Diante das múltiplas possibilidades de existência no mundo, os cuidados com o corpo e a dieta alinham ordenamentos que prezam pela formação à contento da pessoa humana. Conclui-se que, mais que um fato biológico, a alimentação adquire estatuto de fato social porque sua experiência desenvolve uma economia simbólica das substâncias ingeridas e dos processos de controle, subtração e compensação para manter bem a pessoa.

REFERÊNCIAS

- CADOGAN, L. *Ayvurapyta: textos míticos de los Mbya Guaraní del Guairá*. Assunción: Fundación Leon Cadogan, 1997.
- CICCARONE, C. *Drama e sensibilidade. Migração, xamanismo e mulheres mbya guarani*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CHAMORRO, G. *Terra Madura, Yvyragujy: fundamento da palavra Guarani*. Dourados: Editora UFGD, 2008.
- CHASE-SARDI, M. *El precio de la sangre: TuguyNeeRepy*. Estudio de la Cultura y el Control Social entre los Avá-Guaraní. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos, 1992.
- DOUGLAS, M. Les structures du culinaire. *Communications*, [s. l.], v. 31, p. 145-170, 1979.
- FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 7-44, 2002.
- GIORDANI, R. C. F. Mulheres e água, homens e fogo. Gênero e transformação na cozinha guarani. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 91-100, jan./jun., 2015.
- GIORDANI, R. C. F. Un ajuste de diferencias o sobre una dietética nativa guaraní. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

GOW, P. O parentesco como consciência humana: o caso dos piro. *MANA*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 39-65, 1997.

HUGH-JONES, S. Bonnesraisons ou mauvaisesconscience? De l'ambivalence de certainsamazoniansenverslaconsommation de viande. *Terrain*, Nanterre, France, p. 123-148, n. 26, 1996.

MCCALLUM, C. *Gender and sociality in Amazonia: How real people are made*. Oxford: Berg, 2001.

MELIÁ, B. El 'Modo de ser' Guarani en la primera documentación jesuítica (1594-1639). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 24, p. 1-23, 1981.

MELIÁ, B. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, M. M. *O rosto índio de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELIÁ, B. A terra sem mal dos guarani. Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, p. 33-46, 1990.

MELLO, F. C. *AetcháNhanderuKueryKaraiRetarã: entre deuses e animais. Xamanismo, parentesco e transformações entre os Chiripá e Mbyá Guarani*. Florianópolis: UFSC. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

NIMUENDAJÚ, K. *Los Mitos de Creación y de Destrucción del Mundo como Fundamentos de la Religión de los Apapokuva-Guarani*. Lima: Centro Amazónico de Antropologia y Aplicación Práctica, 1978.

PISSOLATO, E. *A duração da pessoa*. São Paulo: Unesp, 2007.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EDUSP, 1974.

TAYLOR, TAYLOR, A. C. Le sexe de la proie. Représentation jivaro du lien de la parenté. *L'Homme*, France, p. 154-155, 2000.

ALIMENTAÇÃO E JULGAMENTOS MORAIS ENTRE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

ACUSAÇÕES, VIGILÂNCIAS E VULNERABILIDADES¹

Viviane Mattar
Rogerio Lopes Azize
Rodrigo de Araújo Monteiro

INTRODUÇÃO

A proposta deste capítulo é analisar como o Programa Bolsa Família (PBF) se torna o fio condutor para entender de que forma as mulheres, beneficiárias do programa e moradoras de uma favela na Zona Oeste do Rio de Janeiro,

1 O capítulo tem como base a dissertação de mestrado “Moralidades em torno do Bolsa Família, gênero e alimentação: um estudo de caso a partir de uma favela do Rio de Janeiro”, defendida no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pela primeira autora, orientada pelo segundo autor e co-orientada pelo terceiro. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

estabelecem suas relações com vizinhos, amigos e familiares, tendo como cenário um contexto de fofocas e julgamentos morais que resultam em um controle constante e mútuo. Por meio das narrativas dessas mulheres e de dois pontos extremos de celebração e luto mediados pela comida – um aniversário (a vida) e uma morte ocorrida em uma composição de trem (uma realidade extrema, mas recorrente em um local de constante exposição a múltiplas violências) –, será realizada discussão sobre os jogos de acusações trazendo cenas de um cotidiano marcado pelo luto, pelo cuidado e pela tentativa de sobreviver à dor e à precariedade material.

Utilizaremos a alimentação e o PBF como elementos fundamentais para esta reflexão, vez que ambos são alvos de vigilância e de culpabilização das mães, caso este dinheiro específico ou as escolhas alimentares sejam, na concepção local, utilizados para adquirir produtos permitidos ou proibidos, essenciais ou supérfluos. Levamos, também, em conta a simbologia da comida e as classificações alimentares nativas, indicador não apenas de uma ideia de alimentação saudável, mas também do cuidado, que é entendido enquanto responsabilidade feminina e materna.

Esta pesquisa² foi realizada com a utilização de algumas ferramentas da etnografia, como observação participante, imersão prolongada no contexto de pesquisa e entrevistas com roteiro semiestruturado. Foi de grande relevância o trabalho de Rego e Pinzani (2013), com a perspectiva de “fatos testemunhais” e de “ouvir a voz dos pobres”, tarefas às quais se dedicam em seu trabalho seminal sobre o PBF.

A observação participante foi realizada durante seis meses em 2018, sendo que, neste período, convivemos cotidianamente com mulheres moradoras da Favela do Tripé que são beneficiárias do PBF. Também foram incluídas na pesquisa algumas moradoras que tiveram o benefício cortado. Além da observação e da interação com as moradoras, também realizamos entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado. Participaram deste momento da pesquisa cinco mulheres e todas as entrevistas foram gravadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).³ Nas entre-

2 A pesquisa de campo foi conduzida pela primeira autora.

3 O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social (CAAE 94667518.4.0000.5260). Todos os procedimentos foram adotados de acordo com a

vistas, buscamos apreender como se dão os agenciamentos e relações a partir do recebimento do PBF, sendo os temas condutores alimentação, gênero, cuidado e moralidades. Discute-se, assim, como as mulheres reproduzem e lidam com julgamentos e acusações, culpabilização e dor, vida e morte, além de trazer luz sobre a relação entre moralidades, Bolsa Família, gênero, corpo e alimentação.

Durante todo o processo de escrita, o corpo da pesquisadora estava exposto ao risco de sofrer algum tipo de violência. No entanto, o maior obstáculo, o que mais transparece a vulnerabilidade é a dor. Ver o outro sofrer, definitivamente foi o maior desafio que precisou ser equilibrado para estar na favela, seja enquanto trabalhadora social ou enquanto pesquisadora. Behar (1996) nomeou como “observador vulnerável” o momento em que a etnografia encontra, em sua escrita, o equilíbrio entre a conexão intelectual e emocional. Concordamos com ela ao afirmar que a vulnerabilidade deve estar explícita no texto para que contextos e argumentos sejam mais bem compreendidos, explicitando a construção de relações intersubjetivas – na medida do possível – e as evidências empíricas. Não foi possível o total desligamento das emoções, da dor e da compaixão ao realizar essa pesquisa; algumas situações relatadas a seguir tornam esse fato evidente.

A ALIMENTAÇÃO ENTRE RITUAIS DE VIDA E MORTE

Era um aniversário e estávamos ali, os convidados, encolhidos na pequena área da casa da Luíza cantando parabéns e batendo palmas. Naquele dia, comemorava-se o aniversário de Juca, companheiro de Luíza. Entre o pequeno tanque para lavar roupas e as gaiolas com passarinhos presos sobre as nossas cabeças, montamos uma mesa com um bolo confeitado e refrigerante. Este cardápio, que pode soar prosaico como celebração de aniversário, seria, após acontecimentos dramáticos nos dias seguintes, motivo de acusações para a família. Quando fomos convidados para o aniversário, Luíza avisou que seria uma comemoração simples, com apenas um bolo para festejar a data. A princípio isso causou estranheza, já que as festas organizadas por ela são sempre

Resolução CNS nº 466/12 que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Todas as mulheres que participaram desse trabalho receberam e assinaram o TCLE.

fartas de comidas e bebidas, com música alta e de longa duração. O motivo alegado era o corte de uma parte do benefício do PBF, o que aumentava as dificuldades financeiras e a escassez.

Tudo levava a crer que seria só mais um dia de pesquisa de campo que acabou com essa pequena confraternização na favela onde a autora principal entretém relações pessoais, já trabalhou como funcionária de Organizações Não Governamentais (ONGs) e realizou sua pesquisa de mestrado. A tarde ia caindo e chegava a hora de pegar o trem e voltar para casa. No entanto, mudei a opção de transporte ao ser informada por uma moradora de que havia alguma confusão no trem, talvez um assalto ou um arrastão, mais um dos cenários cotidianos do Rio de Janeiro.

No dia seguinte, despertei com mensagens no celular, todas elas da família da Luíza, o que era normal, pois os moradores do Tripé dividem comigo o seu cotidiano: circulam informações e fotos das crianças, de festas, de nascimentos, da entrada da polícia ou exército, de brigas e de parentes hospitalizados. No entanto, dessa vez o conteúdo da mensagem era diferente: o Gustavo, filho da Luiza, estava desaparecido após uma suposta tentativa de assalto em uma das composições do trem da Supervia, sistema interligado ao metrô, que circula pelos subúrbios e região metropolitana do Rio de Janeiro.

A Favela do Tripé – o nome do local e dos sujeitos de pesquisa foram modificados, visando preservação do anonimato –, local onde se deu esta pesquisa, é uma das seis favelas que fazem parte do Conjunto, localizado entre as zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Apesar de parecer espacialmente contínua, o Tripé é dividido pelos moradores em três regiões: a Rua do Serviço e o Pátio Redondo, na parte da frente; a Rua Reta e a Rua da Linha, na parte do meio; e uma parte sob o viaduto, na parte dos fundos, cujas ruas não têm nomes. É nesta última parte, mais pobre e de ocupação mais recente, que a pesquisa aqui relatada se concentrou. Essas três regiões possuem também pequenos becos que as cortam e que geralmente levam o nome de algum morador ou algum bar do local. Esta classificação espacial interna à favela se desdobra para além do espaço físico: relações, classificações e acusações estão relacionadas de forma íntima com onde se vive, quando se chegou e, tema mais específico desta publicação, o que, como, quem e onde se come.

Voltando ao sumiço de Gustavo, após algumas conversas com os familiares de Luíza, compreendi que o menino havia tentado conseguir dinheiro por meio de um assalto para comprar comida, já que sua mãe não conseguiu lhe oferecer o que ele havia solicitado e ele estava com fome. A fome era algo recorrente nas conversas com a Luíza e nos relatos das muitas mulheres com quem conversamos ao longo do trabalho de campo. Durante as entrevistas realizadas, todas relataram que se sentem amedrontadas em não ter alimentos para oferecer aos seus filhos e acreditam que é uma responsabilidade delas prover alimentação para eles. Muitas mencionaram uma infância de privação e indicavam a falta de políticas públicas que pudessem, no passado, influenciar positivamente na vida dos indivíduos.

Por isso, Luíza sentia que devia explicações para todos sobre o incidente de seu filho e relatava constantemente que não conseguiu comprar alimentos, vez que o benefício do PBF ainda não estava liberado para o saque. Para ela, parecia inaceitável não ter podido sanar a fome de Gustavo, com apenas “um ovo, um dente de alho e uma xícara de arroz”, conforme ele havia lhe pedido.

Gustavo acabara de completar 18 anos, era o segundo filho de Luíza, mas já não morava mais com ela, pois, há alguns meses antes deste episódio, foi proibido de entrar na Favela do Tripé após seu segundo assalto. Os policiais o flagraram roubando muito próximo à favela e, seguindo os termos de um acordo entre polícia e tráfico, foi este último quem julgou, condenou e aplicou o castigo: um tiro em cada mão e a expulsão do lugar onde Gustavo sempre morou.

Após seu desaparecimento, sua família percorreu delegacias e hospitais, até que o menino foi encontrado, em estado grave, no Centro de Terapia Intensiva (CTI) de uma unidade de saúde. A fome retorna então como personagem obscura na narrativa: Gustavo fora agredido ao tentar praticar um assalto, motivado pela necessidade de ter algo para se alimentar.

Esse caso, ainda que extremo, ilumina algumas questões que buscamos trabalhar neste capítulo. A partir do recebimento do PBF por moradoras da Favela do Tripé, refletimos sobre os modos como as interações e relações sociais constituem seu cotidiano, especialmente os referentes à alimentação, ao cuidado e às moralidades. Utilizando dois extremos como a celebração ritual da vida e da morte, esta pesquisa buscou compreender, a partir de entrevistas e de observação participante, a simbologia da alimentação, indicador não

apenas de uma ideia de alimentação saudável, mas também do cuidado, que é quase sempre entendido como incumbência feminina e materna.

Mostraremos como as mulheres reproduzem e lidam com julgamentos e acusações, culpabilização e dor, vida e morte, partindo deste caso. Ainda que o objetivo não seja discutir violência ou morte especificamente, o caso de Gustavo ajuda a elucidar os modos como moralidades, alimentação e cuidado se intersectam. Pretendemos, assim, explorar possíveis relações entre moralidades, Bolsa Família, gênero, corpo e alimentação. Moralidades que caminham em duplo sentido: partem tanto do jogo de acusações dos moradores entre si quanto da política governamental, que imagina tipos de recebedores e de usos ideais do benefício e estabelece padrões, atuando como mais um agente moralizador.

O recebimento do PBF tem impactos marcantes na vida das mulheres entrevistadas, provocando mudança de hábitos, a criação de novos padrões de consumo de alimentos e arranjos específicos que envolvem convenções de gênero e um conjunto de moralidades e jogos de acusação. Entretanto, neste local, diversas famílias já sofrem com cortes e bloqueios do benefício que acabam por reorganizar a vida social dessa favela com consequências não apenas relacionadas à alimentação, mas também aos estigmas vividos por estas pessoas e, portanto, à construção da sociabilidade local. Neste local, as implicações relacionadas ao recebimento do PBF e à alimentação se mostram como fios condutores para refletir sobre vigilância e culpabilização das mães, caso este dinheiro específico advindo do benefício ou as escolhas alimentares sejam, na concepção local, utilizados para adquirir produtos permitidos ou proibidos, essenciais ou supérfluos. O benefício ganha ares de um fato social total (MAUSS, 2003), no sentido de suas múltiplas reverberações no cotidiano dos sujeitos de pesquisa.

O PBF é um personagem central nesse espaço, razão para o aparecimento de conflitos, fofocas e brigas entre os familiares e vizinhos da favela, o que permite pensar sobre a questão das moralidades e dos julgamentos morais feitos uns sobre os outros. (BOURDIEU, 2014; EGER, 2013; FASSIN, 2018; FONSECA, 2000; LACERDA, 2015; MAUSS, 2003; PHELAN; LINK; DOVÍDO, 2013; REGO; PINZANI, 2014) Além disso, demonstra de que forma as convenções de gênero aparecem, que marcas deixam nos corpos dos moradores deste local e o que informam sobre moralidades e cuidado.

Como veremos, a mulher enquanto mãe, se mostra nesse contexto enquanto responsável pela criança, vez que a ela é atribuído, através de suas práticas em relação ao PBF, o cuidado. No entanto, sua conduta é cercada de convenções morais e é alvo de vigilância constante. Sendo assim, esse corpo é regulado, disputado e normatizado durante a trajetória de suas vidas e de quem as cerca.

Vigilâncias, jogos de acusação e moralidades

Dois pontos extremos de celebração e dois rituais mediados pela comida – um aniversário (a vida) e uma morte – são os pontos de partida para as discussões que apresentamos. Essas cenas, pensadas em conjunto e em relação, ajudam a lançar luz sobre os jogos de acusações encontrados entre os moradores da Favela do Tripé, na medida em que apresenta indícios de um cotidiano marcado pela perda, pelo cuidado e pela tentativa de sobreviver à dor e à precariedade material.

Começamos esta história com a celebração da vida, representada pelo aniversário de Juca. Devido ao não recebimento do Bolsa Família naquele mês, Luíza optou por fazer apenas um bolo para o companheiro. No entanto, alguns produtos presentes neste dia, como refrigerantes e alguns ingredientes do bolo, geraram algumas reações provocativas de vizinhos, que tiveram a percepção de que os produtos demonstravam ostentação.

Se, por um lado, as provocações são vistas enquanto brincadeiras, por outro representam um tipo de controle sobre o que é permitido ou não comprar. No universo moral do Tripé, a falta de dinheiro é sinônimo de consumo de alimentos que eles consideram de baixa qualidade e preço. A aquisição de produtos que fogem a essa dupla pode gerar discursos e atitudes punitivas aos consumidores.

O bolo foi confeitado cuidadosamente por Luíza, que pegou a receita na internet e escolheu ingredientes que ela considerava caros, como leite em pó de uma marca específica e morangos. Para ela, a escolha daqueles produtos se justificava, pois significava que ela amava o companheiro. Apesar de deixar claro que já esperava o julgamento dos vizinhos por ter gasto dinheiro em alimentos que eles consideravam acima do que ela poderia gastar, o que importava a ela estava no âmbito emocional.

Isso reforça o que Sahlins (2004) chama de “razão cultural”. De acordo com este autor, todo objeto ganha movimento a partir do significado que lhe é atribuído socialmente. Neste caso em específico, a comida, os ingredientes que ela escolheu cuidadosamente para a receita do bolo, demonstram sua função social, com seu símbolo de cuidado e carinho com seu companheiro, apesar de quebrar regras e tabus dos vizinhos e familiares.

Outro ponto muito importante nessas relações, simbologias e funções sociais dos alimentos diz respeito à vida social que o homem proporciona para a sua família. É muito comum festas com bebida alcoólica, churrasco ou almoços que são oferecidos para os outros moradores da favela, sem que haja nenhuma data festiva que justifique tais eventos. Alguns moradores dividem refeições com seus vizinhos, sem que isso represente afeto ou cuidado, mas para “ostentar” uma melhor condição financeira, para demonstrar satisfação com seus companheiros, para desmentir alguma fofoca sobre a sua família ou para competir com algum evento que já tenha acontecido. Inclusive, quando há esses momentos de sociabilidade, é comum vê-los postando fotos de comida e bebida em seus perfis do Facebook.

Algo que se mostrou recorrente durante a participação nesses eventos foi a preocupação do anfitrião em oferecer o que o senso comum, naquele contexto, considerava como melhor produto, para não ser mal falado entre os vizinhos e familiares. Ruídos de música alta, o cheiro do carvão queimando e de carne sendo assada e a quantidade de cerveja escondida pelo gelo no isopor demonstram certo *status* e prestígio dentro da favela.

No entanto, no caso de Luíza, enquanto preparava uma pequena comemoração para o seu companheiro, a preocupação com seu filho Gustavo, que naquele mesmo dia havia entrado em contato com ela por telefone pedindo comida, lhe assombrava. O que ela não esperava é que, horas depois, ele entraria em uma das composições da Supervia para conseguir dinheiro para comer: ele não aguentou esperar mais um dia para se alimentar.

Ontem, 11h da manhã, o Gustavo me ligou dizendo que o Mateus, primo dele, tinha expulsado ele de casa e me pedindo um dente de alho, um ovo e uma xícara de arroz. Eu disse pra ele que eu não tinha naquela hora, mas que era pra ele me ligar amanhã porque eu ia conseguir. Ele disse que estava sem comer já há dois dias e eu pedi que tivesse

calma que amanhã eu ia mandar a Ana ir entregar na praça. Depois disso não soube mais dele. Quando foi 2 horas da manhã um amigo dele veio aqui na porta me acordar dizendo que tinham pego ele no trem. Eu achei que ele tinha sido preso de novo, mas ele não está na delegacia. (Luíza, 33 anos)

No dia seguinte ao aniversário, com a notícia do sumiço de Gustavo, Luiza percorreu todas as delegacias da cidade em busca de seu filho e, quando as opções acabaram, contrariada, ela começou sua procura nos hospitais. Foi um dia inteiro entrando e saindo desses locais, sem dinheiro para a passagem, sem nada para comer. Como seu filho, no estômago havia a fome, acompanhada da frustração e do medo. Por fim, no final da tarde, Luiza encontrou seu filho em um hospital localizado na Zona Norte da cidade. Após horas nessa incessante procura, lá estava ela, em frente ao leito de seu filho que se encontrava inconsciente, machucado e irreconhecível. Ele entrou no hospital como indigente, pois não portava nenhum documento de identificação e por isso a família não havia sido contatada.

Após esse encontro, finalmente sua mãe conseguiu, após juntar os fatos e conversar com colegas do seu filho, ter certo esclarecimento do ocorrido: Gustavo ligou pedindo comida, mas não conseguiu esperar até o dia seguinte, como sua mãe lhe pediu, pois já estava há dois dias sem comer. Embora tivesse prometido para Luiza que não roubaria mais, a fome falou mais alto e com mais três meninos, ele entrou no trem naquela noite com dois objetivos: conseguir dinheiro e se alimentar. No entanto, após sacarem as armas, um dos passageiros notou que se tratavam de réplicas e, na tentativa de fazer justiça com as próprias mãos, incitou os outros passageiros que iniciaram o linchamento dos meninos; enquanto os outros conseguiram fugir, Gustavo apanhou até ficar inconsciente e foi jogado na próxima estação onde aguardou por mais duas horas até a chegada de algum socorro.

Alguns dias depois, Gustavo faleceu e sua mãe se ressentiu e lamenta que o filho tenha morrido em busca de dinheiro para acabar com a sua fome. Luiza relata que sempre procurou dar tudo aos seus filhos. Uma vez que sua vida começou a melhorar um pouco, após recebimento do PBF, nunca mais ela permitiu que nenhum filho passasse fome.

A fome nesse contexto vem em congruência com sentimentos para além de algo físico, mas aparece enquanto uma dor que representa faltas, sensações que expressam a agonia de voltar a um passado de perdas, miséria e vergonha. A fome se mostra com um sentido ambíguo de inúmeros significados e identidades, todas elas acompanhadas por um silêncio que essas mulheres procuram esquecer ou guardar.

Luiza explica que, com sua renda de apenas R\$200,00 de pensão alimentícia e R\$146,00⁴ pelo PBF, ela consegue pelo menos dar o básico aos seus filhos, ainda que não pudesse esperar ajuda dos pais das crianças. Mas, nos últimos meses, teve esse último valor reduzido em decorrência da falta de repasse do Família Carioca⁵ pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Com o discurso de Luiza, fica clara a relação entre a alimentação e o PBF quando ela faz uma associação entre o recebimento do benefício e a possibilidade de aquisição de alimentos. Em meio a uma vida familiar de precariedade e de um pai/homem ausente, é o dinheiro do PBF o responsável por garantir a subsistência.

Concordamos com Frei Betto (2003) que afirma que a segurança alimentar está diretamente relacionada com a segurança nacional. A instabilidade política e social, que são tanto a causa quanto o efeito da fome, levam populações a casos de violência, maus tratos, desemprego, invisibilidade, instabilidade, vulnerabilidade e inúmeras outras violações que resultam em um quadro cíclico de pobreza. Os programas sociais, como o PBF, buscam diminuir a desigualdade e a pobreza, rompendo com o ciclo de miséria.

A diretriz básica do PBF concede às mulheres o recebimento da transferência de renda. Sendo assim, são elas as responsáveis pelas escolhas de consumo a serem feitas com o benefício. Como apontam Rego e Pinzani (2014), a possibilidade de escolha garantida pelo recebimento do benefício é responsável pelo aumento da autonomia individual das mulheres. Por isso, esse dinheiro pode ser entendido como um dinheiro marcado pelo gênero, que atua como um agente moralizante. Ao ser carregado de moralidades,

4 Cerca de US\$53,00 e US\$39,00, respectivamente.

5 O Família Carioca é um projeto da prefeitura do Rio de Janeiro que tem como objetivo oferecer uma renda complementar a famílias que, mesmo com PBF, ainda tenham uma renda per capita inferior a 108 reais por mês. O programa é exclusivo para beneficiários do PBF e o valor varia dependendo da renda e do número de integrantes da família.

um “dinheiro especial”, segundo Zelizer (2011), traz consigo normas e expectativas, já que ele é visto como uma compensação, um presente, uma ajuda (EGER, 2017) e não como um direito. Trata-se, propomos aqui, de um “dinheiro moral”, pois ele apresenta um peso moral, uma carga normativa elevada para além do seu valor de face.

Deste modo, há uma configuração das relações que gira em torno das escolhas sobre com o que se gasta esse valor, que deve garantir às crianças de uma família, na qual o PBF seja a única renda doméstica, o necessário para viver. E que, segundo as próprias beneficiárias, precisa ser destinado a fins específicos, ou seja, para as crianças. Como exemplo, cito a fala de uma de minhas interlocutoras.

É assim, Vivi, ela tem um monte de filhos e eles vão comendo cada dia em um lugar. Comem muito mal. Ela tinha que pegar o dinheiro do Bolsa Família e comprar legumes, verduras pras crianças, mas não, a verdade é que aqui, só eu dou legumes para os meus filhos. Outro dia fiz uma sopa e chamei os filhos dela pra comer. Comeram tudo, um prato enorme e repetiram. Aí você vê, as crianças gostam, mas a mãe não dá. Mas você sabe né? Ela usa o dinheiro todo dela com drogas. Sabe o que ela faz? Ela te pede 100 reais emprestado, aí te paga 150. Como garantia, ela deixa o cartão do Bolsa Família com você e a senha. No dia certo, você vai lá e pega o dinheiro. Eu já fiz isso pra ela, mas depois não faço mais não. É como se eu tivesse tirando comida da boca das crianças, porque o dinheiro do Bolsa Família é pra isso né? Para dar comida para as crianças. (Joana, 40 anos)

A fala de Joana anuncia quais são algumas das moralidades e controles existentes. Dessa forma, é moralmente repreensível a utilização do dinheiro do Bolsa Família para comprar bebidas ou ir ao baile. Joana claramente estabelece uma diferenciação entre suas próprias práticas e aquelas de uma de suas vizinhas, que não estaria cuidando adequadamente dos filhos – e, em sua noção de cuidado, a alimentação com legumes (mais saudável) seria símbolo desse cuidado.

Mesmo que este não seja o tema central do artigo, nesta fala, aparece outro ponto interessante: o cartão do Bolsa Família assume uma função diferente da esperada, ao se converter em ferramenta das trocas econômicas a crédito.

Em locais de escassez e baixa renda, como a Favela do Tripé, dificilmente os moradores teriam acesso a crédito. Mas o recebimento do Bolsa Família funciona como a garantia de que haverá uma renda e de que o credor receberá futuramente o dinheiro que emprestou.

Como afirmamos desde o início do capítulo, este texto transita entre dois rituais limítrofes e opostos. Após a notícia sobre a morte de Gustavo, alguns familiares e amigos próximos foram à casa da mãe de Luíza, Dona Lia. Estávamos voltando do hospital, onde fomos reconhecer o corpo, e, ao retornarmos, nos encaminhamos para lá. Enquanto os homens assistiam televisão sem pronunciar uma palavra, as mulheres ficavam na cozinha conversando sobre o ocorrido e em busca de alimentos para servir a todos. Como se houvesse o que Coelho (2012) chama de uma “divisão sexual do trabalho emocional”, em que a mulher ocupa o lugar de controle, proteção e que conduza a situação de forte carga emocional. Dona Lia abria a geladeira, como em uma busca incessante por algo que não parecia estar ali dentro, mas sempre que ela fazia esse movimento, ela retirava algum pote com comida congelada para que preparássemos para as refeições que foram sendo servidas durante aquele dia. Assim, seguindo as orientações da dona da casa, íamos cortando legumes, lavando folhas, fazendo macarrão e descongelando frios e salsicha.

Cada vez mais visitas iam chegando e alguns pratos já estavam servidos sobre a pequena mesa localizada na sala da casa. As mulheres iam pegando pratos e servindo os filhos e os maridos, com pausas para consolar Luíza. A comida foi um elemento importante no espaço entre esses dois rituais: do aniversário de Juca e após a morte de Gustavo. Ela esteve sempre presente, física ou discursivamente, como justificativa para um assalto, celebrando a vida ou a morte, mas sempre cumprindo o seu papel de ferramenta que entrelaça relações sociais.

Para Cravo e Daniel (2005), o alimento atravessa as relações de amizade de uma sociedade. Comemorar um aniversário, ou lamentar a morte distribuindo alimentos para os amigos – ainda que a família esteja, como no caso do Tripé, passando por um momento de dificuldade financeira –, era um ritual necessário que marca um luto coletivo e reafirma relações de parentesco e comunhão.

Após dias difíceis de dor e sofrimento obedecendo aos rituais de morte e enterro, algumas desavenças começaram a ocupar o lugar das lágrimas de Luíza e Dona Lia. Diversas brigas se iniciaram após constantes acusações da

avó de Gustavo relacionadas ao fato de Luíza não ter dado comida ao seu filho quando ele ligou se queixando de fome. Para ela, era inaceitável que sua filha tivesse usado o dinheiro do PBF, que ela afirmava ser das crianças, para comprar os ingredientes do bolo do Juca na semana anterior. Por outro lado, Luíza também acusava a mãe dizendo que ela sempre teve condições de ajudar os netos e nunca o fez, que ela havia preparado um banquete no dia da morte de seu neto, alimentara várias pessoas, ao invés de ter, no passado, ajudado Gustavo. Ou seja, ambas se acusavam de uso inadequado do dinheiro e da comida.

Apesar de Luíza também culpar sua mãe por não ter oferecido ajuda ao neto, existe entre elas uma relação de poder e hierarquia muito respeitada na favela: mãe e filha. Para Coelho (2012), as emoções reforçam esse vínculo, criando uma “micropolítica das emoções”, que se dá a partir dessas interações, podendo oprimir alguma das partes, nesse caso, a mãe de Gustavo que poderia ter dividido o cuidado de seu filho com muitos atores como os avós, tios, padrinhos, vizinhos e até o pai de seu filho, mas só a ela foi destinada a qualidade e o peso de ser mãe.

Algo que se faz necessário baseando-se no linchamento de Gustavo é a reflexão sobre o racismo institucionalizado no Brasil, onde há uma construção de corpos que são vistos como inimigos, sendo esses pobres, negros, homens e favelados. Conforme há essa criação do inimigo, há uma legitimidade para o uso da força, tanto pelo Estado quanto pelos cidadãos civis em busca da extinção do perigo. Leite (2012) chama esse processo de “faxina étnica” em sistemas normativos, que demarca quem é ou não sujeito, quem merece morrer, quem é o perigo que, neste caso, era personificado por Gustavo.

Achille Mbembe (2018) explica, em seu livro, sobre a determinação da vida e a morte do sujeito – a “necropolítica” –, em que há o extermínio de grupos que não apresentam lugar no sistema. Nesse caso, não existe, por parte do Estado, a intenção de controlar corpos de determinados grupos sociais, partindo da exclusão para o extermínio, para a opressão e desumanidade. Esse aniquilamento, onde o objetivo é matar o maior número de pessoas, também abre espaço a novas formas e relações de resistência e de terror.⁶

6 Parreiras (2018), ao refletir sobre violências sexuais, traz considerações sobre o terror e as possibilidades de resistência ao terror. Apoiada em Taussig (1993), a autora transita na

O exercício do direito de matar ou exercer a violência já não se apresenta enquanto exclusividade apenas do Estado, aparecendo múltiplos outros segmentos de indivíduos que agem por trás da fachada do Estado e que se colocam como responsáveis pela disciplina, pelo controle e pelo genocídio de inimigos a serem combatidos que, mais especificamente nessa situação, seria o Gustavo, que foi espancado pelos passageiros do trem para que a ordem fosse reestabelecida, já que o problema ali visível era apenas de um grupo que causava perigo ao tentar assaltar o trem e por isso precisavam ser abatidos.

Ainda neste sentido, essa discussão implica em pensar e repensar o Estado a partir de suas margens, não tomando essa relação entre eles como simples oposição. Para Das e Poole (2008), o “Estado” é sempre um projeto inacabado e por isso, ao invés de fronteiras com limites, deve-se pensar em margens como algo que se multiplica para periferias e para o centro. Não se trata simplesmente de uma demarcação territorial, mas de cadeias de relações fluidas que ligam o Estado a estas margens.

Pensando nisso, é importante ressaltar o caráter complexo das relações entre as margens e o Estado, onde não existe oposição entre ambas, mas relações de complementaridade, sendo as práticas das margens responsáveis pelas definições das práticas de regulação e disciplina que caracterizam o Estado. No caso da morte de Gustavo, podemos dizer que este Estado – ainda que oculto – tem papel fundamental, já que é ele um dos responsáveis por alocar este corpo negro, pobre e favelado na categoria de matáveis.

No entanto, mesmo que nenhuma dessas reflexões acima aparecesse na fala dessas mulheres, o que era mencionado recorrentemente nas conversas e recaía sobre um julgamento particular era o gasto do benefício do PBF. O benefício é, na Favela do Tripé, quase que exclusivamente recebido por mulheres, o que as coloca como responsáveis por administrar o dinheiro concedido pelo Estado, via política pública, e pelo trabalho do cuidado, o que reitera convenções de gênero que veem nas mulheres a responsabilidade de serem as cuidadoras e mães. Os filhos se tornam um espelho, uma vitrine do

oposição terror e cura, buscando pensar inclusive a escrita antropológica enquanto uma possibilidade de resistência e cura, escapando do “espaço da morte”, em que vidas e pessoas se fragmentam.

aprisionamento das mulheres na administração da maternidade onde ela se torna agente e objeto de controle.

O PBF é de responsabilidade das mães, assim como as escolhas de consumo com o dinheiro e, assim, caso elas o designem para outros fins, que não os ligados às necessidades básicas, são julgadas e se tornam foco de estigmatização por parte dos vizinhos. E isso foi o que Luíza sofreu ao ser julgada por ter usado o dinheiro para o bolo do marido, dinheiro que era “das crianças”, “para as crianças”, para comprar o necessário para elas. Mas, o que seria uma necessidade básica? É importante entender que existe uma variedade de leituras sobre o que é necessário para cada família, a partir de suas experiências, seus antepassados e suas escolhas, ou seja, a partir de suas construções sociais. Determinado produto pode se tornar essencial para a vida de um grupo familiar e ser completamente dispensável para outro.

Câmara Cascudo (2014) defende em sua obra a oposição entre paladar e fome em um sistema alimentar onde o primeiro é determinado por padrões, regras e proibições e a segunda é apenas uma necessidade biológica a ser, ou não, satisfeita. Para os indivíduos que têm como única renda o PBF, a realidade, o cotidiano é geralmente de uma monotonia alimentar com a finalidade de saciar uma necessidade natural, já que possuem menor acesso a determinados alimentos diminuindo assim a variedade na alimentação. Por outro lado, quando se consegue diversificar os alimentos e assim atender a alguns desejos de consumo, o ato de comer se torna uma expressão cultural, de atribuição simbólica, um ato social que, ao contrário de um ato mecânico e solitário de saciar a fome, deve ser compartilhado e celebrado.

Segundo Yatzimirsky (2006), a sobrevivência faz com que as necessidades alimentares sejam priorizadas em relação às demais. Desta forma, os moradores das favelas podem resistir à fome, mas não à deficiência nutricional, resultando em uma fome oculta que é causada não por sinais clínicos de desnutrição, mas pela carência de nutrientes, já que há o aumento de ingestão de alimentos industrializados. Isso nos mostra como eles escolhem seus alimentos que, geralmente, são os produtos mais baratos, para possibilitar chegar ao final do mês ainda com alguma comida disponível.

Observamos, em paralelo ao aumento no consumo de alimentos industrializados presentes em produtos processados e ultraprocessados, um crescimento de pessoas com sobrepeso ou obesidade. Isso se justifica pela maior

disponibilidade de comprar alimentos, a influência da mídia nas escolhas do consumidor, o crescimento do sedentarismo e o aumento do poder aquisitivo que impactaram nas características nutricionais dos grupos que recebem o benefício do PBF.

Outro dado importante diz respeito às mulheres, que são as mais afetadas nesse contexto específico pela obesidade, já que muitas vezes se abstêm do alimento em detrimento dos filhos e maridos e, por isso, acabam fazendo escolhas alimentares mais baratas e de menor valor nutricional. Sendo assim, podemos afirmar que as mulheres apresentam maior sobrepeso do que os homens, o que se justifica pela frequente troca das principais refeições – desjejum, almoço e jantar – por alimentos hipercalóricos. Outro motivo desse sobrepeso pode estar atrelado ao fato de os homens saírem para a labuta, enquanto parte das mulheres permanece em casa cuidando da família. Os dados acima nos mostram que existe uma rigorosa ruptura na normatização que associa a desnutrição ao baixo peso nesse contexto. A pesquisa de campo nos mostrou que as pessoas obesas podem apresentar carências nutricionais, pois consomem menos variedades de nutrientes.

Para além da reflexão nutricional, os alimentos ocupam, nesse contexto, um espaço de moralização e por isso apresentam diferentes graus de importância na prateleira dessas famílias, mas alguns são vistos como obrigatórios na alimentação: arroz, feijão, carnes, iogurte e leite. O iogurte aparece com frequência na fala das mulheres como essencial para uma alimentação saudável, vez que elas atrelam a ele o sucesso da fase do crescimento. Por isso, as crianças mais velhas são repreendidas quando querem comer o iogurte, já que eles, dentro dessa lógica, não precisam mais daquele alimento. Um exemplo disso é a fala de Luíza com sua filha de 15 anos.

Você já é muito grande para tomar iogurte e leite, tem que deixar pros seus irmãos mais novos né? Tem graça você abrir a geladeira e acabar com as coisas deles, não se enxerga não? É sempre assim, você acha que não percebo que eu compro iogurte pra eles e quando vejo já acabou? Eu sei que você pega! (Luíza, 33 anos)

O iogurte também se mostrou responsável por algo que foge do âmbito nutricional e físico, mas que assume um papel no emocional dessas mulheres

que, em sua maioria, tiveram uma infância de escassez e fome: demonstração de amor. Em um contexto de insegurança alimentar, onde os indivíduos apresentam dificuldade no acesso aos alimentos e/ou vivem sobre a iminência da fome, conseguir oferecer um produto como o iogurte se mostra como sinônimo de cuidado, de carinho e de uma vida que, com o passar dos anos, foi melhorando aos poucos.

Não são apenas as crianças que têm sua alimentação regulada pelas mulheres. Quando na família há um homem, suas refeições, ou pelo menos grande parte delas, são também de responsabilidade das mulheres. O arroz, feijão e a carne – ou “mistura”, utilizando um termo êmico – são, para elas, bases de uma alimentação saudável, mais até do que legumes e verduras, que aparecem como alimentos complementares e não essenciais. A mistura nos aparece no campo enquanto alimento que é responsável por complementar o arroz e feijão sempre presentes no prato. Podemos explicá-la enquanto qualquer carne, seja ela peixe, carne bovina, suína ou frango.

Existe, nesse caso, uma aproximação entre o papel simbólico que carne e iogurte têm neste contexto. Ambos são produtos diferentemente valorizados, na medida em que estão relacionados com períodos onde há mais dinheiro. No caso da carne, ela é necessária para agradar aos homens/companheiros, sendo que é o que eles necessitam para serem saudáveis e para dar força para o trabalho.

A carne também está ligada à mudança de poder aquisitivo, mostrando que a família está em uma situação melhor – e é importante lembrar que muitas dessas famílias viviam em situações de escassez e o PBF modifica este quadro. Já o iogurte, que poderia ser considerado um luxo ainda maior, satisfaz ao que se entende como a necessidade das crianças, enquanto pessoas em desenvolvimento. Isso demonstra a significativa simbologia de alguns alimentos, já que eles são indicadores de uma ideia de alimentação saudável e ideal, além de revelar as principais escolhas de uso do dinheiro recebido – e, mais especificamente, com esse “dinheiro moral” do PBF.

Dessa forma, fica claro que são as mulheres as responsáveis pelas escolhas alimentares quando a família recebe o benefício do PBF e, por isso, são elas as responsáveis por gerenciar os recursos financeiros e, em paralelo, se responsabilizam por garantir o cuidado com seus filhos. Se, por um lado, isto aumenta a participação de mulheres no mercado econômico – mesmo que

em um nível das microrrelações – e lhes garante maior autonomia, por outro, reinstala o papel tradicional de gênero, mantendo-as em uma função de cuidadoras.

No entanto, ainda que o recebimento possua este caráter dúbio, não é possível dizer que não traz ganhos para a vida destas mulheres e de seus filhos. O que minhas interlocutoras mostram é que o dinheiro recebido pode ser um propulsor de mudanças de vida, com aquisição de comida e outros bens e que, muitas vezes, permite até mesmo a quebra de relações de violência, dependência e submissão em relação aos seus companheiros.

Rego e Pinzani (2014) defendem em sua obra que, ao prover um rendimento regular para as mulheres, o Programa Bolsa Família cria impactos, tais como mais liberdade, respeitabilidade, autonomia e poder de decisão. Os autores partem da ideia de “autonomia individual” para pensar a relação entre autonomia e renda, inserida na discussão de gênero. Isso fica notável na Favela do Tripé, vez que o acesso a uma renda regular se mostrou uma ferramenta facilitadora na tomada de decisões de ordem subjetiva, como os casamentos e as relações conjugais, e criou maior empoderamento no âmbito de direitos (autonomia política). Também foi notável, durante a pesquisa de campo, o aumento da liberdade pessoal das mulheres e o crescimento de sua respeitabilidade dentro daquele contexto.

Conforme já dito, o dinheiro do PBF não é um dinheiro comum, já que ele vem do poder público diretamente para os beneficiários, sem qualquer restrição de uso, ainda que o Estado deixe implícito por meio das condicionalidades, que são baseadas na saúde e educação, o destino esperado para essa transferência de renda. Mas, quando chega, ele se torna socialmente diferente, um dinheiro especial, carregado de moralidades, classificações e regras em relação ao gasto, criadas por vizinhos e parentes, gerando uma “economia moral”, que se apresenta de forma mais importante do que a economia monetária.

O dinheiro do PBF é direcionado a um grupo social com características, comportamentos e escolhas de consumo diferentes, que podem ser foco de preconceito e estigma. Sobre os beneficiários do PBF, é possível afirmar que eles se encontram no centro desses preconceitos e de estigmas, vez que fazem parte de uma população dominada, normatizada e controlada. Como um dos exemplos do controle, podemos citar o PBF – desde suas condicionalidades

até o gasto do dinheiro. Tornando-se, este dinheiro, alvo dessa vigilância constante, sendo um socialmente diferente dos outros, com muitos significados, classificações e moralidades que são produzidas a partir da sua origem e do seu destino. (EGER, 2014)

As acusações dirigidas à Luiza, após a morte de seu filho, nos mostram de que forma essa “economia moral” na Favela do Tripé movimenta o cotidiano dos moradores. Se, por um lado, havia o falecimento de um menino, que nasceu e construiu suas amizades, relações e interações sociais a partir daquele local, por outro, se encontrava uma mãe que sofria o luto por ter perdido o filho e, ainda assim, era alvo constante de acusações, fofocas e julgamentos acerca das suas escolhas de consumo. O fato de Luíza ter feito um bolo para o seu marido, com produtos que eles consideram caros, transformou-se em uma questão a ser discutida e comentada por vizinhos e familiares, os quais realizam uma permanente vigilância difusa, regulando o que pode e o que não se pode comprar, consumir, exhibir.

Isso mostra que, apesar de haver outros familiares que poderiam ter se responsabilizado por comprar alimentos para Gustavo, como o seu pai e sua avó – que dias depois serviu lanche e almoço para todos que iam à casa da família cumprimenta-los –, coube apenas à mãe a recriminação por não ter ajudado, cuidado de seu filho. Isto ocorreu porque seu dinheiro era especial, não era o “outro dinheiro”, o que é proveniente de bicos ou de empregos e por isso pode ser usado para gastos diversos. O uso do dinheiro do PBF para outros fins gera muita fofoca e acusações que são responsáveis pela organização das moralidades e, conseqüentemente, do imaginário local a respeito de interdições e prescrições sobre o uso do dinheiro, especialmente de certos dinheiros.

Fassin (2018, p. 3) trabalha com o conceito de moralidade a partir de uma perspectiva crítica de forma a pensar em uma antropologia moral – ainda que o próprio termo seja problemático – não como um “projeto moralizante”. Nesse sentido, as questões morais estão embutidas na própria base do social, sendo que elas não podem ser pensadas em separado de problemas econômicos, políticos, religiosos e sociais. Precisamos entender como essas moralidades circulam, se estruturam em nomeações e em formas de regulação dos grupos sociais. Como afirma Fassin: “o objeto de uma antropologia moral é a construção moral do mundo”.

Na Favela do Tripé, podemos encontrar moralidades nas escolhas que eles fazem em relação ao que comprar com o dinheiro do PBF, que vem de acordo com um aprendizado social dentro de um grupo social. Por esse motivo, causa estranheza alguém fugir dos itens que são considerados permitidos de se adquirir com o dinheiro do benefício, sendo julgado moralmente. No entanto, fica claro que esses apontamentos são exclusivos às mães e às mulheres porque é para elas que são direcionadas as acusações, fofocas e estigmas relacionados ao gasto do PBF. São elas, também, que acusam o mal uso do dinheiro, o que demonstra o quanto esta lógica se encontra entranhada naquele contexto de convivência.

Isso evidencia a relação entre gênero e maternidade, já que cabe apenas à mãe a responsabilidade de proteger o filho, de alimentar, educar e cuidar. Ainda no que diz respeito a gênero, é importante refletir sobre outro cruzamento: maternidade e classe social, onde o surgimento da maternidade está ligado à própria noção de pessoa e à configuração do sujeito moral, principalmente em contextos como ao que me refiro, de camadas mais populares. (LACERDA, 2015)

Confirma-se aqui a visão de Fernandes (2017) de que é dada à mãe a responsabilidade pela criação de indivíduos saudáveis, seguros e estáveis. São as mães que precisam dispor de atitudes normativas como forma de serem vistas como “boas mães”, como “saber ser mãe”. Na Favela do Tripé, fica visível que, para além da gestação, a conexão entre mães e filhos precisa, necessariamente, envolver relações de poder e cuidado, e são exatamente essas categorias que lhe darão o merecimento de ser mãe, como fica elucidado na fala da Lídia.

Ih, o que tem de gente que usa o dinheiro do Bolsa Família pra ir pro baile, você nem queira saber. Vejo um monte de mãe comprando bebida aqui e, no dia seguinte, não tem nem o que comer. Elas não se preocupam não, Viviane, não quer nem saber. Por isso não tenho amigo aqui, elas não valem nada. Quem deixa os filhos passar fome pra beber? Comprar cigarro? A gente que é mãe tem que cuidar, tem que usar o dinheiro pra comida, pra um biscoito, um leite, um legume que é bom pra eles né? Tem gente que não merece ser mãe.

Os dois rituais – de vida e morte – analisados nos ajudam a pensar em como a alimentação se torna uma mediadora das relações e coloca e recoloca

os sujeitos em certas posições dentro da comunidade, estabelecendo inclusive distinções entre eles – por exemplo, a compra de produtos de marcas mais caras e consideradas melhores.

Desse modo, o que buscamos mostrar neste capítulo, a partir de dois momentos opostos, foi a maneira como o recebimento do Bolsa Família propicia a geração de certas relações sociais que se baseiam no controle e na vigilância, especialmente no que se refere à posição das mulheres dentro do grupo social. Há, nesse sentido, uma moralização das práticas, em que são criados padrões do que pode ser aceito ou não como gasto desse dinheiro. Luiza passa a ser repreendida e culpada pela morte do filho ao desobedecer a prescrição social da favela e optar por celebrar o aniversário de Juca. Ainda que a fome seja algo que ronda locais como o Tripé, Gustavo foi morto pela ação de diferentes atores, incluindo o Estado. No entanto, no final, Luiza foi considerada culpada por ter falhado em relação ao que se esperava dela enquanto mãe.

As situações apresentadas neste capítulo reiteram lógicas de moralização e convenções de gênero que localizam na mulher o sujeito responsável pelo cuidado com os filhos, a alimentação, a casa. É ela o alvo constante dos julgamentos, do controle e quem tem suas condutas monitoradas e vigiadas. No entanto, o recebimento do PBF traz mudanças significativas nos cotidianos destas mulheres, ao propiciar, por exemplo, a possibilidade de comprar alimentos e superar a fome ou mesmo a reconfiguração de relações que apresentariam a mulher apenas como dependente. Podemos assim dizer que há uma dupla possibilidade no que se refere às construções de gênero: por um lado, o PBF propicia autonomia, escolha e poder decisório às mulheres, quebrando com cadeias de dependência em relação a homens; por outro lado, ele mantém a associação entre cuidado e mulheres, já que elas são as responsáveis por tudo que se refere à vida da casa e dos filhos.

Isto nos mostra que a mãe/mulher é recorrentemente culpabilizada, seja porque recebe ou deixou de receber o benefício do Programa Bolsa Família; seja porque gasta com seus filhos ou de uma forma que é vista como errada, comprando roupas ou bebidas; ou mesmo por buscar sua autonomia. Essa mulher parece nunca atingir as expectativas da sociedade do que é ser uma boa mãe, vez que sofre ataques de todos os lados – marido, família, amigos, vizinhos, parentes, filhos. O corpo feminino se torna alvo de um constante

policimento de conduta, das próprias mulheres e de seus pares, havendo sobre ele uma vigilância constante.

Referências

BETTO, F. A fome como questão política. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

BEHAR, R. *The Vulnerable Observer: Anthropology that Breaks Your Heart*. Boston: Beacon Press, 1996.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASCUDO, L. *Antologia da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2014.

COELHO, M. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, 2012.

DANIEL, J.; CRAVO, V. O valor social e cultural da alimentação. In: CANESQUI, A.; GARCIA, R. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, 2008.

EGER, T.; DAMO, A. Money and morality in the Bolsa Família. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 11, n. 1, jan./june, 2014.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *The empire of trauma: na inquiry into the condition of victmhood*. Paris, 2007.

FASSIN, D. *A questão moral*. Campinas: UNICAMP, 2018.

FERNANDES, C. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LACERDA, P. M. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEITE, M. Preconceito racial e racismo institucional no Brasil. *Le Monde Diplomatique (Brasil)*, Brasília, DF, v. 5, p. 24-25, 2012.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. *Sociologia e antropologia*. Cosac & Naify: São Paulo, 2003.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: n. 1 Edições, 2018.

PARREIRAS, C. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora nas/das violências. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 27, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/142127/149909>. Acesso em: 16 set. 2019.

PHELAN, J.; LINK, B.; DOVIDIO, J. Estigma e preconceito: um animal ou dois? In: MONTEIRO, S.; VILLELA, W. *Estigma e Saúde*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

REGO, W.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Unesp, 2014.

SAHLINS, M. La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

TAUSSIG, M. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ZELIZER, V. El dinero de los pobres. In: MORRIS, Víctor alberto Reyes. *El significado social del dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

YATZIMIRSKY, C. A comida dos favelados. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 58, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300014. Acesso em: 15 abr. 2019.

COMENSALIDADE E DISPOSIÇÕES CORPÓREAS NO CONSUMO DE CERVEJA

Renato Augusto da Silva Monteiro

INTRODUÇÃO

O álcool etílico é uma substância produzida mediante a fermentação do açúcar encontrado em vários produtos de origem vegetal, sendo realizada por fungos unicelulares (leveduras) que se alimentam desses produtos, mas não realizam a digestão completa, gerando como sobra o álcool etílico liberado no meio ambiente. A produção de bebidas alcoólicas marcaria, a partir da técnica, a fronteira entre o universo natural e o cultural, bem como colocaria em questão as experiências intercorpóreas entre corpo e mente. Ainda que não se conhecesse a causa científica que levava à fermentação, é possível encontrar ao longo da história toda sorte de explicações sobre as bebidas alcoólicas relacionadas aos sentidos atribuídas à embriaguez. O uso de bebidas alcoólicas, desde sua origem, teve grande destaque nas festas, nos banquetes, nas normas de comportamento, configurando diferentes formas de sociabilidade e comensalidade em torno da mesa.

Neste capítulo, buscamos problematizar as relações entre o corpo e a comensalidade acionada pelas bebidas alcoólicas, mais propriamente, pelo consumo de cervejas no contexto de um *tour* cervejeiro, em um espaço de divulgação e comercialização de cervejas especiais. Nosso interesse se volta à essa relação a partir das transformações nos usos e nas normas de comportamento que ocorrem na degustação de cervejas especiais, que enquanto produtos se apresentam em contraponto às cervejas que passam a ser lidas como comuns. Nesse movimento, analisamos as relações corpóreas que se apresentam por meio de disposições incorporadas, inscritas em diferentes espaços, como o bar e o botequim, demarcando material, e simbolicamente *habitus* e estilos de vida que delineiam os agenciados em torno de diferentes sociabilidades.

A pesquisa de campo ocorreu no Centro de Experiência Cervejeira da Bohemia (CECB), localizado na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, sendo utilizada a análise de conteúdo de dados que foram construídos a partir de textos e imagens, bem como unidades de contexto. A partir desse delineamento foi analisada a produção de sentidos que ocorria na degustação de cervejas especiais, mais especificamente na Sala do Ritual, espaço que buscava reproduzir a cenografia de um bar. Nas inferências buscamos dialogar com o referencial teórico problematizando as relações entre o corpo e a comensalidade nos usos de bebidas a partir de um recorte sócio histórico.

A EMBRIAGUEZ E O DOMÍNIO DOS CORPOS: AS NORMAS DE COMPORTAMENTO

Ao realizar um recorte temporal é possível identificar diferentes formas de conhecimento que se articularam em torno da alimentação. A teoria dos humores de Hipócrates remonta à Antiguidade, percorrendo a era medieval europeia até meados da modernidade. Ela constituiu o principal corpo de explicação racional sobre a saúde e a doença baseado nas prescrições médicas das dietas especiais. Nesse sentido, podemos estabelecer uma relação entre a dieta alimentar com o *habitus* enquanto práticas e percepções que ensejam comportamentos compartilhados em torno das contradições de classes. (BOURDIEU, 1976) O vocábulo dieta advém de *diaita*, o qual em grego significa

“gênero de vida” que “mais do que um regime alimentar denotava um estilo de vida ou, mais precisamente, um modo regulado de vida”, sendo “inseparável de um ‘regime’ político específico e dos valores a ele associados, entre os quais a noção caracteristicamente helênica do “nada em excesso”. (VARGAS, 2001, p. 103) O que se come e como se come estariam, portanto, associados aos estilos de vida sendo as escolhas delimitadas pelas condições de existência.

Com observa Flandrin (2015a), a teoria dos humores prescrevia a melhor maneira de cozinhar, temperar e comer os alimentos a fim de equilibrar os humores do corpo, sendo o vinho considerado um alimento quente usado para temperar e equilibrar os fluidos do corpo. A *scala naturae*¹ era uma racionalidade na qual se dava em função de ordenar o mundo natural de maneira inteligível e conferir um valor social aos alimentos, criando em torno da alimentação um código associado às distinções sociais. (GRIECO, 2015; SANTOS; CAMPOS, 2014)

Entretanto, o desenvolvimento da ciência distanciara as referências à antiga dietética desbancando, gradualmente, a noção médica hipocrática-galênica da teoria dos humores, o que teria implicações na alimentação, afrouxando os laços entre a cozinha e a dietética. Como observa Flandrin (2015b), os cozinheiros passaram a se ater à harmonia dos sabores, que antes eram sabiamente classificados do mais frio ao mais quente na teoria dos humores, constituindo uma indicação segura da natureza dos alimentos e de sua digestibilidade. Esse processo libertaria, de certa forma, a gulodice, pois o refinamento da cozinha deixava de visar o mantimento da boa saúde para satisfazer o gosto dos glutões ou daqueles com o paladar apurado o suficiente para apreciar as iguarias, sendo peritos na arte de reconhecê-las.

É emblemática a noção de gosto ter se desenvolvido na França no momento em que os progressos da química e da fisiologia experimental negavam a antiga teoria dos humores, muito antes que uma nova dietética viesse a se estabelecer de forma sólida. Essas circunstâncias teriam desviado, por três séculos, cozinheiros e consumidores das tradicionais preocupações dietéticas. A culinária não estaria tão pouco pura e simplesmente a serviço do pecado

1 Também conhecida como “Cadeira do Ser” representava um conjunto de teorias tidas como objetivas na Renascença que organizava por hierarquia uma espécie de código adequado para definir a natureza e os alimentos classificados entre nobres ou vulgares.

da gula, mas do bom gosto, como todas as belas-artes, acompanhando os ideais do classicismo. Nesse movimento, a culinária se configurava enquanto gastronomia, para o chef Brillat-Savarin (1755-1826), era entendida como “o conhecimento fundamentado de tudo o que refere ao homem, na medida de em que ele se alimenta”. (SAVARIN, 1995, p. 61)

Até o século XI, a sociedade medieval europeia era pouco refinada, havendo escassa diferença entre lordes e vassallos, crescendo a preocupação entre os nobres sobre marcar a distância social com a plebe ao longo dos séculos seguintes. O refinamento da etiqueta e dos utensílios foi se tornando meios privilegiados de distinção social, constituindo um novo estilo de vida que origina a loucura pelas especiarias. Essa “loucura”, entretanto, seria mais tarde substituída pelas *luxury foods*, como o açúcar, o chocolate e o café, advindas do processo de colonização. (SCHIVELBUSCH, 1992)

Na transição da sociedade medieval para a aristocracia das cortes absolutistas, Elias (2011) observa as mudanças nos costumes, o refinamento da etiqueta e das normas de comportamento em torno da mesa. O autor analisa os tratados e manuais de boas maneiras como o de Erasmo de Rotterdam – *De civilitate morum puerilium* –, que no século XVI teria grande circulação com 30 edições lançadas nos primeiros seis anos de publicação. Os tratados de Erasmo, bem como outros manuais, descreviam o comportamento socialmente aceitável funcionando como um meio de introduzir a aristocracia às conversas e ao convívio através do compartilhamento de códigos específicos e da interiorização de normas e valores comuns. A alimentação passa a ser regida por normas e costumes que introduzem o emprego dos utensílios à mesa, como o garfo, bem como a maneira correta eleita para manuseá-los. Esse processo ocorreu de forma lenta e gradual, em um movimento que parte dos estratos mais altos da sociedade para os mais baixos, ditando o que se deveria fazer à semelhança do que se fazia na corte, apresentando os manuais como o passaporte para o reconhecimento e a ascensão social.

Nesse sentido, é importante notar que as normas de comportamento descreviam não apenas os modos de como se comportar ao exercer práticas e percepções em torno da mesa, mas também produzia a noção de embaraço e de vergonha, o que requer pensar em um ordenamento da etiqueta em um movimento no qual a mente se sobrepõe ao corpo. A relação entre corpo e mente se apresenta como um desafio epistemológico do nosso tempo,

sendo a alimentação e, em nosso estudo, as bebidas, um elemento potencial de discussão para problematizar a relação entre corpo e mente.

Vargas (2001) atenta para a partilha entre corpo e mente a qual configurou uma ética de extensão da vida cunhada na cosmologia ocidental. Considera que nas ciências sociais, tanto Nobert Elias quanto Pierre Bourdieu, evidenciará as inter-relações entre o controle do corpo e a posição dos agentes sociais, entendendo que os corpos são inscritos em práticas de aquisição de *status* e estratégias de distinção.² Elias observou como os processos de longa duração ensejam mudanças de comportamento e de costumes entendidos como socialmente definidos e historicamente mutáveis. Seu esforço se daria na direção de uma análise da relação entre indivíduo e sociedade, observando tanto sua relação com a personalidade quanto com as estruturas sociais tomadas como mutuamente dependentes e contextualizadas de acordo com a época. Em Bourdieu (2015), embora o corpo apareça de forma indireta em sua obra, não sendo uma categoria analítica central, sua contribuição seria bastante elucidativa ao observar que a dedicação ao corpo aumenta na medida em que decrescem suas funções econômicas. Dessa forma, ambos buscaram evidenciar as relações de poder que reproduzem no corpo o sistema de dominação da sociedade, se distanciando de modelos que centralizam os valores impostos do exterior aos agentes sociais.

Dos diferentes sentidos atribuídos às drogas em diferentes línguas, guardaria recorrência a ideia de que são ora substâncias materiais, ora juízos de valor (geralmente depreciativos), quando não os dois simultaneamente.³ O uso das especiarias aumenta no momento em que cresce a exigência por uma maior polidez nas condutas, surgindo espaços privados para as funções de secreção do corpo. Seja qual for, Vargas (2001) observa que todas essas categorias possuem em comum o fato de serem substâncias consumptivas, o que significa dizer que para que sejam drogas é necessário que entrem em contato

-
- 2 As concepções clássicas e contemporâneas da teoria social sobre o corpo se apresentam pautadas em certo dualismo, a abordagem naturalista privilegia a materialidade do corpo tido como universal, enquanto a abordagem culturalista entende o corpo como uma expressão tão somente da cultura, um suporte de símbolos.
 - 3 O vocábulo droga surge associado às especiarias com sentido etimológico de “coisas secas”, a exemplo da pimenta, do gengibre, da noz-moscada, do cravo e da canela, guardando aproximação com variadas categorias semântica como alimento e condimento.

com corpos vivos, sendo capazes de lhes alterar a percepção ou a vitalidade. Em uma miríade de “indefinições” semânticas, o autor sublinha a relação do corpo com os marcadores de uso relacional que classificam como positivo ou negativo o atributo conferido ao amplo espectro das drogas.

O uso das bebidas alcoólicas se modifica ao longo do tempo, sendo a cerveja inicialmente tida como alimento e inserida nos rituais que conferem prazer. Mais recentemente, as bebidas passaram a ser classificadas pelos saberes biomédicos como substância depressora do sistema nervoso central. No princípio de carreira de Becker (2008), a capacidade de perceber os efeitos da droga e associá-los ao prazer é fundamental para que o uso continue, o que diz respeito a um processo de aprendizagem que envolve princípios de individualização e de socialização das práticas de uso, inerentes a um conjunto de categorias da experiência social que tornam, ou não, o uso agradável para que a experiência se repita.⁴

De todo modo, o universo do uso de drogas e, especificamente, o de bebidas alcoólicas, a cerveja em nosso caso, diz respeito ao acionamento, em contato com corpos vivos, de uma potência que se revela nas zonas intersticiais, onde simultaneamente ocorre a subjetivação do corpo e a corporificação do espírito, o que faz com que as fronteiras que distinguem a partilha entre corpo e mente se tornem menos evidentes. Fronteiras apagadas, as implicações desse descentramento, o que leva à percepção do imperceptível, tangem simultaneamente tanto ao corpo quanto à mente, partilhados na origem da cosmologia ocidental pela cisão entre natureza e cultura. (VARGAS, 2001)

As dimensões intercorpóreas dos usos de bebidas dizem respeito tanto às representações mentais quanto às condições corporais, o que coloca em xeque a ultrapassagem do dualismo entre corpo e mente. As bebidas alcoólicas, diferentes de outras bebidas estimulantes, como o chá, portam a dimensão da embriaguez a qual aciona os interstícios em que se tornam menos nítidas à partilha entre corpo e mente, uma fonte de angústia mítica para o esclarecimento de Adorno e Horkheimer (1985), vez que não se situa nem de um lado, tampouco de outro, da ruptura entre natureza e cultura

4 Estaria em jogo um processo de aprendizagem em torno do uso, de modo que os efeitos variam de pessoa para pessoa, não sendo sempre agradáveis ou sentidos da mesma maneira por todas as pessoas.

que marca a configuração da racionalidade ocidental. Ainda que o uso dependente de bebidas alcoólicas possa representar um sinal de mal-estar no mundo como uma tentativa de restabelecer um equilíbrio anteriormente perdido (ALARCON, 2012), diz respeito também a um *habitus* do retorno e ao alterado (VARGAS, 2001), fazendo parte de um processo individual e social de aprendizado (BECKER, 2008), no qual é preciso identificar como prazerosos seus efeitos para que o uso continue, o que requer considerar a não menos importante dimensão da sociabilidade em torno dos usos.

Na alimentação, não são apenas os usos em torno das bebidas alcoólicas capazes de acionar sentidos de compartilhamento e de sociabilidade. Como observa Schivelbusch (1992), a “loucura pelas especiarias” desapareceria por volta do século XVII substituída pelas *luxury foods*, bebidas estimulantes que chegariam à Europa no contexto da colonização da América. O café era usado, desde o século X, na Europa, como remédio, passando no século XVII a ser uma bebida consumida nos meios sociais. Nos séculos XVII e XVIII, o chocolate e o café aparecem como bebidas de classes opostas, o café relacionado à mente e ao despertar do corpo, ao empreendedorismo e à aptidão intelectual da burguesia, ao passo que o chocolate ao despertar sonolento e preguiçoso da aristocracia do Antigo Regime. O gosto pelo chocolate ou pelo café revelaria no universo identitário das escolhas a expressão distintiva de sua materialidade, cujo uso produz sentido tanto nos corpos quanto nas experiências singulares concretas de indivíduos e classes sociais como a expressão da disposição incorporada. (BOURDIEU, 2015) Assim, se apresentam diferentes agenciamentos em torno do uso das bebidas tanto na dimensão simbólica quanto material, vez que suas propriedades ensejam dimensões intercorpóreas inscritas nas condições de existência⁵.

Para Boudieu (2015), o *habitus* é um produto social que mantém esquemas que se perpetuam ao longo do tempo, garantindo a presença de experiências passadas no pensamento e nas ações presentes ao passo que também se modifica. Essa visão se aproxima de Elias (2011) no que tange aos padrões

5 Na era vitoriana inglesa, a produção de novas formas de sobriedade, como a ética do trabalho burguês associado ao uso do café, respondia e se contrapunha à produção de novas formas de embriaguez conferida pelos destilados, bebida dos proletários, que, sob condições inóspitas de moradia e exploração do trabalho, buscavam na embriaguez acelerada uma solução para o mal estar no mundo, o que configurou a Epidemia de Gim.

que se transformam em processos de longa duração, pois como um passado que sobrevive de forma contínua, o *habitus* se atualizaria por meio de princípios e práticas estruturadas na sociedade e estruturantes na dimensão de cada indivíduo. Incorporado, o *habitus* refletiria no corpo um sistema de esquemas geradores de práticas e percepções que constituem os estilos de vida, os gostos que conferem sentidos às escolhas, relevando no corpo as relações de poder da estrutura de classes, a dedicação ao corpo aumenta na medida em que decrescem suas funções econômicas.

Buscamos, a partir dessa breve abordagem, situar o referencial teórico que norteou essa pesquisa, sublinhando as transformações que ocorrem em períodos de longa duração na constituição dos usos sociais em torno das bebidas. Sublinhamos, assim, a relação que os usos das bebidas estabelecem com a dimensão intercorpórea do *habitus* nas diferentes experiências sociais do gosto que configuram os estilos de vida e que dão sentido às escolhas. Apresentamos a seguir o método da pesquisa e os resultados, focando a discussão na relação que o uso de cervejas especiais estabelece com o corpo na produção de novas formas de comensalidade.

A análise do conteúdo como método: notas sobre o *tour* cervejeiro

A pesquisa se desenvolveu no CECB, em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. O espaço possui cerca de nove salas expositivas para visitação, de modo que nos concentramos em uma das salas onde ocorre a degustação de cerveja intitulada Sala do Ritual. A pesquisa de cunho qualitativo utilizou como método a análise de conteúdo. Segundo Moraes (1999), a análise do conteúdo é um método de pesquisa usado para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos variados. Deve ser conduzida por descrições que contribuam à interpretação de mensagens e à compreensão de seus significados em um nível que esteja além de uma leitura comum. Na análise do conteúdo, o contexto é um importante elemento a ser considerado, vez que se refere às situações nas quais os emissores de mensagens se inserem, estando o conteúdo das mensagens carregado de componentes cognitivos, afetivos e valorativos historicamente mutáveis. (FRANCO, 2012)

O objetivo deste capítulo é analisar a produção de sentidos e a sua relação com o corpo e a comensalidade em torno do uso de cervejas especiais.

Para isso, a análise do conteúdo foi organizada, a partir de Bardin (2011), em três momentos: i) pré-análise; ii) exploração do material; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise foram operacionalizadas as ideias iniciais começando por uma leitura panorâmica da visitação, sendo realizadas sessenta e seis voltas completas pelas salas. O *tour* cervejeiro durava em média uma hora e meia, o que possibilitou a imersão no campo e a formulação das questões de pesquisa. A exploração do material se processou a partir da constituição de um corpus da pesquisa entendido como o conjunto de documentos submetidos a processos analíticos sendo realizadas escolhas e seleções. Os dados foram coletados por meio da transcrição de textos de painéis, aparatos e vídeos, sendo utilizada uma câmera de celular para registrar as imagens e um caderno de campo para anotações. O tratamento dos dados levou a resultados que se constituíram mediante a realização de inferências e interpretações realizadas a partir do referencial teórico, emergindo indicadores que fundamentaram a análise, também composta por unidades de contexto.

As unidades de contexto foram trazidas de observações da pesquisa de campo que pudessem contribuir para uma visão panorâmica do conjunto e dissessem a respeito ao comportamento padrão ou recorrente dos visitantes. Os monitores não foram abordados e nem as falas transcritas, vez que não recorremos a entrevistas ou a descrição de casos específicos. Optamos por excluir a realização de entrevistas por considerar suficiente a quantidade de informações extraídas das observações para a constituição de um campo fértil para inferências.

No CECB, o percurso se desenvolve a partir da visitação nas salas de livre circulação e nas de mediação guiada por monitores. O espaço é dividido em salas expositivas, de modo que, em algumas salas, a visitação é livre, podendo o visitante aprofundar o conhecimento nos aparatos interativos mediante seu interesse e pelo tempo que julgar necessário. As salas contam com painéis e com itens diversos que, ao serem tocados (*touch screen*), aprofundam a temática abordada.

O valor do ingresso no CECB pode ser considerado elevado em relação a outros atrativos da cidade de Petrópolis, como também diante dos valores tradicionais cobrados em outros espaços de visitação. O preço do ingresso, o qual inclui o acesso ao *tour* e a duas degustações de cerveja é, em média,

três vezes maior do que o cobrado pelo Museu Imperial, importante atrativo cultural da cidade, O CECB é avaliado pelo público visitante no site *Tripadvisor*, com a maioria das opiniões concentradas entre excelente e muito bom.

DIALOGANDO COM OS RESULTADOS: CORPO E COMENSALIDADE NA SALA DO RITUAL

O contexto da produção de sentidos que analisamos ocorre em um espaço voltado à divulgação e à comercialização de experiências relacionadas ao consumo de cervejas especiais da marca Bohemia. O CECB pertence à Companhia de Bebidas das Américas (Ambev). Além da antiga fábrica da Cervejaria Bohemia, o espaço possui um bar, um restaurante e um empório para compra de produtos. É nesse contexto que consideramos a análise que realizamos sobre o corpo e a comensalidade no uso de cervejas especiais, sendo a Ambev quem, em última instância, se pronuncia no discurso que analisamos.

Sobre a Ambev, devemos situar que se trata de uma empresa multinacional que é líder do mercado de bebidas, a qual, no Brasil, é caracterizada pelo oligopólio, sendo responsável por cerca de 68% da produção de cerveja no país. Em 1999, se deu a sua controversa criação advinda da união entre duas grandes cervejarias – Brahma e Antártica –, uma fusão doméstica motivada por fatores estratégicos e operacionais, principalmente na busca de sinergias e de crescimento internacional. Desde então, a Ambev se associou a outras empresas, como a belga Interbrew e a americana Anheuser-Busch, vindo a formar uma das maiores companhias de capital aberto do mundo, com quase 400 marcas de cerveja e o controle de um terço do mercado mundial. (CARMARGOS; BARBOSA, 2005) No Brasil, a Ambev vem adquirindo microcervejarias, como a Colorado e a Wäls, o que demonstra o interesse da companhia em expandir sua atuação no segmento de cervejas especiais e diversificar a produção, além de se manter líder no mercado das cervejas mais comuns, com as marcas Skol e Brahma, cervejas de massa produzidas em larga escala com grande investimento em propaganda⁶. O aumento do poder aquisitivo

6 No *ranking* da Interbrand Brasil (2018), a terceira marca mais valiosa de cerveja do país é a Skol, seguida pela Bhrama em quarto, perdendo apenas para os bancos Itaú e Bradesco, que estariam em primeiro e segundo lugar respectivamente.

das famílias, a melhoria da distribuição de renda e a sofisticação do padrão de consumo são alguns fatores explicativos do crescimento desse setor no Brasil. (CERVIERI JÚNIOR et al, 2014)

O público visitante era composto pelo perfil comumente formado por familiares, amigos e/ou namorados em visita à cidade de Petrópolis. As primeiras salas contavam a história de cerveja iniciando pela Pré-história até a Idade Contemporânea, bem como a relação da cervejaria com a cidade, onde se situava a casa de veraneio de D. Pedro II, atual Museu Imperial. A sala do mestre cervejeiro apresenta objetos da antiga cervejaria e um vídeo sobre a família Kremer, responsável pela fundação da cervejaria no século XIX, adquirida na década de 1960 pela cervejaria Antártica. Outras salas abordam os ingredientes utilizados na produção de cerveja e o processo de fabricação é dividido em duas salas: a Sala da Alquimia (fase quente) e a Sala da Transformação (fase fria). Após percorrer essas salas, os visitantes caminhavam para a Sala do Ritual.

No percurso para a Sala do Ritual, onde ocorria à segunda degustação, os visitantes passavam por um corredor em cuja parede se encontrava, de um lado, repleta de caixas de madeira com garrafas de Bohemia e, de outro, dois vídeos que abordavam a envase e a distribuição. As caixas levavam o nome de cidades do país onde Bohemia Pilsen seria distribuída, sendo comum os visitantes identificarem algumas cidades, como as que habitavam, demonstrando certo entusiasmo, como se de alguma forma fossem contemplados. Também seriam reconhecidas no rótulo da garrafa, a assinatura de Henrique Kremer e a imagem de Caroline, personagens da história da Cervejaria Bohemia utilizados na construção de uma narrativa sobre a mesma.

A Sala do Ritual apresentava a cenografia de um bar com um balcão de madeira e pia para limpeza dos copos, além de refrigeradores verticais de vidro que deixavam os rótulos de cerveja à vista. O balcão é uma peça de mobiliário típica do *american bar* que se difundiu a partir da Inglaterra, e nos Estados Unidos, sobretudo nas cidades industriais do século XIX, esses bares eram voltados para os trabalhadores, sendo um local em que se consumiam bebidas em pé e rapidamente. O balcão do bar teria o caráter privado, dividindo material e simbolicamente o anfitrião de um lado (dono do bar ou comerciante) e, de outro, o hóspede bebedor (consumidor e cliente). Originalmente, o bar surge com os primeiros albergues, pousadas e restaurantes, de modo

que na Idade Média se daria uma espécie de comensalidade menos comercial, um arranjo doméstico formado por uma casa comum capaz de fornecer um lugar para dormir, comer e beber. O comerciante, ao mesmo tempo em que exerce o papel de anfitrião, e aciona fragmentos de uma hospitalidade pura, se volta à finalidade comercial, sendo por sobre o balcão onde se dão as trocas monetárias. Aos poucos, porém, o entorno da lareira da casa do hóspede, antes compartilhado com o anfitrião, se desloca, junto com a cozinha, para um cômodo à parte, separando o ambiente privado do comercial, o que ocorreria por volta do século XVIII. (SCHIVELBUSH, 1992)

Entretanto, nessa sala, ao contrário de um bar fora do contexto do *tour*, não se estabelecia nenhuma negociação sobre o balcão, pois as trocas monetárias ocorriam antes, dando a impressão de uma comensalidade pura, ou mesmo, de uma inversão idílica, quiçá, um bar ideal, onde fosse possível consumir sem pagar a conta, quitada, entretanto, ao adquirir o ingresso. Nesse sentido, a reprodução da cenografia de um bar aciona certa espetacularização da comensalidade de um *american bar*, não de um botequim qualquer, encenando o consumo a partir da construção de uma narrativa sobre a degustação.

Machado (1978), ao realizar uma pesquisa etnográfica nos botequins da periferia de Recife e do Rio de Janeiro, observa que o bar da classe média se distingue do botequim por ser uma organização social mais frágil, havendo maior flutuação de consumidores e menor interação entre os fregueses, os funcionários e o dono do estabelecimento. No botequim, se estabelece certa organização social interna, cuja frequência da maioria dos consumidores é constante e de longa duração, sendo a assiduidade um elemento de destaque, assim como a maior interação entre os mesmos. A maioria dos frequentadores assíduos de botequim pertence a estratos da “classe baixa”, como trabalhadores da construção civil, biscateiros, ambulantes e pequenos funcionários públicos.

No bar da Bohemia, os corpos devem se portar segundo certa comensalidade que se assenta nas normas de comportamentos convencionadas por determinados cânones mais ou menos organizados na cultura, ensaiados para serem reproduzidos no contexto do que se espera de uma degustação de cervejas especiais, como se assim se tornassem da mesma forma especiais os seus bebedores enquanto apreciadores do que é eleito como bom gosto. Os pequenos pratos que comumente acompanham as degustações

de bares e restaurantes mais sofisticados destoam no prato do botequim, do prato feito ou comercial, bem como das fartas porções servidas a preços mais acessíveis, onde a quantidade é um fator relevante. Como mostra a pesquisa de Bourdieu (2015) sobre o consumo alimentar francês, ao passo que são satisfeitos os gostos de necessidade é possível se aproximar dos gostos de luxo, refletindo nas escolhas do cotidiano situadas em dada condição de existência.

A degustação, porém, não seria aprofundada nos aspectos de qualidade das bebidas servidas, sendo breve o tempo despendido para o “ritual” da comensalidade, cuja finalidade se volta para a apresentação das marcas de cervejas especiais de Bohemia, já que no percurso do *tour* é necessário fazer circular o maior número de visitantes possível em função da venda dos ingressos. As estratégias utilizadas constituem uma comensalidade entre anfitriões (Ambev/monitores) e visitantes (público consumidor) ensaiada pela indústria cultural, uma comunicação destinada às massas, da qual participam milhões de pessoas, atuando por meio de métodos de reprodução e de disseminação de bens padronizados para satisfação de necessidades iguais. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985)

Diferente do bar da classe média, no botequim é comum os fregueses se cumprimentarem e trocarem algumas palavras mesmo existindo certa hierarquia em função da localização no universo do trabalho. As “rodas de conversa” se formariam à base da percepção do status do indivíduo, a instrução seria outro signo de distinção de *status*, bem como a forma de se expressar, falar errado ou muito palavrão soaria tão desprestigiado quanto ser analfabeto. A percepção do *status* se apresentaria de maneira homogênea e consensual, evitando conflitos, sendo esperada uma atitude de respeito ao membro com *status* mais alto, enquanto o de mais baixo *status* assume uma atitude serviçal.⁷

Assim, o botequim seria, sobretudo, um espaço que preenche a lacuna criada pelo sistema urbano industrial, uma alternativa das pessoas precariamente

7 No botequim, o frequentador nos últimos estados de alcoolismo seria o mais marginalizado, sendo alvo de ridicularização e brincadeiras ofensivas, com a recusa do proprietário em vender fiado. Nesse espaço, as conversas geralmente giram em torno das descrições das técnicas e habilidades do trabalho, como assentar um ladrilho. Outro tema corrente seria o futebol, dando margem a conversas entre os subgrupos já que todos sempre têm algo a dizer. Ali criam-se laços comuns entre os componentes dos estratos inferiores da sociedade adeptos ao álcool, de forma que “o álcool atua como um fator de liberação da consciência de inferioridade, isto é, da situação de classe”. (MACHADO, 1987, p. 111)

integradas na competição da sociedade urbana, partilhando uma rotina cotidiana entre trabalho, botequim e residência, que substitui a própria reflexão sobre o futuro. O botequim atuaria como um mecanismo de sustentação para as camadas marginalizadas, concebendo em seu microcosmo certo sentimento perdido de comunidade, com relações de cooperação entre os fregueses, como a indicação de biscates como uma defesa diante do macrocosmo desconhecido e incompreensível da cidade.

Os sentidos físico-materiais dos usos das bebidas se refletem na constituição dos corpos, bem como nos ambientes em que circulam, configurando usos de substâncias agenciadas de diferentes formas pelas classes sociais. Esse delineamento pode ser observado nas gravuras da de William Hogarth da Era vitoriana que retratou o Beco do Gim como um espaço de decomposição moral, da violência e da desordem, ao passo que a gravura da Rua da Cerveja ilustraria um ambiente sereno, de corpos amenos e comportados. (SCHIVELBUSH, 1992) A partilha entre corpos e espaços que separa o botequim dos bares de classe média pode ser pensada a partir do que Marques (2014) entende como a “geografia do lazer”, quando analisa a cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. A autora observa o ordenamento no qual, de um lado, estariam os frequentadores dos cafés, confeitarias e restaurantes do centro da cidade, onde se consumia chope e cervejas de baixa fermentação, e, de outro, os trabalhadores dos bairros mais afastados e do subúrbio, onde se consumia a cerveja barbante e a Parati, como era conhecida a cachaça. Assim, a escolha do consumidor poderia se dar menos em função do preço da cerveja do que do local onde era servida, sendo a rusticidade do ambiente um fator de atração para classes mais populares.

Tanto na dimensão simbólica quanto na material, as propriedades das bebidas ensejam dimensões intercorpóreas específicas que fazem com que seus usos sejam agenciados de formas distintas por diferentes classes sociais configurando *habitus* e estilos de vida. Historicamente, a dimensão intercorpórea dos usos das bebidas alcoólicas pode ser ilustrada pelo uso do vinho nos mitos e ritos dionisíacos, colocando em xeque o estilo de vida e universo de valores da *pólis* grega, motivo de sua tardia aparição na literatura.⁸

8 Um mergulho dionisíaco poderia significar a coparticipação em sua divindade, à loucura sagrada de um mito que arrastava multidões em *tíasos* por onde quer que passe. O *ékstasis*

O bar é um espaço convidativo às experiências intercorpóreas advindas do uso de bebidas alcoólicas. Diferente do restaurante, ao entrar em um bar é como se fosse acionada uma porta simbólica, os que o adentram, não importa quem, devem estar abertos à socialização, a uma comensalidade na qual, muitas vezes, a bebida toma centralidade em relação à comida. No bar, todos teriam de certa forma o direito de envolver o outro, como também ser pelo outro envolvido nas propostas de sociabilidade. O bar pode ser entendido como um local de inversão de algumas regras sociais, como a de evitar estranhos. Entretanto, ao mesmo tempo em que o bar é um espaço de renovação simbólica onde se subvertem normas sociais, este também seria um estabelecimento comercial como outro qualquer que historicamente viria transformando a comensalidade em produto. (SCHIVELBUSCH, 1992)

Na degustação não seria servida cerveja indefinidamente para se alcançar à embriaguez, mas previstas duas degustações o que equivale a aproximadamente duas unidades de álcool. O acúmulo de cinco unidades de álcool no corpo (50g a 60g) pode se apresentar como uma condição do beber pesado ou *binge drinking*, potencializando os riscos inerentes ao uso de bebidas alcoólicas.⁹ O bar é o espaço de certa comensalidade ébria, o ébrio é um vocábulo que em português deriva do latim *ebrius*, que se refere ao efeito de substâncias psicoativas sobre a consciência, o humor e o comportamento.¹⁰

A experiência da degustação na sala do ritual produz sentidos de uma comensalidade específica em torno do balcão do bar, voltada para o uso da cerveja enquanto bebida alcoólica permeada por certa sobriedade. Entretanto, no momento da degustação, surgiam brincadeiras, tiradas criativas em torno da figura do ébrio, havendo um ambiente para interação entre os visitantes, ordenados em grupo e guiados por um monitor. As percepções sobre a

e do *enthusiasmós* na etimologia grega tange ao deslocamento, movimento para fora, que abolia a distância entre os mortais e os imortais. (BRANDÃO, 1987)

- 9 O *binge drinking* ou beber pesado é um conceito utilizado para definir parâmetros para se beber de forma segura. Uma unidade de álcool significa a ingestão de aproximadamente 10 gramas de álcool, quantidade que varia de acordo com a bebida, sendo de modo geral obtida por um copo de 250 ml de cerveja, uma taça de vinho de 90 ml ou uma dose de destilado de 25 ml com variações como em relação ao gênero. (ALARCON, 2012)
- 10 A origem latina do termo *ebrius* deriva do grego *brúo* (*bryo*), que em seus múltiplos significados remete à ideia de brotamento, irrupção, crescimento a algo que abunda, se impõe, ferve, fermenta, embriaga. (CARNEIRO, 2010)

embriaguez eram, mormente, calcadas na imagem do boêmio, como aquele que no grupo fosse tido como o entendido do assunto no que se refere ao uso mais assíduo de bebidas alcoólicas. A cerveja era servida pelo monitor que desempenhava o papel de anfitrião, sendo as taças dispostas sobre o balcão para que os visitantes (hóspedes) as pegassem.

As cervejas eram servidas em taças de vidro e não em copos ou descartáveis. Este aspecto aciona material e simbolicamente as normas de comportamento em torno de *habitus* e da encenação de determinado estilo de vida. A adoção da taça poderia criar uma situação de embaraço para o visitante que poderia se perguntar sobre a forma adequada de manuseá-la. Pegar a taça pela haste ou pela base poderia acenar como a resposta correta justificada por saberes técnicos, vez que a troca de calor entre a mão e a parte onde se encontra o líquido (bojo) faz com que seja alterada a temperatura da bebida, devendo o líquido, tecnicamente, permanecer por mais tempo possível na temperatura adequada à bebida para que se potencialize o exame de suas características organolépticas. É aqui que se encontra a expressão das normas de comportamento que operam no corpo criando o embaraço e a sensação de vergonha (ELIAS, 2011), fazendo com que a mente domine o corpo, delineando os gestos do comportamento socialmente esperado na encenação do “ritual” adequado para a apreciação das cervejas servidas, o que corrobora para torná-las especiais.

Ao final da explicação do monitor sobre os aspectos da cerveja ocorria o brinde, momento esperado pelos visitantes, como se fosse dado o sinal verde para a ingestão de cerveja. Na definição de Houaiss e Villar (2001), o brinde pode se referir tanto ao efeito de comemoração e êxito, de votos a alguém ou à saúde de alguém, quanto a um objeto que se presenteia, sendo, nesse caso, a oferta do consumo da taça condicionada à compra da mercadoria na forma do ingresso. O brinde aciona signos de hospitalidade, de uma comensalidade compartilhada entre os consumidores, sendo comumente registrado em fotografias pelas câmeras de celular postadas em seguida nas redes sociais.

Após o monitor servir as taças dispostas no balcão, o mesmo orientava os três passos do “ritual” que se baseia no exame visual, olfativo e gustativo. O primeiro passo seria a observação visual da cor da cerveja possibilitada pela transparência da taça, sendo apresentados aspectos do malte utilizado na produção da cerveja. O segundo passo se referia à identificação dos aromas

e o terceiro aos aspectos gustativos, quando, então, a bebida seria ingerida e o ritual encerrado seguido pelo desejo de saúde. A partir de então, os visitantes saberiam como se portar, bater uma taça na outra, brindar e beber. A palavra saúde compõe um painel na saída da sala, escrita em diferentes línguas, sugerindo o caráter universalizado do ato de brindar presente em diferentes culturas.

O ato de brindar é uma expressão de proximidade, pois a princípio não se brinda com o inimigo, mas com pessoas com as quais se compartilha certa familiaridade, podendo significar oferta ou juramento. O vocábulo *brindare* vem do alemão *ich bringe dir's* que significa “eu trago a você”. No ritual homérico, o ato de brindar podia estar relacionado à *proposis*, bebida anterior, de modo que, quem brindava primeiro dava “uns goles” e passava a taça à pessoa homenageada, um signo de confiança ao demonstrar que a bebida não estava envenenada. A bater um copo contra o outro simbolizaria uma forma de fazer contato, de lembrar que embora o vinho estivesse separado por taças, o líquido seria o mesmo, único, devendo-se estender os braços para alcançar o outro mutuamente. Em sociedades mais hierarquizadas, a etiqueta poderia reger o ritual do brinde, determinando com quem seria possível brindar, não devendo ser sugerido o brinde a superiores, ao menos que se tivesse a certeza que o retorno estaria à altura ou em pé de igualdade. (VISSER, 1998)

A cenografia do bar permitia certa abertura à socialização entres os visitantes que podiam brindar entre conhecidos e desconhecidos, estando todos em certa medida em pé de igualdade enquanto consumidores de certo *level* capazes de adquirir o ingresso. O uso de taças, bem como as conversas sobre o estilo em questão, poderia, entretanto, classificar comportamentos entre os visitantes como mais ou menos “aptos” à degustação. Ao longo do tempo, a taça se expandiu em função de ser um instrumento esguio de refinamento que reforçava a ideia de respeito, sua difusão ocorreu mais por razões relativas ao comportamento socialmente desejável do que por justificativas técnicas. (ELIAS, 2011)

A própria adoção do termo “ritual” atua como uma estratégia de distinção que aciona elementos de uma comensalidade específica, com a encenação de determinado *habitus* que faz referência à submissão do líquido à análise dos sentidos. Os três passos da degustação se assemelham à análise sensorial de vinhos, ainda que simplificados quando comparados, por exemplo, à

ficha de analítico-descritiva de Jean Carlos Bossi utilizada nas degustações de vinho da Associação Brasileira de Sommelier. A utilização do *Beer Judge Certification Program (BJCP)*, um guia americano para avaliação de cervejas, poderia se apresentar como um instrumento mais adequado à análise das características de cervejas. No entanto, sua adoção poderia demandar mais tempo e a necessidade de uma transposição conceitual, quiçá, mais complexa, trazendo conhecimentos de um universo ainda menos conhecido do público. A associação da cerveja à degustação, comumente relacionada ao vinho, busca conferir sentidos de distinção criando juízos de gosto a partir da encenação de normas de comportamento fundadas em uma racionalidade que parte de um movimento de ordenamento da mente sobre o corpo. A encenação dessas práticas e percepções diz respeito a signos que buscam legitimar determinada cerveja como especial diante das que passam a ser, em contraponto, consideradas ordinárias.

No Brasil, podemos observar uma mudança visual do líquido de cerveja produzido pela difusão das cervejas especiais. A diversidade de coloração do líquido se deve a difusão de outros estilos de cerveja com a utilização de diferentes maltes de cevada e torra, sendo a translucidez do vidro capaz de possibilitar que seja identificado o aspecto visual.¹¹ Na primeira metade do século XX, Marques (2014) observa que na *belle époque* carioca era o chope Brahma, amarelo brilhante, que figurava signos de uma bebida distinta e sóbria em contraponto à cachaça. Curiosamente, a cor das cervejas que atualmente conferem distinção é em grande parte mais escuras – avermelhadas, acobreadas, marrons –, o que advém da utilização de diferentes maltes de cevada na composição da cerveja, bem como torras mais intensas. O maior percentual de malte de cevada na receita da cerveja confere um valor nutricional mais elevado, o que reflete nos fatores de qualidade como os sabores advindos do cozimento do malte no processo de brassagem. A utilização de

11 A partir do século XVIII, com o desenvolvimento da indústria do vidro, principalmente na região da Boêmia na Alemanha, taças e copos se tornaram populares entre os apreciadores de cerveja, o que coincidiu com a difusão da cerveja Pilsener. Com a intenção de apreciar uma cerveja clara e dourada como o ouro, um metal precioso, ocorre um movimento de substituição das taças de cerâmicas pelas de vidro a fim de observar a translucidez que realçava a cor da cerveja. (BELTRAMELLI, 2012)

adjuntos cervejeiros, como xarope de alta maltose, é um limitador desses aspectos cuja utilização ocorre em função do barateamento da produção.

De todo modo, a divisão entre cervejas especiais e ordinárias coloca em xeque o lugar social do gosto inscrito nas práticas e percepções em torno das normas comportamentais e de etiqueta, que reproduzem formas de comensalidade específicas e de relações corpóreas do uso de cerveja. A adoção do termo “ritual” para essa sala de visitação não é por acaso, pois diz respeito a “um conjunto de regras socialmente estabelecidas que devem ser observadas em qualquer ato solene, cerimonial”. (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2463) Sendo assim, o ritual se volta, então, à apresentação de produtos da marca Bohemia, como podemos observar na descrição da cerveja Jabutipa no painel da sala:

Jabutipa é uma cerveja puro malte, tipo *Indian Pale Ale*, que une o amargor característico do estilo ao sabor brasileiro da Jabuticaba. Sua cor acobreada e límpida é acompanhada por um respeitável colarinho trazendo aromas da própria jabuticaba e do lúpulo generoso da receita. Encorpada, tem notas alcoólicas e maltadas, com amargor intenso e agradável (painel da Sala do Ritual).

A cerveja *Indian Pale Ale* (IPA) possui mais lúpulo na receita quando comparada às cervejas comuns – *standart american lager* –, sendo mais evidente a percepção do amargor que varia em função da disponibilidade de alfa ácidos presentes no líquido. A identificação do amargor poderia causar estranhamento e/ou a reprovação de alguns visitantes, sobretudo, dos menos assíduos às cervejas mais lupuladas, termo que se insere na narrativa cunhada em certos *logos* gastronômicos. A experiência de degustar uma cerveja IPA podia ser comparada pelos visitantes com beber um chá de boldo, podendo assumir sentido pejorativo. A identificação do amargor como desejável faz parte de um processo de aprendizado, pois, como considera Becker (2008), é preciso aprender a identificar o prazer advindo da experiência com a bebida para que o uso continue. Esses arranjos evidenciam a complexidade da formação do gosto que se refere tanto à composição bioquímica do produto (cerveja), quanto aos aspectos socioculturais, delineando por meio de disposições

incorporadas, não menos intercorpóreas, os diferentes agenciamentos coletivos em torno do uso.

Diferentemente do consumo de cervejas especiais do estilo IPA de alta fermentação (*Ale*), no Brasil, 98% das cervejas comercializadas são de baixa fermentação (*Lager*), caracterizadas pelo BJCP (2016) na categoria *light lager* da subcategoria *standard american lager* (estilo). A crítica de Beltramelli (2012) ao que entende como ditadura *Lager* se apresenta mediante as inúmeras possibilidades de produção de estilos de cerveja, sendo, no entanto, produzido e posto em circulação no mercado brasileiro, majoritariamente, um único estilo. A degustação, portanto, apresentava aos visitantes estilos de cervejas que destoam daquelas mais inseridas no cotidiano, que diante das ditas cervejas especiais passam a ser lidas como comuns, tais como as marcas Skol, Bhrama e Antártica. Estas podem ser caracterizadas como cervejas com pouco ou nenhum aroma de malte, baixo amargor, cor palha, colarinho raramente persistente, sendo límpida, de corpo muito leve devido à alta quantidade de adjuntos como arroz e milho.

Dessa forma, as cervejas produzidas em grande escala de modo industrial passam a figurar como parte de um consumo ordinário, circunscrevendo o lugar social do uso mediado pelas relações de consumo capazes de classificar o que seja tido como nobre ou vulgar, como gosto de luxo ou de necessidade. (BOURDIEU, 2015) A relação do uso no contexto do consumo se inscreve nos corpos por meio de uma disposição incorporada. As cervejas de massa vendidas em bares mais econômicos, como no botequim, podem ser adquiridas no formato “litirão” (garrafas de um litro), que diferem das tradicionais garrafas de 750 ml, sendo as cervejas especiais vendidas normalmente em garrafas de 600 ml ou *long necks* de 350 ml. A quantidade de cerveja ingerida passa a inscrever práticas e percepções que se assentam na produção de juízos de gostos por meio de narrativas como a de beber menos e melhor, discurso ambientado entre os adeptos das cervejas especiais.

Entretanto, beber menos e melhor pode não corresponder a uma escolha, uma vez que o consumo é situado pelas condições de existência a partir do lugar social ocupado nas contradições de classe. O consumo da cerveja de massa, industrial e ordinária, pode figurar como distintivo para as classes mais baixas, pois ao passo que a renda aumenta o consumo de cachaça passa a ser substituído pelo de cerveja. (YAMAMOTO, 2011) Nesse sentido, fazer uso

de cerveja ou ter acesso a esse produto enquanto bem de consumo pode se assemelhar a abertura do corpo ao mundo como no banquete de Rabelais de que nos fala Bakhtin (2013). Na mesa grotesca estaria posta a oportunidade de não ser engolido pelo mundo, mas de engoli-lo, bebendo-o como uma boca aberta que celebra o triunfo vitorioso da vida sobre a penúria em um movimento de renovação. As cervejas de massa, mais baratas do que as especiais, podem significar no plano psíquico, afetivo e emocional, o desejo do corpo que se abre diante do mundo. Contexto no qual ocorre o prolongamento do tempo de comensalidade, com maior potencial de ingestão do líquido, como dado pelos volumes das garrafas pelo qual se pode pagar. O consumo de cervejas ditas comuns aciona, assim, não apenas a dimensão do que inclui, por se apresentar como um consumo menos limitado diante das condições de existência, como também a possibilidade ao ultrapassar as fronteiras entre corpo e mente em que se experimentam outras formas de ser gente no mundo, testando a consciência por meio da embriaguez. Como na música "*Feijoada Completa*" de Chico Buarque, se colocaria mais água no feijão, sendo servida a feijoada no chão, saltando uma cerveja estupidamente gelada para um batalhão!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos problematizar os usos das bebidas alcoólicas, mais propriamente da cerveja em sua relação com o corpo e a comensalidade. A cerveja é uma bebida alcoólica que se insere em contextos de sociabilidades diversas. Em nosso caso, foi analisada a produção de sentidos em um *tour* cervejeiro, a partir da degustação no espaço cenográfico de um bar. A Sala do Ritual foi o local no qual foram problematizadas as mediações físico-materiais do produto (cerveja), relacionadas aos aspectos sócio-culturais, bem como identitários, inerentes ao uso de cerveja. Emerge nesse processo a encenação de uma comensalidade específica, ordenada por um *logos* inscrito na cenografia de um bar de classe média que se distingue de outros espaços como o botequim, não apenas pela disposição espacial, como também pelos produtos consumidos, frequentadores (a freguesia), qualidade e a quantidade de cerveja ingerida. Dessa forma, consideramos a existência de uma disposição incorporada do gosto que aciona a dimensão intercorpórea dos diferentes

agenciamentos sociais em torno do uso da cerveja. Esse uso é marcado pelo consumo e pelas condições de existência que delimitam o acesso às cervejas especiais, bem como aquelas que passam a serem lidas como ordinárias em um movimento de produção de juízos de gostos capazes de delinear *habitus* não menos intercorpóreos dos estilos de vida.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. Critérios para o diagnóstico de dependência química. In: ALARCON, S.; JORGE, M. A. S. (org.). *Álcool e outras drogas*: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012, p. 131-150.
- ALARCON, S. Critérios para o diagnóstico de dependência química. In: ALARCON, S.; JORGE, M. A. S. (org.). *Álcool e outras drogas*: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012, p. 131-150.
- BAKHTIN, M. M. *Cultura popular na idade média e no renascimento*: o contexto de François Rabelais. 8. ed. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BECKER, H. S. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BELTRAMELLI, M. *Cervejas, brejas e birras*: um guia complete para desmistificar a bebida mais popular do mundo. São Paulo: Leya, 2012.
- BOURDIEU, P. *A distinção*: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- BOURDIEU, P. *Gostos de classe e estilos de vida*. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1976.
- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 2.
- CAMARGOS, M. A. de; BARBOSA, F. V. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 12, n. 2, abr/jun. 2005, p. 99-115.

- CARNEIRO, H. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo: Senac, 2010.
- CERVIERI JÚNIOR, O.; TEIXEIRA JÚNIOR, J. R.; RANGEL, G. RAWET, E. L.; SILVEIRA, C. T. J. da. O setor de bebidas no Brasil. *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 40, set. 2014.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- FLANDRIN, J-L. Tempero, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI. In: FLANDRIN, J-L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015a. p. 478-495.
- FLANDRIN, J-L. Da dietética à gastronomia ou a libertação da gula. In: FLANDRIN, J-L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015b. p. 667-688.
- FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2012.
- GRIECO, A. J. A alimentação e classes sociais no fim da Idade Média e Renascença. In: FLANDRIN, J-L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015. p. 466-495.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INTERBRAND (Brasil). Ranking das marcas brasileiras. [S. l.], 2018. Acesso em: 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.interbrand.com/br/best-brands/best-brazilian-brands/2018/ranking/>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- MACHADO, L. A. O significado do botequim. In: HOGAN, Daniel *et al.* *Cidade: usos & abusos*. Brasília: Editora Brasiliense, 1978. p. 77-114.
- MARQUES, T. C. N. *A cerveja e a cidade do Rio de Janeiro: de 1888 ao início dos anos 1930*. Brasília: EdUNB: Paco Editora, 2014.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999.
- SANTOS, C. F. M.; CAMPOS, R. D. da S. Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out./dez. 2014, p. 1215-1234.

SAVARIN, B. *A fisiologia do gosto*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHIVELBUSCH, W. *Tastes of Paradise: a social history of spices, stimulants, and intoxicants*. Tradução da versão original alemã feita por David Jacobson. New York: Vintage Book, 1992.

STANDAGE, T. *A história do mundo em 6 copos*. Tradução de Antônio Braga. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

YAMAMOTO, C. H. *A demanda por bebidas alcoólicas no Brasil: 2008-2009*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2011.

VARGAS, E. V. *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política). - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VISSER, M. *O ritual do jantar: as origens, evolução, excentricidade e significado das boas maneiras à mesa*. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PARTE II

**CORPOS EM CENÁRIOS
DE CONTROLE**

CORPO E CONTROLE

TRANSTORNOS ALIMENTARES

NO MUNDO CONECTADO¹

Carolina de Oliveira Coutinho
Shirley Donizete Prado
Cristiane Marques Seixas

Foi necessário transformar o corpo num território de experimentações sensíveis, algo que possui uma certa inteligência que não se concentra apenas no cérebro. Foi preciso libertá-lo de tradições e moralismos seculares, fornecer-lhe um *status* de prestígio, um lugar radioso, como se ele fosse uma alma. Desde então foi fácil considerá-lo uma instigante fronteira a ser vencida, explorada e controlada. (SANT'ANNA. 2001, p. 70)

O mundo está fora do controle! É o que dizem por aí especialistas formados nas mais renomadas instituições de pesquisa, assim como as pessoas mais

1 Este capítulo deriva da dissertação de mestrado defendida por Carolina de Oliveira Coutinho no Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), produzida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

simples cujo intuito é contornar os inomináveis acontecimentos da atualidade. Se por um lado o mundo está fora do controle, por outro nunca se viu tantos recursos para controlar a si mesmos e aos outros. Não nos faltam tecnologias de vigilância, técnicas e métodos de punição e controle que, associados ao imaginário de que o autocontrole nos leva a grandes conquistas, favorecem cada vez mais o adoecimento físico e mental da humanidade.

O controle se exerce, porém, de modo cada vez mais sutil, sendo validado por diversos discursos reconhecidos cientificamente. Da medicina à economia, do direito à publicidade, passando pela educação e pelas mais variadas correntes religiosas ou mesmo filosóficas, os discursos disseminam a ideia do controle permanente como antídoto para todos os males da atualidade. O discurso do controle e o controle dos discursos caminham *pari passu* com o desmantelamento das certezas universais que lastream as sociedades durante séculos, constituindo, ao fim e ao cabo, um arremedo de manual de instruções, uma bula, um modo de usar para a existência humana. Quais os efeitos desse modo nada novo de viver num contexto social em que a virtualidade das relações se faz cada vez mais presente?

Neste capítulo pretende-se pensar como o discurso do controle se apresenta no mundo virtual a partir da análise dos transtornos alimentares, vez que é nesse ambiente que indivíduos que sofrem com tais quadros encontram espaço fértil para explicitar suas vivências e experiências ligadas ao corpo e à alimentação. Pretende-se, outrossim, entender como o controle dos discursos incide sobre o corpo nesse contexto, tendo em vista que a gravidade desses casos espelha de forma potencializada o fenômeno cotidiano que vincula saúde, beleza e magreza ao controle do corpo.

DISCURSO DO CONTROLE E CONTROLE DO DISCURSO

Há controvérsias em relação à etimologia da palavra “controle”, mas, segundo Barbieri e Hortale (2002), tal vocábulo tem origem no latim *contra rotulum*, significando o segundo exemplar do catálogo dos contribuintes com base no qual se verificava a operação do cobrador de tributos, sendo assim, um segundo registro organizado para fiscalizar o primeiro. A partir de 1611, o termo evoluiu para sua acepção mais próxima da atual, aproximando-se do sentido de domínio, governo, fiscalização, verificação. Já o aparecimento do termo na

Língua Portuguesa deu-se em 1922, significando o ato ou efeito de controlar; monitorização, fiscalização ou exame minucioso obediente a determinadas expectativas, normas, convenções.

Atualmente, no Brasil, o termo “controle” é utilizado em diferentes contextos – controle financeiro, administrativo, de qualidade, social – mas com significados semelhantes: dominar, ter poder sobre, fiscalizar ou administrar alguma coisa ou situação. Há uma exigência permanente e explícita em relação ao controle da vida, das emoções, dos impulsos.

Desta forma, não é de se estranhar a dificuldade de conceituarmos o controle devido à sua polissemia. Neste trabalho, daremos enfoque sobre o controle dos corpos e consideramos que ele pode ser exercido de variadas formas, tendo os discursos e práticas circulantes no ambiente virtual um papel importante nesse processo. Acreditamos que tal controle é incorporado por meio de processos de socialização, constituindo um autocontrole que também pode ser resultado de interações patológicas ou exacerbado por estas, como ocorre nos quadros de transtornos alimentares. Assim, destacamos que o autocontrole não é inato, mas construído socialmente. Contudo, de onde vem toda essa exigência de controle e como ela pode repercutir em cada indivíduo e na sociedade?

No campo das Ciências Humanas e Sociais, um dos principais autores que fornecem elementos essenciais à compreensão da ideia de controle é Michel Foucault (1926-1984). O termo aparece no vocabulário do autor de forma mais frequente a partir de 1971-1972, designando, em um primeiro momento, mecanismos de vigilância surgidos entre os séculos XVII e XVIII e que possuem a função não só de punir desvios, mas principalmente de corrigi-los e preveni-los, sendo parte importante da formação da sociedade capitalista, na qual se torna necessário controlar os fluxos e a divisão social do trabalho. Tal controle, chamado social, perpassa não apenas a justiça, mas também uma série de poderes laterais que se articulam com o objetivo de: 1) construir uma população, facilitando a aplicação de modelos normativos; e 2) capilarizar o poder, criando um sistema de individualização que permite que cada indivíduo seja modelado de acordo com os interesses do capital. Tais poderes laterais são representados pelas instituições criminológicas, psicológicas, psiquiátricas, médicas e pedagógicas, pelas políticas de saúde instituídas, mecanismos de assistência e pela gestão dos corpos.

Cabe destacar que o corpo é aqui pensado como um elemento orgânico treinado para viver em sociedade, não representando apenas um “texto” da cultura, mas também um agente desta, uma poderosa forma simbólica, local onde normas centrais e hierarquias de uma cultura são inscritos e assim, reforçados através da linguagem corporal concreta. Desta forma, o corpo funciona como um lugar prático direto de controle social, já que através de comportamentos considerados triviais e empregados de maneira automática e habitual, como o comportamento à mesa, hábitos de higiene e rotinas, a cultura se faz corpo. (BORDO, 1997)

Foucault direciona suas análises para uma busca de estruturação genealógica do poder que se instaura nos mínimos detalhes da vida social, chamado por ele de “micropoderes”. Em *Vigiar e Punir* (1987), o autor afirma que o corpo, individualizado, é alvo de mecanismos de controle que o manipula, modela, treina e o adapta às exigências da sociedade, com o objetivo de torná-lo útil. Predomina a ideia de corpo como máquina com diferentes especialidades e disciplinas. Regulamentos militares, escolares, hospitalares agem sobre o corpo controlando e corrigindo minuciosamente suas operações, alcançando a sujeição constante de suas forças e impondo uma relação de docilidade que Foucault denomina “controle disciplinar”. Tal controle atribui aos corpos caracteres de docilidade, tornando-os corpos “dóceis”, submissos, obedientes e, conseqüentemente, mais úteis e produtivos.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 1987 p. 119)

O autor ainda destaca que muitos processos disciplinares já existiram, como nos conventos, exércitos, oficinas. Entretanto, foi no decorrer dos séculos XVII e XVIII que as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação, mesmo período no qual o corpo passa a ser pensado como algo mecânico que demanda técnicas de controle, objeto e alvo de poder. A partir desse

momento, forma-se uma “política das coerções”, baseada na manipulação calculada dos elementos, gestos, comportamentos corporais e que se aplica na sociedade de diferentes modos, de variadas formas. Nasce, a partir daí, mas não de forma súbita e sim por meio de uma multiplicidade de processos, uma “anatomia política” que define como o poder pode ser exercido sobre os corpos “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e eficácia que se determina”. (FOUCAULT, 1987 p. 119)

A disciplina produz, para a modelagem e controle dos corpos, ferramentas que vão nortear todo o processo de construção do poder e normatização das condutas. Dentre elas, está a distribuição dos indivíduos no espaço como um local heterogêneo, mas nivelado, funcional; diferenciador e susceptível à vigilância. Outra ferramenta disciplinar está no controle das atividades exercidas pelos indivíduos, como a medição do tempo, garantindo a manutenção de um tempo integralmente útil, sem impurezas, aplicado ao exercício durante todo o seu transcurso, buscando fazer do corpo um aparelho eficiente.

Com a publicação de *História da sexualidade I: a vontade de saber* (Foucault, 2001), Foucault aponta para modificações importantes nas relações de poder. Isto porque na transição do século XVIII para o XIX o foco de ação do poder se desloca do corpo individual para a população, sendo chamado de “biopoder”. Este, que se desdobra ao longo do século XIX, se articulando de forma minuciosa com as técnicas do poder disciplinar com o objetivo de ampliar o controle não somente sobre os corpos individuais, mas sobre o corpo-espécie.

Se antes o poder consistia num mecanismo de subtração da riqueza, trabalho, corpo, o biopoder passa a funcionar tendo como base os processos biológicos e do nível de saúde do corpo-espécie, que deveria ser assegurado por procedimentos de controle reguladores e intervenções tendo como base a vigilância, visando a otimização das forças vitais. Os indivíduos passam a ser objetivados e classificados em relação aos parâmetros de normalidade e desvio da norma, constituindo-se como objetos do saber e do poder.

Assim, o poder disciplinar já não se exercia somente sobre os corpos individualizados, mas também a título de política estatal mais macro. O objetivo deixou de ser apenas o disciplinamento de condutas individuais, mas a implantação de um gerenciamento planejado da vida das populações, ou seja, o controle passou a ser exercido não apenas sobre o corpo, mas também

sobre a vida. Além disso, destaca-se o processo de “interiorização da norma”, que corresponde a uma penetração extremamente fina do poder nas malhas da vida e também à sua subjetivação.

Como consequência dessas mudanças, o corpo passa a ser concebido como “uma realidade biopolítica”, sendo transformado em alvo privilegiado de saber e intervenções corretivas e exposto à maneira de pensar e agir tidas como “adequadas” para a sociedade. (Foucault, 2000) O saber-poder torna-se agente de transformação da própria vida, não por ser ela integralmente dominada e gerida, mas justamente por escapar disso continuamente.

No que diz respeito à saúde, em meados do século XX, com o avanço das propostas liberais do pós-guerra, a ascensão do complexo médico-industrial e a redução do papel da saúde coletiva nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma expansão do modelo curativista, que possibilitou outros desdobramentos do biopoder e a implantação gradual de uma nova biopolítica, marcada pela formação de sujeitos ativos, dotados de autonomia e liberdade e capazes de se autogovernar e auto cuidar, tornando o controle mais refinado e capilarizado. (RENOVATO; BAGNATO, 2009)

Nesse contexto, as práticas bioascéticas ou ascetes contemporâneas passam a estabelecer novos valores e novos critérios. Agora, o corpo não é mais docilizado pelas instituições disciplinares, mas os indivíduos se submetem voluntariamente ao que Francisco Ortega (2003) chama de bio-ascese, um cuidado de si reduzido a uma vida biologizada, visando uma adequação do corpo às normas científicas da saúde, longevidade, boa forma, assim como às normas da cultura do espetáculo.

As práticas bioascéticas contemporâneas formam corpos com o poder de se autocontrolarem, autovigiarem e autogovernarem, expressam o desejo de uniformização, adequação a modos de existência que tem como prioridade a saúde e a perfeição corporal. (ORTEGA, 2003) Disciplina e autogoverno encontram-se entrelaçados, pois para o alcance da saúde perfeita, são considerados essenciais algumas características, como a obstinação, a força de vontade e a perseverança. Contudo, aquele que não “se cuida”, que não cumpre o que é preconizado, é adjetivado como fraco, preguiçoso, indisciplinado. Desta forma, as práticas bioascéticas cultivam em seus discursos elementos moralizantes que marginalizam aqueles que não se encaixam nos padrões de saúde e que centraliza a responsabilização no indivíduo. Além disso, tais discursos convivem

com a ambivalência, o medo e a incerteza, que são alimentados pela cultura do risco, com papel central nas ações em saúde. (RENOVATO; BAGNATO, 2009)

Segundo Ortega (2003), o surgimento desse corpo acompanha e indica indivíduos possuidores de bio-identidades e biossociabilidades, ou seja, “novas formas de sociabilidade surgidas a partir da interação do capital com as biotecnologias e a medicina” (ORTEGA, 2003, p. 63) que são decorrentes das transformações que apontam para a maior centralidade das características biológicas na definição dos sujeitos.

Nessa perspectiva, o que transversaliza a esfera social são sociabilidades marcadas “segundo critérios de saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade etc.”. (ORTEGA, 2003, p. 63) Dessa forma, a biossociabilidade também está ligada a modificações nos laços sociais, já que ressignifica a formação e manutenção de tais laços, dando vazão a agrupamentos de pessoas que se articulam em torno de temas que colocam a dimensão corporal em primeira escala – critérios de saúde, doenças específicas, performances corporais – como acontece, por exemplo, nas comunidades pró-anorexia e pró-bulimia.

É nesse cenário, associado ao vasto desenvolvimento tecnológico da segunda metade do século XX, que se deu o desdobramento de um contexto social a que Deleuze nomeou como sociedade de controle. Sua ascensão seria marcada pela “interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma”. (COSTA, 2004, p. 161) Ao dar ênfase ao aspecto digital em franco desenvolvimento naquele momento, Deleuze ressalta a substituição do indivíduo e sua assinatura por uma cifra (senha) e a massa por amostras, dados e mercados a serem rastreados e analisados para a identificação de padrões repetitivos.

Para Pierre Lévy (2002), a *web* poderia ser considerada um modo de resistência ao poder disciplinar, vez que haveria uma maior liberdade de expressão, assim como um acesso democrático à informação. Contudo, de acordo com Costa (2004), o que se dá é uma mudança na natureza do poder disciplinar hierárquico para um poder disperso numa rede planetária. Se o poder se torna difuso, o controle também se torna difuso. Se na sociedade disciplinar o controle se exerce por meio da imposição de modelos exteriores, da modelização dos corpos, na sociedade de controle pode-se dizer que há uma

modulação, uma profusão de modelos variáveis sensíveis à invisibilidade e ao nomadismo característico das redes virtuais. Esses modelos passam a ser incorporados não como uma imposição, mas como uma sugestão, cuja sutileza os torna mais eficazes.

Entender como o discurso do controle se apresenta nos transtornos alimentares no ambiente virtual, onde aparentemente tudo é transparente e acessível, e explorar suas minúcias torna-se fundamental para realizarmos uma reflexão sobre os discursos de controle do corpo latentes na nossa sociedade. Entretanto, para que consigamos realizar uma leitura mais aprofundada, cabe destacarmos como tal dinâmica do controle pode ser parte dos fatores envolvidos na geração e manutenção de tais quadros de transtornos alimentares.

O controle nos Transtornos Alimentares

Os transtornos alimentares podem ser definidos, partindo-se da literatura biomédica, como um conjunto de síndromes clínicas caracterizadas por graves alterações do comportamento alimentar, por sofrimento e/ou preocupação excessiva com a forma ou o peso corporal, sendo divididos em três categorias principais: anorexia nervosa, bulimia nervosa e transtorno da compulsão alimentar. Possuem etiologia multifatorial composta por vulnerabilidades fisiológicas e/ou genéticas, assim como por fatores socioculturais, familiares, psicológicos e individuais que interagem entre si de modo complexo, para produzir e perpetuar as doenças. Tais quadros podem levar a sérias consequências psiquiátricas e clínicas, causando grandes prejuízos pessoais e sociais com alto grau de morbidade e mortalidade. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013)

Atualmente, as disciplinas biomédicas detêm o poder de formular a definição do que são os transtornos alimentares, assim como a legitimidade para tratar e pesquisar este objeto. Entretanto, levando-se em conta que o controle dos discursos se capilariza pela sociedade – manifestando-se também nos espaços científicos – e considerando que os transtornos alimentares se situam na fronteira entre físico e moral, fisiológico e psicológico, entendemos como evidente a limitação destas disciplinas para dar conta, por si só, da tamanha complexidade envolvida no desenvolvimento de tais quadros, demandando articulações com outras áreas do conhecimento.

A partir de 1970, acompanhando o desenvolvimento de uma epistemologia feminina fundamentada na ideia da constituição social do conhecimento científico e que se concentra no potencial de construção da pesquisa científica sobre e pelas mulheres, teóricos sociais e escritoras feministas começaram a oferecer possibilidades de diversificação das perspectivas de compreensão dos transtornos alimentares.

Segundo Hepworth (1999), teóricos analistas sociais procuraram a explicação dos transtornos alimentares na relação da mulher com seu meio social. As principais críticas destes autores estavam na concepção da anorexia nervosa como um transtorno fruto de características individuais de algumas mulheres; na relação etiológica da anorexia nervosa com a histeria e consequentes práticas de medicalização envolvidas no tratamento desses quadros; e na explicação limitada das experiências dessas mulheres, colocando-as como responsáveis pelo controle de seus comportamentos disfuncionais.

Entretanto, apesar da intenção de formular um discurso alternativo às proposições dominantes, manteve-se o lugar da mulher adoecida, o que gerou críticas de alguns autores que evidenciaram a aproximação deste discurso ao modelo biomédico. Os escritos feministas, desafiando os modelos biomédicos de explicação da anorexia nervosa, se direcionaram para a análise sociocultural das relações patriarcais a que se submetem as mulheres, que tem como expressão, a pressão cultural em relação a como deveria ser a sua alimentação e saúde. Desta forma, conseguiram trazer para centro do debate, a voz das mulheres diagnosticadas com anorexia nervosa.

Um dos sentidos trazidos pelas feministas para o entendimento do que seria a anorexia nervosa diz respeito à dificuldade da mulher em aceitar o papel socialmente definido para ela. Dadas as diferentes e às vezes contraditórias expectativas sociais oferecidas, a mulher viveria um conflito, que seria expresso nos comportamentos de restrição alimentar. A anorexia nervosa seria uma tentativa de voltar a ter controle sobre si mesma e sobre sua vida. (HEPWORTH, 1999)

A psicanalista Hilde Bruch (1978), precursora na compreensão psicodinâmica dos transtornos alimentares, foi a primeira a identificar a necessidade das mulheres de estabelecer uma sensação de controle em suas vidas como uma característica central da anorexia nervosa. Em seu livro *The Golden Cage*, ela sugere que, para muitas mulheres, a anorexia nervosa torna-se um ato

de autoafirmação, já que para uma mulher que sempre retém suas opiniões e suprime suas necessidades, controlar a ingestão de alimentos e seu corpo pode ser a única maneira de realmente se expressar.

Susie Orbach (1986) trata o corpo feminino como um campo de lutas. Afirma que na tentativa de transformar suas vidas, seus problemas reais, as mulheres tentam transformar os seus corpos. Assim, os transtornos alimentares se tornam parte de uma luta em busca de definição e estabelecimento de um sentido de autonomia, já que por meio de seu corpo, a mulher pode começar a expressar algumas de suas necessidades, infelicidades, conflitos e insatisfações pela primeira vez. O controle do peso se torna um substituto ao controle dos problemas da vida com os quais ela não consegue lidar. (ORBACH, 1986)

Catrina Brown (1990), em seu trabalho intitulado *The Control Paradox: Understanding and Working with Anorexia and Bulimia*, destaca a importância da dinâmica do controle *versus* descontrole no desenvolvimento da anorexia e bulimia. Para a autora, os anos de supressão das necessidades e sentimentos que marcam a trajetória de algumas mulheres, podem resultar em um grande conjunto de emoções não expressas que, quando descobertas, resultam em uma sensação de perda de controle. Por ser muito assustador imaginar lidar com todos esses sentimentos, elas investem no domínio sobre eles, por meio do estabelecimento e manutenção do controle sobre o corpo e a alimentação, resultando em uma espécie de “escravidão auto imposta” ou “fascismo pessoal”.

Na mesma linha, Haley (1971) afirma que, apesar do sofrimento subjetivo imposto pela anorexia nervosa, para algumas pessoas tal sofrimento é mais vantajoso do que manter escasso controle sobre suas relações sociais. Já Dorfman e Rossato (2012) pontuam que nos transtornos alimentares, o controle está relacionado a poder. A perda de peso parece ser vista como reflexo de uma autodisciplina, representando uma importante conquista e refletindo em autoconfiança, ao passo que o ganho de peso é percebido como um inaceitável fracasso de seu autocontrole. Manter o controle sobre a alimentação e o peso é um mecanismo muito importante no conflito interno pelo domínio dos sentimentos. Entretanto, este controle é falho, evidenciando, na verdade, um total descontrole sobre a vida que, paradoxalmente, as expõem a graves riscos.

Por meio das reflexões apresentadas, podemos perceber o quanto a dinâmica do controle está presente no desenvolvimento e manutenção dos quadros de transtornos alimentares. Malson (1999) defende a ideia de que há uma multiplicidade de construções possíveis para o que chamamos de transtornos alimentares. Para a autora, os transtornos alimentares não devem ser compreendidos como uma patologia individual, mas como “uma coletividade plural de subjetividades corporificadas, experiências e práticas de cuidado ao corpo, embebidas em e constituídas pelos discursos contemporâneos e práticas discursivas”. (MALSON, 1999, p. 137) Chama-se a atenção para os vários discursos que podem participar da construção do corpo – entre eles aqueles presentes no ambiente virtual – e como o discurso biomédico pode reforçar práticas de controle desse corpo.

Os Transtornos Alimentares no ambiente virtual

Se a abordagem terapêutica dos transtornos alimentares não é tarefa simples, pesquisá-los constitui um empreendimento singular, pois grande parte dos indivíduos acometidos pelo seu conjunto de sintomas não busca tratamento. A resistência ao tratamento é muitas vezes parte da manifestação dos sintomas, assim como a decisão de manter suas escolhas em segredo, beneficiando-se do recurso virtual como o que lhes permite sustentar um discurso ou uma crença.

A comunicação mediada por computador, enquanto forma inicialmente anônima de interação social, possibilita que os sujeitos formem uma identidade autônoma, fundamental na dinâmica dos transtornos alimentares, já que os indivíduos vivenciam uma intensa dependência do outro e do controle exercido pelo outro em várias esferas da sua vida. Nas comunidades virtuais, a identidade condenável pela medicina e pela sociedade se mantém imune, e a tentativa de tomar para si o controle que está nas mãos do outro é franqueada pelo espaço virtual. Além disso, estes indivíduos mantêm laços de amizade com outros indivíduos que têm pensamentos e comportamentos similares, apoiando-se reciprocamente. Assim, no mundo virtual o discurso dos sujeitos com transtornos alimentares ganha validade social. (SILVA, 2004; RECUERO, 2005)

As redes pró-anorexia e pró-bulimia, construídas a partir dos anos 2000 através dos *weblogs*, constituem o que se convencionou chamar “comunidade virtual”, um tipo específico de rede social. Seus participantes denominam a anorexia nervosa, intimamente, como “Ana” e a bulimia nervosa, como “Mia”. Neste caso, a anorexia e a bulimia tornam-se suas “amigas”: “pessoas” que compreendem e apoiam esses indivíduos em todos os momentos. (RECUERO, 2005)

A comunidade pró-Ana/Mia dispõe de diversas formas de comunicação e interação no ambiente virtual, dentre elas, os *blogs*, *sites*, fóruns e grupos de discussão. Neste capítulo nos dedicamos à análise dos *blogs*, espaços que possuem aspectos peculiares de articulação entre as esferas do privado com o público, interessantes para o desenvolvimento das investigações que pretendemos realizar.

Trata-se não somente de um conjunto de sites voltados para o apoio e compartilhamento de experiências, mas de um movimento que encontrou nos *weblogs*, um campo fértil de interações e de autopromoção e que constitui hoje o reflexo de uma postura política que questiona o caráter patológico atribuído pelas Ciências da Saúde aos transtornos alimentares, militando em favor de considerá-los como autênticos estilos de vida. O argumento que justifica esta empreitada é o de que a magreza é essencial para uma boa aparência física e que a boa aparência, por sua vez, é determinante na obtenção de auto realização, felicidade, reconhecimento e sucesso. Assim, ainda que colocando a saúde em risco, valeria a pena buscar a magreza a qualquer custo. (SILVA, 2004)

Em vez de serem consideradas doenças, os transtornos alimentares passam a estar associados à uma “marca identitária”, que tem a lipofobia² como oposto complementar. A obsessão pela magreza transforma os transtornos alimentares em um estilo de vida e as comunidades virtuais exercem um papel decisivo neste sentido.

Mais do que apenas depósitos de dicas/receitas para manter o comportamento anoréxico, os *blogs* pró-Ana/Mia evidenciam a reivindicação do sujeito de se enunciar como anoréxico ou bulímico, em um movimento de construção identitária. Ao se oferecer ao olhar do outro como aquele que porta uma

2 A lipofobia é definida como um “horror cada vez mais visceral aos tecidos adiposos que naturalmente conformam o corpo humano”.

dica sobre um comportamento que lhe será útil, esse indivíduo acredita estar em pleno exercício da sua autonomia.

Por meio destas formas de entendimento e exposição de si presentes nas comunidades pró-Ana/Mia, os transtornos alimentares ganham outros significados que ultrapassam o campo das classificações elaboradas pela biomedicina. Entretanto, tais compreensões não são desconectadas completamente desse discurso de origem.

A partir de características descritas pela biomedicina, esses sujeitos se identificam como pró-Anas/Mias, o que já indica uma forma de adesão às classificações propostas. Além disso, trata-se de um processo de identificação, já que muitas vezes, ao reconhecer-se Ana ou Mia, esses indivíduos passam a dispor de um “lugar” social e ao mesmo tempo subjetivo onde há reconhecimento. O ser humano se constitui e se sustenta em sua humanidade pelo reconhecimento do outro. É preciso que um alguém lhe empreste a humanidade num primeiro tempo de constituição, mas também é preciso que esse “eu” seja permanentemente reconhecido como alguém no mundo. Nesses casos, a função da comunidade é essa: ser um entre os iguais.

Apesar da facilidade de expansão desse movimento nas redes sociais identificadas por pesquisadores (DAVID, 2009; LIRA, 2006; RECUERO, 2005; SILVA, 2004), observa-se também uma grande mobilidade e volatilidade de sua presença na internet. Muitos *blogs* ficam desativados ou acabam migrando para grupos fechados como os do aplicativo WhatsApp. A pesquisadora Viviane Camozzato (2012), em publicação na qual analisa discursos em uma série de comunidades do Orkut, entre elas as pró-Ana/Mia, atribui o grande trânsito e volatilidade destas comunidades ao padrão de relações estabelecido entre seus membros, marcado pela biossociabilidade, formando, assim, segundo a autora, relações mais transitórias, permeadas de aspectos materiais e corpóreos, podendo ser vistas como comunidades estéticas. Segundo a autora, tais comunidades visam a uniformidade e adequação e possuem como característica a construção de laços efêmeros e superficiais entre seus membros, com ausência de responsabilidades éticas e compromissos de longo prazo.

O discurso do controle é um elemento muito presente nos *blogs* pró-Ana e pró-Mia. Neles, são relatadas estratégias utilizadas para se tornar e/ou se manter “Ana” e “Mia” – como orientações sobre dietas restritivas e jejuns, uso de medicamentos que possam auxiliar na perda de peso, estratégias

para facilitar purgações –, mas também se apresentam como um espaço para buscar apoio e dividir angústias, frustrações, alegrias e satisfações. Em última análise, possibilitam o compartilhamento de técnicas e práticas para o controle da alimentação e do peso corporal com consequente pedagogia, transmissão e aprendizado do que antes era individualizado e solitário. As práticas anoréxicas e bulímicas consideradas bem-sucedidas são divulgadas nos *blogs* sem nenhuma restrição, pois um dos objetivos das participantes é compartilhar tais comportamentos e trocar experiências, auxiliando no controle de seus corpos.

Conexões do corpo: o controle no mundo conectado

Como dito, as comunidades pró-Ana e pró-Mia apresentam narrativas destinadas a indivíduos que compartilham objetivos, dificuldades e concepções sobre os transtornos alimentares e ainda, defendem a escolha individual pelo engajamento nas práticas relacionadas aos quadros, apontando para um processo de positivação e “ressignificação” dos transtornos alimentares, intrinsecamente relacionado às disciplinas alimentares, aos atuais padrões de beleza com extrema valorização da magreza e à lipofobia contemporânea. Entretanto, nem todos os grupos pró-Ana/Mia veiculam a ideia de uma completa autonomia dos sujeitos. É recorrente a possibilidade de perder o controle e passar a ser controlado pela “Ana” ou pela “Mia”. Ao assumir o controle, a “Ana” se aproxima da imagem de “entidade patológica” apresentada pelos saberes médicos. Apesar de essa imagem ter uma conotação positiva nos discursos pró-Ana/Mia e estar associada à ideia de “ser Ana de verdade”, a sutil distinção entre delegar o controle à “Ana” e passar a ser dominada por ela é um motivo de tensão permanente. A perda total do controle, capaz de levar a pessoa ao risco de vida, é frequentemente associada às ideias de dor, sofrimento, perturbação e doença. (SILVA, 2004)

Diversos motivos podem levar à criação e manutenção das comunidades pró-Ana/Mia e um deles envolve a construção de uma rede de apoio, inclusive para que esta funcione como um instrumento de autocontrole, controle sobre o outro e também de legitimação para práticas individuais. Possíveis falhas relatadas nas práticas empregadas para perda de peso são acolhidas pelas participantes dos grupos, têm seu significado negativo relativizado e

encoraja-se as participantes a continuarem tentando cumprir suas metas, reforçando práticas de controle, como o que chamam de No Food (NF), restrição total da alimentação, e Low Food (LF), restrição parcial da alimentação, com ingestão energética diária menor que 400 quilocalorias.

De acordo com Castiel (2014), o autocontrole constitui uma importante estratégia do cuidado de si na promoção da saúde, mas essa mesma noção comporta em si uma dualidade cínica: por um lado as orientações enfatizam a contenção e a restrição próprias da promoção do autocontrole na saúde alimentar sustentadas pelos discursos biopolíticos do risco, enquanto por outro lida-se constantemente com as perspectivas da racionalidade do neoliberalismo paradoxal gerador de ambiguidades. Nessa perspectiva, o autocontrole estaria a favor de uma biopolítica que visa, em última análise, o controle dos corpos a serviço do capitalismo globalizado. Os efeitos da propagação desse discurso do autocontrole para todos podem ser observados nos recortes ora apresentados: no mundo conectado a radicalização do controle responde a uma captura pelo discurso do corpo perfeito que, mesmo dissociado da saúde tida como “normal”, faz valer uma normalidade para as autoras das páginas pró-Ana/Mia e aqueles que as acompanham.

Se por um lado as comunidades pró-Ana/Mia funcionam com estratégia de autocontrole, por outro, aparentemente as preservam do controle externo. Segundo Lira (2006), estas atuam como um ambiente de sustentação onde os indivíduos podem, não só divulgar suas ideias e interagir com o grupo, mas também fugir do diálogo com o mundo exterior e do olhar controlador da família e dos amigos do mundo *off-line*, por oferecerem a possibilidade do anonimato. A recusa em comer se manifesta muitas vezes como uma forma de protesto e resistência ao controle da família em uma tentativa de tomar para si o direito de governar seu próprio corpo, percebido, muitas vezes, como a única instância em que possuem algum controle.

Em um primeiro momento, devido às suas características que incluem o compartilhamento de informações entre indivíduos com interesses e objetivos comuns, podemos pensar nos *blogs* pró-Ana/Mia como local onde o controle não é exercido de forma hierarquizada, mas sim de maneira horizontalizada.

David (2009), em trabalho onde investigou as práticas alimentares, os comportamentos e os valores das integrantes de comunidades virtuais pró-anorexia, afirma que nessas comunidades, devido às trocas de experiências

mantidas entre as participantes, há manutenção de uma posição igualitária entre seus membros. Entretanto, por meio da análise realizada, observamos uma espécie de hierarquia na rede pró-Ana/Mia, com alguns autores das páginas ocupando uma posição de destaque e exercendo uma influência política. Avaliamos que tal “ascensão” destes autores em relação às demais autoras de *blogs* seja consequente à incorporação do discurso biomédico, da “verdade científica”, de maneira consciente, criando um metadiscurso utilizado como instrumento de manutenção dos quadros de transtornos alimentares.

Pode-se considerar que no século XX a medicina moderna consolida o processo de monopolização do saber médico quando se trata de questões relacionadas ao campo da saúde, sua institucionalização e ampliação do seu poder discursivo. Desta forma, posição de superioridade assumida pelas blogueiras pró-Ana/Mia seria consequência da aquisição de um poder que é derivado do poder médico, que ocupa uma posição de destaque na sociedade contemporânea ocidental, considerado produtor de “verdades”, atuando na produção de saberes e comportamentos que são balizados e avaliados em termos de saúde/normalidade e doença.

O surgimento do pensamento científico faz com que a norma passe a ser determinada pela ciência, pelos princípios da razão e pelo método científico. Com a racionalidade operando como princípio de organização dos saberes, a ciência se torna forma socialmente privilegiada e institucionalmente legitimada de produção de verdades, fazendo com que conhecimento, saber e poder se relacionem de forma circular. Assim, na sociedade contemporânea ocidental, a “verdade” é centralizada na forma de discurso científico, sendo este também instrumento para se manifestar, adquirir e exercer poder e controle. (KRAEMER; PRADO; FERREIRA; CARVALHO, 2014)

Outro aspecto das comunidades pró-Ana/Mia – com destaque para os *blogs* – que merece atenção é seu papel na sustentação da motivação com o objetivo de levar a cabo um estilo de vida. Para tanto, lançam mão de recursos como as chamadas *thispirations* ou *thinspo* – inspiração magra, em tradução literal – imagens de mulheres extremamente magras ou apenas de partes de seus corpos, celebridades ou não, presentes em todos os *blogs* analisados. As *thinspo* atuam como imagens-guia para construção do corpo, para prática dietas e/ou jejuns. Assim, esses corpos materializam normas, códigos e projetos a serem executados, atuando como objeto do desejo, referências

para construção corporal e, ao mesmo tempo, como ferramenta de controle do comportamento.

Considerando que as *thinspo* se referem sempre à imagem do outro, a corpos virtuais, por mais que emagreçam, Anas e Mias sempre afirmam não terem chegado à perfeição, algo que está sempre além, quase inatingível, mas que justifica as práticas narradas e defendidas. Segundo Lira (2006, p. 121), “a simples presença dessas imagens atua como mecanismo moralizador: ostentando os frutos vitoriosos de uma abnegação que todos deveriam imitar: dietas, musculação, cirurgias plásticas e toda uma cartilha de cuidados e privações”. A magreza buscada propaga a renúncia do desejo e do prazer irracional e reforça uma orientação racional do corpo, com valorização do esforço, dedicação e disciplina.

Com o crescimento de tecnologias de comunicação, nas quais os *blogs* se enquadram, destacam-se novos dispositivos de visibilidade que têm como um de seus efeitos a criação de identidades em relação ao olhar do outro e de subjetividades exteriorizadas. Assim, quando as pró-Ana/Mia exercem um controle rigoroso sobre seus comportamentos a partir da projeção de imagens de modelos e atrizes com as quais gostariam de se assemelhar, podem almejar a aquisição de uma identidade em potencial. Aqui podemos observar, como sinaliza Deleuze (1998), a afirmação de um poder difuso em uma rede planetária e, por isso, cada vez mais fluido e difícil de se localizar. Sua ação se dá de maneira horizontal e com instâncias de poder dissolvidas por entre os indivíduos. Essa transição para a sociedade de controle abarca uma subjetividade que não está fixada na individualidade. Assim, o indivíduo não pertence a nenhuma identidade e, ao mesmo tempo, pertence a todas.

Além disso, justificativas sobre ter o corpo dito perfeito também estão relacionadas com a expectativa de ser desejada, admirada e bem-sucedida social e economicamente, relações que são expressão dos sentidos atribuídos à magreza na sociedade contemporânea, enquanto a gordura corporal é relacionada com a geração de uma série de doenças e até com a morte sendo então, abominada. Esta representação está presente no imaginário coletivo, favorecendo e naturalizando a associação entre qualquer incompetência física ou moral do indivíduo e seu percentual de gordura corporal. Enquanto isso, a magreza se reafirma como ideal de saúde hegemônico. Como consequência, a intensa medicalização da gordura tem incitado e justificado, principalmente

nas mulheres, uma série de regulações, disciplinamentos e controles sociais da plástica corporal além de um sentimento de falta constante e uma busca permanente por adequação. (Bordo, 1997)

Apesar de sabermos que os fatores socioculturais, como o ideal de magreza e padrões de beleza veiculados atualmente, não são os únicos que influenciam o desenvolvimento dos transtornos alimentares, ainda assim podemos afirmar estes quadros são parte de um amplo fenômeno relacionado às disciplinas alimentares e cuidados de si presentes em nossa cultura. Ainda acrescentamos, a partir da análise que realizamos nas páginas pró-Ana/Mia, que é tênue a fronteira entre os comportamentos considerados patológicos, característicos dos transtornos alimentares, e as práticas consideradas saudáveis. Da mesma forma, nos parece limítrofe a distância entre os discursos tidos como patológicos e aqueles legitimados e propagados inclusive por profissionais de saúde. Nesse sentido, Lupton (1994, p. 670) afirma:

Controlar a ingestão alimentar é a vitória da vontade sobre a carne, a mente e as emoções, a busca do corpo idealizado e civilizado. Enquanto tais significados da alimentação estão extremamente evidentes em pessoas com transtornos alimentares, eu diria que eles são característicos de todas as pessoas, em maior ou menor grau. Os alimentos se tornaram, portanto, fonte de culpa, frustração e raiva.

A partir daí, podemos nos perguntar se os princípios do movimento pró-Ana/Mia estariam, de certa forma, relacionados ao discurso nutricional legitimado e suas práticas, considerando que estes se diferem mais em grau, devido à intensidade e radicalização presente nos discursos e comportamentos pró-Ana/Mia, do que em tipo. Ou ainda, se poderíamos encarar o movimento pró-Ana/Mia como fenômeno que destaca os tênues limites entre comportamentos considerados saudáveis e patológicos.

Segundo Canguilhem (2002), a diferença entre normalidade e patologia não está em uma variação quantitativa do estado normal previamente determinado, mas deve ser observada como uma variação em relação a uma norma válida e desejável a partir da qual se pode medir o excesso ou a falta.

Assim, o normal deixa de ser um fato em si e se torna a manifestação de um valor referido ao perfeito e ao ideal singular e para cada ser vivo.

Na fronteira entre o normal e o patológico, as práticas alimentares restritivas ocupam lugar de destaque. Grande parte do espaço das páginas pró-Ana/Mia é ocupado por diversas dietas restritivas que são ensinadas, testadas e avaliadas quanto ao seu efeito de promover a perda de peso desejada. Mais uma vez, fica claro o quanto há uma apropriação do discurso biomédico por Anas e Mias, com predomínio da visão biológica da alimentação, característica da abordagem clássica da Nutrição, que considera que a alimentação deve ser guiada por critérios exclusivamente racionais e que precisa ser programada, uma forma de controle.

Kraemer e demais autores (2014) destacam que os sentidos criados a partir do discurso da alimentação saudável são parte das estratégias de biopoder, por tratarem o alimento como parte do processo de construção do corpo perfeito, onde beleza, magreza e juventude são tidos como sinônimos de saúde. Desta forma, só é tido como saudável quem se alimenta de forma racional e funcional devendo a comida ser controlada, com contabilização de suas calorias e valorização de seus nutrientes, com destaque para aqueles que segundo as evidências científicas, têm papel de destaque na formação do corpo ideal. Assim, o comer saudável deve obedecer a regras nutricionais, devendo a alimentação ser prescrita a partir do cálculo de necessidades individuais, mas sempre moderada em calorias, com controle de alimentos energéticos – como os ricos em carboidratos e gorduras preteridos pelas Anas e Mias – e valorização dos alimentos fontes de fibras, vitaminas e minerais, como os legumes, verduras e frutas, mas ainda assim, estes precisam ser consumidos com controle.

É importante frisar que a intenção dessa aproximação não é de forma alguma reduzir a importância e gravidade que envolve o fenômeno dos transtornos alimentares, mas ao contrário, evidenciar o quanto estes quadros e as práticas tidas como saudáveis e veiculadas de forma intensa, amparadas pelo discurso científico, podem ser fruto de um mesmo fenômeno cultural e ao mesmo tempo individual.

Indo ao encontro de tais afirmações, ainda cabe ressaltar que podemos interpretar as práticas anoréxicas e bulímicas como um questionamento às disciplinas corporais e alimentares consideradas saudáveis. Susan Bordo (1997),

corroborando tal posicionamento, afirma que a anorexia é uma caricatura do ideal de magreza contemporâneo. Isto porque entende que a partir do momento que o “gatilho” para os transtornos alimentares é justamente a tentativa consciente de encaixar-se nos padrões – por meio das dietas, exercícios físicos, uso de medicamentos –, mas que escapa aos limites entendidos como adequados, denuncia a inconformidade desses ideais. Dessa forma, o comportamento tido como patológico das anoréxicas e bulímicas pode ser pensado como um “questionamento” às práticas consideradas saudáveis. Entretanto, a autora sinaliza que paradoxalmente, tais quadros se desenvolvem “como se estivessem em conluio com as condições culturais que as produzem, reproduzindo em vez de transformar justamente aquilo que provoca o protesto”. (BORDO, 1997, p. 30)

Outro aspecto importante relacionado às disciplinas corporais se refere ao aprendizado da compensação como reparo às possíveis perdas de controle. A orientação para “compensar” caso haja um exagero nas quantidades ingeridas em um dia, restringindo a alimentação nos próximos dias é frequente e bastante aceita. Entretanto, há uma radicalização nos espaços pró-Ana/Mia, com uso de medicamentos, como diuréticos, inibidores de apetite, inibidores da absorção de gorduras, termogênicos, entre outros. A combinação de medicamentos com diferentes ações também é bastante comum, sendo o uso do que chamam de “ECA”, uma combinação de efedrina com cafeína e aspirina, prática frequente.

Outra prática disseminada entre Anas e Mias, mas também na sociedade em geral, é o estímulo ao estabelecimento de metas, com valorização da disciplina e presença constante do controle para atingi-las.

O imperativo do cuidado e da vigilância necessários para que os ideais do que é entendido como corpo perfeito sejam alcançados e mantidos, exige uma enorme disciplina. Ortega (2003, p. 64) afirma que o *healthism*, entendido como a “ideologia ou moralidade da saúde”, muito presente no discurso de Anas e Mias, é expressão da formação da biossociabilidade. A partir dela, são criados modelos ideais de sujeito tendo como base o seu desempenho físico, assim como novos critérios de reconhecimento. As formas de modificação física e de potencialização das funções corporais são demonstradas como uma necessidade. Para que o indivíduo se sinta realizado é preciso ter um corpo controlado, gerido por uma autodeterminação e preocupação

com os riscos futuros. Nesse contexto, forma-se o indivíduo que se autogoverna, autocontrola e que tem a disciplina como aspecto central da sua vida, já que apenas por meio desta, os ideais de perfeição corporal poderão ser atingidos, não importando o sofrimento envolvido. Não importa o sacrifício, o corpo que se deseja é a recompensa. Aliás, o sofrimento passa a ser um indicador de adesão à disciplina, como indicado na frase "*No pain, no gain*", tão repetida atualmente.

Concomitantemente, nos *blogs* pró-Ana/Mia o sentido libertário da magreza é frequentemente lembrado com frases como "seja leve, livre e feliz!". Um tipo de liberdade que se mostra como uma permanente adequação às normas vigentes, inflada pelo desejo de inclusão, de fazer parte de um grupo. Para adequar-se, então, é imprescindível uma busca que nunca cessa, intensificando o controle. Ainda assim, a possibilidade de autonomia sobre seus corpos se torna parte do discurso das pró-Ana/Mia, que constantemente afirmam que o que buscam é um ideal pessoal, independente do olhar do outro. Entretanto, este discurso da autonomia sobre o próprio corpo e da liberdade de escolha pode camuflar uma nova forma de controle respaldada pelo discurso médico-científico: o ideal de corpo saudável e necessário, "seguro", sem excessos.

Hoje, diante dos tantos riscos que nos são apresentados, não é necessário que haja mais uma instituição disciplinadora que nos submeta ao poder, pois somos nós que nos submetemos. Ortega (2008) destaca que tal perspectiva não indica que os sujeitos agora possuem mais liberdade, mas que vivemos um auto disciplinamento constante, por meio do qual, contraditoriamente, demonstramos nossa autonomia. Segundo o autor, "de fato, ganhamos autonomia, mas amiúde é a autonomia para nos vigiarmos, a autonomia e a liberdade de nos tornarmos peritos, experts de nós mesmos, da nossa saúde, do nosso corpo". (ORTEGA, 2008, p. 37) Em consonância, observamos a afirmação de um tipo de liberdade associada à condição de realizar escolhas que acreditamos ser, claramente, nossas, mas que se mostra como uma constante adequação às normas vigentes e que é inflada pelo desejo de inclusão. Escolhas estas, que estão demasiadamente relacionadas à excessiva valorização de práticas de controle corporal. (ORTEGA, 2003) Para nos encaixarmos dentro dos padrões desejados, é indispensável uma busca que nunca cessa, intensificando o controle.

ÚLTIMAS CONEXÕES

No percurso trilhado neste capítulo, foi possível observar que o espaço virtual dos *blogs* pró-Ana/Mia funcionam como um lugar privilegiado de exercício do controle sobre si e sobre o outro, de proteção contra um controle externo, de legitimação de práticas individuais, assim como um espaço que possibilita a construção de uma identidade que permite que Anas e Mias se coloquem no mundo com a singularidade característica de sua subjetividade.

A percepção das semelhanças entre as nossas práticas cotidianas contemporâneas e aquelas narradas nos *blogs* pró-Ana/Mia, suscita uma reflexão quanto à maneira que lidamos com tal fenômeno e sobre o que podemos aprender com ele. Isto porque ainda que sua radicalidade nos cause grande impacto, as atitudes e valores observados nos espaços pró-Ana/Mia dizem muito sobre nós mesmos, nossa subjetividade e cuidado com o corpo em uma cultura cada vez mais conectada.

Os comportamentos defendidos por Anas e Mias lançam luz sobre uma série de práticas naturalizadas e reforçadas pelo discurso médico e por aqueles que pregam “hábitos de vida saudáveis”. Fazer dietas, fazer exercícios físicos, cuidar da aparência, desejar um corpo magro, são atualmente, imperativos culturais. Porém, o excesso de preocupação com estas questões e o uso “abusivo” das técnicas e práticas pode se caracterizar como uma doença, a depender dos parâmetros de normalidade eleitos num determinado momento e numa determinada cultura. Assim, se por um lado, esses “excessos” são de fato problemáticos e arriscados porque podem levar à morte, por outro, parece haver um discurso de que tudo em excesso é ruim, porque foge à norma.

Se consideramos o poder como algo que se exerce mediante a produção de verdades, podemos considerar que no mundo conectado as verdades que fundamentam discursos se conjugam de modo sutil, articulando dispositivos de controle sustentados na fantasia de uma liberdade possível e viabilizada pela internet que nos conecta ao mundo em rede. Nessa perspectiva, é preciso pensar essas práticas cotidianas que se disseminam no mundo conectado, levando em consideração os múltiplos sentidos que um discurso veicula. Ou seja, é preciso ter em mente que a imensa flexibilidade discursiva proporcionada pelo ambiente virtual ganha forma de liberdade, uma liberdade que, entretanto, traduz uma nova modalidade de controle exercido no mundo

conectado de maneira ainda mais capilarizada, desterritorializada e também, por isso, contínua.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM-5*. 5th. ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

BARBIERI, A. R.; HORTALE, V. A. Relações entre regulação e controle na reforma administrativa e suas implicações no sistema de saúde brasileiro. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 2, p. 181-193, 2002.

BORDO, S. O corpo e reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (org.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19-42.

BROWN, C. The control paradox: understanding and working with anorexia and bulimia. Retrieved April 9, 2016. From *National Eating Disorder Information Centre*, [s. l.], 1990. Disponível em: <http://nedic.ca/sites/default/files/control-paradox-understanding-and-working-anorexia-and-bulimia.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRUCH, H. *The golden cage: the enigma of anorexia nervosa*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

CAMOZZATO, V. C. Submetimentos contemporâneos em práticas de cuidado e controle corporal. *Textura*, Governador Mangabeira, n. 26, p. 47-64, 2012.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico* 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTIEL, L. D.; FERREIRA, M. S.; MORAES, D. R. Os riscos e a promoção do autocontrole na saúde alimentar: moralismo, biopolítica e crítica parresíasta. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1523-1532, 2014.

COSTA, R. Sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 161-167, 2004.

DAVID, J. S. R. *Anorexia em comunidades virtuais: práticas e visões culturais do corpo*. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2009.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

- DORFMAN, I. Z.; ROSSATO, M. L. A dinâmica do controle na anorexia nervosa. *Revista Brasileira de Terapia de Família*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 57-66, 2012.
- FOUCAULT, M. A. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. A. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, M. A. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- HALEY, J. *Estratégias em psicoterapia*. Barcelona: Toray S.A., 1971.
- HEPWORTH, J. *The social construction of anorexia nervosa*. London: SAGE Publications, 1999.
- KRAEMER, F. B.; PRADO, S. D.; FERREIRA, F. R.; CARVALHO, M. C. V. S. O discurso sobre alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1337-1359, 2014.
- LÉVY, P. *Cyberdemocratie*. Paris: Odile Jacob, 2002.
- LIRA, L. C. *Narrativas de Ana: corpo, consumo e self em um grupo pró-anorexia na internet*. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- LUPTON, D. Food, memory and meaning: the symbolic and social nature of food events. *Sociological Review*, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 664-685, 1994.
- MALSON, H. Women under erasure: anorexic bodies in postmodern context. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 137-153, 1999.
- ORBACH, S. *Hunger Strike: The Anorectic's Struggle as a Metaphor for Our Age*. N.Y.: Avon, 1986.
- ORTEGA, F. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 59-67, 2003.
- ORTEGA, F. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- RECUERO, R. *Comunidades em redes sociais na internet: um estudo de uma rede pró-ana e pró-mia*. CONGRESSO IBEROAMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 1., 2005. Faro, Valparaíso, Chile, 2005.

RENOVATO, R. D.; BAGNATO, M. H. S. As práticas de bioascese e a constituição do idoso ativo. *Ciência, Cuidado e Saúde*, [S. l.], v. 8, n. 1.

SILVA, D. F. A. *Do outro lado do espelho: anorexia e bulimia para além da imagem – uma etnografia virtual*. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CORPOS PLURAIS, IDENTIDADES DESVIANTES E AFIRMAÇÃO DE GÊNERO

TENSÕES EM CENAS DE COMENSALIDADE¹

Jeimis Nogueira de Castro
Eliane Portes Vargas
Shirley Donizete Prado
Francisco Romão Ferreira

IDENTIDADES DESVIANTES EM CENAS DE COMENSALIDADE

Este capítulo está voltado para tensões associadas a normatividades na construção social dos corpos e a mecanismos de controle das identidades desviantes quando a afirmação de gênero é colocada em questão. Para tanto,

1 Capítulo derivado da tese de doutoramento intitulada "Identidade e gênero em cenas do cinema: um estudo sobre o ensino de Educação Física e a construção dos corpos no contexto escolar", defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde vinculado ao Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro.

tomamos, de três filmes, momentos de comensalidade em família, instantes de intimidade, de privacidade entre sujeitos que dividem a vida sob o mesmo teto, passagens marcadas por fortes inquietações, aflições e ansiedades. São cenas levadas a público pela arte cinematográfica, dramas da existência humana que, vale registrar, raramente poderíamos presenciar tal como se dão de forma direta e concreta no mundo, no cotidiano vivido, no recesso dos lares, na privacidade desses tantos lugares e seus muitos segredos.

São obras de arte que nos possibilitam uma recuperação da percepção de eventos, de tragédias existenciais, revelando-nos a vida crua que, por meio dessas cenas filmicas, chega até nós por intermédio da sensibilidade imediata que estabelecemos com as coisas e com os outros.

Nós jamais permanecemos suspensos no nada. Nós estamos sempre no plano, no ser, como um semblante, mesmo durante as refeições, ainda que morto, está-se sempre condenado a exprimir qualquer coisa... e como o silêncio, é ainda uma modalidade do mundo sonoro. (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 516)

Essas cenas são aqui tratadas, então, como ponto de partida situado na ordem valiosa do sensível, como um portal imprescindível que, ao mesmo tempo, nos dá conta do mundo e abre caminhos para o desenvolvimento do pensamento assentado em suportes teóricos indispensáveis. Um e outro, a percepção sensível e o pensamento elaborado, apoiando-nos nos esforços de compreensão desses dilemas que envolvem valores morais e jogos de poder, dessas relações humanas mediadas pela comida, desses corpos, dessas identidades, desses gêneros, todos inquietos, todos em torno da mesma mesa.

Em *Tomboy* (2011), os (des)encontros têm sua realização em um jantar no qual a menina Laure e sua irmã tentam, diante dos pais, sustentar a fachada da identidade desviante de menino assumida socialmente por Laure na interação com os seus colegas.

O filme tem por diretora Céline Sciamma, francesa, atuante também como roteirista. Ela dirigiu mais três filmes: *Lírios d'água* (2007); *Garotas* (2014) e *Retrato de uma jovem em chamas* (2018). Nos seus filmes, Sciamma traz questões ligadas

à adolescência, gênero, sexualidade e identidades que fogem daquilo que a sociedade, hegemonicamente, espera. Uma marca interessante da diretora é a sutileza com que explora temas complexos e a ênfase que coloca nas relações conflituosas entre os personagens, em sua maioria adolescentes, sem a interferência dos adultos.

A obra versa sobre a história de uma menina de dez anos, Laure, que tem comportamentos e maneiras de se vestir tipicamente relacionadas ao gênero masculino. A história tem início quando a família se muda para uma nova cidade. O motivo dessa transferência não é explicitado, mas o diálogo do pai com a jovem nos faz crer que essa não é a primeira transferência pela qual passa a família; e mais, que essas mudanças de ambiente não agradam de todo a protagonista. O clima do filme é marcado pelas relações afetivas estabelecidas entre os personagens. A mãe de Laure está em período final de gestação; o pai se apresenta bastante próximo da filha, ainda que trabalhe fora o dia inteiro; a irmã menor, Jeanne, demonstra grande carinho por Laure. Logo nos primeiros dias, Laure decide sair do seu apartamento para conhecer o condomínio e os novos vizinhos. Neste momento, encontra Lisa, uma menina do prédio ao lado, para quem Laure se apresenta como Michael. Lisa, então, leva Michael para conhecer o restante da turma. Os fatos que seguem durante o filme são as vivências de Laure no papel social de Michael, até o momento em que sua mãe descobre que a filha está se passando por um menino e, apreensiva, começa a tomar algumas atitudes diante dessa situação preocupante.

A cena mostra um jantar em família,² quando todos já estão sentados à mesa. É um momento tenso para Laure, dado que sua fachada – conforme Goffman (2011a) – acaba ficando em risco pelo fato de sua irmã, Jeanne, saber que Laure, fora de casa, identifica-se como Michael.

Quando uma pessoa está com a fachada errada, ou fora de fachada, eventos expressivos estão sendo contribuídos para o encontro, mas eles não podem ser costurados facilmente ao tecido expressivo da ocasião. Se ela sentir que está com a fachada errada ou fora de

2 Cena em: 00:55:38.

fachada, provavelmente se sentirá envergonhada e inferior devido ao que aconteceu com a atividade por sua causa e ao que poderá acontecer com a sua reputação enquanto participante. (GOFFMAN, 2011a, p. 18)

Anteriormente, Laure havia pedido para que Jeanne não comentasse nada a respeito de sua identidade fora de casa. Em atitude cooperativa, a irmã concorda e, em contrapartida, fica também preservado o acesso de Jeanne ao convívio com as outras crianças. Para Goffman (2011a), isso acontece pelo fato de que cada participante está preocupado, ainda que por razões diferentes, em preservar a sua própria fachada, surgindo então uma cooperação tácita, uma cumplicidade para que os participantes desse jogo possam atingir juntos seus objetivos em comum. Na cena em que todos se encontram face a face e onde reina a inquietude, Jeanne diz que fez um novo amigo que já é seu preferido: o Michael. E, assim, pode contar como foi seu dia.

Já em *Billy Elliot* (2000), exploramos a cena de grande tensão à mesa, quando o pai de Billy questiona sua preferência pelo balé quando o boxe é o indicado para homens.

O filme foi dirigido pelo britânico Stephen Daldry, que trabalhou também na direção dos filmes: *As horas* (2002), *O leitor* (2008), *Tão forte e tão perto* (2011) e *Trash: a esperança vem do lixo* (2014). O diretor começou sua carreira no teatro na Inglaterra e *Billy Elliot* foi seu primeiro filme que obteve sucesso e reconhecimento. Daldry recebeu três indicações ao Oscar com os trabalhos de direção em *Billy Elliot*, *As horas* e *O leitor*. Seus trabalhos exploram a sensibilidade com temas relacionados a crises de identidades, sofrimento, tristeza, solidão, vergonha e controle social.

A história de Billy acontece na Grã-Bretanha, no ano de 1984, durante a greve dos operários que trabalhavam nas minas de carvão do país. Leva para a tela a trajetória de um menino de 11 anos, filho de um mineiro. Sua família vive em Durham, uma pequena cidade inglesa, cujo esporte tradicional esperado para o universo masculino é o boxe. Billy, ao fazer uma aula de boxe na academia, tem sua atenção direcionada para a aula de balé que estava acontecendo em outro canto. O garoto descobre que tem um grande talento para a dança, ficando dividido entre sua inesperada paixão pelo balé e os problemas gerados no interior de sua família, que é contra essa nova atividade.

O filme traz as angústias e aflições pelas quais o personagem passa por não seguir um “modelo” de comportamento esperado para os homens.

Nessa obra, há uma cena em que estão sentados à mesa Billy, seu pai e sua avó,³ tornando-se propício um momento de diálogo, o que, geralmente, não ocorre no dia a dia da família. O compartilhamento do alimento à mesa permite esse processo de troca. O pai inicia a conversa questionando a opção do menino pelo balé. Billy pergunta qual é o problema em praticá-lo. A avó participa do diálogo dizendo que fazia balé. Nesse momento, o pai de Billy é assertivo em dizer que “Para ela é normal, mas não para meninos! Meninos jogam futebol, boxe ou luta livre! Não essa frescura de balé!”. Após este episódio, Billy retruca perguntando por que os meninos são obrigados a praticar luta livre. E, tentando encerrar a discussão e mostrar seu poder de autoridade, o pai ameaça lhe dar uma surra. Mas Billy continua, dizendo que existem bailarinos fortes como atletas, citando Wayne Sleep como exemplo. O pai ordena que Billy esqueça o balé e o boxe, e, também, diz que ele deveria só cuidar da avó. Billy reage e o pai responde brutalmente. A cena culmina com Billy saindo correndo em desespero pelo bairro.

Por fim, no filme *As melhores coisas do mundo* (2010), adotamos as sequências caracterizadas por intensa apreensão e acentuado estresse quando o pai de Mano serve uma macarronada com o molho preferido dos filhos que, durante esse almoço, revela o motivo de sua separação da mãe: a paixão por outro homem.

Trata-se de um filme nacional, dirigido Laís Bodanzky, que tem em seu currículo outras obras cinematográficas como: *Bicho de sete cabeças* (2001), *Chega de saudade* (2007), *Mundo invisível* (2012), *Mulheres olímpicas* (2013), *Como nossos pais* (2017) e *Pedro* (2019). Bodanzky iniciou a sua carreira de diretora com o curta *Cartão vermelho* (1994), que narra a história de Fernanda, uma menina de 12 anos que gosta de jogar futebol com os meninos do bairro. O curta explora a descoberta do grupo de adolescentes sobre seu corpo e sua sexualidade. Uma característica dos trabalhos de Laís Bodanzky é a sensibilidade no trato dos conflitos nas relações interpessoais e individuais em diferentes faixas etárias, buscando romper estereótipos. A fim de transmitir mais emoção em

3 Cena em: 00:27:08.

suas películas, a diretora costuma promover uma maior aproximação entre espectadores, personagens e cenário ao utilizar o recurso da câmera na mão.

O filme aqui em questão trata de relações afetivas entre familiares, amigos e possíveis amantes, trazendo à luz a complexidade que marca essas situações, quando vontades e desejos entram em conflito com os valores morais estabelecidos. A história se passa em dois ambientes de preservação da tradição e reprodução da sociedade – a família e a escola –, lugares privilegiados de modelos hegemônicos, de vigilância e controle sobre os corpos e de possíveis punições para os que não se adaptam ao que é legitimado socialmente como normal e aceitável.

O personagem principal é Mano, adolescente de 15 anos que passa por dilemas dessa fase da vida, como namoro, bebidas, consumo de cigarros e a primeira relação sexual. Nesse processo de construção identitária e de visão de mundo, Mano atravessa vicissitudes relativas a diferenças de gênero e sexualidade, oscilando entre demonstrações de preconceito e movimentos de busca por compreensão e respeito ao outro que destoa do tido como normal e moralmente correto. Ele está aprendendo a tocar guitarra com o professor Marcelo, tentando impressionar uma garota; mas, conforme vai amadurecendo, isso deixa de ser importante e tocar e cantar passa a ser algo para relaxar com os amigos. Seus pais, Camila e Horácio, estão passando por uma separação, o que torna a vida de Mano bem mais complicada, tanto no que concerne à sua visão de mundo, quanto à convivência social na escola. Seu irmão mais velho, Pedro, também é atingido nesse processo que assume grande complexidade, nervosismos e preocupações porque o pai deles revela que decide viver uma relação amorosa que foge dos padrões impostos socialmente. Carol é sua melhor amiga e está apaixonada pelo professor Artur, o que acrescenta instabilidade ao momento. Em meio a tudo isso, Mano se vê diante da necessidade de aprender a lidar com seus conflitos, preconceitos e com os olhares e julgamentos dos colegas de escola.

Uma das cenas do filme traz um jantar marcado por Horácio para Mano e Pedro⁴. O pai prepara um dos pratos preferidos dos filhos, em tentativa de deixá-los mais receptivos à revelação que planeja lhes fazer – já que a mesa pode ser considerada como lugar de encontro e a comida especialmente

4 Cena em 00:13:17.

preparada como boa mediadora de afetos. Pretende explicar-lhes o motivo pelo qual saiu de casa. Nesse momento, as expectativas e tentativas do pai estão voltadas para o que aquele jantar pode contribuir para amenizar fortes e adversas reações e favorecer o entendimento diante do que ele tem a dizer aos filhos. Contudo, é importante lembrar que

Algumas revelações à mesa tornam a convivência insuportável e basta uma palavra dita fora do tom para azedar a comida e as relações. Dependendo das relações pessoais, o clima tenso ou agradável da conversa dá um tempero à comida e pode torná-la leve ou indigesta, fazendo com que a necessidade biológica seja ignorada e sequer leve em consideração o que está sendo servido. O afeto dá o tempero, aumenta ou diminui a fome, altera o sabor dos pratos. O corpo biológico sucumbe ao corpo afetivo e as paixões da alma alteram o apetite do corpo. (FERREIRA, et al., 2016, p. 301)

Horácio inicia uma conversa com os filhos e Pedro logo o interpela, querendo saber quem seria essa mulher que o fez sair de casa. O pai fica em silêncio e pensativo. Tenta desconversar, já que percebe que o que ele tem para falar mudaria o gosto do molho preparado com tanto carinho. Ele fala sobre como está sendo bom ter os filhos em sua casa nova para conversar e matar as saudades, buscando manter um clima amistoso. Continua dizendo que a vida que teve com a esposa foi maravilhosa, fantástica e cheia de amor. Pedro o interrompe e diz o seguinte: “Você sabe o que é mais ridículo? Que você trocou a nossa família por uma mulherzinha, por uma paixão!”. Horácio diz que não é bem assim, tentando fazer com que os filhos entendessem a sua situação. Desta vez, é o Mano que se manifesta pedindo para que ele diga logo quem é essa pessoa. O pai toma coragem e fala para os filhos: “É aquele meu orientando da faculdade, o Gustavo!”. Mano arregala os olhos e Pedro pergunta: “O que que tem o Gustavo? Peraí, você tá namorando um cara?”. O pai confirma. Sem acreditar no que está acontecendo. Pedro não aceita, xinga e diz: “O meu pai é viado?”. Horácio pede respeito. Eles discutem e os

filhos vão embora, deixando o seu jantar de lado, sem entender e tampouco aceitar a identidade de seu pai.

Em outro momento do filme, Mano conversa com sua mãe a respeito do pai querer vê-lo e diz com ironia: “A melhor coisa que podia acontecer para o nosso futuro, sem dúvida, era ter um pai boiola”. A mãe o repreende, questionando-o sobre o que ele entende da vida. Deste modo, Mano tem o seguinte pensamento: “Em vez de separar, minha mãe não podia ter ficado viúva? Se é pra rolar tragédia, não podia ser uma tragédia normal?”. Como uma forma de desabafo, Mano conta para a sua amiga Carol sobre a situação do pai ao que ela responde, dizendo que considera Horácio muito corajoso. E Mano segue em seus pensamentos: “O pai dos outros ser viado, juro por tudo que é mais sagrado, que não vejo o menor problema. Mas, o meu pai? Tem tanto pai por aí, caramba! Isso é que nem ganhar na loteria, só que ao contrário”.

NO CINEMA E AO REDOR DA MESA: OLHAR O OUTRO É OLHAR PARA NÓS MESMOS

A presença do cinema nesta reflexão busca a ampliação do olhar e a expansão do conhecimento sobre a sociedade em que vivemos. Por meio de cenas-acontecimentos e personagens-acontecimentos em momentos de comensalidade nos filmes escolhidos, pretendemos abordar experiências aí construídas, bem como, problematizar questões relacionadas a corpo, gênero e construção e controle social das identidades.

Utilizamos o conceito de comensalidade a partir das formulações teóricas de Simmel (2004), que compreende o comer e o beber como algo humano absolutamente universal e elemento fisiológico primitivo; ao mesmo tempo, esse “egoísmo exclusivista do ato de comer” torna-se em ações compartilhadas que se transmutam na refeição, realizada pela cultura. Nas palavras do autor,

[...] O incomensurável significado sociológico da refeição está contido na possibilidade de pessoas que não partilham interesses específicos se encontrarem para uma refeição em comum – possibilidade que se funda no primitivismo e, portanto, na trivialidade do interesse material. (SIMMEL, 2004, p. 160)

Este conceito nos parece relevante por indicar e relativizar ideias de harmonia, cooperação ou conjugação de interesses comuns associadas ao compartilhar a refeição, visto que ao redor da mesa as pessoas sentir-se-iam mais à vontade para abordar situações de tensão e de conflitos. À mesa, face a face, os problemas poderiam ser discutidos mais ou menos abertamente, as diferenças explicitadas e os acertos e as conciliações também teriam maior possibilidade de serem estabelecidos entre os comensais.

Leonardo Boff (2008) considera que a mesa representa lugar privilegiado da família, da comunhão e da irmandade, sendo os alimentos compreendidos como sacramentos do encontro e da comunhão; por outro lado, reconhece que também há as crises, as negações, os afastamentos que expressam tensões oriundas das diferenças inerentes à constituição das identidades aí presentes. No caso destas cenas fílmicas em momentos que juntam os personagens ao redor da mesa, vislumbra-se a elaboração cultural no entrelaçamento e no distanciamento entre os sujeitos, ali, olho no olho, nas diferentes dimensões de pertencimento social.

Importa ressaltar que compreendemos, com base em Walter Benjamin (2000), o papel que o cinema pode ter como agente poderoso de massificação do mundo moderno ao contribuir para um processo de dessubjetivação dos sujeitos, fazendo com que as pessoas percam a sua individualidade a fim de uma consolidação da indústria cultural que compartilha o interesse e o consumo de uma mesma mercadoria. Pires e Silva (2014) dizem que a multiplicação do cinema pela reprodução técnica torna-o em mercadoria, favorecendo a formação de uma massificação ideológica. Assim, foi utilizado tanto por regimes fascistas a fim de reproduzir seu poder de controle e alienação pelo Estado-nação, como por governos nacionalistas para reiterar uma conformação do imaginário político e de preservação das condições sociais a eles favoráveis. Por isso,

[...] O cinema foi um instrumento utilizado por governos nacionalistas para produzir um sentido ideológico da história e como propaganda institucional. As formas de representações instrumentalizadas na linguagem cinematográfica facilitam o processo de alienação social, por contribuir para a formação do imaginário coletivo

através dos processos de representações sociais presentes no discurso fílmico. (PIRES; SILVA, 2014, p. 610)

Sob outra perspectiva, Fabris (2008) considera que os filmes podem ser tomados como textos culturais que ensinam e contribuem para a produção de diferentes significados sociais, visto que “[...] contam histórias, e analisar tais textos criticamente é uma possibilidade de entender não só os processos em que foram gerados, como também o modo como essas histórias produzem efeitos nas diferentes culturas em que circulam”. (FABRIS, 2008, p. 120-121) Oferecendo âncora a esta abordagem, Almeida (2017) compreende a obra cinematográfica como uma janela que faz um recorte do mundo e nos mostra uma possibilidade de enxergar esse recorte como um texto, como uma metáfora favorecedora de um entendimento da vida cotidiana em suas instabilidades.

Convém lembrar que a percepção do espectador depende da relação estabelecida entre a imagem da câmera e o seu olhar, visto que a forma pela qual assistimos a um filme reflete o que somos, nossos pensamentos, nossos sentimentos e a cultura em que estamos imersos. Contrapor-se ou alinhar-se a todos ou a alguns aspectos da vida de Laure/Michel, Mano, Horácio, Billy ou seu pai ou sua professora de dança ou qualquer outro personagem, reafirmar esse olhar ou reorientá-lo a outras perspectivas são potências que os filmes nos colocam, em particular, diante dos acontecimentos da vida concreta. Potência mutável em nós e na nossa maneira de ver os filmes.

Nesta direção, o uso do recurso cinematográfico torna-se importante para o contato com experiências diversas, inclusive aquelas que se apresentam distantes de nós e, principalmente, em relação aos preconceitos e desrespeitos para com essa multiplicidade de diferenças quando se trata de vivências relacionadas à sexualidade e às identidades que fogem dos padrões socialmente hegemônicos. A linguagem do cinema nos apresenta diferentes corpos com as gestualidades características de cada época, cultura ou grupo social.

As imagens que aparecem na tela constituem documento que traz à tona representações do corpo, apresentando para o espectador conflitos culturais e morais de diferentes grupos, construindo narrativas que podem ser utilizadas como “estudos de caso”, como um modo de, ao discutir outra cultura, percebermos os códigos culturais e os valores morais, os jogos de poder da

nossa cultura. A partir dos filmes ou de cenas escolhidas, podemos chamar a atenção para o controle dos gestos, dos corpos e dos sentidos de outra cultura e, por esse caminho, problematizar os nossos próprios mecanismos simbólicos de contenção das expressões e de educação dos corpos que são exercidos no cotidiano como se fossem naturais. Olhar o outro é uma boa forma de olhar para nós mesmos.

Corpos, identidades e gêneros: para além do natural e do mesmo, o diferente

Nessas cenas aqui escolhidas, o comer junto adquire diferentes perspectivas e significados ligados à construção das identidades sociais que ultrapassam o ato de sobrevivência biológica do indivíduo ou da espécie, apresentando-se também ato simbólico e cultural. Laure, que se apresenta como Michel, trazendo inquietação à mãe e contando com o sutil apoio da irmã: relações sociais que se desenrolam sob a mediação do almoço em família. Momentos em que, muito além dos alimentos em si, estão presentes identidades que fogem daquilo que a sociedade entende como “norma”, que se tornam forasteiras, atravessadoras ilegais de fronteiras, tanto quanto a condução a permanecer no território de gênero para o qual são designados ao nascimento, como sinaliza a mãe de Laure. Isso acaba ocorrendo de forma refinada no dia a dia por processos sociais que determinam aos corpos modelos a serem seguidos, cerceando formas de expressão e construindo limites do que cada corpo pode e deve fazer, estabelecendo quais são as identidades consideradas legítimas, corretas e as identidades que são consideradas ilegítimas e destoantes, que ficam e/ou devem ficar à margem desses marcos divisórios.

Desde o início do Século XX, essas questões vêm sendo discutidas por diversos autores. Na obra *As técnicas do corpo*, escrita em 1936, Marcel Mauss (2003) enfatiza que essa modelagem não se reduz às funções do corpo biológico ou ao desenvolvimento do organismo com vistas à melhoria da saúde ou da qualidade de vida no futuro. No dizer de Foucault (1999), em seu livro *Vigiar e punir*, ela opera também no âmbito dos micropoderes, dos valores morais e na docilização e submissão dos corpos às normas da cultura.

Assim, falar do corpo é, também, dizer de uma expressão identitária, já que é pelo o corpo que as pessoas vão assimilando e se apropriando dos valores,

normas e costumes sociais: “[...] o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões. Em outros termos, o homem apreende a cultura por meio do seu corpo”. (DAOLIO, 2009, p. 40)

Território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infindáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confortar, o corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, o corpo de um indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia, mas, ao mesmo tempo, escondê-los. Pesquisar seus segredos é perceber o quanto é vão separar a obra daquela realizada pelos homens: na verdade, um corpo é sempre *biocultural*, tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual. (SANT’ANNA, 2006, p. 3, grifo da autora)

Por essa razão, os corpos estão longe de ser uma evidência segura de identidades fixas, dado que as pessoas e a sociedade estão em constante processo de transformações e alterações que são experimentadas durante a vida. Hoje, provavelmente, os investimentos nos corpos são mais amplos e radicais do que em outras épocas. Esses investimentos se dão

[...] através de roupas, adornos, perfumes, tatuagens, cosméticos, próteses, implantes, plásticas, modelagem, dietas, hormônios, lentes... Tudo isso torna cada vez mais problemática a pretensão de tomá-los como estáveis e definidos. Tudo isso torna cada vez mais impossível a pretensão de tomá-los com naturais. (LOURO, 2013, p. 51)

Entender identidade como um dado “natural” conduz a uma visão que valoriza a estabilidade, a permanência do mesmo, uma perspectiva homogeneizadora e estereotipada de nós mesmos. Afastando-nos dessa perspectiva, buscamos uma visão mais dinâmica, contextualizada e plural das nossas identidades como produções históricas e culturais, procurando “[...]”

desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o *natural*; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder”. (LOURO, 2010a, p. 86, grifo da autora)

Tudo isso fica mais evidente e as tensões mais exacerbadas quando, à mesa, são colocadas discussões sobre identidade associadas às relações de gênero e sexualidade. Louro (2010b) entende que, nesse lugar, existem os “guarda-fronteiras” que atuam de forma vigilante, severa e inflexível para que as pessoas permaneçam no território de gênero para o qual foram designadas ao nascerem. O pai de Billy expressa sua contrariedade de muitos modos, até com violência, tentando impedir a opção do filho pelo balé. Assim, são desenvolvidas verdadeiras pedagogias sexuais constantemente presentes e exercidas em diversas instâncias sociais: família, escola, mídia, igrejas, medicina; todo um aparato destinado a garantir que cada sujeito assuma e mantenha de forma coerente seu gênero e sua sexualidade em conformidade com os cânones vigentes.

A forma *normal* de viver os gêneros aponta para a constituição da forma *normal* de família, a qual, por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual e, consequentemente, sobre a heterossexualidade. É evidente o caráter político dessa premissa, na qual não há lugar para aqueles homens e mulheres que, de algum modo, perturbem a ordem ou dela escapem. (LOURO, 2016, p. 90, grifo da autora)

Uma normalidade que define os sujeitos, em relação às identidades de gênero e sexuais, como um caminho único, retilíneo, sem interferências. Desse modo, um determinado sexo biológico indica, necessariamente, o gênero que lhe é correspondente, impõe um específico e correto desejo – aquele aprovado pelas regras morais em vigor –, estabelece uma sequência que supõe coerência e continuidade entre sexo-gênero-sexualidade. Essa sequência

[...] Supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou fêmea, determina o gênero (um de dois gêneros possíveis:

masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto). Ainda que o corpo possa se transformar, ao longo da vida, espera-se que tal transformação se dê numa direção única e legítima, na medida em que esse corpo adquire e exhibe os atributos próprios de seu gênero e desenvolve sua sexualidade, tendo como alvo o polo oposto, ou seja, o corpo diferente do seu. (LOURO, 2016, p. 82-83)

Não seguir essa sequência, instituída como norma e valor moral, faz com que as pessoas sejam consideradas “anormais”, diferentes e desviantes, atravessadoras ilegais de territórios; tal como Horácio e sua opção por dividir sua existência com Gustavo, esses sujeitos escapam do lugar em que, supostamente, deveriam permanecer e passam a ser tratados como infratores. Esses transgressores devem, por essa via, sofrer sanções, já que não se ajustam às normas que regulam as identidades: Mano chega a conceber a ideia de que a viuvez da mãe seria preferível à decisão de vida do seu pai. No limite, essas pessoas precisam ser corrigidas e conduzidas de volta às identidades normalizadas. Oliveira e Silva (2013, p. 121) consideram que,

[...] De forma incontestável, rotula-se, estigmatiza-se, pune-se e reprime-se os desvios, a desobediência e a anormalidade. Estabelece-se, através dos mecanismos vários de marginalização, um poder que é ao mesmo tempo tanto mais forte quanto, sempre que possível, mais sutil e tanto mais indiscutível quanto mais seja legitimado pelas forças sociais que estabelecem, gradam e mediam o saber. [...] Através de legitimação de estatutos, protocolos e padrões pautam-se práticas, códigos de ética, leis, regulamentos, todo o aparelho administrativo, repressivo e normativo que permeia todas as relações entre todas as pessoas, todos os cidadãos e suas instituições, inclusive as que, muitas vezes ingenuamente, se acreditam como contrapostas ao poder hegemônico.

Laqueur (2001) identifica estudos que se pautam por uma abordagem com foco na anatomia a fim de compreender os mecanismos de controle dos corpos na sociedade. Soares e Terra (2007) argumentam que essa concepção busca firmar-se como um “olho mágico” que permite o examinar, o perscrutar e o nomear, tornando visíveis os órgãos que estão por dentro da pele e investindo, assim, numa impressão de precisão, segurança e visibilidade. Desenvolve-se, nessa linha, uma geografia da carne, alimentando a suposta objetividade no modo de olhar quando está a medir o corpo, compará-lo com outro corpo e investindo em meios de exercício cotidiano de poder que levem ao seu controle, sua domesticação e sua docilização, enfim.

A ideia de medida dos corpos pode ser encontrada nos manuais de ginástica desde o século XIX e continua sendo adotada até os dias de hoje, estando em constante atualização científica e tecnológica. O receio da velhice, da obesidade, das rugas e da morte estão sempre lá para justificar seu emprego. Medos resultam em verdadeira obsessão pela saúde, pelo puro, liso, firme e jovem.

Medir torna-se de fato, a ação e a intenção primeira para domesticar o corpo e enquadrá-lo em supostas normalidades. Medir o peso, a força, a resistência, a velocidade, a flexibilidade, e, hoje mais intensivamente, medir os índices de massa corporal (imc): o quanto de massa magra (massa muscular), o quanto de gordura um corpo deve conter; medir, trazer à luz um dado matemático que permite conhecer um funcionamento, uma espessura da pele ou dos músculos, uma impulsão, um batimento cardíaco, um arremesso, um salto ou mesmo uma quantidade de ar que se é capaz de colocar para dentro ou para fora do corpo... a capacidade mesma de respirar. Medir ainda o quanto se deve comer de tal ou qual alimento, a quantidade de sal ou de açúcar, de álcool ou de leite que diferentes faixas etárias ou populações deve ou podem consumir. (SOARES, 2013, p. 76, grifo da autora)

Todos esses dados matemáticos referentes aos corpos passam a atuar de modo a permitir formas de gerenciamento das pessoas: “[...] gerir a população

não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente no nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe". (FOUCAULT, 2014, p. 428) Atualmente, podemos dizer que esse controle passou a ser feito de um modo mais tênue, mais sutil, passando da repressão para a estimulação, como o próprio autor demonstra na seguinte expressão: "Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeador!". (FOUCAULT, 2014, p. 236)

O controle dos corpos pela estimulação representa um tipo de exercício de poder quase imperceptível e invisível, levando-nos a crer que estamos em um processo de evolução no sentido da libertação dos modelos repressivos de punição e exclusão. Oliveira e Silva (2013) demonstram como esse controle-estimulação é exercido no nosso cotidiano: os padrões de beleza estimulados pelos corpos mecanizados, "siliconados" e padronizados por intermédio das cirurgias bariátricas e lipo aspirativas; os hospitais psiquiátricos, onde os corpos são submetidos ao disciplinamento por medicalizações; a televisão, em qualquer horário, e as inevitáveis notícias policiais, as informações sobre as condições das cadeias e reformatórios juvenis com os corpos amontoados, contidos, revoltados, agressivos e violentados; e as páginas esportivas, com corpos malhados, musculosos e "bombados", servindo de espelhos para as pessoas que buscam essa mesma aparência bela, magra e atlética transmitida diariamente por essas páginas, programas e publicidades.

A responsabilidade com o cuidado do corpo é colocada nas próprias pessoas, como uma administração individual que se torna instrumento de poder sobre o corpo, impondo hábitos e, ao mesmo tempo, investindo na normalização e na moralização das mais diversas formas de viver em sociedade.

O corpo é manipulado pelas agências de propaganda e *marketing* com o intuito de ser visto. Ele é sempre apresentado como um objeto de informação e não como sujeito. Desse modo a eficácia do poder é altíssima uma vez que ele estabelece um tipo de comunicação visando convencer a respeito de uma ideia sem para isso utilizar-se da força no sentido de obrigar a um determinado comportamento, ainda que seja o consumo de produtos, bens e serviços relativos ao cuidado com o corpo. (CARVALHO, 2001, p. 94, grifo da autora)

As tecnologias adotadas nesse processo de construção da identidade por meio do corpo buscam como resultados o auto disciplinamento e o investimento continuado do sujeito sobre si mesmo. À vista disso, são acionadas diversas tecnologias de governo – e de mercado – com um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável, utilizando múltiplas estratégias e táticas, ansiando por inscrever nos corpos, o gênero e a sexualidade considerados corretos, “legítimos”, e a fixação de identidade masculina ou feminina “normal” e inalterável. Meninas precisam usar rosa e outros apetrechos que as coloquem neste lugar feminino mostrado pelo corpo delgado e delicado. Nada de Laure usando roupas e tendo posturas de menino. Meninos precisam usar azul e ter corpo de lutador de boxe. Nada de balé para Billy ou de paixão por outro homem para Horácio.

A subjetividade humana que implica mergulho e reflexão, compreensão de desejos e sonhos reduz-se à intimidade narcísica de centímetros de bíceps, cinturas, coxas, nádegas, de pedaços do corpo que são transformados com astúcia e perseverança com o auxílio não apenas dos exercícios físicos mas, também, de todo um mercado que existe em função da norma a ser alcançada. São aminoácidos, vitaminas e alimentos dietéticos, cirurgias que acrescentam e/ou retiram coisas, para que o corpo atinja a forma ou, conforme Certeau, para que ele possa se adequar à norma. (SOARES, 2006, p. 120)

Percebe-se, então, o corpo não apenas constituído de carnes e entranhas, mas como um arquivo vivo, simultaneamente, material e imaterial. No corpo, a subjetividade se faz presente, posto que carrega a memória, a cultura e o psiquismo que participam da sua constituição e mostram que a anatomia também é histórica e dinâmica.

E, nesse dinamismo que envolve natureza e sociedade, esse ser humano que, como parte dos jogos de poder nos microcosmos culturais, é colocado na condição de desviante, de infrator, de anormal, esse ser humano existe e sempre se faz presente. No embate direto – tal como o pai tenta impedir Billy de viver o balé – ou de forma sutil – no apoio cúmplice da irmã a Laure/

Michel – ou na defesa clara – quando Carol se coloca ao lado do pai de Mano –, de um jeito ou de outro, os diferentes sempre voltam. Neste ou naquele corpo, eles retornam, manifestando tal ou qual identidade. Mesmo negados, ignorados ou reprimidos, esses diferentes permanecem, regressam, inevitavelmente. Essa condição insistente, perene implica no surgimento de conflitos, confrontos, hostilidades e até violências contra os que apoiam, aderem, pactuam, subscrevem ou são esse “outro” gênero, cor, nacionalidade, corpo divergente. (SILVA, 2014) Deparar-se com o “outro” cultural é sempre um problema porque isso faz com que a identidade “normal” e hegemônica seja colocada constantemente em perigo, tornando-se instável e ameaçada. Ainda assim, esse encontro com o “outro” é irremediável, por mais que se tente negá-lo, já que vivemos em um mundo heterogêneo. Forçosamente, em uma sociedade plural, atravessada pela diferença, a interação com o “outro”, com o estranho e com o dissonante, sempre acontecerá.

Importante destacar um outro aspecto do jogo de poder em que essas relações com o outro se inscrevem. De distintas formas, as instituições fazem uso desse “outro” – corpo que se tenta subjugado, dessa cor que se trata de escravizada, desse forasteiro que se pretende cativo – para sua própria afirmação. Precisam desse ser na condição de submetido para definição de sua própria identidade normalizada: firmam-se naquilo que a contraria e rejeita; sustentam-se na permanência do que é plural, estabelecendo-se em relações de poder com o diferente, do distinto, do desviante. Menos que uma dominação linear, um jogo dinâmico no qual permanências e mudanças revelam-se constantemente.

Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem. (LOURO, 2016, p. 17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Laure assume a identidade social de Michael, Billy resolve frequentar as aulas de balé em vez do boxe e Horácio decide separar-se da esposa e assumir

uma relação homoafetiva com Gustavo. Todos esses personagens, tal como na vida cotidiana, passam a ser considerados transgressores de fronteiras de gênero e infratores que devem sofrer penalidades.

Não há lugar para aqueles homens e mulheres que, de algum modo, perturbam a ordem ou dela escapam. Os custos cobrados desses sujeitos são altos. São-lhes impostos custos morais, políticos, materiais, sociais, econômicos, mesmo que, hoje, a desobediência a essa ordem e o desvio dela sejam mais visíveis e até mesmo mais *suportados* do que em outros momentos. (LOURO, 2016, p. 90-91, grifo da autora)

As cenas selecionadas apontam para várias situações nas quais predomina uma lógica que compreende o sexo como um “dado” de caráter imutável, a-histórico e binário. Evidenciam essas passagens que esse “dado” sexo determina o gênero, induzindo-o a uma única forma de desejo, não permitindo outras possibilidades senão seguir a ordem prevista. Colocando na mesa o contraditório, anunciam também que, mesmo sob vigilância constante pela sociedade, essa ordem, muitas vezes, é desobedecida e subvertida, como ocorreu nos trechos aqui selecionados.

Como não está garantida e resolvida de uma vez por todas, como não pode ser decidida e determinada num só golpe, a ordem precisará ser reiterada constantemente, com sutileza e com energia, de modo explícito ou dissimulado. Mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos. A imprevisibilidade é inerente ao percurso. Tal como numa viagem, pode ser instigante sair da rota fixada e experimentar as surpresas do incerto e do inesperado. Arriscar-se por caminhos não traçados. Viver perigosamente. Ainda que sejam tomadas todas as precauções, não há como impedir que alguns se atrevam a subverter as normas. Esses se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias

corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para ele e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões. (LOURO, 2016, p. 16)

As atitudes dos personagens que demonstram dificuldades em compreender as identidades que fogem dos “padrões” sociais poderiam ser consideradas como respostas à sociedade, como tentativas de ajustamento e de recondução à identidade normativa. Isso ocorre em razão de existir um dispositivo de sexualidade com técnicas que almejam uma sujeição dos corpos utilizando diversas formas de intervenção em relação aos fenômenos gerais da vida biológica, funcionando de modo que

[...] Os mecanismos do biopoder implicarão um modo próprio de agenciamento do espaço, uma forma precisa de normalização, assim como a singularização de um corpo específico que será objeto e sujeito das estratégias de poder. Na biopolítica, o agenciamento do espaço corresponderá ao problema da organização de um *meio* que permita a circulação das coisas e das pessoas. A normalização, por sua vez, irá se referir aos mecanismos de regulação que atuam sobre os processos gerais da vida. E o corpo a ser singularizado como objeto e sujeito dos mecanismos de poder é o corpo coletivo das populações. (FONSECA, 2011, p. 242, grifo do autor)

Silva (2011) faz um alerta de que essa regulação e governo não estão necessariamente centradas em qualquer instituição específica, como o Estado, visto que a sociedade contemporânea tem como característica o seu caráter difuso desses mecanismos de regulação e controle que estão espalhados em uma variedade de instituições e dispositivos da vida cotidiana, fazendo com que as pessoas sofram uma pressão social para que cada um se encaixe a uma identidade determinada. Com base em Louro (2010c), entendemos que essa socialização se dá no corpo por diversos processos, como cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas e adornos pelos quais são treinados os sentidos para perceber e codificar essas marcas, fazendo com que seja aprendido a

classificar os sujeitos pelas formas em que se apresentam corporalmente seus comportamentos e gestos expressados no cotidiano.

Esse processo de socialização se inicia antes do nascimento de uma criança ou até mesmo durante a gestação, quando se é determinado o sexo do bebê se torna mais do que a descrição de um novo sujeito, essa descrição passa a ser compreendida como uma decisão e uma definição sobre um corpo.

A declaração 'É uma menina!' ou 'É um menino!' – ou seja, a nomeação de um corpo recém-nascido ou prestes a nascer – pode ser entendida como desencadeadora de uma espécie de viagem que se desenvolve ao longo de toda a existência do sujeito. Supostamente, essa viagem deve seguir um rumo predeterminado, e, para garantir que isso aconteça, a sociedade dispõe de um conjunto de normas regulatórias que são reiteradas e mantidas por inúmeras instâncias, por meio de uma multiplicidade de discursos, práticas e estratégias. (LOURO, 2017, p. 75)

Não cumprir esse rumo predeterminado da sua viagem enquanto sujeito, seguindo rigidamente uma rota, precisa e coerente entre sexo-gênero-sexualidade, o viajante ou a viajante pode se tornar um atravessador ou atravessadora de fronteira. Esse desvio, em conformidade com a autora, é extremamente vigiado em nossas culturas. Talvez, por isso que muitas famílias têm tanto medo e dificuldade de aceitação do filho ou da filha desviar de sua rota determinada do sexo atribuído ao nascimento, visto que todas as pessoas são instadas a permanecer no território de gênero para o qual foram designadas ao nascimento. Como consequências para quem tem a ousadia de atravessar essas fronteiras são:

[...] A punição, o isolamento ou, eventualmente, a reeducação com vistas ao retorno do bom caminho. Invocando os recursos mais diversos, da psicologia, da religião, da medicina, é possível que alguém tente empreender um processo de recondução dessa desviante. E quem se encarregue de trazer de volta o

forasteiro, costuma, muito frequentemente, demonstrar indulgência e tolerância, evidenciando com orgulho, sua posição altaneira e superior. (LOURO, 2017, p. 79)

Para Bourdieu (2010), a reprodução desse ideal identitário é influenciado por três instâncias principais que são a Família, a Igreja e a Escola. A família é a instância principal em relação à reprodução da dominação e da visão masculinas, dado que “é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (BOURDIEU, 2010, p. 103). Em vista disso, as famílias reproduzem um modelo de sexualidade influenciado pela sociedade de modo que a

[...] Sexualidade é generalizada e naturalizada e funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como *natural* e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento. (LOURO, 2010c, p. 17, grifo da autora)

Louro (2010b) diz que todos nós somos sempre sujeitos em construção, isso porque a produção das identidades sexuais e de gênero ocorre ao longo de toda a existência e não tem nada de harmonia e estabilidade. Para a autora, o que caracteriza a construção das identidades são as marcações de imprevisibilidade e provisoriedade, não havendo garantia alguma de ser estável ou coerente. Ratificando esse posicionamento, Hall (2014, p. 108) afirma que

[...] As identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas

e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Assim como foi mostrado nas cenas selecionadas, o fato de alguém assumir uma identidade que foge daquela que a sociedade entende como a “padrão”, essa pessoa se torna um forasteiro, como dito, um atravessador de fronteira, já que somos todos conduzidos a permanecer no território de gênero para o qual fomos designados ao nascimento. Esse processo

[...] É posto em ação para nos tornar, todos, compulsoriamente, heterossexuais. As normas regulatórias de gênero e de sexualidade são, como todas as normas, anônimas e onipresentes. É praticamente impossível identificar quem as enuncia: elas simplesmente acontecem, se espalham por toda a parte e costumam penetrar em todos, insidiosamente. (LOURO, 2010b, p. 206)

Dessa forma, essa classificação é central na vida social e pode ser entendida como uma ação de significação na qual o mundo social é dividido e ordenado em grupos e classes. São sempre feitas pelo ponto de vista da identidade, dado que essas divisões do mundo social não ocorrem de forma simétrica, já que dividir e classificar significa também hierarquizar. Quem detém o privilégio de classificar, também detém o privilégio de poder atribuir valores distintos aos grupos sociais que foram classificados.

Para finalizar este capítulo que buscou problematizar sobre os processos de construção e controle das identidades sociais com base no uso do cinema e, mais especificamente, em cenas de comensalidade, queremos ressaltar a importância do cinema para suscitar debates, levantar questões, analisar situações e propor uma reflexão sobre os temas como corpo, identidade e gênero. As cenas, os personagens, os roteiros e as tramas são exemplos das representações do “Eu” na vida cotidiana, apontado por Goffman (2011b), e

retratam situações comuns, corriqueiras, muitas vezes, naturalizadas na vida em sociedade que podem ser potencializadas à mesa.

Afinal, somos todos personagens e vivenciamos os nossos papéis nessa trama, com toda a carga de drama, comédia ou tragédia que as nossas escolhas podem trazer. Os filmes imitam a vida em sociedade, esta que também se faz em natureza e arte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de. Cinema e Educação: fundamentos e perspectivas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, e153836, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e153836.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2016.

AS MELHORES COISAS DO MUNDO. Direção: Laís Bodanzky. Produção: Greg Brenman. Roteiro: Gilberto Dimnestein, Heloísa Prieto, Luiz Bolognesi. Fotografia: Mauro Pinheiro Jr. Música: Eduardo Bid. Brasil: Buriti Filmes, Casa Redonda, Gullane Filmes, Warner Bros, 2009. 1 bobina cinematográfica (107MIN), Color. son., color., 35mm. Disponível em: Disponível em: <https://www.cineclick.com.br/as-melhores-coisas-do-mundo>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO *et al. Teoria da cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BILLY ELLIOT. Direção: Stephen Daldry. Produção: Greg Brenman. Roteiro: Lee Hall. Fotografia: Brian Tufano. Música: Stephen Warbeck. Reino Unido: BBC Films; StudioCanal; Working Title Films, 2000. 1 bobina cinematográfica (110MIN), Color. son., color., 35mm. Disponível em: <https://www.cineclick.com.br/billy-elliott>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BOFF, L. *Comensalidade: refazer a humanidade*. [S. l.], 2008. Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/vista/2008/abril18.htm>. Acesso em: 7 ago. 2017.

BOURDIEU, P. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 9. ed. Tradução de Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. *O senso prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- CARVALHO, Y. M. Educação física e filosofia. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (org.). *Educação física e ciências humanas*. Campinas: HUCITEC, 2001. p. 89-101.
- CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M.; FRAGA, A. B. Educação física + humanas + saúde. In: STIGGER, Marco Paulo. (org.). *Educação física + humanas*. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 129-154.
- CASTRO, J. N. de.; VARGAS, E. P. Corpos generificados à mesa e na escola em cenas do filme Tomboy: entre desejos e prescrições. In: FERREIRA, F. R. et al. (org.). *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV, 2016. p. 169-185.
- CASTRO, J. N. de; VARGAS, E. P.; FERREIRA, F. R. Comensalidade e identidade social: a construção social da masculinidade no filme Billy Elliot. In: VARGAS, E. P et al. (org.). *Cinema e comensalidade 2*. Curitiba: CRV, 2017. p. 73-94.
- CASTRO, J. N. de et al. As melhores coisas do mundo: identidade, diferença e normalização dos corpos em torno da mesa e na escola. In: VARGAS, Eliane Portes et al. (org.). *Cinema e comensalidade 3*. Curitiba: CRV, 2019. p. 53-78.
- DAOLIO, J. *Da cultura do corpo*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- FABRIS, E. H. Cinema e educação: um caminho metodológico. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6690/4003>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- FERREIRA, F. R. et al. Verdades e mentiras à mesa: a comensalidade na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. In: FERREIRA, F. R. et al. (org.). *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV, 2016. p. 301-320.
- FISCHER, R. M. B. Cinema e juventude: uma discussão sobre ética das imagens. *Educação*, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 42-51, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/15008/10924>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FONSECA, M. A. da. Entre a vida governada e o governo de si. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. (org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 241-251.

- GOFFMAN, E. *Ritual de Interação*: ensaios sobre o comportamento face a face. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- GOFFMAN, E. *A representação do EU na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.
- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- LIMA, R de S.; NETO, J. A. F.; FARIAS, R. de C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. *Demetra*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/16072/13748>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.
- LOURO, G. L. Viajantes pós-modernos II. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral. (org.). *Para além da identidade*: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b. p. 203-213.
- LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado* – Pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010c. p. 7-34.
- LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (org.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed.; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LOURO, G. L. *Flor de açafreão*. Takes, cuts, close-ups. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MARCELLO, F. de A.; FISCHER, R. M. B. Tópicos para pensar a pesquisa em cinema e educação. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 505-519, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16944/12912>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- MERLEAU-PONTY, M. *La phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução: Eloá Jacobina. 16. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- OLIVEIRA, W. F. de; SILVA, T. J. O poder, a ética e a estética: contextualizando o corpo e a intersubjetividade na sociedade contemporânea. In: PASSOS, Izabel C. Friche. (org.). *Poder, normalização e violência*. Incursões foucaultianas para a atualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 119-126.
- PIRES, M da C. F.; SILVA, S. L. P. da. O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 607-616, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a15.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017.
- RODRIGUES, H. de A. F. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. *SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais*, Vitória n. 12, v. 1, p. 85-100, dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/5853/4302>. Acesso em: 12 mar. 2016.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. 7. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- SANT'ANNA, D. B. de. É possível realizar uma História do corpo? In: Soares, C. L. (org.). *Corpo e história*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 3-23.
- SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SILVA, T. T. da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, T. T. da. (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 249-260.
- SILVA, T. T. da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, T. T. (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 185-202.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SIMMEL, G. Sociologia da refeição. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 159-166, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2218/1357>. Acesso em: 18 out. 2017.

SOARES, C. L.; FRAGA, A. B. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. *Pro-Posição*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 77-90, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643887/11357>. Acesso em: 17 set. 2014.

SOARES, C. L.; TERRA, V. Lições de anatomia: geografias do olhar. In: SOARES, C. (org.). *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 101-116.

SOARES, C. L. Imagens da retidão: a ginástica e a educação do corpo. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 53-76.

SOARES, C. L. Corpo, conhecimento e educação - notas esparsas. In: SOARES, C. L. (org.). *Corpo e história*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 109-130.

SOARES, C. L. Pedagogias do corpo. Higiene, ginásticas, esporte. In: RAGO, M.; VEIGANETO, A. (org.). *Figuras de Foucault*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 75-85.

TOMBOY. Direção: Céline Sciamma. Produção: Bénédicte Couvreur. Roteiro: Céline Sciamma. Fotografia: Crystel Fournier. Música: Jean-Baptiste de Laubier. França: Arte / Cofinova 6, Arte France, arte France Cinéma, Canal+, Centre National de la Cinématographie (CNC), Films Distribution, Hold Up Films, Lilies Films, Région Ile-de-France, 2011. 1 bobina cinematográfica (82MIN), Color. son., color., 35mm. Disponível em: <https://www.cineclick.com.br/tomboy>. Acesso em: 16 fev. 2019.

FICHAS TÉCNICAS DOS FILMES

Filme: **Tomboy**

Direção: Céline Sciamma

Elenco: Zoé Héran (Laure / Michael), Malonn Lévana (Jeanne), Jeanne Disson (Lisa), Sophie Cattani (A mãe), Mathieu Demy (O pai)

Roteiro: Céline Sciamma

Produção: Bénédicte Couvreur

Diretora de fotografia: Crystel Fournier

Montador: Julien Lachery

Cenografista: Thomas Grézaud

Autor da mixagem de som: Daniel Sobrino

Distribuição internacional / Exportação: Film Distribution

Produção: Hold Up Films

Canal televisão: Canal +

Canal televisão: Arte France

Co-produção: Arte France Cinéma

Co-produção: Lilies Films

Pós-produção: Digimage Cinéma

Distribuidor brasileiro (Lançamento): Pandora Filmes

Estreia mundial: 20 de abril de 2011

País de origem: França

Filme: Billy Elliot

Direção: Stephen Daldry

Elenco: Jamie Bell (Billy), Julie Walters (Wilkinson), Gary Lewis (O pai), Jamie Draven (Tony).

Roteiro: Lee Hall

Compositor: Stephen Warbeck

Intérprete de músicas adicionais: Jamie Bell

Produtor: Greg Brenman

Produtora de set: Tessa Ross

Produtor de set: David M. Thompson

Diretora de elenco: Jina Jay

Produção: BBC Films

Produção: StudioCanal

Produção: Working Title Films

Estreia mundial: 28 de setembro de 2014

Países de origem: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Filme: As melhores coisas do mundo

Direção: Laís Bodanzky

Roteiro: Luiz Bolognesi

Produtores: Caio Gullane, Fabiano Gullane e José Carlos Oliveira

Elenco: Caio Blat (*Prof. Artur*), Carlos Mandel (*Lucas*), Denise Fraga (*Camila*), Fiuk (*Pedro*), Francisco Miguez (*Hermano 'Mano'*), Gabriela Rocha (*Carol*), Gabriel Illanes (*Deco*), Gustavo Machado (*Gustavo*), Lilian Blanc (*Diretora da Escola*), Maria Eugênia Cortez (*Bruna*), Paula Pretta (*Massagista*), Paulo Vilhena (*Marcelo*), Renata Bastos (*Travesti no Ônibus*), Sophia Gryscek (*Veléria*) e Zé Carlos Machado (*Horácio*)

Estreia mundial: 8 de abril de 2010

País de origem: Brasil

UM CORPO JOVEM E OS BENS NECESSÁRIOS PARA SE TORNAR ADULTO¹

Juliana Milczanowski Fernandes
Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho
Daniela Menezes Neiva Barcellos
Fabiana Bom Kraemer

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar é um fenômeno amplamente estudado no campo da Alimentação e Nutrição, trazendo importante contribuição na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. (Cavalcante, 2004) Nesse âmbito, o termo muitas vezes é relacionado à ingestão alimentar de macro e micronutrientes, como já apontaram Bosi e demais autores (2011) e Klotz-Silva, Prado e Seixas (2017). No presente capítulo, partimos de um ponto de vista socioantropológico

1 Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como dissertação de mestrado acadêmico defendida em 2018. O presente capítulo foi realizado com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

para pensar o consumo alimentar como um fenômeno multifacetado, no qual aquilo que se come, ou que se diz que se come, é parte de um exercício classificatório que atribui sentido e reconhecimento.

Os significados culturais dos bens de consumo se reconstróem a todo o momento; não são fixos. Fluem espontaneamente entre os diversos discursos no mundo social, facilitados por esforços coletivos e individuais de publicitários e consumidores. Para viver em sociedade, partilhamos de uma série de códigos comunicativos, verbais e não verbais, em que comungamos categorias do julgamento (certo/errado), bem como, estabelecemos consensos sobre padrões de conduta transmitidos pelas instituições que facilitam a integração em um universo de símbolos. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006; DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013; SAHLINS, 2003)

O que comemos envolve a construção de necessidades produzidas de acordo com o contexto social e histórico e até mesmo a necessidade de comer está submersa na cultura.

Pudemos ver que nada em sua capacidade de satisfazer necessidades materiais (biológicas) explica porque não comemos cães e, no entanto, a carne do traseiro do novilho é insuperavelmente própria à satisfação das necessidades do comer. [...] as forças materiais na produção não possuem uma ordem cultural [natural ou essencial], mas meramente um conjunto de possibilidades e limitações físicas seletivamente organizadas pelo sistema cultural e integradas, no que toca aos seus efeitos pela mesma lógica que lhes causa. (SAHLINS, 2003, p. 206)

O universo de símbolos nos “ensina” os significados das coisas sem termos sempre consciência ou domínio sobre isso. De acordo com Baccega (2010), podemos identificar três instituições socializadoras que atuam na construção social dos indivíduos: a família, a escola e a mídia. Consideramos, aqui, a mídia como os meios de comunicação massivos dedicados, em geral, ao entretenimento, lazer e informação. Podemos observar como as formas de se alimentar são regidas por essas agências durante toda nossa vida. Maneiras e costumes de se alimentar, qual alimento comer, a que horas comer, o que

falar enquanto come, locais para comer, tabus sobre a alimentação, rituais que envolvem alimentos, entre outros, constituem a forma de se alimentar dentro de uma sociedade, que podem se alterar de uma sociedade para outra ou ainda dentro da mesma sociedade de acordo com o contexto social.

Através dessas agências circula uma série de saberes, julgamentos e aceitações sobre a alimentação. Elas “ditam/refletem” os modos do comer, atribuindo, assim, sentidos e significados aos alimentos e, desse modo, interferindo em nossas escolhas alimentares. O espaço escolar opera como ambiente de socialização de jovens, que compartilham significados e, nesse sentido, foi o espaço que deu contorno ao universo de significação do estudo. O agir comunicativo no espaço é capaz de produzir um “aprendizado” resultado de uma espécie de consenso social, de apoio a tendências de consumo coletivo. Os significados não estão presos nas palavras, mas no seu uso comunicativo. As palavras habitam no contexto social impregnadas de pretensões e expectativas, “[...] a linguagem impregna a estrutura dos interlocutores, nos termos de suas expectativas, que precisam identificar e partilhar; assim desenvolvem-se intersubjetividades sustentadas no reconhecimento mútuo.” (MAAR, 2014, p. 17)

Atentando para os múltiplos significados que assentam a alimentação e considerando o consumo como um processo participativo de relações e práticas sociais, partiremos do pressuposto de que investigar o significado do fenômeno, segundo Rocha (2006, p. 15), é abrir uma “janela com vista panorâmica” para as dimensões essenciais do imaginário da cultura contemporânea. O estudo de suas representações e práticas amplia o olhar sobre o que está em jogo na ordem cultural e é sistematicamente atualizado nas escolhas alimentares dos jovens do ambiente estudado. Assim, esse estudo buscou compreender códigos comunicativos entre os alunos, partindo de uma tendência à alimentação saudável como referência cultural de escolhas alimentares na transição dos corpos para a maturidade.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Uma problemática teórica articula um espaço de visibilidade onde se encontra o problema para o qual se busca uma resposta, ou seja, o objetivo de pesquisa. Neste estudo, é fundamental compreender os sentidos do amadurecimento no processo espontâneo de transição dos jovens que vão se

tornando adultos no ambiente escolar. Assim, para que os conceitos sejam operantes de questões teóricas, sobre um modo como se entende a cultura e as relações sociais que organizam escolhas alimentares, há que se delimitar o contexto social a partir do qual serão analisados códigos comunicacionais. Neste caso, delimitar o universo de significação que deu contorno aos textos que serão analisados.

O cenário desta pesquisa considera o consumo alimentar no âmbito de um colégio público diferenciado², situado na cidade do Rio de Janeiro. Os jovens³ selecionados para o estudo são alunos do segundo segmento do ensino fundamental e permanecem grande parte do dia na escola. O colégio possui dois turnos escolares (manhã/tarde) e os alunos transitam entre os turnos com atividades extracurriculares – como participação em oficinas de teatro, de música e de artes visuais, além de participação em aulas de apoio e recuperações.

Essa escola é contemplada com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2015), política pública gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e que atende todos os alunos matriculados na educação básica. No local, podemos identificar dois espaços do comer, uma cantina pública, fomentada pelo programa, que distribui lanche aos alunos e funcionários nos dois turnos escolares, e uma cantina particular, que os comercializa.

Os lanches distribuídos apresentam certa padronização, são de fácil preparo e, normalmente, são compostos de um sanduíche ou biscoito, fruta e suco natural. A estrutura física de ambas cantinas não favorece o preparo de lanches mais elaborados. Os sanduíches e saladas de frutas, por exemplo, são preparados na cantina pública em uma pequena copa anexa ao local de distribuição. Na cantina privada podemos salientar, como característica

-
- 2 A escola possui algumas particularidades que a constitui como ambiente diferenciado para observação do consumo alimentar, como ser pertencente a uma universidade pública, considerada centro de referência em ensino e pesquisa do país e possuir localização privilegiada, em zona nobre da cidade. Além da presença de duas cantinas, uma pública, gerida pelo sistema de alimentação da universidade, e outra particular, que comercializa lanches nos intervalos das aulas.
 - 3 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) e da Faculdade de Medicina (FM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob o número de registro 79236717.2.0000.5257.

marcante do ambiente, a pouca variedade de itens expostos em suas vitrines ou ainda anunciados através de letreiros e outros meios de comunicação. Os dois espaços de alimentação ficam localizados no pátio principal do colégio, local de grande circulação de alunos.

Partimos de uma perspectiva social do consumo, apontando para seu papel na cultura contemporânea como estruturador de papéis e organizador da vida, um instrumento teórico que irá auxiliar na reflexão sobre as escolhas alimentares dos jovens desta pesquisa. Assim, nossos pressupostos teóricos fundamentam-se no estudo sobre consumo, de Mary Douglas e Baron Isherwood (2013), que concebem que os bens não são meras mensagens, mas constituem o próprio sistema de significação, são estruturantes e operam como um exercício classificatório. Dialogamos com outros autores em plano secundário nesta organização teórica.

O conceito de consumo, fenômeno fundamental da experiência contemporânea, abre espaço para trocas intelectuais capazes de compreender a geração de significados em determinada cultura, sendo ele um sistema simbólico que articula coisas e seres humanos e, como tal, uma forma privilegiada de ler o mundo que nos cerca. Através dele a cultura expressa princípios, estilos de vida, ideais, categorias, identidades sociais e projetos coletivos. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006; DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013; ROCHA, 1995)

Devido a sua complexidade, o fenômeno é alvo de estudos em diversas áreas do saber, como as áreas da Economia e Marketing, que dedicam muitas obras ao tema, em sua maioria, buscam entender as relações de consumo voltando o olhar para as propriedades físicas do bem, além de questões como oferta e demanda.

Tais pensamentos e teorias sugerem que o consumo seja algo externo ao sujeito, ou seja, um fenômeno que nos impulsiona a ações, levando a um afastamento e visão do ser fora do social. Douglas e Isherwood (2013) corroboram com este pensamento quando reafirmam a crítica sobre essa visão reduzida: "O consumidor, ademais, é visto quase como um sujeito isolado; suas decisões não sofrem influência do meio social, estando submetidas unicamente à disponibilidade e ao preço dos produtos". (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p. 56)

Uma abordagem econômica para a explicação deste fenômeno complexo é a "teoria higiênica" ou "materialista", que dividira as necessidades humanas em necessidades reais, àquelas que nos ligaria ao mundo animal, como, por

exemplo, necessidades biológicas básicas, como comer, beber, se abrigar, e àquelas relacionadas às necessidades supérfluas, ligadas ao consumo voltado aos bens e serviços ligados à arte ou espiritualidade, por exemplo.

O diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e a Economia proposto por Douglas e Isherwood nos convida a pensar o consumo como elemento com função ritual nas relações sociais, um fenômeno que marca posições e papéis nas relações entre as pessoas e bens de consumo, permeado por dimensões culturais e simbólicas, e constitui-se da diversidade de motivações e interesses que perpassam o ato de consumir.

Se comer, beber, abrigar são necessidades centrais humanas, sem as quais a vida não seria possível, elas não se realizam de forma genérica. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006) Ninguém come comida; come sushi, hambúrguer ou arroz com feijão. A atividade humana diante do consumo acontece frente aos códigos culturais e, neste ponto, reside o aspecto social do fenômeno. (BACCEGA, 2010)

Sob estas perspectivas, o consumo alimentar, por exemplo, não seria orientado unicamente por seu imperativo biológico, ou ainda por recentes indicações de alimentos nutritivos, mas também nos aspectos simbólicos que ele assume na cultura local. Nossas escolhas alimentares traduzem significados sociais, demonstrando algo sobre o indivíduo; seu grupo social, sua família, sua faixa etária, sua rede de relações de forma geral. Os bens de consumo, sob essa ótica, carregam consigo mensagens, eles são então capazes de comunicar algo que vai além de sua dimensão funcional, perpassa também sua dimensão expressiva, simbólica e cultural. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006)

Para interpretação do consumo pelo viés social, devemos destacar também a diversidade dos ambientes sociais em uma cultura e os amplos motivos que incluem os bens de consumo nas realizações dos objetivos dos sujeitos. O consumo dos bens e seus significados nos conectam não só a uma cultura, mas também aos seus extratos culturais, como por exemplo grupos sociais e etários. Desta forma, os bens e seus usos formam um sistema de classificação, em que, segundo Rocha (2005, p. 136), “o consumo por um bem classifica não só o bem, mas também aquele que o consome”.

Essa classificação e comunicação no uso de bens reside no compartilhamento de seus significados culturais. Douglas e Isherwood (2013, p. 103), sob essa ótica, definem os bens como:

[...] Comunicadores de valores sociais e categorias culturais, eles possuem significância que vai além de seu caráter utilitário e seu valor comercial, essa significância reside, em grande medida, na capacidade que possuem em carregar e comunicar significado cultural.

Entretanto, essa comunicação pelos bens não se dá pelo bem em si, mas numa relação cotidiana reflexiva no processo comunicacional em que os bens tanto o criam como são efeito dessa criação. Os bens são classificatórios, são como marcadores e o significado está na relação entre os bens e a sociedade. O consumo físico de um bem, ainda segundo Douglas e Isherwood (2013, p. 123),

[...] seria como a prova, assim como se prova uma comida, a fim de julgá-la, o julgamento será de se a experiência em jogo é viável. Mas a maior utilidade do consumo não seria esta prova, e sim o compartilhamento dos significados gerados a partir dela, que é obtido através das interações humanas.

Ou seja, a prova só fará sentido se puder ser compartilhada e, neste sentido, os bens e seus nomes fazem parte de um sistema de informação onde os indivíduos precisam estar presentes para pôr em circulação o juízo sobre a conformação das coisas. Logo, pensar os bens como meio de acesso aos sistemas de informações é pensar que tais sistemas possuem oportunidade de acesso restrito por forças econômicas e políticas e o consumo, aqui, pode ser visto como mecanismo de poder de inclusão e exclusão. A partir de nossas constantes práticas de consumo somos integrados em grupos específicos e ao mesmo tempo nos distanciamos de outros.

Os significados culturais dos bens, por sua vez, não são estáticos, eles se renovam em um universo de significação, atualizando também nossas experiências de consumo. Há conexões fortes entre os sentidos e os significados com a cultura local e a dinâmica de consumo. Conhecer o universo de significação do fenômeno passa então pelo exame profundo de sua relação com a cultura. E mais: significa pensá-lo em outros termos e, com olhar crítico, perceber que, através dele, tocamos uma chave essencial para conhecer a própria cultura contemporânea. (ROCHA, 2000)

No consumo alimentar temos um local privilegiado para observação do compartilhamento de significados no uso dos bens. Existe uma gramática e uma sintaxe quando se come. A língua é uma boa metáfora para se pensar a comida. Ela é boa para degustar o alimento e para significar o que consegue perceber dele. Quando falamos, não pensamos na sintaxe da língua, não temos consciência da estrutura que está por trás da nossa fala. As regras são internalizadas sem uma decisão racional ou intencional, simplesmente aprendemos a falar ouvindo os outros falarem. Existem regras que estão implícitas no ato de comer, que os comedores seguem sem ter consciência que estão seguindo. (FISCHLER, 2011)

Ainda que o consumo esteja atendendo a uma necessidade, ela também será reconfigurada, ressignificada culturalmente. O fenômeno, portanto, deve ser visto como processo do qual o sujeito participa, envolvendo-se ativamente no bem que adquire, por meio do qual ele busca estabelecer suas relações sociais, seu sentido de identidade sempre em construção. (BACCEGA, 2010) Essa identidade já não pode mais ser considerada como algo fixo, que enlaça o sujeito apenas à classe social e ao gênero, por exemplo. A identidade hoje é móvel, fluida, está em permanente construção (HALL, 2006) e o consumo tem papel estruturador dos diversos códigos de identidade, que se constitui como uma significação em torno do alimento, e assim produz efeitos nas escolhas alimentares antes mesmo de se colocar um alimento na boca.

Na etapa de coleta de dados e análise do material da investigação, a equipe de pesquisa, juntamente com o núcleo de Ciências Biológicas do colégio, passou a planejar aulas que ocorriam no período de contraturno e que trabalhavam de forma interdisciplinar conteúdos do campo da Alimentação e Nutrição e do campo das Ciências Biológicas. A participação ativa da equipe no campo de estudo foi parte fundamental para reconhecimento do local e seus agentes.

Em um segundo momento, selecionamos a técnica de Grupo Focal (GF) com instrumento auxiliar de coleta de dados para reunir informações detalhadas sobre o objeto de estudo a partir de um grupo de participantes selecionados. (LENY, 2009) Partimos do princípio de que uma técnica interativa favoreceria trocas e participações descontraídas dos participantes entre si e com o tema.

Estabeleceu-se que fosse feita reunião única do GF de jovens escolares composto por oito integrantes sorteados dentre os 21 dos 32 alunos da turma

do sétimo ano do ensino fundamental que se prontificaram a integrar o grupo. O grupo foi composto por três estudantes do sexo feminino e cinco do sexo masculino, entre 12 e 14 anos. Os sujeitos desta pesquisa foram identificados por nomes fictícios elencados pela pesquisadora. Os pseudônimos foram alocados aleatoriamente, sem que houvesse ligação direta sobre o autor da fala e a identificação utilizada na pesquisa.

O GF foi conduzido por um moderador, um observador e um auxiliar de pesquisa, treinados na utilização da técnica de coleta de dados, sendo todas as atividades registradas em áudio com a autorização dos participantes mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O roteiro do GF abordava quatro fases: I. Identificação, II. Introdutória, III. Chave, IV. Resumo e fechamento, como descrito no quadro abaixo.

Quadro 1: Resumo de fases do GF

Seções	Fases	Aspectos abordados
Identificação	Identificação	Nome Idade Local de moradia
Distribuição de imagens	Introdutória	Imagens de alimentos cedidas aos participantes.
Comida e Felicidade	Chave	Que alimento te deixa feliz? Qual alimento você inventaria?
Comportamento e Mídia	Chave	Locais, veículos e informações acessados pelos jovens.
Imagem e Dieta	Chave	Aspectos imagéticos e preocupação com o corpo.
Fechamento	Resumo e Fechamento	Sintetizado principais pontos abordados, abertura para colocações finais dos participantes.

Fonte: elaborado pelos autores, 2017.

Para estimular o início das discussões do GF, foram utilizadas imagens de alimentos e preparações selecionadas de um perfil público de arte, “TaxCollection” da Rede Social Online (RSO) Instagram. O uso de cartazes, fotografias, histórias e filmes como “quebra-gelos” são habitualmente utilizados em GF como artifícios de encorajamento para as primeiras falas. (CARLINI-COTRIM, 1996) As imagens eleitas possuíam como característica comum a presença de um alimento ou preparação alimentar em formato diferente do

encontrado no cotidiano atual. Como exemplo, “picolé de sushi”, “banana com glitter” e “limões azuis”.

A observação direta participante foi importante instrumento auxiliar para a coleta de dados nesta pesquisa, o que possibilitou o contato estreito entre observador e fenômeno observado. (LUDKE; ANDRÉ, 1986)

O método de análise escolhido foi o de Análise de Conteúdo (AC) como modalidade temática desenvolvido por Bardin (2016). A intenção deste tipo de análise é efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens, tomando em consideração o emissor, o contexto e, eventualmente, os efeitos dessas mensagens. (BARDIN, 2016) A análise da inter-relação entre as estruturas narrativas do texto e a produção de sentidos e significados, aqui, busca compreender os aspectos simbólicos do consumo alimentar em um grupo específico.

Percorremos as três fases citadas por Bardin (2016) para legitimação científica do método: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; e interpretações. Durante as estratificações das categorias, foi percebido que essas possuíam pontos de convergência, devido à apresentação de conteúdos que promovem a junção de sentidos e significados. Neste sentido, considerando que os critérios de classificação dependem do momento das escolhas e daquilo que se busca encontrar, privilegiamos a discussão da categoria “Corpo e Saúde”, pois se mostrou relevante para os alunos, que suscitou debate e reconhecimento como uma tendência de consumo.

CORPO E SAÚDE

Analisar o consumo alimentar a partir dos dados obtidos no GF é compreender que o conteúdo a ser analisado é parte do discurso humano que, na perspectiva de Bardin (2016), é visto como um processo que sofre interferências do fluxo de informações e do “outro”. Guiados por essa premissa, visamos contextualizar os dados obtidos. As falas dos jovens representavam essa contaminação e mediação pelo outro, temas lançados eram alvos de debates calorosos e, logo a seguir, tinha-se a retomada de um ponto abordado ou ainda a migração para novo alvo de discussão.

Assim, a análise compreensiva da fala dos sujeitos permitiu identificar duas temáticas: Estética e Cuidados com a alimentação. Discursos eleitos

para grupo “Estética” priorizavam valores ligados a uma imagem corporal, uma valorização do padrão do corpo magro e musculoso, associado à dieta e estilos alimentares. As narrativas elencadas para a temática “Cuidados com a alimentação” possuíam como característica a preocupação com o estado ou manutenção de saúde, e que envolviam regras atreladas à alimentação.

Faremos, assim, uma abordagem contextualizando a fase de vida dos jovens da pesquisa para uma compreensão mais adensada das narrativas realçadas nesse estudo.

A juventude é considerada por alguns autores como fase de transição entre a infância e idade adulta e traz consigo uma série de mudanças que a caracteriza. O aumento da expressão hormonal é gatilho para transformações corpóreas do período, como crescimento de mamas, pelos e órgãos genitais. Ademais a esse turbilhão hormonal, o momento demarca para muitos uma etapa de maior descolamento do núcleo familiar, é nessa fase que o jovem arrisca mais em suas relações sociais e se aproxima de certos conflitos, como, por exemplo, a escolha de sua carreira profissional e seu posicionamento sobre sexualidade. Nessa fase, o jovem também assume novas atitudes frente ao seu corpo, que, por sua vez, revela novas formas de estar no mundo. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; MATURANA, 2010)

A socialização neste período é um fenômeno marcado por papéis novos para esses adolescentes, posições diante dos outros que são evidenciadas pelos tipos de consumo. Cada detalhe pode assumir grande importância, seja um cabelo na testa, uma calça rasgada ou um copo de açaí, todos fazem parte de uma imagem social.

Lidar com a nova imagem e com as transformações que ocorrem rápida e desordenadamente na juventude significa entender o ganho de peso e altura, a redistribuição da massa corporal, o início do funcionamento do sistema reprodutor e a alteração do sistema endócrino, entre outras mudanças físicas importantes. Nos grupos, os jovens vão se desligando de aspectos infantis, que se tornam motivo de brincadeiras, e vão assumindo suas alternativas alimentares.

Os significados do novo comportamento jovial são compartilhados na escola como uma etapa para tornarem-se adultos. Decisões ainda não experimentadas são postas à prova, na prática, e moduladas com o grupo. A preocupação em controlar os significados expressos a partir do uso de roupas,

acessórios, maquiagens, cortes e estilos de cabelo é despertada nesta fase da vida. Esses novos comportamentos frente à imagem corporal estão atrelados aos novos rituais de consumo. (DESJEUX, 2011)

A flexibilidade do colégio quanto ao uso de uniforme escolar permitiu que nos deparássemos com alternativas dessas expressões desses corpos. Durante os intervalos, observamos que os jovens escolares buscavam pares e colegas de grupo que expressavam afinidade com a mesma estética corporal para o convívio social. O uso de cabelos tingidos com cores fortes, bonés com abas apontando para diversas direções, meias, cadarços e unhas coloridas, calças com barras dobradas e camisas do uniforme cortadas/customizadas são exemplos das expressões desses jovens que circulavam dentro do espaço.

O corpo e tudo o que ele porta é parte da expressão e da leitura. Mais do que o bem em si, o modo de usá-lo, de consumi-lo, é um modo de atribuir distinção. Os estilos adotados pelos jovens realizam um sistema de classificação de diferenças e semelhanças, traduzindo a ideia de identidades e relações que se aproximam e distanciam em um sistema de consumo. (ROCHA, 2009)

Um fato que ilustra essa organização dos grupos de alunos em torno de similaridades de postura e que pode ser explorado aqui foi a atitude de alunas mediante a ação de plantio de árvores frutíferas. A atividade ocorreu no período extraclasse das turmas mais avançadas e não contou com ampla divulgação. Os alunos que passavam pelo local e mostraram interesse eram convidados a participar. Um trio de meninas logo se manifestou, proativas para contribuir e participar da ação, começaram a nos ajudar carregando sacos de terra e buscando pás de jardinagem no clube de ciências. No momento do plantio retiraram seus sapatos, dobraram as barras de suas calças largas de pano e colocaram as mãos na terra, plantando cada muda encontrada ali. Com o decorrer da atividade mais dois grupos se aproximaram demonstrando curiosidade e foram logo incluídos na prática. No fim, foi servido um lanche elaborado pelas copeiras da cantina pública: bolo de casca de banana e limonada verde com couve. A reação do trio frente ao lanche ocorreu de forma curiosa, com grande interesse nas preparações, pediram e trocaram receitas, experimentaram e alegaram consumir “sucos verdes” diariamente, reproduzindo um gosto por um tipo de comida em voga, o suco verde. Em contrapartida, os dois outros grupos revelaram resistência em experimentar o lanche, alguns alunos o recusaram, silenciosamente, escolhendo não somente

não participar, mas também não debater o consumo de folhas misturadas no suco. Uma postura tímida e sem margem para o diálogo.

A atitude do trio das alunas no encerramento vinha ao encontro ao estilo natural assumido por essas jovens, onde o consumo do lanche as legitimava em certo grupo, que se manifestava em prol de temas como a sustentabilidade e consumo de frutas e verduras, ambos consumidos com distinção social na escola. Na adoção do estilo alimentar, no que aponta Barbosa e Campbell (2006, p. 23), as estudantes poderiam “estar tanto ‘consumindo’, no sentido de uma experiência, quanto ‘construindo’, por meio de produtos, uma determinada identidade”.

Esse processo de formação de identidade no jovem é marcado por uma preocupação maior em controlar as mensagens emitidas a partir de seus corpos. É também através do corpo e o que ele consome que o jovem expressa a chegada neste novo ciclo de vida. Os bens de consumo, neste momento, segundo explicam Mary Douglas e Baron Isherwood (2013), são usados para marcar intervalos e a articulação em seus usos surge da necessidade de se estabelecer a diferenciação do ciclo de vida. São sutilezas identificadas no cotidiano, que nem sempre compreendemos, mas que estão presentes demarcando um período de tempo. Tomamos como exemplo a vibração de uma novidade que é disseminada, usualmente, com agilidade, não necessariamente por uma questão de pressa, mas como um novo estilo de comunicação que faz com que as pessoas se incluam nos grupos.

Durante a aplicação do GF foi possível notar essa preocupação do jovem com as reformulações de sua imagem corporal. Ser gordo ou ser magro pode assumir versões diferentes, mas, certamente, todas tendem a se apresentar com uma intensidade juvenil, característica dessa etapa da vida, em que há grandes transformações nos corpos, os sentimentos são redimensionados e, às vezes, a importância que se dá a um corpo fora de um padrão idealizado desencadeia sofrimento e exclusão social.

Além da utilização de roupas e acessórios que demarcam essa nova fase, temas relacionados às novas atitudes adotadas frente ao consumo alimentar foram citados. Em uma passagem, quando os alunos abordavam questões referentes à imagem corporal, destacamos o discurso do estudante Leonardo, de 14 anos: *“Eu sou maluco por dieta, quero muito emagrecer. Mas tem uns alimentos que ainda não consigo largar [...] Temos que largar essas coisas, agora é*

só frango com batata doce". Alexandre, de 13 anos, complementou: "... *Eu quero ficar magro*". As falas dos agentes explicitam o desejo em adotar novos estilos alimentares com a finalidade de alcançar uma aparência desejada. Para isso, citaram um leque de restrições e permissões que envolvem a alimentação, mesmo apontando certa dificuldade em assumir novo hábito alimentar em busca do "corpo ideal".

Notamos que os discursos seguiam certa conformidade sobre os hábitos alimentares que deveriam ser adotados, de acordo com regras e dietas. Os jovens tendiam a estratificar os alimentos em dois grupos específicos, sendo eles, os bons para comer e os bons para o corpo. Ambos carregam consigo qualidades, os bons para comer são aqueles que geram prazer por serem saborosos, contudo, não auxiliam na obtenção do corpo magro e definido. A integrante Ana Clara, de 12 anos, em momento específico do GF, cita: "... *o barco de açaí ... que delícia, estou engordando só de falar*". A fala revela o quão prazeroso para ela é comer chocolate e açaí, embora esteja implícito que esses alimentos possuem certa restrição, por estarem ligados a um corpo gordo, logo, segundo ela, devemos ter cautela até mesmo em mencioná-los. Já o outro grupo de alimentos, que também eram mencionados em certas passagens como alimentos *fitness*, marcam a busca por um estilo de corpo que segue uma tendência contemporânea de se alimentar tanto pelo aspecto saudável e nutritivo, como pelo aspecto saudável e belo, e por essa razão estavam permitidos como um consumo associado ao padrão ideal de corpo.

Os jovens utilizaram dessa estratificação em dois pólos para também classificarem os espaços do comer no colégio. Na tentativa de explicar as diferenças entre as cantinas, pública e privada, o aluno Carlos, de 12 anos, revelou: "*A diferença é que uma é mais fitness e a outra é mais gostosa*". O compartilhamento dos significados dos alimentos entre esses jovens leva-nos a separar, em um primeiro momento, o consumo alimentar em duas premissas, a primeira parte do princípio de um consumo por prazer para alcançar o corpo desejado, e a segunda do consumo alimentar como prazer baseado no sabor dos alimentos.

O termo *fitness* também foi empregado como um adjetivo do corpo, que o remetia a um físico atlético, forte e magro. As passagens seguintes demarcam a utilização do termo como característica de estrutura corporal. Segundo Antônio, 14 anos, "*Eu quero ficar fitness... Eu não quero ser 'bombado', é diferente,*

eu quero ser magro". Para Leonardo, 14 anos, *"ser fitness é ter corpo definido, tanquinho definido, poder tirar a camisa na praia sem vergonha, eu não posso, sou gordo"*. Nesse ponto, cabe destacar que não foi realizada avaliação antropométrica durante o estudo, considerando que não era objetivo do mesmo, contudo, vale registrar que os jovens participantes do GF não eram obesos.

A abordagem do tema corpo despertou diferentes atitudes durante o GF. Nos meninos, foi observada certa cumplicidade, eles buscavam nos pares a legitimação de atitudes a serem tomadas, neste momento visando um corpo mais musculoso. Leonardo, 14 anos, declarou: *"Sou doido pra fazer dieta, eu e o Alexandre pedimos uma dieta, eu quero ficar com tanquinho, ficar bolado"*.

Para eles, o consumo por alimentos ditos *fitness* acarretava um ganho de massa muscular e conseqüente afirmação de sua masculinidade, transformando o corpo em algo desejado e valorizado que atrai olhares femininos, como revelou Carlos, de 12 anos: *"Algumas garotas se atraem por isso (corpo atlético)."*

O corpo é então diretamente associado à tendência massificada do consumo de alimentos significados como saudáveis. Quanto mais ancorar uma aparência atlética e de boa forma, mais alta será a distinção deste corpo, o que desperta nesses jovens a adoção de novos hábitos alimentares em prol de uma imagem desejada a fim de se empoderar dentro de seu grupo. A adesão às dietas ou a escolha de seus lanches articulam-se aos efeitos que esse consumo alimentar pode ter no corpo.

Entre as meninas, podemos observar a adoção de comportamentos diferentes. Uma integrante se manteve mais contida, o que pode caracterizar um possível desconforto na abordagem do tema. A participante Ana Clara (12 anos) que se destacou durante todo o encontro como figura de liderança e adorada por todos os outros participantes, ao tratar do assunto nos chamou atenção. Ao abordar sua imagem, a estudante mencionou: *"Eu não tenho problema, eu estou satisfeita com o meu corpo, mesmo tendo umas banhazinhas, uns pneuzinhos ali"*.

Tal discurso que, em um primeiro instante da análise poderia indicar um movimento contracorrente aos argumentos utilizados pelos meninos no culto ao corpo perfeito, quando avaliada sob o contexto da pesquisa e, imersa entre outras narrativas proferidas pela participante, nos leva a uma nova interpretação. O fato de ser estudante em um colégio que possui em seus muros dizeres que remetem ao movimento feminista com conteúdos sobre aceitação

do corpo da mulher, pode refletir na ambiguidade encontrada em suas falas. A participante em um momento menciona: “*Se eu pudesse comeria Nutella todos os dias, mas não dá né?*”. Nas sutilezas encontradas no trecho e no tom empregado, subentende-se que comer pasta de avelã com chocolate diariamente poderia levar a um acúmulo de gordura corporal, fato não desejado. Contudo, em um momento seguinte, a aluna diz não se incomodar com suas “*banhazinhas extras*”, sendo prontamente elogiada por outros integrantes do grupo. Essa contradição não impacta negativamente, ao contrário, vai ao encontro da representatividade dessa aluna do grupo: de uma menina querida por todos e segura de si.

Por fim, a posição da terceira integrante nos leva ao outro tema pertinente a esta categoria: saúde. Ao mencionar os cuidados com o corpo, a aluna demonstrou preocupação com o consumo alimentar no que tange à promoção de saúde, classificada nesta categoria como ausência de doenças. Tal abordagem nos revelou uma realidade particular vivenciada pela estudante Joana, 13 anos, que em certo momento da vida realizou tratamento para reversão de quadro de hipercolesterolemia.

Teve uma época que eu tive colesterol alto, um ano que eu tive que fazer dieta. Colesterol alto por causa do sangue, porque eu não como muito chocolate e essas coisas, foi por causa do sangue [...]. Tinha que levar frutas, e serviu para eu gostar desses alimentos agora [...] Eu faço reeducação alimentar, eu preparo o meu lanche, coloco fruta, só fruta, só fruta. A minha reeducação alimentar é tipo: eu como pelo menos três frutas ao dia, no meu prato tem que ter pelo menos oito cores, minha mãe calcula, me ajuda. Vamos na nutricionista, para ele me ajudar e tal, e é isso.

A abordagem pontual da adolescente sob este aspecto nos faz refletir sobre o grupo analisado no presente trabalho, jovens estudantes e saudáveis. O uso da alimentação saudável em seus lanches e consumida no estilo *fitness* ocorre sem preocupações com adoecimento e saúde. A sua adoção se mostra mais influenciada por questões referentes à aparência de um corpo

ideal. O fato, provavelmente, seria diferente se a abordagem ocorresse com jovens acometidos por enfermidades, por exemplo.

Contudo, ainda foi possível esbarrar em narrativas voltadas para o consumo de alimentos que, segundo Luiz, de 13 anos, *“fazem bem para o corpo”*. As falas voltadas para a atenção à escolha dos alimentos foram alocadas na temática *“cuidados com a alimentação”*, inserida nesta categoria. Os jovens tendiam a estabelecer regras sobre alimentos que deveriam ser ingeridos diariamente contra aqueles que deveriam ser evitados. Joana, 13 anos, afirmou levar frutas para o colégio. *“Eu geralmente trago fruta de lanche. Eu gosto muito de fruta, como às vezes umas dez frutas por dia.”* Júlia, de 12 anos, acrescentou: *“Eu também como todo dia, como duas bananas, várias uvas, morango, maçã”*.

Algumas dessas regras eram proliferadas nas falas com a mesma facilidade que as encontramos dispersas em diversos meios de nossa sociedade, advindas dos especialistas, mas também das celebridades, da publicidade e da mídia em geral. (FISCHLER, 2011)

Não podemos descartar que o GF era mediado por nutricionistas, o que pode ter mobilizado os jovens a assumirem certas posições. A questão do certo e errado chegou a ser explorada no grupo, foi apresentado aos jovens desde o início um posicionamento flexível que sustentava que não existia uma resposta *“correta”* para as indagações feitas naquele momento. Buscamos, assim, diminuir a tensão dos jovens em obter de nós respostas sobre as indagações acerca dos alimentos ditos *“saudáveis”* e *“não saudáveis”*. As respostas a perguntas sobre *“se era saudável”* eram somente mais um elemento que se ressignifica, entre outros, no processo de identificação com as tendências de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do material, podemos observar que o consumo alimentar pautado em questões referentes ao corpo esbelto ou prazer pela comida foram mais explorados durante o GF, essa abordagem dos jovens da pesquisa vai ao encontro das reflexões dos autores Monteiro e Júnior (2007, p. 327),

o comportamento dos adolescentes é imediatista e isso faz com que a sua atitude em relação à alimentação

seja satisfatória no presente, não se interessando se a qualidade dos alimentos que consomem possa vir a ser prejudicial na vida futura.

A juventude, considerada como processo ritual de passagem da infância à idade adulta, é então marcada pela utilização de bens de consumo que funcionam como acessórios desse ritual. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013) Percebemos um despertar para a preocupação com o corpo, como uma vitrine, que o identifica, normaliza, regulariza, produz, singulariza e atravessa o outro. De maneira subjetiva, incorporam objetos e ideias que marcam as tendências contemporâneas para acessarem códigos que lhes confirmam qualidade, valor ou estilo, a fim de pertencerem a uma comunidade e seguirem com seus corpos construídos e conectados aos paradigmas estéticos que os valorizam entre seus pares.

De posse dos resultados, podemos reafirmar o que descrevemos anteriormente neste capítulo: os significados que transitam dentro da sociedade se remodelam por esforços de várias agências de socialização. Os interesses dos jovens acompanham o trânsito de tendências de consumo, oscilam em subjetividades, pois o comer representa um momento em que se está no colégio. Nesse momento, os bens necessários para se tornar um adulto envolvem um corpo jovem e atualizado dentro de um universo de significações do saudável.

Essa oscilação, que pode ser vista como uma instabilidade no consumo de tendências que se sobrepõem em nosso cotidiano, é alimentada, então, por distintos interesses que fluem na cultura. Quando se procura entender o papel da alimentação na vida das pessoas, percebe-se que a comida não é apenas uma fonte de nutrientes para a sobrevivência, mas também uma fonte de bens simbólicos, cujos aspectos emocionais carregam afetos e valores que marcam a inclusão e o pertencimento dos jovens aos seus grupos sociais.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M. A. Comunicação/educação: relações com o consumo. Importância para a constituição da cidadania. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 7, n. 19, p. 49-65, 2010.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOSI, M. L. M.; PRADO, S. D.; LINDSAY, A. C.; MACHADO, M. M. T.; CARVALHO, M. C. V. S. O enfoque qualitativo na avaliação do consumo alimentar: fundamentos, aplicações e considerações operacionais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1.287-1.296, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar: *Cartilha Nacional da Alimentação Escolar*. 2. ed. Brasília, DF, 2015.

CARLINI-COTRIM, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Revista Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 285-293, 1996.

CAVALCANTE, A. A. M. C.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. (2004). Estudos de consumo alimentar: aspectos metodológicos gerais e o seu emprego na avaliação de crianças e adolescentes. *Revista Brasileira Saúde Materna Infantil, [s. l.]*, v. 4, n. 3, p. 229-240, 2004.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, [s. l.]*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

DESJEUX, D. *O consumo abordagens em ciências sociais*. Maceió: EDUFAL, 2011.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

FISCHLER, C. Cultura e Gastro-Anomia: Psicopatologia da alimentação cotidiana. *Horizontes Antropológicos*, Belo Horizonte, v. 17, n. 36, p. 235-256, 2011.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Dp&A, 2006.

KLOTZ-SILVA, J.; PRADO, S. D.; SEIXAS, C. M. A força do "hábito alimentar": referências conceituais para o campo da Alimentação e Nutrição. *Physis Revista de Saúde Coletiva, [s. l.]*, v. 27, n. 4, p. 1065-1085, 2017.

- LENY, A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.
- LUDKE, M. M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: [s. n.], 1986.
- MAAR, W. L. Linguagem. In: CITELLI, A.; BERGER, C.; BACCEGA, M. A.; LOPES, M. I. V. de; FRANÇA, V. V. (org.). *Dicionário de comunicação, escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MATURANA, V. Reflexões acerca da relação entre a alimentação e o homem. *Revista IGT*, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 176-219, 2010.
- MONTEIRO, J. P.; JÚNIOR, J. S. C. *Caminhos da nutrição: da concepção à adolescência*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- ROCHA, E. *A sociedade do sonho*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- ROCHA, E. *Totem e consumo: um estudo antropológico de anúncios publicitários*. *ALCEU*, v. 1, n. 1, p. 18-37, 2000.
- ROCHA, E. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. *Comunicação, mídia e consumo*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 123-138, 2005.
- ROCHA, E. Coisas estranhas, coisas banais: notas para uma reflexão sobre o consumo. *Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- ROCHA, E.; PEREIRA, C. *Juventude e consumo: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MÃES EM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

ENTRE O NATURAL E O CULTURAL

Taís Fontoura de Almeida
Helene Nara Henriques Blanc
Milena Batista Carneiro
Larissa Escarce Bento Wollz

A HISTÓRIA E O MODO DE ATUAÇÃO DO GERMINAR

Navegar pela escolha do parto, pelas dores e delícias do puerpério e das diversas fases da amamentação não foram processos simples na experiência pessoal de cada uma das docentes que compõem o Germinar. Os desafios inerentes ao início da caminhada na maternagem tornaram-se ainda mais complexos quando a atenção se voltava para a vida profissional. O ambiente universitário, local de fonte do saber, em sua melhor definição, não havia contribuído para o preparo daquele processo? Ou havia, mas essa contribuição era velada? Ou, ainda, essa contribuição era meramente formal e se provou insuficiente diante das questões familiares, sociais, culturais e políticas que se mostraram tão intrincadas nas nossas escolhas? São questões como essas

que buscamos compreender e que constituem as perguntas que motivaram a criação do grupo.

O Germinar é um grupo de estudos sobre reprodução e nascimento inserido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *Campus Macaé*, no interior do estado do Rio de Janeiro. Inicia sua trajetória em 2016, quando uma das docentes percebeu a complexidade das relações sociais e a variedade dos discursos presentes na gestação, no parto e após o nascimento de sua segunda filha em um parto domiciliar. De volta à universidade, após a licença-maternidade, sentia dificuldade em partilhar sua experiência de parto e de escolhas na maternagem com os colegas, mesmo sendo eles docentes da área biomédica. A mesma dificuldade na compreensão do discurso era percebida ao conversar sobre os temas mais recentes da sua vivência com os alunos, também todos em formação na área de Saúde. Ao perceber que o parto natural não era uma escolha tão natural assim entre seus pares, sentiu necessidade de trazer essa questão, do parto e nascimento, tentando identificar outros discursos e sentidos acerca desses temas ligados ao espaço acadêmico.

O simples fato de nascer no Brasil coloca a mãe e o bebê em contato com o número abusivo de cesáreas realizadas no país. Enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera aceitável que até, aproximadamente, 20% dos partos tenham necessidade de ser cirúrgicos (cesáreas), em razão das eventuais complicações que podem surgir durante a gravidez, no Brasil a taxa de cirurgias cesarianas gira em torno de 80%. Ou seja, para nascer, a mãe e o bebê se veem diante de um conflito de interesses com variáveis políticas, econômicas e culturais. E o que era visto pelo senso comum como uma escolha óbvia começa a ser questionado como uma orientação não espontânea direcionada pela classe médica, naturalizando a opção pelo parto cirúrgico programado.

Desde a segunda metade do Século XX, com a maior participação feminina no mercado de trabalho, as transformações culturais dos anos 1960 e 1970, os questionamentos dos valores morais conservadores, o surgimento das técnicas de reprodução assistida, a diversificação das relações parentais, a emergência das políticas de gênero, com casais de diferentes matizes buscando a reprodução e conquistando direitos, tudo isso, enfim, levou a uma desnaturalização da gestação e, conseqüentemente, da complexificação da questão do parto. Diante deste quadro algumas questões se colocam. Como

se dão as escolhas na hora da gravidez e do parto? Que fatores influenciam tais escolhas? Essas escolhas são naturais, espontâneas e individuais? Ou existe algum direcionamento imperceptível ao senso comum? Como lidar com isso no âmbito acadêmico, na formação profissional em nível superior?

A ideia inicial foi conversar sobre esses assuntos com pessoas que vivenciam o ambiente acadêmico, indiscriminadamente, de modo a perceber como se direcionam ou tomam decisões em relação ao parto e, também, como se organizam os discursos que reproduzem relações sociais e interesses institucionais que aparecem como espontâneos e naturais nesses momentos. Nesta perspectiva, além de professores, incluir alunos, servidores técnicos e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) foi importante para termos uma noção dos discursos que circulam no espaço social acerca do tema. Assim, uma docente do grupo percebeu que a extensão universitária era o caminho institucional existente para essa abordagem ampla que permite a troca de experiências em sociedade, de modo a captar os sentidos presentes nas falas. Organizou, então, três atividades – roda de conversa, mesa redonda e palestra – sobre parto, assistência ao parto e amamentação dentro do evento extensionista “Inverno com Ciência”, realizado em 2016. A partir dessa primeira experiência, compreendeu, através da escuta atenta dos discursos, das falas dos participantes e dos dados dos municípios de Macaé e Rio das Ostras,¹ o quanto esse “espaço” era necessário para perceber as vozes e sentidos que circulam na sociedade sobre o parto, decidindo institucionalizar a atividade e fortalecer este debate na formação universitária.²

1 Municípios próximos entre si no estado do Rio de Janeiro.

2 A iniciativa do grupo Germinar foi formalizada, junto a universidade em 2017, como um projeto de extensão intitulado “Vivências e apoio aos primeiros 1000 dias de vida”. O projeto é uma parceria entre duas Instituições de Ensino Superior (IES) – UFRJ, Campus Macaé, e Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Rio das Ostras – e reúne essencialmente três ações, realizadas de maneira contínua, sendo elas: “Roda de relato de parto sob olhar acadêmico”, “Assistência ao parto em Macaé e Rio das Ostras: realidade e perspectivas” e “Aleitamento materno”. As ações foram pensadas com o objetivo comum de informar a sociedade sobre a realidade da atenção à saúde da mulher no parto e à assistência ao binômio mãe e filho durante os primeiros 1.000 dias de vida, na região na qual está inserida. Este projeto de extensão visa complementar a formação de profissionais de saúde (em formação ou ativos) no modelo de assistência humanizada em saúde e visa a informação da sociedade sobre seus direitos à luz desse tipo de assistência.

Desde então, o grupo se propõe a: contribuir com a formação de futuros profissionais de saúde através da escuta ativa e do compartilhamento de informações sobre a importância do parto humanizado e da amamentação para a vida das famílias; produzir uma reflexão crítica acerca das questões e conflitos presentes nos diferentes momentos que envolvem a gravidez, o parto e a amamentação junto a alunos; promover a troca de experiências entre diferentes atores sociais e setores da sociedade local; compreender os sentidos e significados atribuídos ao parto (natural ou não), amamentação e cuidados com o bebê produzidos pelos atores sociais e profissionais envolvidos no projeto; disseminar informações sobre nascimento e amamentação por meio de divulgação de pesquisas científicas recentes; propiciar a troca de informações entre os participantes, a discussão entre os pares, a reflexão sobre os processos e a formação continuada e permanente dos alunos e profissionais envolvidos.

A formação multidisciplinar das docentes em área biomédica nos possibilita a construção de um diálogo com a assistência e o público atendido, mas sabemos que este diálogo nem sempre é harmônico ou convergente, por se tratar de lógicas distintas, com múltiplos interesses em jogo, com o peso da rotina e os percalços diários de cada atividade. Neste sentido, o grupo Germinar se dedica a oferecer um ambiente de discussão acolhedor e realista para os futuros profissionais de saúde que tenham interesse em atuação na gestação, parto, puerpério e amamentação. O nosso compromisso é com a formação e a problematização dos conceitos que a sociedade traz sobre estes processos que devem ser discutidos sob os diversos aspectos que lhe são inerentes – estrutura familiar, cultura, religião, situação econômica, saúde – e essas discussões devem ser todas pautadas no que há de informações científicas – tanto ligadas à clínica, às políticas públicas ou às Ciências Sociais e Humanas – sobre cada um desses aspectos.

A proposta geral do grupo segue no sentido de realizar encontros em que o saber acadêmico e a realidade da população geral possam ser apresentados e discutidos, a partir de temas como a realidade obstétrica, a violência que ocorre neste processo, a medicalização da assistência ao parto, os conflitos de interesse entre parto normal *versus* cesariana, a livre escolha sobre via de nascimento, a amamentação exclusiva em livre demanda durante primeiros seis meses de vida e a amamentação prolongada. Ou seja, são temas em que

as escolhas aparecem como espontâneas e individuais, mas traduzem sentidos construídos nas relações sociais e que atualizam discursos que traduzem os interesses institucionais, corporativos, financeiros e epistêmicos que asseguram a hegemonia do discurso das Ciências Médicas. Por trás do discurso da naturalização dos partos cirúrgicos programados com muita antecedência existem discursos construídos a partir de lógicas sociais que estão longe de ser naturais; pelo contrário, transformam procedimentos biomédicos institucionalizados em escolhas naturais, espontâneas e individuais das mulheres.

ESCOLHAS NEM SEMPRE NATURAIS

Algumas mulheres que circulam no meio universitário buscam realização profissional e pessoal, querem independência financeira, sucesso e reconhecimento na carreira. A maternidade pode ser extremamente importante em suas vidas. Entretanto, existe uma grande dificuldade em conciliar os possíveis papéis da mulher: profissional e mãe. Muitas não querem abandonar suas carreiras para se dedicar exclusivamente à maternagem, mas, ao mesmo tempo, sentem-se cobradas, discriminadas e culpadas por deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas para, assim, poderem exercer uma atividade remunerada fora de casa. As escolhas pela maternidade, vida pessoal, profissional ou papel social aparecem como escolhas naturais, transformando as cobranças sociais em padrões culturais naturalizados, como se a culpa fosse um fenômeno biológico.

Outras mulheres não se encaixam no padrão feminino estabelecido socialmente e optam por ter filhos mesmo sendo solteiras, fazendo uma “produção independente” ou, ainda, viver com outras mulheres e ter filhos a partir das novas tecnologias reprodutivas. Muitas mulheres também optam por não ter filhos e, ao revelar isso socialmente, sofrem discriminação e preconceito por não se encaixarem no padrão definido pela cultura. Muitas mulheres optam por ter filhos mais tarde, adotá-los ou ter filhos com dificuldades em conciliar todas as funções profissionais e maternas, mesmo sabendo que possivelmente se sentirão cobradas, pressionadas e, às vezes, frustradas. Sem contar com as mulheres que optam por abortar por julgarem que aquele não é o momento ideal para levar uma gravidez adiante. As questões relativas ao parto, da mesma forma, traduzem a complexidade do tema e a dificuldade

de realizar escolhas totalmente livres e conscientes, embora os conflitos sejam invisíveis a olho nu.

Mas, uma característica comum a esses casos, é a naturalização da gravidez e do parto como um fenômeno meramente biológico, apelando a um suposto instinto materno, tido como “natural”. Como se todos esses casos não estivessem atravessados por demandas culturais, sociais, religiosas e existenciais. Como se essas escolhas acontecessem apenas com elas, no âmbito individual, naturalmente; como se esses processos não traduzissem conflitos, cobranças e imposições de ordem social. Afinal, para o senso comum, ser mãe é um “ato de amor”, é “puro instinto”, uma “imposição biológica”, é a capacidade de “se sacrificar pela família”, é “abrir mão da carreira”, como se essas falas não estivessem carregadas de padrões culturais, determinismos sociais e valores morais.

O espaço ocupado por essas mulheres no ambiente universitário, como pesquisadoras, docentes ou discentes, envolve muitas áreas de conhecimento e contato com diferentes realidades do mundo do trabalho. Algumas delas estão na área acadêmica e são profissionais com anos de estudo, alta qualificação e alta remuneração – comparada com o rendimento médio nacional –, outras são contratadas temporariamente, em condições precárias e sem estabilidade no emprego. Algumas são mulheres que sentem-se realizadas profissionalmente em um local de produção contínua de conhecimento, outras são profissionais de saúde terceirizadas que atuam na assistência e se veem às voltas com condições desiguais de vida e trabalho. Neste sentido, o trabalho de mulheres no âmbito acadêmico público pode ser visto como um privilégio; por outro lado, em instituições privadas de ensino superior a realidade é outra porque as docentes são horistas e precisam ter uma carga horária que inviabiliza uma gravidez; muitas mulheres que não possuem uma rede de apoio familiar optam por não ter filhos ou abandonar a carreira. As escolhas, portanto, longe de serem naturais, acontecem a partir de contextos familiares diversos e cenários distintos. São muitas as variáveis a serem consideradas para que a mulher escolha a hora de engravidar, o modo como será o parto, em quais condições e modalidades. A escolha por um “parto natural” não pode ser tida como uma escolha natural: ela sofre várias influências e mesmo a própria pessoa, no mais das vezes, não consegue perceber a trama na qual está presa.

A carreira acadêmica na universidade pública é competitiva e o nível de exigência de produção é extremamente elevado, tanto para progressão acadêmica e para ingresso e permanência nos programas de pós-graduação, quanto para solicitação de fomento à atuação na pesquisa e extensão. As discentes, muitas vezes em curso com carga horário integral, têm dificuldade em conciliar suas atividades acadêmicas – aulas, participação em projetos, provas e eventos – com a maternagem. Muitas dessas mulheres estudantes não contam com o suporte familiar na cidade na qual estão inseridas – uma situação relevante no município de Macaé. Mas sua realidade, mesmo com os percalços citados acima, ainda pode ser considerada como ideal por muitas outras mulheres que sequer possuem emprego ou qualificação profissional. Com relação ao parto, da mesma forma, as escolhas não se dão em sintonia com a natureza biológica; pelo contrário, a cultura também direciona as possibilidades e alternativas, fazendo com que o que é tido como natural para uns possa ser visto como idealização ou objetivo inalcançável para outros.

Percebe-se que o fato de tornar-se mãe tende a gerar um impacto negativo na consolidação da carreira das mulheres deste ambiente. Nesse contexto, surgiu em 2017 o grupo de pesquisa Parent in Science (2019), que busca discutir os impactos da maternagem na carreira acadêmica e na ciência do Brasil. Dados deste grupo indicam que a maioria das docentes no setor público tem o primeiro filho 2,8 anos após a contratação, aos 32 anos de idade. Isso nos mostra que essas mulheres tendem a esperar mais para ter seus filhos, vez que têm consciência do impacto disso no seu trabalho; isso sem contar com a competitividade no mercado de trabalho e a garantia de ter estabilidade – no caso das servidoras públicas –, ao contrário das mulheres que não contam com estabilidade ou, sequer, vínculo de trabalho formal. Sabemos que o impacto da maternidade para mulheres é diferente do impacto da paternidade na carreira dos homens. Essa é uma questão que envolve aspectos fisiológicos, sociais e históricos. A desproporção entre os dias de licença-maternidade – em média, 120 dias nas empresas privadas e 180 dias em órgãos públicos – e licença-paternidade – em média, cinco dias – apenas reforçam o descaso cultural com essa questão, seja por omissão de alguns homens que não se envolvem no processo, seja pela impossibilidade de participação entre aqueles que se envolvem efetivamente. O período de amamentação, da mesma forma, gera

uma expectativa de que a mulher promova uma amamentação exclusiva até os seis meses de vida do bebê, mas ela precisa voltar a trabalhar após quatro meses, fazendo com que esse período tenda a ser mais curto entre docentes das universidades privadas.

Os impactos da maternidade sobre a carreira estão começando a ser conhecidos a partir da tomada de consciência que o exercício da maternagem se desdobra em muito mais do que os meses de licença-maternidade afasta fisicamente do exercício laboral. Entretanto, o quanto a carreira docente pode influenciar as escolhas das mães com relação ao parto, amamentação e maternagem ainda permanece sem entendimento. Assim, buscamos entender como a vivência dessas mulheres no ambiente acadêmico pode auxiliar/influenciar nas suas escolhas, seus conflitos e seu protagonismo e, principalmente, na escolha da maneira como acontece o parto. A naturalização desses processos medicalizados, mesmo entre acadêmicas de alto nível de formação, chama a atenção, fazendo com que o senso comum se manifeste nos mínimos detalhes quando o assunto é vinculado ao parto. E mesmo a escolha pelo “parto natural” aparece, muitas vezes, como fruto de uma escolha individual, como se esta escolha também não fosse inscrita na ordem social e carregada de sentidos sociais e valores morais. O capital simbólico do parto natural no ambiente acadêmico e, por outro lado, a ausência desse mesmo capital com a cesárea é um exemplo de como o jogo simbólico acontece, valorizando e desvalorizando, a partir de escolhas tidas como naturais e espontâneas.

DOS PRIMÓRDIOS DO GRUPO GERMINAR ÀS “RODAS DE RELATO”

Uma discussão sobre a assistência ao parto nos dois municípios, Macaé e Rio das Ostras, ocorreu nos anos de 2016 e 2017, ainda na fase embrionária do Germinar e nos forneceu lastro em termos da urgência em se discutir sobre parto nesta região. Como temos a participação de docentes, discentes e técnicos, além de convidadas que utilizam o SUS destes municípios, tornou-se importante destacar estes dados e discutir os modelos de assistência aí oferecidos. A maioria das primeiras gestações com nascidos vivos em Macaé é de mulheres na faixa etária de 21 a 30 anos. Estas mulheres são captadas precocemente para o acompanhamento pré-natal – realizam sete ou mais consultas de pré-natal –, representando 67,37% das mulheres com nascidos

vivos nesse município em 2015. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ, 2016) Cerca de 90% das gestações são de baixo risco e apenas cerca de 30% retornam à consulta de puerpério. Em 2015, a meta nacional foi que a proporção de partos normais seria de 50%, enquanto a meta municipal foi pactuada em 20%. Dos residentes em Macaé, 26,9% dos partos foram normais. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ, 2016)

Apesar de estar longe dos parâmetros ideais preconizados pelo Ministério da Saúde, os resultados do sistema público aparecem como um melhor cenário quando comparado ao sistema particular de assistência, que apresentou cerca de 90% dos partos cesarianos em 2015. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAÉ, 2016) Mas, a questão numérica está longe de ser o melhor parâmetro de avaliação para um “bom parto”. A medicalização em excesso associa-se a violência obstétrica, desconforto emocional, traumas e descrédito maternal em relação à capacidade de dar conta do filho, impactando tanto na amamentação quanto no vínculo e no suporte ao pleno desenvolvimento infantil.

Nesse contexto social, abrir uma discussão sobre parto é de extrema complexidade. As escolhas das mulheres são diversas: conscientes, induzidas, necessárias, adaptadas, possíveis, realistas. A partir de cada lente que se observa, uma escolha pode se apresentar como a melhor ou até a única opção. Sob o ponto de vista da assistência de saúde cesarista, optar por uma cirurgia eletiva previamente agendada em uma gestante de baixo risco e um bebê em desenvolvimento saudável é o caminho mais objetivo, pragmático e linear. Mesmo que, sob o ponto de vista biológico, algo não foi completado, etapas fisiológicas não foram cumpridas e, frequentemente, essas ausências, esses lapsos levam a questões emocionais e psicológicas que comprometem o desenvolvimento do bebê. Por outro lado, não podemos demonizar o parto cirúrgico, tido como “não natural”, porque muitas vezes ele é necessário quando a vida da mãe ou do bebê está em risco, não havendo uma escolha “correta”, ou uma única escolha, pois a vida não é controlável e a medicina não é uma ciência exata. Uma mulher que opta pelo parto natural pode precisar fazer uma intervenção cirúrgica e uma mulher que opta pela cesariana pode se ver diante da necessidade de fazer o parto natural, ou seja, qualquer escolha implica em incertezas, riscos, questionamentos, idealizações e acontecimentos imprevistos. Parafraseando o poeta, se engravidar é preciso, o ato

de parir não é preciso, não é controlável, não é preciso no sentido da precisão matemática, pois somos seres incompletos e imprecisos.

Para a troca sobre a vivência do processo de parturição por diferentes pessoas, organizamos rodas com participação de pessoas da comunidade acadêmica mediadas por um profissional de assistência ao parto e com participação aberta para o público. O formato de roda de conversa/retrato foi bem aceito pelos participantes. Nele, as depoentes relatam suas experiências, escutam experiências de convidadas que compõem o corpo social do ambiente universitário – docentes, técnicas e discentes – e as compartilham com a sociedade em geral, de forma aberta e gratuita, mostrando que cada indivíduo possui seu tempo e seus desejos, seus medos e suas fraquezas, porém todos unidos no intuito de fazer escolhas que promovam o bem para si e para a criança.

As rodas de relato de parto realizadas pelo grupo como ferramenta de abordagem ao tema fomentaram nas docentes a criação, em 2018, do projeto de pesquisa intitulado “Roda de relato de parto sob olhar acadêmico”. A princípio, essa proposta avalia o impacto do processo de nascimento por pessoas da comunidade acadêmica – docentes, discentes e técnicos administrativos –, com pelo menos um filho vivo, a termo, sem patologias e/ou malformações e idade máxima de cinco anos. As rodas são realizadas nas instituições de ensino superior parceiras³ com dois a três depoentes que são convidados ao relato livre de seus partos, que são gravados e transcritos para posterior análise do discurso. As rodas são abertas, tanto ao público de alunos de graduação, quanto a integrantes da sociedade civil. Com o intuito de atingir o maior número de interessados no assunto, as rodas são realizadas, prioritariamente, em eventos dentro da agenda universitária de “portas abertas” à comunidade. Até o momento, as rodas contaram com participação de depoentes mães e público majoritariamente feminino. Em 2019, conseguimos promover uma atividade com depoentes pais e tivemos um momento inesperado de rica troca das experiências entre os presentes.

Durante a realização dessas rodas, escutamos os relatos, acolhendo suas questões e sentimentos sobre esse momento importante da vida e buscando compreender o quanto a profissão e vivência acadêmica influenciam nas escolhas para o parto.

3 São realizadas no *Campus Macaé* (UFRJ) e no *Campus Rio das Ostras* (UFF).

Além disso, pretendemos favorecer a formação dos alunos, futuros profissionais de saúde, para melhorar a assistência obstétrica, com a formação de profissionais bem qualificados e com uma formação humanista, reflexiva e crítica. A formação nas áreas médicas, geralmente, é reducionista – reduz o corpo à dimensão biológica –, tecnicista – valorizando a hiper especialização – e mecanicista – vendo o corpo como uma máquina –, valorizando a objetividade da técnica e desvalorizando a subjetividade. Pensar a complexidade do parto, com todas as suas nuances e variáveis, é uma forma de ampliar a percepção do aluno e torná-lo um profissional mais consciente na ação. É também questionar a ordem médica que produz uma das maiores proporções de partos cirúrgicos no mundo, muitos deles desnecessários, embora a formação médica induza ao pragmatismo financeiro e aos interesses corporativos.

NATUREZA E CULTURA AO GESTAR E PARIR

O parto é um processo fisiológico, mas também psicossocial, vez que envolve fatores culturais, sociais e emocionais. É vivenciado por muitas mulheres como um momento de ruptura e transformação, tanto da mulher, quanto da família, muitas vezes sendo considerado pela parturiente como um processo de morte e renascimento, de profunda reconexão com a natureza e reavaliação da vida. Nesse sentido, é essencial viver o parto de maneira crítica, tendo meios e acesso às informações acerca do processo, escutando as mulheres e com respeito às escolhas, vivências e necessidades da parturiente.

O nascimento não é apenas um processo natural, guiado pela mulher e pelo bebê. Não se trata apenas de um mamífero que vai parir um filhote. Somos seres complexos, imersos na linguagem e no mundo simbólico, temos família, instituições sociais e valores morais; portanto, a procriação, desde que os seres humanos criaram aquilo que denominaram como cultura, não é um processo natural, fazendo com que a gestação, o parto e a amamentação obedeçam às normas da cultura. E a cultura hoje obedece também às leis do mercado, da indústria e da tecnologia, fazendo com o que o parto se afaste completamente da dimensão natural e seja direcionado pela cultura, que pode ser vista como uma segunda natureza, que modela, organiza e determina o que é “natural”.

Mamíferos não produzem religião, arte, ciência, tecnologia ou subjetividade, animais não casam em templos com rituais diferentes em cada cultura, não pagam pensão alimentícia ou usam a guarda compartilhada definida em juízo, não fazem enxoval ou pré-natal, não desenvolvem depressão pós-parto ou emagrecem imediatamente depois do parto por questões estéticas, ou seja, há muito tempo não somos seres puramente naturais. A gravidez, o parto e a amamentação são fenômenos biológicos totalmente modelados pela cultura, principalmente no mundo contemporâneo das redes sociais. Nada é totalmente natural, tudo é influenciado pela cultura local e pelas condições objetivas de existência.

No Brasil, as mulheres muitas vezes recebem tratamento padronizado, em massa, como se todas fossem reduzidas a apenas um corpo biológico, sem que sejam levadas em conta suas características pessoais e especificidades culturais, peculiaridades, vivências e aspectos emocionais. As mulheres têm grandes preocupações com relação ao parto, principalmente, quando se pensa na dor que passarão. Entretanto, é importante pensar na dor do parto não apenas como um momento de sofrimento, mas também como um processo importante de transformação do corpo e da subjetividade, com implicações psíquicas profundas.

Gestar, parir e amamentar são processos fisiológicos inerentes à mulher, vistos como puramente naturais, mas que são influenciados e direcionados pela cultura, pela ideologia e por interesses profissionais diversos, podendo se transformar em processos de medicalização, de procedimentos meramente fisiológicos, orientados pela racionalidade biomédica. São processos que podem ser vistos, ao mesmo tempo, como atos de mudança de vida, de transformação de vida, de renascimento, como também, de submissão à ordem médica e seus interesses corporativos.

O parto sempre foi um evento fisiológico acompanhado por sentimentos antagônicos: a euforia pelo nascimento de um novo ser e a apreensão pela possibilidade de morte do bebê, da mãe ou de ambos. Em nome da redução das elevadas taxas de mortalidade materna e infantil, no século XX, o parto passou do domicílio para o hospital e foi, conseqüentemente, medicalizado. Essa mudança levou ao afastamento da família do processo do nascimento, vez que as rotinas hospitalares foram planejadas para atender as necessidades dos profissionais de saúde e de doentes e não, necessariamente, das

parturientes. (BRÜGGEMANN; PARPINELLI; DUARTE, 2005) Nesse contexto de medicalização e tecnologização do parto, os efeitos foram notados não só na saúde imediata da parturiente e do bebê, mas também em processos subsequentes, como o vínculo entre mãe-bebê e a amamentação. Infelizmente, por conta do uso indiscriminado das tecnologias e da atenção voltada às necessidades dos profissionais, esses efeitos trouxeram mais danos do que benefícios à mulher e ao bebê. Assim, as altas taxas de cesáreas e de mortalidade materna levaram a um movimento de retorno a princípios simples que asseguram ao máximo o bem-estar da mulher e do bebê, não só no parto, mas também no puerpério e no período de amamentação. (DUTRA, 2005; SILVEIRA; CAMARGO; CREPALDI, 2010)

Alguns aspectos fundamentais a serem considerados nas propostas de humanização do parto referem-se ao respeito e ao acolhimento das pessoas envolvidas, aos significados, concepções e vivências trazidas pelas mulheres em relação ao processo de parto. É importante considerar que, frente à sua experiência, o binômio mãe-bebê é o único que pode atribuir significado à sua vivência. E, por ser uma experiência única, os profissionais que assistem à parturiente e à puérpera devem fundamentar sua ação no diálogo, na interação humana, ao invés de tentar impor comportamentos que não se adaptam ao saber dessa mulher. Para que as políticas públicas sejam adequadamente implantadas e a humanização ocorra em sua totalidade, em sua ampla expressão é essencial que os profissionais de saúde estejam preparados para essa nova forma de promover a assistência. Assim, é essencial promover uma mudança de paradigmas na formação dos estudantes, futuros profissionais de saúde, para que estejam atentos a cuidar de pessoas e não apenas de números dentro de um hospital. “Para o profissional de saúde, o corpo da mulher é sua propriedade no ambiente hospitalar”. (GRIBOSKI; GUILBEM, 2006) Tal pensamento não pode ocorrer. Há que se preconizar um atendimento humanizado, com escuta às vivências e experiências do paciente para que intervenções desnecessárias não sejam realizadas e possamos reduzir a violência obstétrica. É inegável o papel do profissional que a assiste. Além do conhecimento sobre técnicas de parto, de primeiros cuidados ao recém-nascido e de técnicas para amamentação nutritiva e com prazer, ele deve ser capacitado a reconhecer que cada mulher é portadora de uma cultura própria, que muitas vezes atribui significados diferentes à vivência do parto.

A importância da equipe de saúde que cuida do parto e da amamentação tem função primordial de orientar a mulher gerando beneficência, evitando a maleficência e valorizando a autonomia, que são os princípios básicos da Bioética. Para tanto, percebemos a necessidade de formação de profissionais humanizados e capacitados, bem como da educação permanente para os profissionais que já se encontram no mundo do trabalho. Sendo esse o ponto de partida do projeto, compreender o processo para formar melhor.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA: ESCOLHAS DE MULHERES NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

O material de campo, obtido até o momento, nos permite descortinar pontos relevantes para as escolhas das mulheres nos processos de parto. A seguir, traremos alguns relatos surgidos no âmbito das Rodas de relato de parto sob olhar acadêmico, destacando que as falas contemplam docentes, discentes e usuárias, pois percebemos que todos estão imersos nas mesmas tramas de sentidos sociais quando o assunto é a gravidez. Ressaltando que a questão das escolhas, da imposição da escolha ou da impossibilidade de escolher é comum a todas as mulheres que compartilham suas experiências no grupo. Consideramos que o ambiente universitário seria lugar propício para a aquisição de saberes, de troca de experiências e de acesso à informação atualizada, mas isso não garante que as escolhas sejam racionais, objetivas e cientificamente orientadas.

A partir dos relatos de experiência foi possível perceber que, no contexto científico e cultural da universidade, convivem diferentes posições, opiniões e valores e os profissionais que atuam neste meio estão expostos a teorias e abordagens que levam a diferentes posições, às vezes são antagônicas e que, junto com as experiências individuais, a estrutura familiar e ao ambiente social em que vivem constituem parte da construção do indivíduo. Ao mesmo tempo, é notável a força da tradição cultural, do senso comum e dos valores morais quando o assunto é reprodução, gravidez e parto. Mesmo profissionais que teoricamente estariam preparados e informados, mostram-se conservadores e preconceituosos quando se veem diante de escolhas que fogem ao padrão tradicional. E as evidências científicas se prestam a reforçar os argumentos dos

diferentes lados da questão, revelando as posições ideológicas e os interesses de cada discurso ou posição adotada, não havendo neutralidade possível.

Algumas mulheres que expuseram suas experiências nas rodas de relato de parto não atribuíam influência do ambiente acadêmico à sua escolha pelo tipo de parto. Outras mencionaram a formação acadêmica com importância para essa tomada de decisões. Entretanto, a maioria afirmou haver forte importância das experiências vividas por outras mulheres, principalmente da família. Segundo uma profissional,

É até importante eu falar que sou enfermeira obstétrica, porque obviamente quando eu engravidei do [...], meu filho que tem 5 anos, a primeira coisa que eu pensei é: tem que ser um parto mais natural possível.

Assumindo que essa escolha não é totalmente “natural”, ela “obviamente” sofre influência do meio profissional, da própria formação; de uma outra mulher, talvez uma amiga ou irmã, que tenha formação em Direito ou Arquitetura, não olhe para essa escolha com tanta naturalidade.

Do mesmo modo, o binômio natureza e cultura também aparece em outra fala na qual uma docente revela uma idealização do parto natural, como se os seres humanos não estivessem imersos na cultura, na linguagem e na ordem simbólica, reduzindo o parto à dimensão natural, sem perceber que na vida social as escolhas não são simples, óbvias ou puramente objetivas.

Eu sou veterinária, meu marido também é veterinário e, na minha cabeça, eu não conseguia entender o porquê que a maior parte das pessoas nasciam por cesariana e não por parto normal, se a maior parte dos mamíferos nascem por via normal.

Outra idealização é de que as escolhas são puramente racionais, objetivas e marcadas pela dimensão biológica da existência.

A microbiota, a microbiota, como eu sou de microbiologia, eu já sabia, já tinha lido, já tinha visto em congresso.

Como se essa dimensão biológica fosse soberana, em detrimento da subjetividade e dos códigos simbólicos presentes em todos os espaços sociais,

inclusive na universidade. Como se a escolha pela gravidez ou pelo tipo de parto não fosse influenciada pela cultura, pela ideologia ou por desejos inconscientes. Em outro relato uma profissional fala que:

Você é maluca! Você é tão estudada!

Olha, aquele dia, chorei.

Você é tão estudada! Você parece que não entende!

Deu vontade de falar: – É por eu ser estudada que eu quero parto normal, né?

Mas esta afirmação pode embasar o seu contrário, e uma engenheira pode afirmar que “*por ser estudada ela prefere uma cesariana*”, como se o fato de “*ser estudada*” garantisse uma escolha racional e objetiva, como se cardiologistas não fumassem e nutricionistas não engordassem, como se a vida fosse definida apenas pela razão e pela objetividade científica, como se outros fatores de ordem emocional, subjetiva e cultural não fizessem parte do mesmo jogo simbólico. Ignorando os ditames do desejo, os desejos inconscientes e as cobranças narcísicas e egóicas que um filho proporciona, afirma-se a primazia da biologia, da racionalidade científica e da objetividade individual.

A partir dos relatos acima entendemos que as mulheres no contexto da universidade estão inseridas num lugar associado a uma fonte de saberes e a um grande estímulo para a busca de informações de qualidade e baseadas em evidências científicas, o que nos leva a pensar que tais mulheres seriam extremamente conscientes de suas decisões acerca do parto e do seu corpo. Mas nem sempre os critérios acadêmicos, racionais e objetivos são os mais utilizados. Seres humanos são complexos e, às vezes, agem de forma arbitrária, irracional e, no campo científico, sabemos que posições opostas podem ser defendidas com argumentos racionais e objetivos, mesmo sendo antagônicos. Ou seja, a crença na verdade científica, no cientificismo, às vezes também é uma crença e, objetivamente falando, a cesariana também pode ser defendida com argumentos racionais e baseada em evidências científicas.

No momento do parto não podemos esquecer que as mulheres estão passando por alterações hormonais importantes e que as escolhas são influenciadas não somente por seu corpo biológico e pelo saber científico, mas por toda sua história de vida, sua cultura. Observamos que o desejo inicial de

algumas mulheres era da realização de um parto normal, já que elas possuíam consciência dos benefícios deste procedimento para o binômio mãe-bebê. Entretanto, o protagonismo dessas mulheres foi muitas vezes abalado por profissionais que faziam as mulheres mudarem de ideia ou familiares com histórias complicadas e não exitosas de partos.

Mas não podemos esquecer que o medo também é uma categoria construída socialmente, que a noção de risco em saúde pública, da mesma forma, atende a inúmeros interesses e que a rede familiar influencia, age muitas vezes no sentido de preservar a tradição, pois o senso comum também é um pensamento conservador.

Por mais que a gente tem a formação na área biomédica, quando a gente está grávida, tudo gera medo. E a gente tem medo de estar arriscando a vida do bebê.

Minha mãe dizia assim: – Deus me livre. Você é louca de ter parto normal! E minha mãe também teve parto normal muito difícil. No segundo ela teve cesárea e ela achava um absurdo eu querer ter parto normal.

Ou seja, o medo se revelou uma categoria analítica importante na hora da escolha.

É importante salientar que as mulheres avaliadas neste trabalho encontram-se em uma região distante dos grandes centros, com poucas opções de médicos obstetras que aceitam realizar partos vaginais, bem como, escassez de equipes humanizadas de assistência ao parto. Isso faz com que as mulheres não encontrem apoio daqueles que deveriam ser os maiores incentivadores do parto normal e elas muitas vezes, não conseguem encontrar forças para lutar contra um sistema extremamente cesarista. Seu protagonismo deixa de existir e ela passa a fazer escolhas baseadas em pressões médicas e sociais. Mas, a mesma situação acontece com mulheres que vivem em grandes centros urbanos, com recursos financeiros disponíveis e acesso aos melhores serviços de saúde.

Nós não tínhamos equipe de parto humanizado aqui. Nós não tínhamos profissionais que entendessem, que fizessem isso.

Tentei aqui um pouco. Mas já me registraram rapidamente que ia ser impossível eu conseguir um obstetra que fizesse parto normal.

Como se a impossibilidade se desse apenas em função da distância geográfica de um grande centro, como se nos grandes centros urbanos não houvesse os mesmos problemas.

Temos então uma convergência de fatores, o medo, o risco, a crença na verdade científica de um lado, a idealização da natureza do outro lado, e os interesses da classe médica no centro da questão.

Então, na verdade, eu fui induzida a fazer uma cesárea. Não era o parto que eu queria. Mas eu fui induzida a fazer uma cesárea porque eu realmente fiquei com medo de fazer um parto normal, com medo de sofrer todas as violências obstétricas que eu escutava dos relatos que eu tinha.

Ele pediu para eu ligar para meu médico, para levar o exame e fazer a cesárea nesse mesmo dia. Eu fiquei insegura porque, assim, o médico está te falando aquilo e você olha aquela imagem, realmente parece que o bebê não tem espaço.

A indução à cesariana torna-se então um processo “natural”, uma escolha “objetiva”, uma opção “mais racional”; quando a saúde da mulher ou do bebê é colocada em questão, a noção de risco assume o protagonismo na hora da escolha. Ela naturaliza algo que é da ordem do interesse profissional ou institucional, a ameaça – sempre dissimulada – faz com que a mulher não tenha escolha, ela é induzida a fazer a escolha “cientificamente mais confiável e adequada”. É a Ciência dominando a Natureza.

O parto e a amamentação geram para a mulher lembranças que ficarão para a vida toda e, muitas vezes, as emoções (positivas ou negativas) são revividas muitos anos após esses eventos terem ocorrido. A romantização do parto e da amamentação pode ser a origem de inúmeras questões, criando expectativas irreais, levando as mulheres a problemas psicológicos graves por não conseguirem vivenciar esses processos da maneira perfeita como imaginaram. São inúmeros os casos de gestações malsucedidas, problemas graves decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência médica no momento do parto, conflitos e crises psicológicas no pós-parto e muitas intercorrências

que interferem na amamentação exclusiva, a começar pela necessidade de retornar ao trabalho. Ou seja, é uma fase importantíssima e que está sujeita a um sem número de intempéries da existência, não devendo ser romantizada nem tratada de forma superficial como se as experiências exitosas fossem a regra e as experiências malsucedidas fossem de responsabilidade individual, culpabilizando a mãe ou o casal pelo insucesso ou infortúnio.

O discurso da “beleza e naturalidade” do parto, muitas vezes, esconde a realidade e produz o oposto do que tenta disseminar, aumentando expectativas irreais e produzindo frustração quando o “momento mágico” não acontece ou não corresponde ao esperado. A pressa em voltar ao corpo ideal e a praticidade da vida contemporânea também entram em questão e influenciam na decisão: a escolha é afetada por inúmeras variáveis.

Não podemos esquecer, também, que outras lógicas fazem parte desse jogo e produzem sentidos e discursos acerca do nascimento de um bebê. Não podemos subestimar o peso do senso comum no qual todos nós estamos imersos, os valores tradicionais da cultura e da família, a moralidade religiosa, o jogo ideológico, os interesses econômicos das categorias profissionais envolvidas e os apelos da publicidade, da mídia e do mercado. Eles também fazem parte do jogo simbólico presente na gravidez, no parto e na amamentação.

O simples ato de fazer compras em enxoval – azul ou rosa –, preparar o quarto – quando há espaço disponível na residência – ou escolher o carrinho de bebê – nacional ou importado –, já coloca o casal em contato com um mundo de signos, códigos e valores – simbólicos, ideológicos e econômicos –, fazendo com que as coisas materiais ganhem vida e ocupem um espaço importante na constituição das identidades do bebê e das famílias. A onipresença na mídia e nas redes sociais de celebridades que estão magras imediatamente após o nascimento dos seus bebês, a hiper exposição de mulheres grávidas em ensaios fotográficos, a transmissão *on-line* e/ou ao vivo do parto, as “festas de revelação” na ocasião da definição do sexo do bebê ou a publicidade massiva da alimentação complementar são exemplos cotidianos de como a gravidez, o parto e a amamentação se transformaram também em produtos capturados pela lógica do mercado e do consumo. Para o antropólogo inglês Daniel Miller (2013, p. 225)

[...] O estudo da cultura material é pelo menos um caminho tão efetivo para a antropologia dos relacionamentos e a constituição ou desenvolvimento da individualidade quanto qualquer tentativa de confrontar a natureza dos relacionamentos de forma direta. A análise da cultura material é uma via indireta para compreender as pessoas e os relacionamentos.

Para pensarmos o imaginário social e, em particular, o imaginário feminino, com todas as expectativas, medos e fantasias acerca dessa fase, devemos levar em consideração os discursos que circulam nos diferentes espaços do convívio social, pois eles interferem nos modos de condução da gravidez, na tomada de decisão quanto ao parto e nos modos de orientar as ações ao longo da amamentação. Mas, para além dessas questões pontuais dos eventos vividos cotidianamente, acreditamos que as experiências de parto e amamentação são fortes influenciadores do processo de maternagem que vai se constituindo em cada mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo feminino que pode começar a compor o modo de vivenciar as experiências da maternagem pelas mulheres será muito relevante para definir as escolhas com relação à maneira de condução da educação e dos valores que serão priorizados na formação da criança. O obstetra francês Michel Odent indica que “para mudar o mundo, primeiro é preciso mudar a forma de nascer”, valorizando todo o processo de gestar, parir e amamentar. Por outro lado, normatizar esses processos como características únicas da feminilidade é reduzir o corpo feminino a sua função reprodutiva e é também uma maneira de reduzir a autonomia feminina, reforçar a dominação masculina e desvalorizar mulheres que escolhem outras opções de vida. Dessa maneira, acreditamos que esses eventos são bons indicadores de mudanças sociais e comportamentais que vão muito além das escolhas momentâneas das mulheres, mas que refletem mudanças mais profundas na formação de novas gerações da sociedade.

A questão central que surge nos relatos de experiência nos leva a pensar o quanto a maternidade, a gravidez e, principalmente, o parto, está longe de ser um processo meramente natural. Além disso, é preciso também problematizar as escolhas ditas conscientes – mesmo entre mulheres esclarecidas –, porque elas também são influenciadas pela família, pelo senso comum, pela ideologia, pelos interesses do mercado ou pelos desejos inconscientes. As questões que ficam no ar são: somos livres para escolhermos o que queremos ou somos influenciados pela cultura? Nossas escolhas na hora do parto são livres ou são direcionadas pelo medo, pela noção de risco, pelo mercado e pelos interesses corporativos da biotecnociência?

REFERÊNCIAS

BRÜGGEMANN, O. M.; PARPINELLI, M. A.; OSIS, M. J. D. Evidências sobre o suporte durante o trabalho de parto/parto: uma revisão da literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 1316-1327, 2005. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500003>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DUTRA, I. L. *Parto natural, normal e humanizado*: a polissemia dos termos e seus efeitos sobre a atenção ao parto. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRIBOSKI, R. A.; GUILHEM, D. Mulheres e profissionais de saúde: o imaginário cultural na humanização ao parto e nascimento. *Texto & Contexto - Enfermagem*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 107-114, 2006. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000100013>. Acesso em: 14 jan. 2019.

LIMA, V. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. *Revista Crescer*, Globo, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html>. Acesso em: 14 jan. 2019.

LIMA, B. S. Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica. *Revista Gênero*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 9-2, 2013.

MILLER, D. *Trecos, troços e coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Cadernos Humaniza SUS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. (Humanização do parto e do nascimento, 4).

PARENT IN SCIENCE - Maternidade e Ciência. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>. Acesso em: 18 set. 2019.

Secretaria Municipal de Saúde de Macaé. *Relatório do 3º Quadrimestre de 2015*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1460664825.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

Secretaria Municipal de Saúde de Macaé. *Relatório Final da 13 Conferência Municipal de Saúde de Macaé*. Rio de Janeiro: Conselho Municipal de Saúde de Macaé, 2017. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1505865300.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVEIRA, S. C. da; CAMARGO, B. V.; CREPALDI, M. A. Assistência ao parto na maternidade: representações sociais de mulheres assistidas e profissionais de saúde. *Psicologia: reflexão e crítica*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 1-10, 2010.

REPRESENTACIONES Y EXPERIENCIAS SOBRE LA GORDURA

(DES)ENCUENTROS ENTRE MÉDICOS Y PACIENTES

Mabel Gracia-Arnaiz

Durante varios años hemos tratado de comprender por qué determinadas prácticas alimentarias se han ido problematizando cada vez más y que relación tiene esta tendencia con la progresiva normativización del peso corporal y las recomendaciones nutricionales en las sociedades industrializadas. Mientras que investigaciones anteriores se centraron en el análisis de la delgadez como ideal corporal (GRACIA-ARNAIZ, 2009), este texto pone su atención en lo que, aparentemente, se halla en el otro extremo: la gordura. El presente estudio etnográfico examina el fenómeno de *lipofobia* (FISCHLER, 1995), entendida como el rechazo sistemático de las grasas y el temor a engordar, como consecuencia en parte de la medicalización de la alimentación y el cuerpo. En concreto, se analiza la relación entre la lipofobia y las representaciones y experiencias de la gordura en Catalunya

(España)¹ en base a dos puntos de vista: el de los médicos y otros profesionales de la salud que diagnostican y tratan la obesidad, y el de sus pacientes, particularmente de personas jóvenes. Centramos la atención en este grupo de edad porque sus prácticas sociales se asocian, a menudo, con la irracionalidad e irresponsabilidad propia del “proceso de maduración” que acompaña el tránsito hacia la adultez, una preciosa metáfora biológica de la resistencia juvenil a acatar las órdenes y, en este caso, a seguir las recomendaciones relativas a la alimentación y el ejercicio físico.

Si bien es cierto que las perspectivas de médicos y pacientes pueden divergir en las ideas sobre las causas o los tratamientos aplicados, este artículo enfatiza los puntos de convergencia. En este sentido, tanto la concepción biomédica de las causas del exceso de peso como la visión de los pacientes se caracterizan por una profunda ambivalencia. Por un lado, para los profesionales sanitarios los jóvenes diagnosticados de sobrepeso (y obesidad) son considerados víctimas de una sociedad de consumo muy permisiva pero, a su vez, son vistos como culpables por no seguir las indicaciones de los especialistas relativas a la dieta y al ejercicio físico. Por su parte, las narrativas de los jóvenes pacientes reflejan ideas similares acerca de las causas y la responsabilidad de su gordura. La aceptación de la premisa básica de que la desviación de los estándares de peso y de las reglas para una alimentación

1 El estudio etnográfico titulado “Joves grassos, pobres joves? Formes de discriminació i resistència a l'entorn de l'obesitat” contó con el soporte de la Secretaria de Joventut de la Generalitat de Catalunya. Trabajamos en dos hospitales públicos de Catalunya, dos centros de atención primaria y un establecimiento privado dedicado a la prescripción de dietas y productos para adelgazar. Con el fin de aplicar técnicas de análisis cualitativas (observación directa, entrevistas en profundidad y grupos focales), seleccionamos un número de informantes relativamente reducido. Por un lado, se entrevistaron a 20 jóvenes diagnosticados de obesidad en edades comprendidas entre los 15 y 30 años y 5 jóvenes-adultos entre 30-35 años, siendo el 56% mujeres y el 44% hombres. El 50% eran de clases social baja y media-baja, el 38% a la clase media y el 12% pertenecían a clase media-alta. Por otro lado, incluimos en el estudio a 5 padres de jóvenes con sobrepeso, 5 educadores de secundaria, 8 profesionales sanitarios y 7 jóvenes sin sobrepeso. En internet, analizamos los intercambios escritos de 18 jóvenes residentes en Catalunya registrados en los foros de y www.obesos.org. Los resultados de esta investigación han sido publicados en Gracia-Arnaiz, M. et al. (2012) *Pobres joves grassos! L'obesitat en les trajectòries juvenils*. Tarragona: Servei de Publicacions URV. Una versión reducida de este capítulo ha sido publicada en inglés en Gracia-Arnaiz, M. (2013) “Thou shalt not get fat: Medical representations and self-images of obesity in a Mediterranean society”. *Health* v. 7, n. 5, p. 1180-1189.

saludable es una acción voluntaria no sólo reafirma el diagnóstico médico, sino la desvalorización subjetiva, de tal manera que la estigmatización de la obesidad se convierte en un verdadero círculo vicioso: las víctimas aceptan y consideran normales las incriminaciones recibidas y se autoculpabilizan de su estado y su incompetencia para evitarlo. (POULAIN, 2009) El punto más disonante entre ambas miradas se produce alrededor de la consideración de la gordura como algo patológico: dependiendo del grado de exceso de peso y de la edad, los jóvenes no viven la obesidad como una enfermedad ni ellos se consideran enfermos. Se trata más bien de un estado corporal no deseable que les proporciona un daño moral antes que físico.

LA LIPOFOBIA Y LA MEDICALIZACIÓN DE LA GORDURA

Por su dimensión diacrónica y comparativa, buena parte de los estudios históricos y etnográficos sobre prácticas alimentarias y corporales han constatado que los comportamientos de restricción o hartazgo que hoy se conciben como patológicos, en épocas anteriores y entre determinados grupos sociales fueron incluso admirados y, lo más importante, fueron experiencias no vividas ni calificadas como enfermedad. (HEPWORTH, 1999) En relación con la corpulencia, estos trabajos señalan que estar gordo, por un lado, y comer abundantemente, por otro, no sólo no se han considerado una enfermedad o conductas reprobables, sino todo lo contrario. (DE GARINE; POLLOCK, 1995) La gordura ha sido bienvenida, y lo es todavía, en numerosas sociedades. La glotonería y los atracones pueden ser una práctica socialmente aceptada e incluso valorada que, además, no todo el mundo puede permitirse. En los contextos donde los periodos de escasez alimentaria no son inusuales las personas corpulentas han tenido más probabilidades de sobrevivir. Mientras que estar delgado se ha asociado a enfermedades terribles, estar gordo ha denotado estatus y, a menudo, belleza o atractivo sexual.

Los atributos negativos actualmente asociados actualmente al exceso de peso no se comprenden sin atender a las fuerzas históricas que han contribuido a su desarrollo. La lipofobia es un fenómeno relativamente reciente en los países occidentales. Aunque la preocupación por el peso y las formas corporales aumentó en el transcurso del siglo XX, la problematización de exceso de grasa no es de ningún modo exclusivo del presente. (VIGARELLO, 2009) Ya en

la antigüedad clásica y en la tradición judeocristiana los imaginarios culturales en torno a la gordura fueron ambivalentes (CSERGO, 2009), oscilando entre la burla y el menosprecio, el respeto y la diversión o la sensualidad y la salud. Hipócrates la relacionó con la muerte súbita y la esterilidad, y Celso vinculó las barrigas prominentes de les élites con la ingesta abundante de dulces y grasas. También la gordura interesó a los médicos de la edad media, estableciendo relaciones entre el exceso de peso y el consumo de alimentos. En los diccionarios médicos, la obesidad empezó a ser incluida a partir del XVIII, y los trabajos sobre la clínica, la patogenia y la terapéutica se multiplicaron durante el XIX, planteándose como un estado del cuerpo ligado a problemas funcionales que afectaban el metabolismo de las grasas.

A pesar de la biomedicina ha tendido a minimizar el papel que juegan los imaginarios culturales, creyendo que sus definiciones de enfermedad están alejadas de los fundamentos éticos o estéticos, lo cierto es que sus concepciones y tratamientos están en buena parte influidas por las maneras de hacer y pensar predominantes en cada contexto. (LUPTON, 1994) Esta relación recíproca da lugar a percepciones históricamente específicas del cuerpo, la comida y la enfermedad. A lo largo del siglo XX, el fenómeno de la lipofobia se consolida coincidiendo, en parte, con la consecutiva transformación del estatus de patología otorgado por la medicina a la gordura, el cual desplaza su significado social. Así pues, la actual visión negativa de la gordura se ha construido a través del tiempo bajo la influencia de una variedad de fuerzas: la moral del Occidente cristiano, que ha exigido moderación y contención frente a la gula, la evolución de los conocimientos científicos, que ha demostrado una estrecha conexión entre la dieta, la enfermedad y la salud, y los cambios habidos en las representaciones del cuerpo ideal – socialmente deseable – y en las prácticas alimentarias.

Todos estos procesos se han ido retroalimentando entre sí. El cuerpo deseable y sus eventuales variaciones son el espejo de una época: a la vez que reflejan su funcionamiento social esconden relaciones de poder. (SAINT POL, 2010, p. 2) La canonización del cuerpo delgado ha ido acompañada de una transferencia de valores de la que el estamento médico ha sido el beneficiario en detrimento de la autoridad religiosa. El Bien, los ideales de la perfección, de pureza, que antaño se correspondían con valores trascendentales, ahora se corresponden con una “buena salud” corporalmente idealizada. El Mal, los

pecados, tales como el abandono a los apetitos del cuerpo, la golosina, la lujuria, la pereza... ya no son castigados con el infierno después de la muerte, sino que conducen a infiernos más inmediatos: la enfermedad, el envejecimiento, la gordura... todos ellos signos patentes de pecados contra la higiene corporal y alimentaria. (APFELDORFER, 2009)

Al compás del proceso de normalización dietética y corporal (GRACIA-ARNAIZ, 2013), la estigmatización de las personas gordas ha ido en aumento, acusados de ser una especie de “delincuentes nutricionales”. (BASDEVANT, 2009, p. 120) Aunque la medicina ha identificado numerosas causas funcionales para explicar la acumulación excesiva de grasa – metabólicas, genéticas, hormonales –, los gordos son consideradas como grandes comedores (*big eaters*), como personas que comen demasiado. Esta percepción se debe, en parte, a la interpretación moralista que la ciencia ha hecho de las llamadas “sociedades de la abundancia”. La definición actual de la obesidad como una patología causada por la acumulación excesiva de grasa debido a un consumo de energía superior al necesario coincide, curiosamente, con el único período en la historia de la humanidad en el que, en los países industrializados, la comida está disponible de forma profusa, como resultado de los cambios en la producción y distribución alimentaria que tuvo lugar durante la segunda mitad del siglo XX. El tardocapitalismo ha favorecido la disponibilidad en el mercado de una cantidad sin precedentes de alimentos que invitan al consumo ilimitado, al mismo tiempo que ha desplegado un puritanismo higienista con estrictas normas nutricionales que predicán el equilibrio dietético. (APFELDORFER, 2009) Desde esta perspectiva, la gordura no sería más que una especie de “tara” que acompaña al proceso civilizatorio. La imaginaria patológica que rodea la obesidad expresa, en realidad, una preocupación por el orden social, adquiriendo un sentido punitivo. En este caso, es una señal de una sociedad que va mal y las personas gordas, en tanto que transgresoras del orden, deben ser reprendidas. (SONTAG, 2005)

Si bien hay formas de diferencias encarnadas – racial, étnica, de género – que se valoran positivamente como consustanciales de la “diversidad humana”, la obesidad es una excepción a esta regla. A medida que en estos contextos la delgadez se disocia de la pobreza y la enfermedad, es reinterpretada como un signo de distinción, belleza, salud y disciplina. (REGNER, 2009) Frente a los cuerpos delgados, que pasan a considerarse moral, médica,

estética o sexualmente deseables, los gordos encarnan la pereza, la fealdad y la aflicción. De hecho, de los dos estereotipos que según Fischler (1995) se han construido en Occidente en torno a la gordura – el gordo/goloso aceptado socialmente por simpatía y el gordo/glotón rechazado por ser egoísta y ocioso –, ha triunfado finalmente el segundo, entendiéndose que las personas obesas comen desenfrenadamente, transgrediendo las normas de la compartición y la medida. Las evaluaciones positivas y negativas del físico se proyectan, por inferencia, a los patrones típicos de conducta correlacionados con atributos morales. El resultado en el caso de la gordura corporal es semejante al que se produce entre otros colectivos estigmatizados: los gordos acaban siendo discriminados por sus atributos físicos y comportamentales con efectos específicos en las relaciones personales y vida cotidiana. En el caso de los jóvenes, este sufrimiento se manifiesta de forma particular.

Si como hemos señalado antes, la lipofobia es el miedo o el rechazo sistemático de grasa y el temor a engordar el lipofobismo, en tanto que proceso que emerge de y está conformado por las estructuras de las sociedades obesogénicas, es el trato discriminatorio que las personas reciben por su condición de gordas. (GRACIA-ARNAIZ, 2013) Mediante la incorporación de los numerosos juicios de valor que entraña la lipofobia, la medicalización de la gordura ha contribuido particularmente a la estigmatización de las personas con sobrepeso. Esta confluencia de la ideología y la práctica social se refleja especialmente en la conceptualización de la obesidad como una enfermedad “evitable”.

¿ES LA OBESIDAD UNA ENFERMEDAD?

En apenas dos décadas, la medicina ha cambiado el estado epistémico de la obesidad. (POULAIN, 2009) Há pasado de ser considerada un simple factor de riesgo, a una patología crónica y más recientemente a ser una epidemia mundial. Las teorías termodinámicas que relacionan el gasto energético según las diferentes condiciones de existencia y según el contenido calórico de los alimentos marcan, de hecho, la actual concepción de la obesidad en base a la idea de “desequilibrio” entre lo consumido y lo gastado. Dicho desequilibrio es el causante de la acumulación anormal de grasa. En la medida que el exceso de peso es concebido como un factor de riesgo para la salud, se establecen mecanismos para su medición y control. En primer lugar se

crea la categoría de “peso corporal” y, a partir de ésta, diversos indicadores fijan la normalidad ponderal, tales como bajo-peso, normo-peso y sobrepeso. El Índice de Masa Corporal (IMC) óptimo se encuentra entre 18,5 y 25 kg/m². Por debajo del límite inferior hay una tasa de mortalidad/morbilidad más alta para la desnutrición y las enfermedades relacionadas con el cáncer, y por encima de ella, para los problemas de diabetes, hipertensión y cardiovasculares. El umbral crítico para que una persona sea diagnosticada de obesidad y, por tanto, considerada enferma, se sitúa en 30 Kg/m². Sin embargo, el IMC no se refiere directamente a la composición corporal, ni siquiera a la distribución de la grasa. Un *bodybuilder* puede tener un índice de masa corporal superior a 30 y no ser obeso, sino estar muy musculado. Así, aunque el IMC es un indicador con poco interés en el plano individual (Basdevant 2009), se ha convertido en la herramienta cuantitativa con más poder para definir el carácter patológico del exceso de peso.

Preguntándose si la obesidad es realmente una enfermedad, Heshka and Allison (2001, p. 1402-3) se cuestionan que su reconocimiento como un problema de salud pública relevante haya tenido que lograrse a través de esta clasificación. Aunque en The Consensus Development Conference on Obesity (USA), el Instituto Nacional de la Salud (INS) convino en 1985 referir la obesidad como una enfermedad y la Clasificación Internacional del Enfermedades (CIE-9, 9ª edición y CIE-10) contiene entradas para obesidad, algunos estudiosos reclaman la necesidad de discutir su conceptualización. Para estos autores, tal como ahora se la define, no cumpliría con los criterios usados habitualmente para establecer que es, o no es, una patología:

- una condición del cuerpo, sus partes, órganos o sistemas, o una alteración de los mismos;
- resultado de una infección, parásitos, nutrición, dietética, las causas ambientales, genéticas, o de otra índole;
- con una característica identificativa, un grupo de síntomas o signos;
- desviación de la estructura o función normal – descrito como estructura o funcionamiento anormal; función incorrecta; deterioro del estado normal, interrupción, perturbación, cesación, desorden, alteración de la integridad física o funciones de los órganos.

Heshka and Allison se preguntan en qué medida la obesidad encaja en esta definición de la enfermedad y especialmente en relación con las condiciones tercera y cuarta. El punto (c) plantea un problema. De hecho, la obesidad puede ser diagnosticada visualmente por las proporciones físicas del sujeto o con la ayuda de medidas de altura y el peso. Sin embargo, no hay otros indicios que caractericen singularmente la obesidad. Sus acompañantes más habituales, la diabetes o la hipertensión, no siempre están presentes. Así pues, la condición (c) se puede tener, pero sólo en un sentido circular o tautológico: el único signo característico para la identificación de la obesidad es también la característica principal que la define, es decir, la gordura. Por otro lado, constituir un factor de riesgo en el diagnóstico de otras enfermedades crónicas no es suficiente para soportar una definición de enfermedad.

En torno al punto (d) aparece otra cuestión. Si bien es cierto en el caso de la obesidad puede haber una alteración o impedimento sustancial de las funciones físicas, no siempre es así. Esto es más obvio en los casos de gordura extrema. En tales situaciones, el exceso de grasa usualmente va acompañado de varios signos de deterioro físico que pueden aumentar según el volumen corporal. Sin embargo, el deterioro no es inevitable o incluso habitual en el la mayoría de las personas que cumplen con el IMC igual o superior a 30 kg/m². En contraste con la obesidad mórbida, leve o moderada sólo advierte de un posible deterioro, en la medida en que ser un factor de riesgo confiere, por definición, mayores probabilidades de sufrir situaciones adversas en un futuro. Sin embargo, la asociación con estos posibles daños es sólo probabilística. No se puede predecir quienes desarrollarán una obesidad relacionable con un problema de salud. De hecho, algunas personas que cumplen los criterios para la obesidad vivirán una larga vida larga, libre de la morbilidad asociada al sobrepeso. Por lo tanto, conceptualmente es incómodo considerar la obesidad como enfermedad cuando para muchas personas no implica aflicción. Numerosas personas obesas funcionan como miembros competentes en su sociedad. Tampoco estas personas necesariamente se consideran a sí mismas impedidas, salvo quizás en la medida en que se sienten víctimas de la discriminación social.

Por tanto, no parecería ni necesario ni lógico tácticamente tener que etiquetar la obesidad de enfermedad para que sea tomada en serio. Aunque ciertamente algunos estados tienden a dejar al margen de la atención médica y a

no asumir los costes terapéuticos de aquellos problemas que no están dentro de la categorización de enfermedad (LAWRENCE, 2004), no parece que esté siendo así en España. En este país, la obesidad se sitúa, y se explica, dentro este contexto amplio de problematización social y médica del exceso de peso, concibiéndose como una patología. Hay unanimidad en plantearla como uno de los problemas de salud pública más graves del país y la medicalización ha sido rápida a juzgar por el aumento de las investigaciones clínicas y epidemiológicas, el despliegue de dispositivos asistenciales especializados y las numerosas acciones preventivas emprendidas. Con todo, no cesan las voces de los expertos reclamando más políticas gubernamentales y de educación.

España comparte diagnóstico, tendencias y medidas con otros países occidentales y, como en éstos, abundan los estudios epidemiológicos intentando caracterizar la obesidad. Se trata, no obstante, de trabajos metodológicamente muy diversos entre sí que dificultan, en cualquier caso, la fiabilidad a la hora de comparar resultados, a menudo dispares, y de valorar la evolución de las prevalencias. (ARANCETA, 2008) Según distintas fuentes, España es uno de los países donde ha crecido más la prevalencia de obesidad durante los últimos quince años (VALERA; SILVESTRE, 2009), situándose en el 17,45% entre la población adulta. (MINISTERIO DE SANIDAD, CONSUMO Y BIENESTAR SOCIAL DA ESPANHA. ENSA, 2017) Estas fuentes también destacan el aumento de la prevalencia entre los grupos de edad más jóvenes, la cual alcanza el 10,3 % en menores de 18 años.

En el conjunto del estado, Catalunya presenta una prevalencia sensiblemente inferior a la media del resto de regiones españolas en adultos y jóvenes. Según los datos de la última Enquesta de Salut de Catalunya (ESCA, 2016), entre adultos la obesidad se sitúa en el 14,6%, mientras que entre los menores de 18 años alcanza el 10%. Sin embargo, a pesar de ocupar una posición menos destacada, Catalunya ha sido una de las primeras comunidades autónomas en crear su propia estrategia integral de acuerdo con las directrices establecidas por la Organización Mundial de la Salud (OMS) (WHO, 2004) y el Ministerio de Sanidad y Consumo español. (NAOS ESTRATEGIA, 2005) Dicha estrategia se denomina Plan para la Promoción de la Actividad Física y la Alimentación Saludable (PAAS, 2006) y se dirige principalmente a los niños en edad escolar y adolescentes. La implementación de este programa se ha justificado por el incremento de la prevalencia de sobrepeso observado en

los estudios epidemiológicos (SERRA-MAJEM et al., 2007), los cuales confirman la “paradoja mediterránea”, es decir, la concurrencia del aumento de la obesidad en sociedades cuyas cocinas tradicionales han sido asociadas con la denominada dieta mediterránea,² definida desde un punto de vista nutricional como saludable y equilibrada.

En general, a medida que aumenta la prevalencia del sobrepeso en diferentes lugares del mundo, los factores culturales adquieren un mayor poder explicativo en la causalidad. También el PAAS atribuye este incremento al empeoramiento de los hábitos alimentarios – por abandono progresivo de la dieta mediterránea – y al aumento del sedentarismo: en pocas palabras, la gente come demasiados alimentos de valor nutricional dudoso y se ejercitan muy poco. Y ante la ausencia de análisis comparativos sobre las divergencias/ semejanzas socioculturales entre Catalunya y otros países u regiones de España que puedan explicar el porqué de las menores prevalencias en esta comunidad, los epidemiólogos optan por establecer los mismos agentes causales para todas las sociedades industrializadas: *fast-food*, ocio pasivo, transporte mecanizado, escasa educación nutricional, etc. De ahí que las acciones emprendidas también sean semejantes a las del resto de países.

En efecto, el PAAS plantea que la solución al problema de la obesidad está en desarrollar y mantener un estilo de vida saludable, que se ha de alcanzar a través del equilibrio energético de las comidas y de mantener un peso normal, limitando la ingesta de calorías de las grasas y los azúcares, comiendo cinco porciones de frutas o verduras todos los días, y haciendo ejercicio diariamente durante al menos 30 minutos. Son propuestas parecidas en distintos países: hacen hincapié en el cambio conductual y en la responsabilidad individual. Una vez más, estas recomendaciones apenas tienen en cuenta la influencia del contexto en la salud, obviando que la conexión entre la acción subjetiva y la estructura social tiene implicaciones relevantes a la hora de condicionar el acceso a los recursos sanitarios y el seguimiento de pautas dietéticas y peso.

2 En 2010, la Dieta Mediterránea fue inscrita en la lista representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). Bajo este término, sus promotores aluden al carácter supuestamente excepcional del estilo de vida mediterráneo, los hábitos alimentarios y su influencia positiva en la salud. Para más información sobre su caracterización consúltese: <http://dietamediterranea.com>.

(DELORMIER et al., 2009) De hecho, es esta relación la que permite explicar la desigual distribución de la gordura según la clase social y el género. En estas sociedades, la creciente feminización de la obesidad está estrechamente relacionada con los niveles bajos de ingresos y formación. (SAINT POL, 2010)

En cualquier caso, la clasificación de la obesidad como una enfermedad epidémica de proporciones globales ni aumenta nuestra comprensión de su etiología compleja ni determina una respuesta adecuada. Lo que sí ha logrado, sin embargo, es la legitimación del “estar a dieta” como una forma de vida, en gran parte como consecuencia de lo que Hacking (2005) define como la “epidemia” de los discursos de la obesidad. Las intervenciones clínicas, como veremos a continuación, están llenas de suposiciones acerca de los malos hábitos alimentarios y falta la responsabilidad de los jóvenes, e implican invariablemente ponerlos a régimen a pesar de que la tasa de éxito de los tratamientos es muy baja. Las prohibiciones dietéticas hechas por los sanitarios para disminuir el peso de sus pacientes codifican una forma particular de mensajes anti-gordura que, de forma particular, contribuyen a aumentar el sufrimiento y el sentimiento de culpa entre las personas obesas.

Representaciones y prácticas médicas en torno a la obesidad

La obesidad es una reprobación de todo el cuerpo social, y su rechazo masivo influye, sin duda, en las concepciones y prácticas biomédicas. (APFELDORFER, 2009, p. 136) En Cataluña este proceso no es una excepción. El ámbito sanitario promueve discursos normativos y, en parte, también estigmatizantes. En efecto, la ambivalencia acompaña la definición de la obesidad como enfermedad y de las personas obesas como enfermas. Si desde la concepción biomédica los jóvenes gordos son considerados víctimas de una sociedad permisiva, y por tanto enfermos, por otro lado también son identificados como personas que transgreden los modelos normativos para evitarla – la dieta óptima y el ejercicio físico – y, en este sentido, son vistos como culpables. Así, si bien es cierto que el concepto de enfermedad suele implicar una exculpación del paciente respecto de su estado patológico, en el caso de la obesidad este requisito no se cumple necesariamente. Entre quienes discuten sobre las causas de la obesidad, están los que mantienen que ésta tiene, en parte, un carácter autoinfligido debido a los malos hábitos

alimentarios y al consumo excesivo de comida, de tal forma que los obesos no deberían ser exonerados de su responsabilidad. (HESHKA; ALLISON, 2001) Mientras que durante la infancia la responsabilidad de estar gordo se fija, primero, en torno a la familia y sus hábitos alimentarios y de actividad física, durante la adolescencia y juventud la culpabilidad se subjetiviza y la causalidad se fija en relación a la adecuación, o no, de las conductas individuales. Las motivaciones no-rationales que guían las elecciones alimentarias de los jóvenes, la falta de educación nutricional o el ejercicio regular insuficiente son los argumentos biomédicos más comunes para explicar, de forma limitada y reduccionista, el aumento de la obesidad juvenil.

La gordura ha ido adquiriendo sus cualidades negativas a través del modo en que la sociedad ha ido interpretándola. La biomedicina ha legitimado una forma particular de concebirla. La mayoría de médicos de los centros asistenciales catalanes menciona la concurrencia de factores endógenos -genéticos, hormonales, metabólicos- en el origen de la obesidad: *"hay gente que se engorda más y otra que no se engorda comiendo lo mismo... probablemente hay un componente genético, pero no lo sabemos medir..."* (médica endocrinóloga). Algunos apuntan que el desequilibrio energético puede deberse a cuestiones funcionales: *"las causas de la obesidad son multifactoriales. No sólo es comer mucho y no quemar, es comer mucho, no quemar y tener un metabolismo que te predispone a estar así..."* (médico pediatra) e, incluso, reconocen ciertos límites en la constatación de que la obesidad sea inexorablemente una enfermedad: *"(...) hay cosas que se dan por ciertas que tampoco están demostradas, no todo el mundo que tiene sobrepeso está enfermo... no sé si tampoco es muy conveniente demonizar a esta gente, en el sentido de hacerlos entrar en la dinámica de una enfermedad"* (médico de familia).

No obstante, el planteamiento relativista es infrecuente entre los clínicos y lo más común es centrar la etiología de la obesidad en torno a los factores externos y, en particular, en la cantidad/calidad de comida consumida. Aunque puntualmente se nombran los ya consabidos motivos ambientales como agentes explicativos: *"tenemos transporte, ordenadores... la gente no camina..."* (médico nutricionista), el origen del problema se traslada fácilmente hacia las conductas individuales y, en particular, a lo que se consideran estilos de vida inadecuados, como si éstos no dependieran, a su vez, de factores estructurales: *"el obeso es una persona que consume el máximo y gasta lo mínimo"*

(endocrinóloga). Efectivamente, se cree que la principal causa de la obesidad es la ingesta excesiva de alimentos pocos saludables. A un exceso de grasa, le corresponde un exceso de comida. Los jóvenes, según buena parte de los clínicos, no saben o, sobre todo, no quieren comer correctamente. Les falta disciplina familiar y voluntad personal: *"(...) los hábitos alimentarios adquiridos en casa son muy importantes, si no se les educa desde pequeño y se les consiente todo lo que les gusta... Ellos tiran por lo cómodo, por lo que el paladar acepta mejor, que son los azúcares, las grasas... Si en la familia no hay autoridad para decir basta, ellos comen lo que quieren..."* (endocrinólogo).

Para los médicos, pues, los jóvenes obesos son "hijos" de la sociedad de la abundancia y del fast-food, pero sobre todo de una época donde, tal como la conciben, faltan límites y sobran complacencias paternas: *"muchos padres vienen ya excusándose, que si lo he intentado todo, que no hay manera de hacerle comer verdura o pescado... Pues si los padres no se imponen, nosotros ¿qué vamos a hacer?"* (médico de familia). Este énfasis en lo individual favorece, por un lado, la inculpación de padres e hijos por su incapacidad de actuar de forma racional y, en consecuencia, legitima su intervención sanitaria: *"si no saben comer, habrá que enseñarles"* (dietista).

El establecimiento de la dieta óptima y la regulación del peso como principal herramienta terapéutica apelan a la adquisición de una competencia nutricional y vigilancia de la propia salud. Se trata de un doble proceso, de medicalización y de moralización, según el cual hay que cambiar los "malos" hábitos alimentarios de la población juvenil y transformarlos en un nuevo conjunto de prácticas conformes a las reglas científicas de la nutrición porque son más adecuadas: *"no solo se ha de comer bien por motivos de salud, uno se siente mejor, más en forma, si come correctamente"* (dietista). Desde esta lógica higienista, el sobrepeso ya es percibido como la antesala de la obesidad y las personas con unos kilos de más como pre-enfermos: *"probablemente un exceso de grasa que no provoca, demostrablemente, problemas físicos es un estado pre-patológico"* (médico nutricionista). Esta idea del *continuum* en la ganancia de peso a lo largo del ciclo vital como inevitable y, por tanto, de la transformación automática del sobrepeso en obesidad es comúnmente referida: *"está clarísimo que el sobrepeso si no te cuidas es un preámbulo... un sobrepeso a los 20 años en la edad adulta probablemente sea una obesidad de grado I"* (pediatra). Es obvio que para llegar a la obesidad extrema hay que

haber tenido sobrepeso, pero no todos los jóvenes adultos obesos fueron niños gordos. (ARANCETA, 2008) Por otro lado, se sabe que muchas personas mantienen un sobrepeso estable a lo largo de su vida, sin que ello les reporte ningún problema de salud. (FLEGAL et al., 2005)

Asumir que la obesidad es una enfermedad obliga a los médicos a intervenir y a los pacientes a seguir un tratamiento. (GRACIA-ARNAIZ, 2013) Aunque la intervención médica puede incluir fármacos y cirugía, el tratamiento más común para rebajar peso consiste en la prescripción dietética. Si el problema se deriva del desequilibrio entre calorías consumidas y gastadas, hacer dieta parece la solución más lógica para corregirlo. La rehabilitación nutricional es el eje central alrededor del cual giran los tratamientos contra la obesidad. Su objetivo es, en todos los casos, promover que los pacientes alcancen y mantengan su normo-peso y adopten hábitos alimentarios saludables. (GRACIA, 2009) En el mismo sentido, dicha rehabilitación es vista por los médicos como un elemento indispensable para asegurar que los pacientes superen su enfermedad, tanto desde un punto de vista físico, como psicológico y social. Ellos consideran que la dieta debe seguirse durante meses o años, si es necesario, ya que proporciona a los jóvenes seguridad, pone orden en sus vidas y les ayuda a combatir su obsesión por la comida y el peso: *"Lo que hacemos es educación, dieta, ejercicio ... introducimos fármacos si conviene, o valoramos cirugía bariátrica [pero la solución] es una dieta sana, equilibrada y no es de un mes ni dos, sino que es algo de por vida"* (endocrinóloga).

El objetivo de introducir una rutina dietética que establece lo que se puede comer, en qué cantidad, donde, cuándo, con quien y con qué frecuencia, parte de la creencia de que los pacientes tienen hábitos alimentarios desestructurados, basados en atracones o dietas restrictivas autoimpuestas que no tienen ningún fundamento racional. (GRACIA-ARNAIZ, 2009, p. 199) Consecuentemente, los nutricionistas centran su intervención en proponerles medidas para mejorar sus conocimientos nutricionales y cambiar sus prácticas alimentarias, supuestamente equivocadas. Sus comidas deben incluir lo que los clínicos denominan una "dieta normal", basada en conductas adecuadas respecto a horarios, ingredientes y cantidades: *"es un cambio de hábitos alimentarios, la gente tiene que comer sano, independientemente de si estás delgado o tienes un poco de sobrepeso. Y eso es lo que nosotros intentamos inculcar"* (endocrinóloga). El objetivo final es inculcarles hábitos saludables a través de

la denominada “dieta óptima”, la cual es administrada como si de una medicina se tratara: *“intentamos incidir en modificar el patrón de actividad física y el hábito alimenticio Pero la predisposición a la obesidad la tendrá siempre, la dieta es como su medicina”* (pediatra).

Sorprende, sin embargo, que habiendo definido a las personas diagnosticadas de obesidad por su “obsesión” por, primero, comer mucho y, después, por ponerse a régimen, éste sea visto por los profesionales de la salud como parte fundamental de la estrategia terapéutica a seguir. No deja de ser paradójico que su predisposición “desmesurada e irracional” a hacer dietas (no óptimas) se tenga que resolver, precisamente, poniéndolas nuevamente a dieta (óptima). Desde un punto de vista terapéutico de lo que se trata es menos de estigmatizar la dieta en sí misma, que de rechazar aquellas pautas que, por su contenido y forma, se apartan del modelo nutricional biomédico, el único capaz de establecer, racionalmente, quienes hacen o no dieta y en qué consiste una “comida no-dieta” (FERNÁNDEZ; TURÓN, 2001, p. 281): *“una comida no-dieta es aquella que un observador neutral concluyese que no se está realizando dieta ni ahorrando calorías... Esta alimentación debe incluir distintos tipos de alimentos en cantidades suficientes”*. Según este enfoque, las personas que comen en función de sus necesidades biológicas comienzan a comer cuando sienten hambre y dejan de hacerlo cuando se sienten llenos son individuos que no hacen dieta. Así, los sujetos que comen exclusivamente “oyendo” sus reclamos orgánicos son las que, de entrada, estarían más alejadas de comer de una forma incontrolada y, en consecuencia, de padecer obesidad o cualquier otro trastorno alimentario. De forma paralela, y también según este modelo, para conseguir hacer comidas “no-dieta” se debe aprender a “comer de forma mecánica”.

Sin embargo, muchos de estos planteamientos terapéuticos fracasan y, aunque algunas personas consiguen disminuir su peso temporalmente, los resultados a largo son insuficientes o parciales. Se sabe que la prescripción reiterada de dietas y su seguimiento pueden potenciar la pérdida y ganancia de peso y que ello está en la base de no pocas obesidades. A pesar de que numerosos profesionales dicen que intentan personalizar las dietas insisten sobre todo en la distribución de los grupos de alimentos, su contenido nutricional, el reparto a lo largo de la jornada o en la forma de cocinarlos. Si bien estos son aspectos relevantes, no son pautados teniendo en cuenta las

razones ni las situaciones que condicionan a las personas a alimentarse de un modo u otro: *"lo que se busca siempre en los obesos es el cambio de actitud ... Mientras un obeso piense que está haciendo dieta ... es que no está curado ... cuando vaya a un restaurante y pida una ensalada y no piense que está haciendo dieta ... cuando su pensamiento normal para subir a la tercera planta sea coger las escaleras, eso es que está curado"* (pediatra).

Al igual que en otros contextos terapéuticos, las intervenciones basadas principalmente en la dieta a menudo fracasan. Aunque algunos pacientes logran perder peso temporalmente, los resultados a largo plazo son decepcionantes para los médicos. Como ha demostrado Garrow (1988), la mayoría de las personas con obesidad que comienzan el tratamiento dietético lo abandonan, y las que pierden peso generalmente lo vuelven a ganar. Si los hábitos inadecuados han llevado al joven a la gordura, del mismo modo el fracaso del tratamiento se atribuye a su actitud y al incumplimiento de las indicaciones recibidas. Esta consideración permite al clínico eliminar su responsabilidad en el malogro de la intervención terapéutica: *"es un batalla continua la obesidad. Se entiende que tengan dificultades... pero las dietas están ahí para hacerlas... La gente no es consciente, la fuerza de voluntad es una cosa que se ha perdido"* (endocrinóloga). La incapacidad de seguir las recomendaciones o de "hacer caso" es vista por todos los especialistas como aquello que hace fracasar un tratamiento. De hecho, el obeso es un paciente desobediente: *"el problema que tienen es que no son capaces de cumplir las recomendaciones, no tienen voluntad ... El éxito terapéutico es muy bajo. Es una especialidad muy poco agradecida ... y además, la mayoría de gente que viene a la consulta no está nada dispuesta a mejorar o esforzarse por mejorar"* (endocrinóloga).

Ningún profesional sanitario se plantea que el resultado adverso provenga de su intervención, en el sentido de que la prescripción dietética puede no ser la mejor solución para determinados pacientes o tipos de obesidad: *"un fracaso en el tratamiento siempre es cuando tú pones un tratamiento y aquel tratamiento no funciona. Si el paciente 'no quiere' iniciar el tratamiento, como seguir la dieta, esto es un fracaso del tratamiento o una falta de concienciación?"* (pediatra). Son los pacientes quienes, por falta de predisposición o concienciación, dificultan la resolución de su enfermedad y acaban desvirtuando, así, la función terapéutica del clínico.

SI LA OBESIDAD ES UNA ENFERMEDAD, ¿ENTONCES YO ESTOY ENFERMO?

La noción de cuerpo humano como un proyecto social e individual, como una entidad en proceso de construcción (Shilling, 1993: 5), cobra interés en nuestro trabajo en cuanto puede dar luz sobre cómo las ideas acerca de lo que se entiende por un “cuerpo correcto” – social y médicamente – respecto a tamaño y forma o sobre cómo la disposición física y psíquica puede afectar a la vida cotidiana de la gente. Esta interpretación de la corrección o de la desviación respecto a la norma legítima, a menudo, formas particulares de estigmatización. En el ámbito que nos ocupa, la mirada médica reprobatoria que recae sobre los jóvenes con sobrepeso por estar – y permanecer – gordos acaba siendo aceptada por los pacientes como una consecuencia de su comportamiento inadecuado y ello les hace sentir aún más culpables.

Diversos trabajos han puesto el acento en el análisis de las formas de estigmatización relacionadas con la obesidad y en cómo éstas afectan las trayectorias sociales. (SAGUY, 2013) Los diferentes estudios indican que entre los agentes que juegan un rol central en el proceso de estigmatización de la obesidad, aparte de los niños y adolescentes, se encuentran los profesionales sanitarios. (APFELDORFER, 2009) En este sentido, los jóvenes sufren una triple discriminación porque son desvalorizados por los otros, porque son invitados a verse como los únicos responsables y porque, además, acaban aceptando como “normal” el trato peyorativo recibido por la gente. Se trata de una discriminación transversal y longitudinal: afecta a todos los ámbitos de relación social y permanece durante todo el ciclo vital.

La “demonización” social a la que hoy se someten las grasa y los gordos es compartida por la mayoría de los jóvenes entrevistados quienes, en general, apenas se ven aliviados por el hecho de que la obesidad se haya convertido en una enfermedad. No constituye un medio para su exculpación porque tampoco los profesionales sanitarios consideran que las personas con sobrepeso sean simples víctimas de una sociedad consumista y permisiva. Al contrario, el énfasis puesto en su incapacidad para estructurar/ordenar las comidas constituye el argumento más usado por los jóvenes para inculparse por estar gordos.

Este reconocimiento de la propia culpa forma parte de la estigmatización que acompaña a las personas obesas. Goffman (2003) entiende la estigmatización como un proceso que tiende a desacreditar a una persona en tanto que es calificada como “no normal” o “desviada”. Esta desacreditación, que se produce interaccionalmente, proviene de aquellas personas que, contrariamente, se consideran normales. Durante la construcción del estigma, aparecen formas particulares de discriminación y exclusión social. La persona afectada, según Goffman, asiste a un fenómeno de reducción: el atributo que lo estigmatiza deviene central. El resto de atributos aparecen secundarios. Los estigmatizados permanecen cerrados en callejón sin salida, ya que a menudo acaban aceptando como normales los juicios negativos hechos por los otros. Esta aceptación contribuye a su propia desvalorización y aislamiento social, pero especialmente a considerar legítimos los tratos discriminatorios.

Aunque científicamente se ha demostrado que no todos los cuerpos acumulan grasas del mismo modo ingiriendo la misma cantidad de alimentos (ALEMANY, 1992) y ello debiera servir para aceptar que existan personas gordas sin que sea necesariamente por comer de forma desmesurada, la advertencia médica siempre es la misma: *“han de comer menos, el desequilibrio entre lo consumido y lo gastado, sólo se puede resolver disminuyendo la ingesta”* (endocrinólogo). Es así como el proceso de estigmatización transforma las víctimas en culpables; *“mis hobbies son la TV, jugar a la Play o al ordenador... suelo pasar 6 horas diarias en esta habitación. En general sí que tengo remordimientos... cuando estoy en medio de un juego pienso que tendría que estar caminando”* (CARLES, 15 años). El abandono o descuido personal motivado por dificultades particulares también se expresa como causa del aumento de peso. Dicho abandono se entiende como un estado derivado sólo de su comportamiento y es utilizado también como argumento inculpatario: *“te vas dejando, vas engordando... Sí, la culpa es nuestra. Yo me engordé veintidós quilos con el embarazo... después al separarme cogí una depresión muy grande, y aumenté el peso... No tenía ganas de nada. ¿Qué hacía?. Pues comer! Claro que es culpa nuestra”* (IRENE, 35 años). La persona obesa, incorporando los juicios médicos y sociales, se asume como un sujeto impotente y despreciable: *“tienes un sentimiento de culpa, de impotencia, de rabia contigo misma... y vergüenza otra vez”* (LAURA, 34 años). La vergüenza es recurrente porque, en

cierto modo, los jóvenes se sienten como “pecadores” incapaces de no caer en la tentación de comer: *“la obesidad es fruto de no haber hecho el esfuerzo o de haberme descuidado”* (PAU, 32 años), y como personas débiles por dejarse llevar fácilmente por los demás: *“siempre me he criado igual, picoteando, porque mi madre ya lo hacía y, por tanto, yo también”* (MERCÈ, 23 años): *“lo mío es genético, pero luego están los malos hábitos alimenticios... Yo llegué a pesar 160 kilos, eso no es genética...”* (CELIA, 28 años).

La idea generalizada de que la obesidad está en elecciones personales y que la juventud come mal porque pica entre horas, se harta de *snacks* o bollería y hace poco ejercicio físico atraviesa los juicios de buena parte de estos pacientes. Con todo, hay quienes insisten en otros factores. Se trata de jóvenes disconformes con la etiqueta impuesta por los clínicos – y la sociedad en general – en relación a ser “grandes comedores” pasivos, subrayando que existen razones no conductuales que explican su ganancia de peso al margen de su voluntad: *“hay gente que con lo que come podría estar supergorda y está muy delgada. Yo misma, no como mucho, más bien como poco”* (SILVIA, 15 años). Estas otras razones señalan a veces a factores biológicos como el propio metabolismo, pero también a las formas de vida que organizan las sociedades industrializadas en relación al tipo de trabajos, los horarios de las actividades o incluso los salarios: *“bueno, es todo! Te pasas todo el día en el trabajo, llegas a casa y comes todo lo que es rápido y fácil de preparar, ¿sabes? Yo culpo trabajo, toda esta forma de vida”* (CELIA, 28 años). Otros informantes apuntan al tipo de trabajo realizado: *“Yo siempre fui muy deportista, pero luego tuve que dejar porque estaba trabajando y yendo a la escuela Empecé a subir de peso Mi trabajo actual no ayuda mucho, me paso todo el día sentado”* (MANEL, 32 años). La capacidad adquisitiva también es muy determinante: *“lo que comes tiene que ver con tu salario. Si una persona gana dinero suficiente se puede comprar alimentos diferentes o de mayor calidad que si gana poco... entonces no puedes estar pensando en tu salud, sino primero en tu bolsillo”* (YVONNE, 33 años). Estos jóvenes tampoco comparten con los médicos que la solución esté exclusivamente en practicar estilos de vida saludables porque, de hecho, algunos ya los practican: *“se piensan que tu no sabes cuidarte, que tu no sabes comer... Que el problema eres tú porque comes demasiado, picas entre horas... Y esto es mentira. A mi el estrés me engorda. Si tienes algún problema de tiroides, como yo, todo lo que coma me engorda el doble... De esto nadie se da cuenta. Voy en*

bicicleta, camino por la calle, hago natación... y me cuesta muchísimo perder algo de peso" (YVONNE, 33 años).

Por otra parte, creerse enfermos por el hecho de estar gordos depende, en gran medida, de su edad y grado de sobrepeso. Los informantes más jóvenes tienden a no pensar en sí mismos como enfermos, ya que su exceso de peso no les impide participar en actividades normales y no hay ningún otro signo de una disfunción física o patología asociada. Algunos, a pesar de estar gordos, dicen que se encuentran bien, pero que si no vigilan su peso *"podría llegar a ser una enfermedad ... Pero, yo no la veo como una enfermedad ... Si no la hubiera frenado ... sí que sería ya más enfermedad, no?"* (ARIADNA, 21 años). Se establece un sutil diferencia entre no sentirse a gusto con el propio cuerpo y definirse como enferma: *"enferma en mi caso no, pero afectada sí, tocada sí, claro"* (CLAUDIA, 17 años).

Junto a aquellos jóvenes que no se consideran enfermos porque el exceso de peso no les impide vivir (funcionar) con normalidad ni registran otras enfermedades vinculables, están aquellas otras personas que sí se consideran enfermas por todo lo contrario. El peso les dificulta vestirse, lavarse, salir a trabajar e incluso dormir: *"yo quiero sentirme bien, ir a pasear y no ahogarme, quiero ir por todo y no sentirme que ahora estoy cansada, que no sé que tengo. No quiero esta enfermedad"* (YVONNE, 33 años). En el extremo superior del rango de edad y peso, especialmente entre aquellos que han luchado sin éxito durante años y han probado todos los medios disponibles para reducir quilos y grasa, los jóvenes más corpulentos sí que entienden la obesidad como una enfermedad, a pesar de que reconocen que los problemas de salud no fueron el principal factor que les motivó a tratar de bajar de peso: *"Estoy gorda y punto! ... Yo siempre lo hacía pagar a la salud (antes del by-pass gástrico) ... pero veo que lo primordial era el estético, me doy cada día más. Se debería mirar más por la salud, es el principal, creo que la obesidad trae problemas"* (LAURA, 34 años).

Quienes se acercan a la denominada obesidad extrema o mórbida es más fácil que se definan como enfermos y reivindiquen su estado como patológico. La razón principal no se debe tanto a que junto a esta acumulación de peso hayan aparecido forzosamente otras enfermedades asociadas como la diabetes o la hipertensión, sino a que disminuyen sustancialmente las posibilidades para moverse y desarrollar las actividades cotidianas: *"la obesidad es más una cuestión de salud más que de estética, si que lo noto al subir las escaleras*

porque me canso más. Caminando solo lo noto cuando voy hablando, porque me falta el aire... Si no te cuidas, a la larga pasa factura" (MERCÈ, 23 años). En el caso de las personas con problemas metabólicos, genéticos o hormonales diagnosticados, insistir en esa condición es importante, ya que afirman seguir las normas a pesar de que luego algo fuera de su control acabe fallando: *"yo tengo mucha voluntad, mucha, y cuando me propongo que no he de hacer una cosa, no la hago... si he de comer menos, como menos, yo no sé que es lo que falla"* (LAURA, 34 años).

Aunque la etiqueta de enfermos, a diferencia de otras aflicciones, no supone apenas una exoneración para estos jóvenes, lo cierto es que algunos creen que únicamente dicho reconocimiento, la validación de la obesidad como una patología crónica y evolutiva, puede ayudarles a cuestionar el estigma de ser considerado, como algunos subrayan, una especie de delinquentes nutricionales: *"Debo decir que la obesidad es una de las enfermedades menos comprendidas, ya que aquel que no la padece entiende que simplemente se trata de dejadez por parte de quien se ve obligado a 'escondarse' para poder comer por miedo a ser juzgado, como si de un criminal se tratase"* (MARTA, 24 años). Sin embargo, como advierte otro joven, liberarse de una culpa incorporada a lo largo del tiempo se plantea como una tarea difícil debido, en parte, a la ambigua situación de vivir la gordura simultáneamente como enfermedad y fracaso personal: *"pese a haber sido siempre obeso, jamás me he acostumbrado a esta condición. Es difícil tolerar los comentarios sociales, es difícil soportar los comentarios de mis padres y de mi esposa, es difícil hacer entender a los demás que la obesidad es un problema médico y no sólo un problema de la personalidad"* (SILA, 31 años).

Discusión

Cuando la obesidad se plantea como un problema de exceso de peso atribuible principalmente a un balance energético positivo, la naturaleza compleja de la biología y la cultura que interviene en su origen y desarrollo tiende a ser simplificada en beneficio de enfatizar la responsabilidad individual. Esto es evidente tanto en las estrategias de salud pública para prevenir la obesidad como en las narrativas de los profesionales sanitarios y los adolescentes y jóvenes diagnosticados de sobrepeso en Catalunya. En este contexto,

el debate público sobre las causas del rápido incremento de la prevalencia de obesidad no está polarizado entre los factores individuales/subjetivos y los marcos sistémicos (LAWRENCE, 2004), sino que ambos se incluyen en su explicación. Por una parte, se advierten las consecuencias negativas de la modernización de las sociedades – industrialización, sedentarización – en la salud de las personas, mientras que por otra se las considera culpables por sucumbir fácilmente a las tentaciones de la comida rápida barata y abundante y del ocio pasivo en lugar de dedicar el tiempo necesario a comprar alimentos y preparar comidas saludables y a hacer ejercicio saludable.

Aunque la relación entre estos factores socioculturales y la conceptualización de la obesidad como una enfermedad “evitable” puede parecer intuitivamente obvia, demostrar esta conexión no es sencillo. Casi todos los estudios empíricos apoyan una relación causal entre numerosos y variados aspectos de la cultura y el aumento de las tasas de obesidad. En Catalunya algunos de estos factores están presentes – mecanización, urbanización, *fast-food*, tecnologización del tiempo de trabajo/ocio... –, pero es muy difícil saber hasta qué punto han influido en los hábitos alimentarios, y si esta influencia ha sido necesariamente negativa para todo el mundo y en el mismo grado. Por otro lado, aunque estos factores obesogénicos han sido repetidos hasta la saciedad como los causantes de la obesidad, la principal estrategia sigue motivando a las personas a cambiar sus hábitos alimentarios a través de la información y educación nutricional. Es obvio que este objetivo es, aparentemente, más fácilmente alcanzable y, en cualquier caso, menos costoso que modificar los factores micro y macro-estructurales que determinan las maneras de comer y gestionar la salud de la gente. En una sociedad lipófoba, el sobrepeso se toma como un signo tanto de auto-negligencia como de irresponsabilidad social. Las personas obesas ponen en peligro no sólo su propia salud, sino también el sistema de atención pública, dados los costes asistenciales que acarrea. Si esta enfermedad aparece en la infancia o la juventud el problema se acentúa: potencialmente los individuos acortan su esperanza de vida, viven en peores condiciones y son menos productivos, a la vez que contribuyen tempranamente a disparar el gasto de la sanidad pública. En este sentido, la obesidad juvenil es vista como el resultado de una dejadez e ignorancia, deliberadas o no, ante lo debería hacerse sistemáticamente: seguir una dieta equilibrada y practicar una actividad física regular. La gordura de los jóvenes

es ampliamente considerada como una condición autoinfligida resultante de un comportamiento elegido que encarna, de forma sintética, una parte de los males que caracterizan a las sociedades obesogénicas: el consumismo, la complacencia y el riesgo. La mayoría de los tratamientos terapéuticos sólo ponen la atención en los alimentos que consume la gente, dejando fuera de la intervención, y de la reflexión, las razones múltiples y complejas por las cuales los adolescentes y jóvenes comen ciertos alimentos y no otros. Como resultado de esta visión, el tratamiento se orienta hacia la modificación de los hábitos alimentarios considerados inapropiados, sin tomar en cuenta la subjetividad de los pacientes y de las fuerzas sociales y culturales que dan lugar a comer de una forma y no de otra. Del mismo modo, este énfasis en las conductas alimentarias evitables, hace que los jóvenes duden de la autenticidad de sus experiencias, al menos de aquellas que no encajan con los criterios diagnóstico.

Las autoridades y profesionales sanitarios, junto con otros agentes sociales, han contribuido a resignificar la gordura. En una sociedad a caballo entre la lipofobia y la obesogenia, las formas corporales sirven para clasificar a las personas. La delgadez hoy es un signo de belleza, salud y autodisciplina, mientras que la obesidad representa todo lo contrario. Estos significados profundamente incorporados tienen poder de provocar sufrimiento o confort desde edades muy tempranas. La medicalización creciente de la gordura no está contribuyendo a exculpar a las personas obesas en tanto que enfermas. Hacer frente al incremento de la obesidad, no debería hacerse a costa de estigmatizar y discriminar a las personas gordas, sino de detectar quienes tienen, por sus condiciones bio-sociales, más probabilidades de serlo. La incompreensión que los jóvenes sienten por quienes, supuestamente, defienden que la obesidad es una enfermedad y ellos son pacientes, aumenta su sentimiento de culpa. La gordura sintetiza, al fin y al cabo, un fracaso personal y social. Y a menudo, lejos de preocuparse porque el exceso de peso pueda afectar su salud, lo que lleva a muchos jóvenes a adelgazarse es el intento de modificar aquello que psíquica, social y médicamente les tortura: su gordura. Rechazados por tener un cuerpo anormal y escasamente atractivo, la mayoría de ellos deciden hacer régimen legitimadas por los mensajes anti-obesidad que la biomedicina y el mercado de la salud han generalizado. Aquello que empieza siendo una acción temporal, estar o ponerse a dieta, para lograr un

fin determinado deviene un estado que condiciona, a veces de forma monótona y sobrecogedora, su manera de estar en el mundo.

REFERÈNCIAS

ALEMANY, M. Mecanismos de control del pes corporal. *Revista de la Reial Acadèmia de Medicina de Catalunya*, v. 18, n. 2, p. 44-49, 2003.

APFELDORFER, G. De manque de capital-minceur en faute esthétique, le corps de l'obèse est une honte. In: CSERGO, J. (dir.). *Trop gros? L'obésité et ses représentations*. Paris: Éditions Autrement, 2009. p. 136-149.

ARANCETA, J. Obesidad infantil: nuevos hábitos alimentarios y nuevos riesgos para la salud. In: DÍAZ, C.; GÓMEZ, C. (ed.). *Alimentación, consumo y salud*. Barcelona: Fundació "La Caixa", 2008. p. 13-20.

BASDEVANT, A. But et abus de la définition medical contemporaine. In: CSERGO, J. (dir.). *Trop gros? L'obésité et ses représentations*. Paris: Éditions Autrement, 2009. p. 112-122.

CSERGO, J. Quand l'obésité des gourmands devient une maladie de civilisation. Le discours médical 1850-1930. In: CSERGO, J. (dir.). *Trop gros? L'obésité et ses représentations*. Paris: Éditions Autrement, 2009. p. 14-29.

DELORMIER, T.; FROHLICH, C. L.; POUTVIN, L. Food and eating as social practice – understanding eating patterns as social phenomena and implications for public health. *Sociology of Health & Illness*, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 215-228, 2009.

DE GARINE, I.; POLLOCK, N. (ed.). *Social aspects of obesity*. Luxembourg: Gordon and Breach Publishers, 1995.

ESCA. Enquesta de Salut de Catalunya 2016. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Salut, 2016.

MINISTERIO DE SANIDAD, CONSUMO Y BIENESTAR SOCIAL (Espanha). ENSA. *Encuesta Nacional de Salud en España 2017*. [S. l.], 2017. Disponible en: <https://www.msbs.gob.es/estadEstudios/estadisticas/encuestaNacional/encuesta2017.htm>. Acceso en: 14 jan. 2019.

FLEGAL, K. M.; FLEGAL, K. M.; GRAUBARD, B. I.; WILLIAMSON, D. F.; GAIL, M. H. "Excess Deaths Associated With Underweight, Overweight and Obesity, JAMA, [s. l.], v. 293, n. 15, p. 1861-187, 2005.

FERNÁNDEZ, F.; TURÓN, V. *Trastornos de la alimentación*. Barcelona: Masson, 2001.

- FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT'ANNA, D. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação liberdade, 1995. p. 69-80.
- GARROW, J. S. *Obesity and Related Diseases*. Edinburgh: Churchill Livingstone, 1988.
- GOFFMAN, E. *Estigma. La identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- GRACIA-ARNAIZ, M. Learning to eat: The establishment of dietetic normality in the Treatment of Eating Disorders, Food Culture and Society an International Journal of Multidisciplinary Research, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 191-215, 2009.
- GRACIA-ARNAIZ, M. (org.). *Joves grassos, pobres joves? Formes de discriminació i resistència a l'entorn de l'obesitat*. Tarragona: Publicacions URV, 2012. Disponible em: <http://digital.publicacionsurv.cat/index.php/purv/catalog/download/57/45/115-1?inline=1>. Acceso em: 3 fev. 2021.
- HACKING, I. Normalisation. *L'épidémie d'obésité*, Collège de France, Leçon numéro 3, 2005. Disponible en: http://www.college-de-france.fr/site/historique/ian_hacking. Acceso en: 14 jan. 2019.
- HESHKA, S.; ALLISON, D. B. Is obesity a disease? *International Journal of Obesity*, [s. l.], n. 25, p. 1401-1404, 2001.
- LAWRENCE, R. G. "Framing obesity: The evolution of news discourse on a public health issue". *The Harvard International Journal of Press Politics*, Cambridge, EUA, v. 9, n. 56, 2004.
- HEPWORTH, J. *The social construction of anorexia nervosa*. Londres: Sage Publications, 1999.
- LUPTON, D. *Medicine as Culture*. London: Sage Publications, 1994.
- NAOS ESTRATEGIA. *Estrategia para la Nutrición. Actividad Física y Prevención de la Obesidad*. Madrid: Agencia Española de Seguridad Alimentaria, 2005.
- PAAS. Pla Integral per a la Promoció de l'Activitat Física i l'Alimentació Saludable. Barcelona: Departament de Salut, Generalitat de Catalunya, 2006.
- POULAIN, J. P. *Sociologie de l'obésité*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 2009.
- REGNIER, F. Obésité, goûts et consommation. Intégration des normes d'alimentation et appartenance sociale. *Revue Française de Sociologie*, [s. l.], v. 50, n. 4, p. 747-773, 2009.
- SAINT POL, T. *Le corps désirable*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

SERRA-MAJEM, L. *et al.* "Tendencias en el estado nutricional de la población española: resultados del sistema de monitorización nutricional de Cataluña (1992-2003)", *Revista Española de Salud Pública*, España, v. 81, n. 5, p. 559-570, 2007.

SAGUY, A. *What's is wrong with fat?* Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHILLING, C. *The Body and Social Theory*. London: Sage Publications, 1993.

SONTAG, S. *La enfermedad y sus metáforas*. El sida y sus metáforas. Madrid: Suma de Letras, 2005.

VALERA G.; SILVESTRE, D. (coord.). Introducción. *Obesidad en el siglo XXI: ¿qué se puede y se debe hacer?* Madrid: International Marketing and Communication, 2009.

VIGARELLO, G. *Les métamorphoses du gras*. Histoire de l'obésité du Moyen Age au XXe siècle. Paris: Seuil, 2010.

WHO *Global strategy on diet, physical activity and health*. [S. l.], 2004. Disponible em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/en/index.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SOBRE OS AUTORES

ALINE FARAGE SAHIONE

Bacharel em Direito pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com interesse em pesquisas relacionadas ao estudo do gênero e da ciência jurídica.

ALMIR CHAIBAN EL-KAREH

Doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris - França, com pós-doutorado em História no Centre de Recherches Historiques, também em Paris. Professor concursado do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

CAROLINA DE OLIVEIRA COUTINHO

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com interesse em estudos sobre nutrição em saúde coletiva, alimentação e cultura, transtornos alimentares e obesidade.

CRISTIANE MARQUES SEIXAS

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora adjunta no Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

DANIELA MENEZES NEIVA BARCELLOS

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-graduação em Nutrição e pesquisadora do Laboratório Digital de Educação Alimentar (LADIG'E) do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ELIANE PORTES VARGAS

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pesquisadora titular e docente dos Programas de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); líder do grupo de pesquisa Corpus - Estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero, Reprodução e Sexualidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ÉRICA DE AQUINO PAES

Doutora em História pela Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); professora adjunta do curso de Direito; pesquisadora do Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidade e transgêneros (LabQueer) da UFRRJ.

FABIANA BOM KRAEMER

Doutora em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), modalidade sanduíche realizada em parceria com a Universitat Rovira i Virgili, Espanha; professora adjunta no Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e pesquisadora no Núcleo de Estudos Sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

FRANCISCO ROMÃO FERREIRA

Doutor em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), com pós-doutorado em Ensino de Biociências na Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz; professor adjunto e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde; e líder do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

GABRIELA BRITO DE LIMA SILVA

Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura (Nepac) da Escola de Nutrição da UFBA.

HELENE NARA HENRIQUES BLANC

Doutora em Patologia Geral pela Universidade Federal Fluminense (UFF); orientadora no Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Fisiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Campus Macaé.

JEIMIS NOGUEIRA DE CASTRO

Doutor em Ensino em Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet), no Campus Valença, Rio de Janeiro.

JULIANA MILCZANOWSKI FERNANDES

Mestre em Nutrição Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

LARISSA ESCARCE BENTO WOLLZ

Doutora pelo Programa de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Campus Macaé; pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da UERJ.

LÍGIA AMPARO-SANTOS

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus); professora associada no Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (Nepac) da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

LUCIANE DA COSTA MOÁS

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente do Departamento de Ciências Jurídicas (UFRRJ); líder do grupo de pesquisa Corpus - Estudos Socioculturais sobre Corpo, Gênero, Reprodução e Sexualidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

MABEL GRACIA ARNAIZ

Doutora em Geografia e História pela Universidade de Barcelona; coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus); professora titular e pesquisadora do Medical Anthropology Research Center (MARC) do Departament d' Antropologia, Filosofia i Treball Social da Universitat Rovira i Virgili, Espanha.

MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES CARVALHO

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Nutrição e líder do Laboratório de Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Versão Digital (LADIG'E) do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) e do Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da UERJ.

MILENA BATISTA CARNEIRO

Doutora em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Campus Macaé; com interesse voltado para mecanismos básicos da saúde e doença.

RENATO AUGUSTO DA SILVA MONTEIRO

Doutor em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); docente do curso de Gastronomia do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da UFRJ.

RODRIGO DE ARAÚJO MONTEIRO

Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes.

ROGERIO LOPES AZIZE

Doutor em Antropologia pelo Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

RUBIA CARLA FORMIGHIERI GIORDANI

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); professora do Departamento de Nutrição; colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia; e membro dos Grupos de Pesquisa Sociologia da Saúde e MoNGARU, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na UFPR.

SHIRLEY DONIZETE PRADO

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professora titular no Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde; pesquisadora líder do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar) do Instituto de Nutrição da UERJ; e coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus).

TAÍS FONTOURA DE ALMEIDA

Doutora em Patologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); docente no Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Fisiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Campus Macaé.

VALENTINA BRENA

Doctoranda en Antropología por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; docente del Departamento de Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Uruguay.

VIRGÍNIA CAMPOS MACHADO

Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); docente do Departamento de Ciência da Nutrição e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura (Nepac) da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

VIVIANE MATTAR

Doutoranda e membro colaborador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos em Saúde Coletiva (Clam) pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Este livro foi composto na Edufba
no formato 17x24cm.
A fonte usada foi a Myriad Pro.
Sua impressão do miolo foi feita na Edufba.
A capa e o acabamento foram feitos na Gráfica Cian.
O papel da capa foi Cartão Supremo 300 g/m².
300 exemplares.

Corpus plurais: gênero, reprodução e comensalidades

consiste em uma coletânea que tematiza as construções sociais dos corpos com um olhar atento às modelações subjetivas das identidades dissonantes em cenas de comensalidade como fenômeno complexo. No cerne desta ideia – presente também em outras iniciativas da parceria institucional que conduz a obra – propõem-se pensar como o gênero, um eixo de estruturação das relações sociais e de produção simbólica no terreno da cultura, opera nas tessituras da comensalidade. Alinha-se a estes interesses a relevância da observação das identidades e subjetividades imiscuídas nos mais variados contextos da alimentação. Abranger, inovar ou revisitar tal abordagem e torná-la uma seara de pesquisas em alimentação torna-se um constante desafio. Como resultado foram acolhidas análises dispostas a oferecer um olhar interessado sobre Corpus e Comensalidades, plurais.



Rede Ibero Americana de
Pesquisa Qualitativa em
Alimentação e Sociedade



CORPUS
estudos socioculturais
sobre corpo, gênero,
reprodução e sexualidade



nectar
núcleo de estudos sobre
cultura e alimentação

ISBN 978-65-5630-104-4



9 786556 301044